

História, Cultura e Religiosidades Afro-brasileiras

Comunicações

Amanda Dorneles

Artur Cesar Isaia

Gabriela Portela Moreira

Jamily Veit Scheffer

Nielly da Silva Pastelletto

Tatiana Vargas Maia

(Orgs.)



φ

A Universidade La Salle mais uma vez possibilita a seus alunos e à comunidade em geral, a oportunidade de partilhar pesquisas realizadas, tanto interna quanto externamente, por seus alunos, professores e integrantes de outras Instituições de Ensino Superior (IES). Desta vez reunimos dois eventos bastante significativos e já constantes da grade de realizações anuais da Universidade: o III Colóquio Discente do Curso de História e o II Colóquio Cultura e Religiosidades Afro-Brasileiras. Pensamos que não basta a produção do conhecimento em uma IES. Este conhecimento precisa circular, ser apropriado, criticado, servir de oportunidade para que um público mais amplo se beneficie do que a Universidade produz. Além disso, pensamos que o conhecimento produzido necessita estar em harmonia com as aspirações, necessidades sociais, pois só assim teremos uma Universidade articulada com as demandas da sociedade e comprometida com a edificação de um mundo melhor. Os dois eventos realizados, pelas suas características, público envolvido, temáticas analisadas e objetivos perseguidos, sem dúvida, vão ao encontro dessa necessária articulação com as demandas sociais. Os dois eventos que motivaram este livro ocorreram no âmbito, principalmente das produções ligadas à área humanística, explicitamente à História no caso do Colóquio Discente

HISTÓRIA

Universidade La Salle ★



 **editora fi**
www.editorafi.org



**HISTÓRIA, CULTURA E
RELIGIOSIDADES
AFRO-BRASILEIRAS**

HISTÓRIA, CULTURA E RELIGIOSIDADES AFRO- BRASILEIRAS

Amanda Dorneles
Artur Cesar Isaia
Gabriela Portela Moreira
Jamily Veit Scheffer
Nielly da Silva Pastelletto
Tatiana Vargas Maia

Organizadores

φ editora fi

Diagramação e capa: Lucas Fontella Margoni

Fotografia de capa: Internet

Revisão: Artur César Isaia; Danielle Heberli Viegas; Sandra Simone Graciano; Tatiana Vargas Maia

O padrão ortográfico, o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas do autor. Da mesma forma, o conteúdo da obra é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da Creative Commons 4.0
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



<http://www.abecbrasil.org.br>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

DORNELES, Amanda; ISAIA, Artur Cesar; MOREIRA, Gabriela Portela; SCHEFFER, Jamily Veit; PASTELLETTO, Nielly da Silva; MAIA, Tatiana Vargas (Org.).

História, cultura e religiosidades afro-brasileiras [recurso eletrônico] / Amanda Dorneles; Artur Cesar Isaia; Gabriela Portela Moreira; Jamily Veit Scheffer; Nielly da Silva Pastelletto; Tatiana Vargas Maia (Org.) - Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

341 p.

ISBN - 978-85-5696-271-3

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. História. 2. Religião. 3. Cultura. 4. Religião Afro-Brasileira. I. Título.

CDD-200

Índices para catálogo sistemático:

1. História 900

Sumário

Apresentação	13
Os <i>meme</i> e a didática da história: um estudo de caso a partir da página “história nas redes sociais”	15
Andresa dos Santos Lucas	
A utilização do diário pessoal no ensino da história: um estudo sobre as práticas culturais das famílias através das memórias de Santos Ferreira (1838 – 1873)	23
Edison Barcellos da Rosa	
África ilustrada: a mitologia africana e sua valorização no ambiente escolar	28
Évylin Koligoski da Silva	
Práticas punitivas no ensino primário riograndino (1848-1856)	32
Gabriela Portela Moreira	
Coopcamate: importância social e ambiental na cidade de canoas e quadrinhos em sala de aula a favor da educação ambiental	38
Hugo Guilherme Alves da Silva	
Políticas públicas transversais: desafios para a educação e a cultura	44
Simone Luz Ferreira Constante	
Construindo sequências didáticas para educar as relações étnico-raciais através do letramento literário	52
Jonathan Zotti da Silva	
Trajetória histórica do Centro Estadual de Educação Profissional Visconde de São Leopoldo: do patronato à escola agrícola	60
Maurício Pereira	
50 anos do Colégio Estadual Tereza Francescutti: história e memória	66
Jamir Rodrigues dos Reis	

Donald Trump nas páginas da revista Veja: das “relações” com Moscou à “ameaça” a democracia (2016-2017) 71

André Luis Marques de Assis

Relatos de uma vida revolucionária: processo de catalogação das correspondências pessoais de Apolinário José Gomes Porto Alegre 79

Jamily Veit Scheffer

Os terreiros de Umbanda e Candomblé e as interações com o turismo: uma análise da produção acadêmica a partir das publicações em periódicos nacionais 88

Éverton Felipe Kaizer

Espelho, espelho meu: breve discussão a respeito da representação estético/comportamental feminina nos filmes *Os Homens Preferem As Loiras* (1953) e *Sabrina* (1954) 93

Elocir Guedes Soares

Totalitarismo em jornada nas estrelas: uma possibilidade no ensino de história 100

Yuan Veiga Pereira

Das mãos de Vargas ao antipetulismo: os deputados estaduais do Partido Social Democrático (1947-1955) 110

Tiago de Moraes Kieffer

A mulher na constituinte: a cidadania feminina na década de 1930 117

Nielly da Silva Pastelletto

Experiência democrática, trabalhismo e estratégias de mobilização: a campanha eleitoral de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul (1958) 125

Samuel da Silva Alves

O eu lírico feminino em canções de Lupicínio Rodrigues 133

Tanira Rodrigues Soares

Um diálogo entre fotografia e história oral: o caso do Frigosul (Canoas-RS) 141

Matheus Kern Vargas

Fragmentos biográficos da Princesa Isabel de Bragança no jornal a Federação (RS): a construção de uma narrativa republicana sobre a abolição 148

Tuane Ludwig Dihl

Boaventura Kloppenburg e as modernas superstições: análise de um documento católico dos anos 1950.	155
Toni Manito	
Indústria, patrimônio e história de um bairro: o caso Frigosul (Canoas/RS)	161
Giovanna Adam Ferreira	
Nos trilhos da história: Canoas/RS através de seus patrimônios culturais	168
Amanda Dorneles de Oliveira	
Patrimônio industrial e a indústria frigorífica: o papel dos frigoríficos nacionais sul-brasileiros s/a no desenvolvimento do bairro Rio Branco em Canoas/RS	176
Ismael Gilberto Santos Freitas	
História oral e educação patrimonial: o caso do Frigosul (Canoas- RS) ...	181
Jéssica da Rocha Testa	
Locais de memória: a perpetuação da memória através de obras tumulares	187
Juliana Mohr dos Santos	
Instituto Geobiológico La Salle e sua coleção especial: preservação e reconstrução da sua memória	197
Lizandra Veleda Arabidian	
Territórios negros em Tramandaí: religiosidades e educação das relações étnico-raciais	206
Dandara Rodrigues Dorneles	
Memória identitária afro-brasileira na poesia de Ana Cruz e Conceição Evaristo.....	213
Emilene Corrêa Souza	
Irmãos em fé: devoção, autonomia e sociabilidades. Perfis dos membros da Irmandade de N. Sra. do Rosário dos Pretos de Cachoeira na segunda década do Oitocentos (1812-1820)	220
Henrique Melati Pacheco	
A saga de Agotime - Maria Mineira Naê? Passagens transculturais evidenciadas em um samba-enredo	228
Wenderson Pinto Farias	

Religiosidade e paisagem em poemas de José João Sampaio da Silva e de Mário Rubens Battanoli de Lima	235
Jucelino Viçosa de Viçosa	
O papel da macumba na construção da umbanda brasileira segundo renato ortiz	242
Mateus Felipe Martins; Ariel Moreno Casseb	
O mercado brasileiro de vestimentas e paramentos religiosos e outros artigos ligados à fé: oportunidade para novos negócios	247
Ricardo Buneder	
Trajétórias de resistência: a associação satélite prontidão no pós-abolição.	258
Camila Rosângela da Silva Cunha	
Devoção, agência e resistência: a Irmandade do Rosário e São Benedito Dos Pretos da cachoeira.....	263
Camille Chies Baldasso	
O Djalía e a memória coletiva de uma nação: o Pantera Negra de Ta-Nehisi Coates	271
Guilherme “Smee” Sfredo Miorando	
Memórias e transgressões: o caso da Maraia’s Bonecas de Pano.....	280
Gerson Luiz Santos Rocha	
A festa de navegantes: a influência das irmandades negras	284
Edison Luis Amaral de Moura	
“Eu sou porque nós somos”: experiências do emocionar nas aprendizagens umbandistas	289
Wagner dos Santos Chagas	
Cacique sete ondas: memória e identidade de um centro umbandista de Canoas -RS (1955 - 2017)	297
Marilda Battilana da Silva	
(Re)Memorando a ancestralidade: a oralidade e a hierarquia em um terreiro/barracão de Candomblé.....	304
Sandro Rodrigues da Silva	
Representações da negritude em Coelho Neto	312
Artur Cesar Isaia	

Manifestações culturais afrodescendentes no discurso protestante	317
Elizete da Silva	
Cultura afro- brasileira e espaços urbanos: negociações, tensões e (re)significações	325
Gerson Machado	
Deolindo Amorim: Umbandismo não é Espiritismo	336
Pedro Paulo Amorim	

Apresentação

A Universidade La Salle mais uma vez possibilita a seus alunos e à comunidade em geral, a oportunidade de partilhar pesquisas realizadas, tanto interna quanto externamente, por seus alunos, professores e integrantes de outras Instituições de Ensino Superior (IES). Desta vez reunimos dois eventos bastante significativos e já constantes da grade de realizações anuais da Universidade: o III Colóquio Discente do Curso de História e o II Colóquio Cultura e Religiosidades Afro-Brasileiras.

Pensamos que não basta a produção do conhecimento em uma IES. Este conhecimento precisa circular, ser apropriado, criticado, servir de oportunidade para que um público mais amplo se beneficie do que a Universidade produz. Além disso, pensamos que o conhecimento produzido necessita estar em harmonia com as aspirações, necessidades sociais, pois só assim teremos uma Universidade articulada com as demandas da sociedade e comprometida com a edificação de um mundo melhor. Os dois eventos realizados, pelas suas características, público envolvido, temáticas analisadas e objetivos perseguidos, sem dúvida, vão ao encontro dessa necessária articulação com as demandas sociais.

Os dois eventos que motivaram este livro ocorreram no âmbito, principalmente das produções ligadas à área humanística, explicitamente à História no caso do Colóquio Discente. Este último evento mobiliza os acadêmicos de História (Bacharelado e Licenciatura) em relação à prática da pesquisa historiográfica e à produção de artigos. Trata-se de um momento muito especial na formação dos estudantes, que, além disso, familiarizam-se com as atividades concernentes ao planejamento e execução de um evento

científico. Sobre o II Colóquio Cultura e Religiosidades Afro-Brasileiras, a pauta de discussões, as Conferências e Mesas Redondas foram momentos importantíssimos para que a nossa Universidade intensificasse ações no sentido de refletir sobre o complexo cultural afrodescendente, bem como engajar-se ainda mais pelo respeito aos seus direitos e à sua memória. Por outro lado, pensamos que este II Colóquio Cultura e Religiosidades Afro-Brasileiras se insere na linha de uma IES extremamente voltada para a reflexão crítica do que somos e dos projetos destinados a enfrentar os desafios do presente. Insere-se no esforço em pensar a diversidade étnica, de gênero, geracional, entre outras, sem as quais seria impossível pensar o Brasil. Particularmente nesses tempos nos quais se impõe a necessidade de repensarmos continuamente a nossa configuração social, superando desigualdades e afirmando direitos imprescritíveis, eventos como esses constituem excelentes oportunidades para que a Universidade vá ao encontro das expectativas de todos os que esperam que ela cumpra a sua parte como locus no qual a realidade é pensada, criticada e transformada.

Os organizadores.

Os *meme* e a didática da história: um estudo de caso a partir da página “história nas redes sociais”

Andresa dos Santos Lucas¹

Introdução

O sócio-biólogo Richard Dawkins (1976) conceituou que uma unidade de replicação cultural poderia ser chamada de “meme”. O *meme* seria, a partir dessa conceituação, qualquer coisa que possa ser replicada, ou se replicar autonomamente por meio da imitação. Para Dawkins, os *meme* se propagam “pulando de cérebro para cérebro por meio de um processo que pode ser chamado, no sentido amplo, de imitação” (DAWKINS, 1979, p.214). Porém surgiram junto muitas perguntas ainda sem respostas no campo da sócio-biologia acerca deste replicador e a cultura moderna, parece cultivar o *meme*, replicando milhares deles todos os dias, sejam eles na forma que for, com ou sem “conteúdo” específico, com vidas longas ou curtas, seus impactos sociais duram cada vez mais na forma como vivemos.

O texto que segue trata-se de um recorte do projeto de pesquisa “O perigoso *meme*, uma história em delírio?” e discute sobre as potencialidades do uso do *meme*, ou *memes*, em relação a didática da história considerando o conceito de consciência histórica (RÜSEN, 2006). Analisa-se especificamente os *meme* “históricos” da

¹ Graduanda de Licenciatura em História - Universidade de Santa Cruz do Sul - andresadosantoslucas@gmail.com - Orientador: Diego Orgel Dal Bosco Almeida - Doutor em História - diegoal@unisc.br

página “História nas Redes Sociais” e suas potencialidades em relação à didática da história tendo em vista as relações ente presente e passado na articulação com o conceito de consciência histórica.

O *meme*: possibilidades entre a didática da história e a consciência histórica

Como objeto da história, enquanto campo de conhecimento, o *meme*, pode aparecer tanto como uma síntese poderosa, ou apenas, como uma visão estereotipada de determinado processo histórico. Mas ele também pode ser apenas uma piada sem objetivo algum em ser uma ferramenta didática. Esta linha de o que o *meme* é e o que o *meme* pode ser, depende do objetivo de quem o usa e de quem o “lê”.

Os *meme* nascem das necessidades sociais, sua replicação está intimamente *linkada* com os problemas práticos da vida – seja no sentido da memética, ou da diversão, na internet, ou de replicar uma ideia individual, e por que não, uma nova forma de se contar a história. O aprendizado histórico por meio dos *meme*, poderá ser caracterizado, dependendo da abordagem, como uma via muito produtiva do ângulo da didática da história. Uma ferramenta capaz de abranger algumas necessidades desta área específica da história. Como explica Jörn Rüsen (2006), os itens principais desta discussão sobre a didática da história: metodologia do ensino, as funções e os usos a história na vida pública, o estabelecimento de metas para a educação histórica nas escolas e a verificação se estas tem sido atingidas, e a análise geral da natureza, função e importância da consciência histórica. Assim como sobre os memes, “sabemos muito pouco sobre como a história é percebida e os efeitos da introdução da história na sala de aula” (RÜSEN,2016), sendo que não se é percebida esta estrutura que governa o ensino e o aprendizado. Rüsen estabelece, então, em seu texto um novo significado para a “*historia vitae magistra*”.

Apesar de sua simplificação do conteúdo e a questão do humor, para ocorrer uma replicação mais longa e fecunda – também sendo a relação com a atratividade –, ainda seria necessário o conhecimento originário da replicação. Se como diz Rüsen, as especificidades da didática da história tem de ser transformados em linguagem do nosso entendimento, comunicação de massa dentro do cinema e da poética da comunicação visual (RÜSEN, 2006), assim como no *meme*.

A consciência histórica da conta dos estudos históricos e seus usos e funções da história na vida pública e privada. A história, como área do conhecimento, não lida só com o passado, a consciência histórica é uma visão do passado pela necessidade de se situar no presente e de tentar lidar com o futuro. É um fator base da identidade humana, a consciência histórica usa métodos que podem ser reestruturados de acordo com as suas peculiaridades. O ensino de história afeta o aprendizado de história, é nossa capacidade de se orientar e formar uma identidade histórica (RÜSEN, 2016).

O *meme* assume, assim, uma espécie de narrativa própria sobre a história, na escolha de palavras e adjetivos, ele molda uma visão pré-definida ou pode criar um outra dependendo dos objetivos escolhidos para o uso ou criação deste *meme*. Porém o *meme* também é capaz de mexer com a linearidade do tempo, contextualizar por tema e não datas, estabeleceu uma interlocução efetiva entre o presente vivido e o passado que se projeta na forma de temas e conteúdo.

A página “História nas Redes Sociais”

A “História nas Redes Sociais”, em julho de 2017, deixou de funcionar, por escolha de seus integrantes, embora conteúdo disponibilizado, continua acessível ao público. No período em que esteve ativa, a página manteve duas formas de criação de *meme* mas uma mesma forma de abordar a história. Inicialmente a página, criava *meme* que eram como *printscreen* de alguma rede social

mobile (design do site adaptado para uso em celulares e *tablets*), onde no decorrer de várias imagens proporcionavam a ideia de o fato histórico estar acontecendo por meio da rede social em si.

Como ferramenta didática este método abrange um maior nível de inserção de conteúdo e atratividade do leitor com o *meme*, pois segue um enredo cômico e não obriga a pessoa que o veja possua a totalidade sobre o conhecimento replicado, embora ainda seja muito melhor o efeito humorístico quando o há total aprendizado. Porém demanda muito mais trabalho de elaboração e conhecimento por parte do autor. E como *meme da internet* torna-se muito mais difícil sua replicação e acesso, isso prejudica a longevidade no meio virtual pois obriga o usuário a perder mais tempo para analisar por completo, perdendo a atratividade.

Justamente pelo tempo elevado que é necessário para criar os *meme* a página passou a aderir o *meme* mais comum na internet, onde ele se resume a uma única imagem para cada tema, sem necessariamente, haver a necessidade de continuações. Este método torna o *meme* mais atrativo na internet, porém torna o *meme* mais superficial necessitando que a pessoa que o veja, ou a que o mostre, já tenha este conhecimento assimilado. Ambos os métodos usados pela página necessitam do autor muito trabalho teórico, multidisciplinar e de transposição didática, assim como um olhar crítico para ver qual a necessidade social, histórica, dos contemplados pelo *meme* na sua confecção, assim como, no devido uso.

Os criadores de conteúdo de *meme*, na página, não eram professores de história, nem mesmo estudantes (embora o criador da página tenha iniciado o curso de história em 2017/2). Este fato é importante, pois demonstra a acessibilidade do conteúdo de história sendo feita por pessoas sem vínculo direto com a área. Diversos momentos fica evidenciado o empenho dos envolvidos em estudar nos temas que viriam a ser feitos os *meme*, ou seja, nos mostra que para chegar no *meme*, propriamente dito, é preciso um estudo próprio. Havia nos autores, com o decorrer do tempo, uma

preocupação crescente com os curtidores da página, pois professores passaram a usa-los em sala de aula, e isso refletiu em como eram feitos os *meme* (adequando e corrigindo erros para um melhor o uso em sala de aula), e por sua vez refletiu na longevidade da própria página.

A página veiculou, o que se denominou de “meme históricos” (COSTA, MENDES, 2016), replicam uma narrativa histórica por vezes multidisciplinar, por outras, uma narrativa mais *linkativa* entre o tempo histórico e o presente, ou com a vida prática. Em algumas situações para efeito de manter uma ironia, usa se uma visão estereotipada de uma certa narrativa histórica, mas mesmo quando isso acontece o conhecimento não é fortemente penalizado. Pois, é preciso conhecer previamente o que está sendo replicado, para que a ironia se dê com efetividade, sem o conhecimento prévio, o *meme* está fadado a “morte rápida” por sua não compreensão, e assim, não replicação. Neste âmbito os *meme* tem sua causa e importância primária na relação passado presente, não em um sentido linear e fechado. Tratam-se, em síntese, de relações entre a experiência/presente e o conhecimento histórico.

Para exemplificar, foi selecionado dois *meme* da página:



Figura 1 – Meme sobre a Proclamação da República

O *meme* faz referência à Proclamação da República no Brasil, usando de artifício, um *meme* que se replicava pela internet, na data que consta no *printscreen* da página. Este *meme* se baseia em um diálogo hipotético, entre Marechal Deodoro e Dom Pedro II, onde um ao ser pressionado pelo outro, que queria apenas fazer uma brincadeira, revela então o plano da Proclamação da República. Este *meme*, faz um *link* entre a forma de narrativa, de um fato histórico importante para o Brasil, e o presente, ao replicar um *meme* de fácil reconhecimento.



Figura 2 – Meme sobre Napoleão

Já, o *meme* acima, trata do contexto da vinda da família Real portuguesa ao Brasil. Por meio de um *printscreen*, do perfil de D'João, falso, introduz com uma espécie de “pegadinha virtual” a Napoleão Bonaparte, chamado de “Napolitano” na imagem. O humor está nestas trocas de palavras e a própria pegadinha, mas que ainda assim nos dão uma dimensão do que ocorreu para que

este fato fosse desencadeado. De fato, D'João salvou a Coroa Portuguesa da invasão napoleônica e manteve o governo do Brasil.

Conclusão

Com o decorrer do projeto foi possível constatar diferentes métodos de criação dos *meme*, assim como, por meio dos comentários, que constam na página, os variados usos dado a eles, as compreensões, e as replicações de alguns *meme*. Os *meme* refletem os conhecimentos construídos pelos seus autores, seja histórico, do seus cotidianos, da internet, etc. Mostram também, discretamente a linha narrativa dos fatos históricos escolhida pelos autores. Seja como artifício de humor ou uma escolha proposital, o *meme* não é neutro, sua interpretação pode variar de pessoa para pessoa, e mesmo com um embasamento ou objetivos claro, o *meme* ainda é uma imagem aberta a múltiplos pontos de vista.

Referências

- BARRETO, Kricia Helena. *Os meme e as interações sociais na internet: Uma interface entre práticas rituais e estudos de face*. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora - 2015.
- BAUMAN, Zygmunt. *A Cultura no Mundo Líquido moderno*, Rio de Janeiro: Zahar, 2013
- DAWKINS, Richard. *O gene Egoísta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- HORTA, Natália Botelho. *O meme como linguagem da internet: uma perspectiva semiótica*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília, Brasília. 2015.
- MENDES, Caroline Alves Marques; COSTA, Marcella Albaine Farias da. O sequestro do imaginário e a escrita da História: o caso dos meme históricos e as recepções do nazismo. *Revista Transversos*. “Dossiê: História Pública: escritas contemporâneas de História”. Rio de Janeiro, Vol. 07, nº. 07, pp.

54-70, Ano 03. set. 2016. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2016.23004.

RÜSEN, Jörn. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. *Práxis Educativa*. Ponta Grossa, PR. v.1, n.2. p. 7-16. Julho a Dezembro, 2006.

TOLEDO, Gustavo Leal. Em Busca de uma Fundamentação para a Memética. *Trans./Form./Ação*, Marília, v. 36, n. 1, p. 187-210, Jan./Abr. 2013.

TOLEDO, Gustavo Leal. *Controvérsias Meméticas: a ciência dos meme e o darwinismo universal em Dawkins, Dennett e Blackmore*. Rio de Janeiro, 2009. 467p. Tese de Doutorado – Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2009

A utilização do diário pessoal no ensino da história: um estudo sobre as práticas culturais das famílias através das memórias de Santos Ferreira (1838 – 1873)

Edison Barcellos da Rosa¹

Os diários pessoais, vem sendo cada vez mais empregados, enquanto fontes, pela história e dessa forma, em grande medida, tem contribuído para a valorização do gênero biográfico. Segundo Burke (1992), " não podemos evitar de olhar o passado de um ponto de vista particular".

Muito se deve esse interesse, as revelações que os diários podem conter por ser um documento cuja origem não se vincula previamente à divulgação, figurando assim um caráter secreto do registro de vivências mais significativas dos seus escritores, ou seja, um diálogo do eu consigo mesmo, carregado de todo tipo de sentimento. Nesse sentido, seu valor dependerá sempre da maneira como é lido pelo pesquisador e da análise crítica que lhe for feita.

Essa pesquisa irá analisar as " Memórias de Joaquim José dos Santos Ferreira", uma fonte histórica primária, disponível no Arquivo Histórico Municipal de Canoas, que foi escrita pelo próprio Santos Ferreira em forma de diário entre 1838 a 1873, no qual será nosso recorte temporal. O objetivo principal dessa pesquisa será

¹ Graduando em História Universidade La Salle. E-mail: edison.rosa@canoas.rs.gov.br. Orientação: Cleusa Maria Gomes Graebin - Doutora em História.

analisar qual a contribuição desse documento na construção do patrimônio cultural do município de Canoas, mapeando e discutindo elementos relacionados aos fatos históricos do século XIX no Rio Grande do Sul, como a Revolução Farroupilha, além disso pretende - se compreender características de práticas culturais familiares predominantes nesse período.

Em síntese, Santos Ferreira foi um comerciante português que venho para o Brasil no século XIX, casou-se com Maria Luiza Freire, que era filha do coronel baiano Vicente Ferrer da Silva Freire e de Rafaela Pinto Bandeira Freire, (SILVA, 1966, pg 162) portanto herdeira da Fazenda Gravataí, instalada aonde hoje se encontra o município de Canoas, elementos estes que vinculam uma ligação com a história da cidade.

O recorte temporal desse artigo abrange alguns acontecimentos históricos ocorridos neste período na Província do Rio Grande do Sul como citado anteriormente, com o propósito das possibilidades que as narrativas individuais da memória do autor, estabeleça uma relação com os fatos, analisa -se tal documento para que revele como o autor se inseria no seu contexto. Para KARNAL (2012, pg 12), o documento histórico não é só um documento em si, é uma construção permanente de um diálogo claro com o presente. A história se faz com documentos. Documentos são os traços que deixaram os pensamentos e os atos dos homens do passado (LANGLOIS, SEIGNOBOS, 1946, p.15).

O referente diário, que já foi tema de pesquisa e parte da obra literária do escritor João Palma da Silva (1966,1978), segundo informações contidas no livro de Registro de Doações do Arquivo Histórico de Canoas, foi uma doação do ex prefeito Hugo Simões Lagranha, que por sua vez havia recebido de um dos netos de Santos Ferreira, o Senhor Ruben Reis Ferreira, por este motivo, tal documento é de importância relevada para o contexto histórico desse município, pois apresenta uma série de informações sobre este personagem da história de Canoas, tendo sido um dos primeiros habitantes do Passo do Gravataí, ainda no período do Brasil Imperial.

De acordo com Henrique (2005), por muito tempo, duvidou-se da possibilidade de penetrar na história íntima dos brasileiros de séculos passados através da leitura de seus diários, tido como inexistentes. Freyre (2003), chamava a atenção dos pesquisadores brasileiros para a necessidade de se adentrar para o estudo da vida doméstica de nossos antepassados pois assim sentimo-nos aos poucos nos completar: é outro meio de procurar-se o tempo perdido. Da mesma forma Burke (1992), nos orienta como pesquisadores e historiadores dentro da Nova História, diferenciando do que era na antiga história, a recorrer às fontes documentais em uma nova perspectiva na escrita da história.

Nesse sentido pretende - se com uso do diário pessoal de Santos Ferreira como fonte, compreender através de seus relatos o cotidiano familiar do autor, visto que em seu manuscrito aborda assuntos relacionados à sua vida privada, sua esposa Maria Luiza, os nascimentos e enfermidades de seus filhos, falecimentos de parentes e seus locais de residência durante algum tempo de sua vida.

Cunha (2012 pg 252) entende que através dos diários pessoais se amplia a possibilidade de compreender as práticas culturais de uma época, ressaltando elementos para o entendimento de vidas comuns e entrecruzam fatos e tempos analisando os diferentes sentidos que os marcaram.

Como plano pedagógico, pretende - se com esse artigo definir o diário como monumento que uma geração anterior deixou e dessa forma propor a importância da utilização do diário como estimulador de elaboração de crítica dessa representação de um passado, justificando esse processo de utilização de fontes históricas em sala de aula para responder indagação infantil " como você sabe se não estava lá?

Apartir da perspectiva dos novos historiadores (LE GOFF,2005) e, sobretudo, em função da contribuição de Foucault (1987), o documento se torna monumento, ou seja, ele é rastro deixado pelo passado, construído intencionalmente pelos homens e pelas circunstâncias históricas das gerações anteriores.

Pereira e Seffner (2008) alertam que mostrar as fontes e inclusive, por vezes, trabalhar com elas na sala de aula, torna-se um meio de dar sustentabilidade ao discurso do professor, no sentido apenas de dar concretude e realidade àquilo sobre o que ele fala. Ainda, afirma que inserir o documento na sala de aula pode se tornar um modo de submeter a epistemologia da história à didática, na medida em que o documento passa a ser o objeto concreto que vai dar veracidade ao relato histórico.

Referências

- ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. Memória Narrativas e Pesquisa Autobiográfica. *A Aventura Autobiográfica : teoria e pratica*, Pelotas, RS, n.14, p. 79-95, set. 2003.
- LANGLOIS, Charles-Victor; SEIGNOBOS, Charles. *Introdução aos estudos históricos*. São Paulo: Renascença, 1946, p.15
- FAGUNDES, Morivalde Calvet. *História da Revolução Farroupilha*. 2. ed. Caxias do Sul, RS: Martins Livreiro, 1984.
- FREYRE, Gilberto. Prefácio à primeira edição. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2003.
- FONSECA, Roberto. *A bela história do Rio Grande do Sul: para crianças e adolescentes : resumida e ilustrada*. Porto Alegre: AGE, 2012.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- HENRIQUE, Márcio Couto. *Um toque de voyeurismo: O diário íntimo de Couto de Magalhães (1880-1887)*. 2008. 315 f. Tese (Doutorando Antropologia) - Programa Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.
- LE GOFF, Jacques. *História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- MOURE, Telmo Remião. *História do Rio Grande do Sul*. São Paulo: FTD, 1994.

- PENA, Rejane Silva (coord). *Centro : Canoas para lembrar quem somos*. Canoas, RS: La Salle, 2004 .
- PEREIRA, Ivonete Chiden. *Conhecendo Canoas: da estância à urbanização : história e geografia*. 5. ed. Canoas, RS: Nova Prova, 2005.
- PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. Anos 90, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 113-128, dez.2008.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O Brasil contemporâneo*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1994.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- PFEIL, Antônio Jesus. *Canoas: Anatomia de uma Cidade I*. Canoas, RS : Ponto e Vírgula, 1992.
- PFEIL, Antônio Jesus. *Canoas: Anatomia de uma Cidade II*. Canoas, RS : Ponto e Vírgula, 1995.
- PFEIL, Antônio Jesus. *O Cruzeiro e O Canoense: os primeiros jornais de Canoas*. Canoas, RS: Tecnicópias, 2005.
- PINSKI, Carla Bassanezi, LUCA, Tania Regina. *O Historiador e suas fontes*. (orgs). 1.ed., São Paulo: Contexto, 2012.
- SCHIAVO, Cléia; ZETTEL, Jayme (orgs.). *Memória, cidade e cultura*. Rio de Janeiro: UERJ, 1997.
- SILVA, João Palma da. *As Origens de Canoas: conquista, povoamento, e evolução*. 2.ed. Canoas, RS: La Salle, 1966.
- SILVA, João Palma da. *Pequena História de Canoas : Cronologia*. Canoas, RS: Secretaria de Educação e Saúde de Canoas, 1978.
- VIEGAS, Danielle Heberle. *Entre o passado e o futuro da cidade: Um estudo sobre a urbanização de Canoas/RS(1929-1959)*. 2011.186 f. Dissertação (Mestrado em História) - PUCRS, Porto Alegre, 2011.

África ilustrada: a mitologia africana e sua valorização no ambiente escolar

Évylin Koligoski da Silva¹

A valorização da cultura africana no ambiente escolar

O dia 20 de novembro foi instituído por lei como o Dia da Consciência Negra. Essa data foi escolhida, pois é a data da morte do Zumbi dos Palmares, líder do Quilombo dos Palmares que morreu lutando pela liberdade dos escravizados e pela conquista de direitos de seu povo. Essa data é reservada para que as pessoas, de um modo geral, possam refletir sobre as cicatrizes que o passado de escravidão deixou na pele negra e no solo brasileiro. Não é um momento de comemoração, e não apenas um dia para se pensar sobre os preconceitos e o racismo que o povo negro enfrenta. A reflexão deve ser diária. E a escola, sendo um lugar de aprendizado, deve trabalhar essa reflexão no dia a dia escolar.

Pensando nisso, o Pibid (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência) pode funcionar como uma ferramenta para trazer assuntos de cunho social para dentro das escolas, auxiliando no desenvolvimento e no conhecimento dos alunos e alunas. No Brasil as escolas podem ter acesso ao programa do Pibid para compor atividades na escola durante um período de quarenta e oito meses. Dessa maneira, a escola pode ter Pibid de História, Biologia, Educação Física, entre outros campos dos saberes.

¹ Graduanda em História - Universidade La Salle. E-mail: evylinks@hotmail.com. Orientação: Raul Rois Schefer Cardoso - Doutorando em História

O projeto a ser apresentado neste resumo foi aplicado por um grupo de bolsistas do Pibid, que são graduandos e graduandas da Universidade La Salle / Canoas, em História Licenciatura. Esse grupo formado por cinco estudantes, Amanda Oliveira, Évylin Koligoski da Silva, Hugo Alves, Masaaki Funakura e Tiago Kieffer, atuou em 2016/2 no Colégio Estadual Tereza Francescutti, localizado no Bairro Mathias Velho, na cidade de Canoas, no Rio Grande do Sul.

O objetivo principal do projeto foi estudar a mitologia africana, que não é frequentemente estudada em sala de aula, para que os alunos e alunas pudessem ter conhecimento sobre a rica cultura africana e sua representatividade na sociedade brasileira. Essa ideia partiu do princípio de que mitologias como a grega e a romana são amplamente difundidas tanto no ambiente escolar quando em outros lugares como filmes, livros, desenhos, histórias em quadrinhos etc, enquanto pouco se tem conhecimento sobre a mitologia africana, suas lendas, mitos, contos e fábulas. Esse projeto foi aplicado em todas as turmas do Ensino Fundamental e Médio, totalizando quinze turmas.

Pensando em uma dinâmica lúdica para a apresentação deste assunto, encontramos um livro chamado “Mãe África: mitos, lendas, fábulas e contos” do escritor Celso Sisto é trabalhando como ilustrador, contador de histórias do grupo Morandubetá (RJ), ator, arte-educador, crítico de literatura infantil e juvenil. Sisto é Mestre em Literatura Brasileira pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Doutor em Teoria da Literatura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Sisto, nesse livro, narra inúmeras histórias que são contadas de geração em geração por diversos povos do continente africano. Para o nosso projeto, foram escolhidas cinco histórias: “*Mito de criação*” do Povo Boshongo, África Central, “*A origem da morte*” da África do Sul, “*Son-eib, o filho da chuva*” do povo San, no sul da África, “*As vozes dos pássaros*” do povo Iorabá [não seria Iorubá?], Nigéria e Benin e “*O focinho branco do burro*” de Berbere, do norte da África.

O nome do projeto intitulou-se “*África Ilustrada*”, pois o intuito era que os alunos e alunas ilustrassem o conto escolhido pela turma, seja em forma de história em quadrinhos, como uma ilustração da parte da história que mais lhe chamassem a atenção. O desenho era de livre escolha, trazendo vida e cor aos contos. Porém, antes que eles fizessem seus desenhos, foi pensado em um debate que colocasse em pauta o conhecimento dos alunos e alunas em relação ao continente africano. O projeto foi desenvolvido na Semana da Consciência Negra, aproveitamos para debater com os alunos sobre essa data. Assim, para dar forma ao debate, perguntamos: “Quando se fala em África, qual a primeira coisa que vem à sua cabeça?”, “E sobre cultura africana?”, “Você conhece alguma coisa sobre a cultura negra brasileira?”, “Por que a data do dia 20 de novembro é o Dia da Consciência Negra?”, “Você acha importante ter uma data para esse dia?”, “Vocês conhecem alguma coisa sobre mitologia africana?”.

Durante o debate, pôde-se perceber que os alunos e as alunas associavam a África, primeiramente, à pobreza, a animais selvagens, a doenças, a miséria e logo depois a sua cultura como, danças, festas, cores, roupas diferentes etc. Ao ser explanado para eles que na África existiam príncipes, princesas, reis e rainhas percebemos uma leve surpresa entre eles, pois desconheciam essas realidades. Contudo, durante as respostas, sobre a consciência negra, alguns alunos e alunas manifestaram-se demonstrando aversão a esse dia, pois “se tem o dia do negro, porque não tem do branco também?”, palavras de um aluno. Assim, a partir dessa fala procuramos desconstruir esse pensamento, nosso objetivo era que percebessem que essa data é um instrumento que possibilita o debate sobre a dívida histórica que o Brasil tem com os povos escravizados vindos da África. Após debatermos sobre todos esses temas, colocamos no quadro o nome das cinco histórias selecionadas do livro já mencionado de Celso Sisto, para que eles votassem no título que mais lhe chamassem a atenção. Um de nós, aluna/o do Pibid, contaria a história escolhida e em seguida os alunos e alunas deveriam escolher entre desenhar

uma história em quadrinhos, contando a narrativa, ou apenas a parte que mais haviam gostado. Os desenhos de cada turma seriam recolhidos, e alguns selecionados, para serem expostos nos murais da escola.

Conseguimos construir um conhecimento com as turmas, a partir da análise de uma cultura pouco debatida na escola. Nosso projeto buscou desconstruir possíveis estereótipos que pudessem emergir da fala dos alunos e alunas sobre o continente africano, bem como valorizar a cultura africana através de sua mitologia, tão rica e fascinante quanto à cultura grega e a cultura romana, que são mais evidenciadas. Através do debate sobre o tema da conscientização do dia 20 de novembro, acreditamos que os alunos e alunas conseguiram perceber a importância dessa data como uma forma de reflexão sobre a luta do povo negro em se afirmar como seres humanos dignos de respeito e direitos. Da mesma forma, quanto é rica a sua história e sua cultura e sua representatividade na nossa cultura. E, por fim, que herdamos muito do povo vindo do outro lado do oceano e devemos respeito ao povo tão subjugado e explorado.

Referencias

Ministério da Educação/Secretaria da Educação Continuada *Alfabetização e Diversidade*. Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais. Brasília: SECAD, 2006

SANTOS, José Antônio dos; CAMISOLÃO, Rita de Cássia; LOPES, Véra Neusa. (orgs.). *Tramando falas e olhares, compartilhando saberes: contribuições para uma educação antirracista no cotidiano escolar*. Porto Alegre: UFRGS, 2008. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

SISTO, Celso. *Mãe África: mitos, lendas, fábulas e contos*. São Paulo, PAULUS, 5ª edição, 2014.

Práticas punitivas no ensino primário riograndino (1848-1856)

Gabriela Portela Moreira¹

O presente trabalho surge de uma pesquisa, que busca investigar a utilização de castigos físicos no Ensino Primário na cidade de Rio Grande durante o período de 1848 a 1856. Pretende-se analisar de que forma a sociedade (pais, tutores, professores e demais autoridades) entendiam os castigos físicos aplicados em alunos e como esses agentes lidavam em casos de violência excessiva.

Buscou-se aporte em trabalhos já desenvolvidos sobre o tema (DALCIN 2005, LEMOS, 2012; NOVICK, SCHENA, 2010; SOARES, VIANA 2004; SOUZA, FREITAS 2012; ARRIADA, NOGUEIRA, VAHL, 2012), que mostram de que forma essas praticas estavam inseridas no meio escolar, disseminadas e legitimadas pela sociedade.

A utilização de punições físicas remete a uma cultura geral violenta, bem como pode ser caracterizada como parte da cultura escolar vigente. Para Dominic Julia, cultura escolar pode ser descrita como:

“[...] um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas” (JULIA, 2001, p.10-11).

¹ Graduanda em História - Universidade La Salle - gabriela.pmoreira@hotmail.com - Orientadora: Cleusa Maria Gomes Graebin - Doutora em História.

Neste sentido, todas as atitudes concernentes ao ambiente escolar visavam projetar nos alunos características necessárias à vida social. Bem como os professores e demais autoridades eram moldados por tais ideais, e dessa forma reproduziam comportamentos, normas e etc, servindo como exemplos para a mocidade.

Segundo Ariès (1978, p.118) “a história da disciplina escolar nos permite acompanhar a mudança da consciência coletiva nessa questão”. Segundo o autor o sistema disciplinar surge no século XV e possui três pilares: a vigilância constante, a delação e a aplicação castigos corporais. A violência estava institucionalizada e regulamentada. O próprio método de ensino vigente no Brasil já incluía métodos disciplinares².

Isto remete a Bourdieu (1989) quando explica os instrumentos de conhecimento e, nesse caso, a escola a atuar como instrumentos simbólicos estruturantes, de uma mocidade desejável, cujo objetivo era desenvolver adultos disciplinados. É no ambiente escolar que podemos perceber as relações de poder entre professores-alunos e inspetores/diretores-professores. No que tange a essas relações, o autor comenta: “as relações de comunicação são, de modo inseparável, sempre, relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidas nessas relações”. (BOURDIEU, 1989, P. 11)

Em se tratando da difusão de uma disciplina social, para FOUCAUT (1976) a escola caracteriza-se como um espaço de disciplinarização de corpos, nesse sentido as relações de poder e

² De acordo com a lei de 15 de outubro de 1827, o método de ensino mútuo seria aplicado nas aulas públicas, este consistia em nomear alunos monitores que auxiliariam outros alunos, porem sob a direção de um professor. Os métodos de disciplina abrangiam quarentena em um banco, isolamento em um gabinete especial, solitária, ficar em frente á um cartaz que continha as faltas cometidas e por fim expulsão da escola. (BASTOS, 1999)

dominação agem diretamente sobre o corpo do indivíduo, objetiva-se a sujeição deste.

As fontes pesquisadas fazem parte de acervos do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS), nos fundos documentais intitulados “Instrução Pública”, “Fazenda”, “Requerimentos”, “Câmaras Municipais”, “Falas e Relatórios dirigidos a Assembleia Legislativa do Estado”; no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERES) busca-se processos de responsabilidade da comarca de Rio Grande.

Desde a primeira Lei da Instrução Primária, na Província, em 1837³, o artigo 28 previa: “Os Professores, e Professoras poderão castigar moderadamente os seus discipulos, se as penas moraes forem ineficazes.” (TAMBARA, ARRIADA, 2005). Em novo Regulamento em 1842, a punição e disciplina se estendiam para além do ambiente escolar, o artigo 21 prevê o seguinte:

“As faltas cometidas pelos alumnos, tanto na Escola como fóra della, serão punidas em primeiro lugar com a pena de prisão solitária, e só quando esta for infructifera, o Professor infligirá a pena physica com moderação proporcinada à idade, e sensibilidade do alumno, e á gravidade da falta, não podendo em caso algum exceder o castigo a doze palmatoadas, e sim annexarse-lhe a pena de prisão solitaria quando o caso exigir.” (TAMBARA, ARRIADA, 2005)

Escolheu-se trabalhar com casos de castigos físicos infligidos a alunos das Cadeiras de Primeira Letras da cidade de Rio Grande (RS), especificamente, registro de agressão de dois professores, a saber: do professor da Primeira Cadeira de Primeiras Letras, Francisco de Paula Soares, no ano de 1848⁴ e do professor da

³ Regulamento que se segue a descentralização do ensino, com o Ato adicional de 1834, que reservava a União o direito de legislar sobre o ensino superior, enquanto a cargo das províncias ficava o de regulamentar e prover o ensino primário. (XAVIER, 1994, p.73)

⁴ AHRS, Livro 1001, p. 14.

Segunda Cadeira de Primeiras Letras, Joaquim Pedro d'Alcantara Dourado.

A atitude de Francisco de Paula Soares gerou um processo, agravado por atitudes como motivar os alunos a ficar na rua, e brincar no sol, o que ia contra ao que previa o Regulamento no artigo 19, que determinava o estabelecimento de professores e alunos dentro da sala no período de aula⁵. Tal conduta ocasionou visita de inspeção do Diretor Geral da Instrução Publica, este decide por suspender o professor por dez dias⁶.

O outro caso de agressão ocorre em setembro de 1854 quando o professor da Segunda Cadeira de Primeiras Letras da cidade de Rio Grande, Joaquim Pedro d'Alcantara Dourado agride o aluno José Maria Gomes.⁷ Em novembro do mesmo ano, novamente o professor utiliza-se de castigos físicos, desta vez no aluno Joaquim Bernardino de Sena⁸. Estes dois casos de agressão resultam em processos de responsabilidade, cujo réu é o professor, em ambos os processos o professor é condenado a suspensão do serviço público⁹.

A escolha desses dois processos deu-se em função de se trabalhar a partir da Micro-História, que propõe uma “redução de escala”, como uma análise microscópica da documentação. Ou seja, “a seleção de um ponto específico da vida real, a partir do qual se exemplificam conceitos gerais” (LEVI, 1992, p. 138). Dessa forma, segundo LEVI (1992) a essência de tal método é a crença que este revelará fatores não observados, tendo em conta que os sistemas normativos regem as reações, escolha e ralações do indivíduo à determinada estrutura normativa (seja o estado, sociedade ou família), a partir disto, pode-se utilizar o resultados de tal pesquisa para uma “generalização mais ampla, embora as observações

⁵ Regulamento para as Escolas Publicas de Instrução Primária – 1842 (TAMBARA, ARRIADA, 2005)

⁶ AHRS, Livro 1001, p. 27.

⁷ AHRS, Livro 1002, carta n° 77.

⁸ AHRS, Livro 1002, carta n° 110.

⁹ AHRS, Livro 1002, carta n° 99.

iniciais tenham sido feitas, dentro de dimensões relativamente estreitas” (p. 141).

Como resultados iniciais tem-se que processos disciplinares consolidaram-se nas aulas de primeiras letras em Rio Grande, embasados em regulamentos e leis, e legitimados pelo sistema social vigente, violento e coercitivo. Os professores mencionados foram investigados, punidos por suas condutas (seja com suspensão ou processos), práticas que nos levam a crer que a fiscalização das aulas, associadas ao movimento comunitário, interferiam no andamento e postura escolar de professores e alunos. Esta pesquisa prossegue na análise da documentação, para entender como a sociedade se manifestou nesses processos e como foram conduzidos por autoridades, a fim de chegar a condenação do réu.

Referencias

ARIÉS, Philippe. História Social da Criança e da Família. Rio de Janeiro: LTC, 1978.

ARRIADA, Eduardo; NOGUEIRA, Gabriela Nogueira; VAHL, Monica Maciel; A sala de aula no século XIX: disciplina, controle, organização. Conjectura, v. 17, n. 2, p. 37-54, maio/ago. 2012

BASTOS, Maria Helena Camara. O método mútuo no Brasil (1808-1827). In: BASTOS, Maria Helena Câmara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Orgs.). A escola elementar no século XIX: o método monitoria/ mútuo. Passo Fundo: EDIUPF, 1999, p. 95-118.

BOURDIEU, Pierre. O poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989 (8. ed).

DALCIN, Talita Banck.Os castigos corporais como práticas punitivas e disciplinadoras nas escolas isoladas do Paraná (1857-1882). 2005. 137f. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LE MOS, Daniel Cavalcanti de Albuquerque. Os Cinco Olhos do Diabo: os castigos corporais nas escolas do século XIX. Educ. Real., Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 627-646, maio/ago. 2012. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade>

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1992.

NETO, Kraemer. Nos tempos da Velha Escola. Porto Alegre: Sulina, 1969.

NOVICK, Elisângela B.; SCHENA, Valéria. Os castigos e punições escolares: Uma perspectiva histórica no Paraná: Região do Vale do Iguaçu. In: Jornada HISTDEBR. 10. 2011. Vitória da Conquista. Caderno de Resumos. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. p. 92.

SCHNEIDER, Regina Portella. A instrução pública no Rio Grande do Sul (1770-1889). Porto Alegre: Universidade/UFRGS/EST Edições, 1993.

SOARES, Marcilaine Inácio; VIANA, Fabiana da Silva. A instrução elementar e os castigos escolares em Minas Gerais no século XIX. In: Congresso Brasileiro de História da Educação. 3. 2004. Curitiba. Anais. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

SOUZA, Milena Cristina Aragão Ribeiro; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno. Práticas de castigos escolares nos 1800: O cotidiano no Plural. In: Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”. 9. 2012. João Pessoa. Anais. Universidade Federal da Paraíba.

TAMBARA, Elomar; ARRIADA, Eduardo (orgs.). *Coletânea de Leis sobre o ensino primário e secundário no Período Imperial Brasileiro*. Pelotas: Seiva, 2005.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Parado; RIBERIO, Maria Luisa; NORONHA, Olinda Maria. *História da Educação: a escola no Brasil*. São Paulo, FTD, 1994.

Coopcamate: importância social e ambiental na cidade de canoas e quadrinhos em sala de aula a favor da educação ambiental

*Hugo Guilherme Alves da Silva*¹

A cidade de Canoas-RS tem um problema recorrente e antigo que são as enchentes e alagamentos por grande parte da cidade, incluindo o bairro Mathias Velho que tem sua situação agravada pelo rápido crescimento populacional, causado pelo êxodo rural e pelas ocupações ou invasões, (PENNA, 2000, p. 80-81) e pela forma incorreta de descarte de dejetos e resíduos que é praticado por esta população. O problema das enchentes foi solucionado parcialmente pela construção dos diques nos anos de 1960. Assim, tem papel de destaque as cooperativas de catadores de materiais recicláveis através da coleta de resíduos que são descartados pela população do bairro, atuando ecologicamente na comunidade ajudando a preservar o meio ambiente, prevenindo enchentes, causadas pelo assoreamento do “valões” e entupimento das bocas de lobo, e reciclando materiais como forma de captação de renda necessária para o sustento de várias famílias da comunidade.

A partir disso se criou o projeto “COOPCAMATE importância social e ambiental na cidade de Canoas e quadrinhos em sala de aula a favor da educação ambiental” que tem como

¹ Graduando em História - Universidade La Salle. E-mail: hugog97alves@gmail.com. Orientação: Raul Róis Schefer Cardoso – Doutorando.

objetivo integrar a comunidade escolar com a Cooperativa, no sentido de educação ambiental. Para isso, pensamos em desenvolver com os professores e alunos do Colégio Estadual Tereza Francescutti uma cartilha informativa em forma de história em quadrinhos.

Justificativa

Percebemos a necessidade de estudar as questões referentes a Cooperativa, pois esta faz parte do bairro, da vida cotidiana da comunidade escolar e da cidade como um todo, já que esta Cooperativa atende a vários bairros da cidade de Canoas-RS. Quando fizemos a primeira visita percebemos um grande vínculo que a COOPCAMATE tem com o Colégio Tereza Francescutti e com a comunidade do bairro, pois grande parte das pessoas que trabalham ou trabalhou na Cooperativa estudaram, ou tem filhos que estudam no Colégio, e evidenciamos que essas pessoas gostam e simpatizam com o mesmo. Procuramos desta forma demonstrar o importante papel social cumprido por estes trabalhadores e trabalhadoras, com o intuito de auxiliar na diminuição das desigualdades enfrentada por esta comunidade extremamente carente.

Na segunda visita a Cooperativa de Catadores de Material Reciclável (COOPCAMATE), foi realizada com os grupos do Pibid dos cursos de História e Química, para estreitar os vínculos entre a Cooperativa e a Universidade La Salle. Nesse segundo encontro nós da Universidade expomos nossas ideias sobre o projeto e como estamos pensando em executá-lo junto à comunidade escolar, percebemos, com grande surpresa, que a maioria dos cooperados adoraram essa parceria para continuarmos com o projeto.

Objetivos

Um dos principais objetivos do projeto é fazer-se notar a COOPCAMATE frente a comunidade, valorizando o papel social que a cooperativa exerce no bairro e na cidade tanto socioeconômico quanto socioambiental.

Trocar sabres e conhecimentos entre a Universidade La Salle, Colégio Estadual Tereza Francescutti e COOPCAMATE, para enriquecer o conhecimento de todos os envolvidos e envolver mais pessoas nesse projeto.

Conscientizar a comunidade escolar sobre o descarte correto de lixo e materiais recicláveis para que a Cooperativa possa recuperar esses materiais da maneira menos insalubre possível, para maior valorização no mercado de seus produtos, neste momento os alunos do curso de Química junto com os trabalhadores elaborarão um seminário para os educandos do Colégio.

Incentivar o lado crítico e criativo dos alunos, para que estes possam criar uma espécie de cartilha informativa em formato de história em quadrinhos, esta cartilha trará informações sobre o descarte de lixo conforme citado anteriormente. Para a apresentação da cartilha pensamos na criação de uma super-heroína negra para contemplar gênero e etnia.

Referencial Teórico

Na tentativa de envolver as famílias da comunidade a partir dos alunos nos anos iniciais do Ensino Fundamental, pois como nos fala Moraes, a família é a primeira unidade complexa com a qual a criança tem contato, pensando assim, podemos refletir que os alunos podem não só falar sobre a educação ambiental como também politizar seus familiares, no exemplo de quando os mesmos misturarem os resíduos:

As famílias surgem como expressão do desejo de intercomunicação afetiva, seja na expansão de sentimentos, seja necessidade de mútuos

amparos. Em seu desenvolvimento, precisaremos também, entendê-las como redes (tramas) existenciais de sustentação de seus membros, de modo especial dos mais dependentes.

Isto se evidencia, sobretudo, quando as crianças tomam consciência – por volta de dois anos e meio e três – da mortalidade. Aqui usamos a expressão “tomar consciência” no sentido de penetrarem reflexivamente a gravidade das perdas [...]. É a família a primeira unidade complexa da sociedade, [...]. Ora, quando se fala em liame social está-se usando importante imagem da sociedade como um tecido. Indivíduo, família, classe social e agrupamentos maiores constituem as microfibras e as macrofibras que, enlaçando-se, configuram a sociedade maior. (MORAIS, 2004: 99-100)

Como nos ensina Reigota, devemos buscar a educação ambiental como uma educação política, pois assim os educandos que são agentes públicos e políticos que podem ser influenciados como também podem influenciar outras pessoas, terão ferramentas para serem autônomos em suas escolhas e decisões, e refletindo sobre a convivência e o bem comum:

A educação ambiental como educação política está comprometida com a ampliação da cidadania, da liberdade, da autonomia e da intervenção direta dos cidadãos e das cidadãs na busca de soluções e alternativas que permitam a convivência digna e voltada para o bem comum. (REIGOTA, 2009: 13).

Quando a educação ambiental ultrapassa os muros das escolas, do qual é um dos principais objetivos de nosso projeto, é possível ver o educando ativo dentro de seus núcleos familiares, pois este consegue ser empírico naquilo que eles conseguem ver, tocar, sentir e respirar:

Salienta-se, todavia, que as práticas de educação ambiental não se restringem apenas à sala de aula. Muitas vezes o aluno/sujeito poderá apreender o mundo que o cerca, preocupando-se em buscar soluções para os atuais/ futuros problemas relacionados ao meio ambiente, se tiver a oportunidade de entrar em contato com este mundo, em escolares, como contato com veículos da mídia, saídas a campo, jogos lúdicos, entre outros. Os estudantes se beneficiam com um currículo que incluía a oportunidade para a experiência, desenvolvendo o

conhecimento sobre o ambiente e o papel de cada um neste. (LISBÔA, JUNQUEIRA, DEL PINO, 2008: 32-33)

Metodologia

Como um ponto inicial foi feita uma visitação para firmar parceria com a Cooperativada de catadores de materiais recicláveis, citada anteriormente, visita feita pelos PIBIDs de História e Química com o objetivo de conhecer melhor o trabalho dos cooperativados, deixá-los cientes do trabalho a ser desenvolvido, colher depoimentos do trabalho, do cotidiano e dos riscos do manuseio e contato com os resíduos presente nos materiais recolhidos.

Depois dessa visita, será realizado os primeiros relatos aos alunos do Colégio Tereza Francescutti pelos pibidianos de História em seminários que tratem sobre a questão social e histórica da cooperativa, visando aproxima-los da realidade dessas pessoas que trabalham na COOPCAMATE com os alunos.

Num segundo momento, será realizado um seminário com os pibidianos de Química com o intuito de trazer os riscos do trabalho na cooperativa em relação a reciclagem e separação do material reciclado. Também mostrar a importância do trabalho da Cooperativa para que os alunos percebam o papel social e ambiental da mesma.

Como resultado dos seminários será construído lixeiras de reciclagem no colégio em parceria com a Cooperativa para ajudar na coleta de lixo e no trabalho da COOPCAMATE e a criação de uma personagem ficcional que tem o objetivo social de conscientização ecológica, representar as trabalhadoras e trabalhadores da cooperativa e seu trabalho. Essa personagem será feita com todos os alunos e os melhores desenhos serão selecionados e um será escolhido em uma votação com todo o colégio.

Para o desenvolvimento da cartilha em formato de história em quadrinhos, foi pensado pelos dois grupos de pibidianos levar até a escola convidados do mestrado e da graduação da Universidade. Estes convidados desenvolveriam oficinas de roteiros para histórias em

quadrinhos para fornecer embasamento teórico entre os alunos, a fim de que estes criassem a referida cartilha.

Análise de dados e Resultados

Até o momento fizemos apenas duas visitas a Cooperativa, a primeira promovida pelo corpo docente do Colégio Estadual Tereza Francescutti que contou com a participação dos pibidianos da História e, mais recentemente foi realizada uma nova visita à Cooperativa, com as presenças dos dois grupos de Pibid, onde houve as apresentações tanto por parte dos cooperativados quanto por parte dos dois grupos de Pibid.

Até o momento tivemos oportunidade de levar aos trabalhadores cooperados, a nossa preocupação em dar visibilidade e importância ao trabalho realizado pelos mesmos, por estarmos no início do nosso projeto, nossos resultados são parciais.

Referências

- LISBÔA, Livia Lüdke. JUNQUEIRA, Heloisa. DEL PINO, Jose Claudio. *Histórias em quadrinhos como material didático alternativo para o trabalho de Educação Ambiental*. Gaia scientia. João Pessoa. Vol. 2, n. 1 (mar. 2008), p. 29-39
- MORAIS, Regis de. *Educação, mídia e meio ambiente*. Campinas, SP: Alínea Editora, 2004.
- PENNA, Rejane Silva (coord.). *Mathias Velho. Canoas: para lembrar quem somos*, 6. Canoas: La Salle, 2000.
- REIGOTA, Marcos. *O que é educação ambiental*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

Políticas públicas transversais: desafios para a educação e a cultura

Simone Luz Ferreira Constante¹

O recorte da investigação apresentado neste trabalho tem como enfoque apresentar parte dos resultados de uma pesquisa mais ampla, cuja problemática envolveu os modos de pensar sobre educação, cultura e transversalidade na formulação e implementação das políticas públicas brasileiras, considerando o contexto brasileiro dos últimos trinta anos, compreendendo o período de 1985 a 2015. Realizada em nível de mestrado², contou com o financiamento do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (PROSUP) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Algumas questões nortearam a investigação, dentre as quais se destacam: *Sob quais condições emergiram tais políticas públicas no contexto brasileiro das últimas três décadas (1985-2015)? Como a cultura vem sendo governada, moldada e regulada por essas políticas?*

É preciso ressaltar que o marcador temporal inicial – ano de 1985 – justifica-se em virtude da criação do Ministério da Cultura (MinC), o qual assumiu o gerenciamento das políticas culturais do país desde então, desvinculando-se do Ministério da Educação (MEC). Para responder às indagações de pesquisa, foi construído

¹Doutoranda em Memória Social e Bens Culturais - Universidade La Salle-simone.constante@gmail.com.

² CONSTANTE, Simone Luz Ferreira. **Concepções de educação e cultura nas políticas públicas transversais no Brasil atual**: embates e descompassos. Dissertação (mestrado) – Universidade Luterana do Brasil, Programa de Pós-Graduação em Educação, Canoas, 2017. 163 f.: il.

um panorama histórico das políticas públicas que pretendiam a transversalidade entre as áreas da educação e da cultura no Brasil, de modo a identificar os marcos legais que criaram programas e ações para esta finalidade, no período compreendido até 2015.

Percurso histórico

O panorama histórico foi construído a partir de um levantamento de documentos internacionais e nacionais que impactaram na formulação de políticas públicas de educação e cultura no Brasil, incluindo leis, declarações, manifestos e acordos como: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966); Agenda 21 da Cultura (2004); Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005); Constituição Federal Brasileira de 1988; Lei nº 5.692/1971 – Diretrizes e Bases para o ensino; Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/96; Parâmetros curriculares nacionais: arte; Parâmetros curriculares nacionais: temas transversais.

Ao estudar estes documentos, percebeu-se uma crescente e forte discussão, em âmbito internacional, acerca dos direitos humanos e sociais. Exemplo disso foi a proclamação da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, por meio da resolução 217 A (III), durante a Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1948, na cidade de Paris, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Evidenciava um ideal comum de proteção universal dos direitos humanos entre todos os povos e nações, fazendo menção à promoção do respeito aos direitos e liberdades, através do ensino e da educação de cada indivíduo e cada órgão da sociedade. Em seu Art. 22, explicitava que

“Todo ser humano, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais

indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade” (ONU, 1998, p.5).

Reflexões como esta resultam, em 1988, na inclusão dos direitos básicos de acesso à educação e à cultura a todos os cidadãos brasileiros, como parte integrante da chamada Constituição Cidadã. Alguns anos mais tarde, em 1996, uma reforma na educação básica brasileira, por meio da lei nº 9.394/1996 (nova LDB), passa a estabelecer o ensino de arte, especialmente em suas expressões regionais, como componente curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos. Em 1997, o Ministério da Educação e do Desporto lançava uma série de 10 volumes dos PCN, dentre os quais se destaca o volume VI – *Arte*, em cuja apresentação consta:

“A educação em arte propicia o desenvolvimento do pensamento artístico, que caracteriza um modo particular de dar sentido às experiências das pessoas: por meio dele, o aluno amplia a sensibilidade, a percepção, a reflexão e a imaginação. Aprender arte envolve, basicamente, fazer trabalhos artísticos, apreciar e refletir sobre eles. Envolve, também, conhecer, apreciar e refletir sobre as formas da natureza e sobre as produções artísticas individuais e coletivas de distintas culturas e épocas” (BRASIL, 1997b, p. 15).

Outro destaque é o caderno VIII - *Apresentação dos Temas Transversais e Ética*, em que são reconhecidas as diversas heranças culturais que formam a população brasileira, os temas transversais passam a ser discutidos como parâmetros para um currículo básico em todo território nacional. Em seu artigo 5º (p. 3), o documento aponta que "toda pessoa tem direito a uma educação e uma formação de qualidade que respeite plenamente sua identidade cultural" e que deveria poder participar da vida cultural e exercer suas próprias práticas culturais, desde que respeite os direitos humanos e as liberdades fundamentais. Neste sentido é reforçada a responsabilidade dos educadores e equipes técnicas em elaborar

programas curriculares e projetos educativos de forma a adaptar e priorizar conteúdos que levem em conta as realidades particulares, conjunturas sociais específicas e o nível de desenvolvimento dos alunos "pela enriquecedora oportunidade de conhecer as histórias de dignidade, de conquista e de criação, de culturas e povos que constituem o Brasil, de tudo que, sendo diverso, valoriza a singularidade de cada um e de todos" (BRASIL, 1997c, p. 15).

Esta discussão foi também alavancada por muitas lutas sociais, estabelecendo condições favoráveis para a criação de duas importantes leis em vigência no país: a Lei nº 10.639/2003³, que cinco anos mais tarde foi complementada pela Lei nº 11.645/2008⁴, de modo a instituir a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena nas escolas de educação básica no currículo oficial da rede de ensino. Conforme argumento da própria lei, "os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras". Os conteúdos programáticos deveriam, portanto, incluir aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a história da África e dos africanos, as culturas negras e indígenas brasileiras, além de evidenciar as contribuições desses dois grupos étnicos nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

Outros desdobramentos da LDB e dos PCN/Arte resultaram em marcos regulatórios importantes para o ensino das artes na

³ BRASIL. Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm Acesso em 20 de novembro de 2016.

⁴ BRASIL. Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm Acesso em 20 de novembro de 2016.

educação escolar, sendo esses: a Lei nº 11.769/2008⁵, que institui a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica, devendo ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular; a Lei nº 13.006/2014⁶, que obriga a exibição de filmes de produção nacional por, no mínimo, duas horas mensais, como componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola; a Lei nº 13.278/2016⁷, que altera a LDB e institui como linguagens que constituirão o componente curricular do ensino de Artes, as artes visuais, a dança, a música e o teatro, em todas as etapas e modalidades da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos estudantes.

Dentre as justificativas apresentadas para a aprovação deste último projeto de lei, que vinha suscitando fortes discussões no Congresso Nacional, ainda neste ano de 2016, estão a exigüidade da jornada escolar e a influência dos conteúdos cognitivos exigidos pelos vestibulares no currículo do ensino fundamental e médio, fazendo com que o ensino das artes perdesse tempo e espaço nos horários escolares. O documento constatava a desvalorização e mesmo ausência da música e das artes plásticas no currículo escolar, em grande parte por falta de professores formados especificamente nessas áreas. Já as artes cênicas, por força da interdisciplinariedade, subsistiam, de forma fragmentada, mais no ensino da língua portuguesa do que na educação artística propriamente dita. Nesse sentido, a lei reivindica maior espaço para a cultura e as artes no território do currículo, além de legitimidade como campo do conhecimento na educação básica e formal.

⁵ BRASIL. Lei nº 11.769 de 18 de agosto de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/lei/L11769.htm> Acesso em 20 de novembro de 2016.

⁶ BRASIL. Lei nº 13.006 de 26 de junho de 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13006.htm Acesso em 20 de novembro de 2016.

⁷ BRASIL. Lei nº 13.278 de 2 de maio de 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13278.htm Acesso em 20 de novembro de 2016.

Reflexões Finais

É evidente nesta pesquisa que, nas últimas três décadas, o Brasil vem passando por profundas transformações na forma de gerir os campos da educação e da cultura, parecendo ser cada vez mais desejável a transversalidade. Contudo, ainda que se reconheça que o ensino de arte na educação básica é fundamental para a capacidade de ampliar a sensibilidade, a reflexão e a imaginação dos indivíduos, isto é, seus modos de ver e estar no mundo, sua sociabilidade e senso crítico, as hierarquias entre as disciplinas parecem estar muito sólidas dentro do currículo escolar. No caderno *VIII - Apresentação dos Temas Transversais e Ética* é apresentada a concepção de transversalidade como uma problemática que atravessa os diferentes campos do conhecimento, sendo inviável tentar trabalhar sua complexidade em uma disciplina específica. Destaca-se neste trecho que

“a transversalidade promove uma compreensão abrangente dos diferentes objetos de conhecimento, bem como a percepção da implicação do sujeito de conhecimento na sua produção, superando a dicotomia entre ambos. Por essa mesma via, a transversalidade abre espaço para a inclusão de saberes extraescolares, possibilitando a referência a sistemas de significado construídos na realidade dos alunos (BRASIL, 1997a, p. 31).

Desta forma, segundo os PCN, gestionar transversalmente as políticas públicas de educação e de cultura seria compreender de modo abrangente os diferentes objetos de conhecimento e as implicações dos sujeitos em sua construção. Indo mais além, significaria romper os muros das instituições educacionais, permitindo que outros sistemas de significados, construídos *em e para além* destes espaços legitimados de educação, possam ser acessados e discutidos. Bem como dar maior espaço a sujeitos não diplomados academicamente, tais como mestres griôs, profissionais

com larga experiência nas áreas artísticas, dentre outros da tradição oral e do notório saber em questões relacionadas ao patrimônio cultural imaterial, para que possam ensinar nos espaços educativos formais e não formais. De modo que, esses tantos outros saberes “extra-escolares” possam ser democratizados e problematizados nas salas de aula, desnaturalizando determinados conteúdos hegemônicos nos currículos da educação básica. Uma forma de respeitar e incorporar os saberes do cotidiano, trazendo uma metodologia de aproximação entre professores, estudantes e a sociedade como um todo. Por meio de conteúdos mais próximos da realidade local dos educandos, talvez seja possível estabelecer uma nova compreensão das práticas pedagógicas.

Contudo, o Brasil ainda se encontra em um processo de democratização das esferas políticas e busca de compreensão sobre a importância da cidadania para a consolidação de um Estado em que direitos e deveres tornem-se equilibrados nas práticas político-sociais. Embora a transversalidade pareça ser cada vez mais desejável na gestão pública, ela mostrou-se ainda muito distante das práticas governamentais no que se refere a estas duas áreas. As políticas vêm sendo implementadas com base em suposta cooperação, mas não se poderia afirmar serem efetivamente transversais, o que aponta para certo descompasso entre os dois ministérios (MEC e MinC). Os embates ocorrem fortemente em torno do lugar que a cultura ocupa no território escolar. Os muros da escola e as fronteiras do currículo, como espaços de poder e saber, parecem estar ainda muito sólidos, ficando bem demarcados nas materialidades analisadas.

Referências

BRASIL. Constituição. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997a. 130p.

BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais: arte. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997b. 146p.

BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997c. 164p.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris, 1948.

Construindo sequências didáticas para educar as relações étnico-raciais através do letramento literário

Jonathan Zotti da Silva¹

O artigo 26A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (BRASIL, 1996), torna obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena em todos os estabelecimentos de ensino de educação básica, sejam públicos ou privados. Esse artigo também assevera que essa norma serve para todo o currículo escolar, mas que os componentes curriculares de artes, literatura e história devem tratar o assunto com mais atenção. Além disso, é preciso abordar esses conteúdos com o objetivo de educar as relações étnico-raciais, através do desenvolvimento de competências, atitudes e valores, conforme orientação do artigo 3º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africanas (BRASIL, 2004). Nesse sentido, este trabalho busca trazer uma proposta de executar essas políticas públicas de educação na aula de Língua Portuguesa e Literatura da educação básica através de sequências didáticas que desenvolvam o letramento literário dos alunos.

¹ Licenciado em Letras - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: jonzsilva@gmail.com.

Letramento literário e educação das relações étnico-raciais

Uma maneira de articular esse diálogo na aula de Língua Portuguesa e Literatura é através da leitura de textos literários que estimulem a reflexão sobre a questão racial, sobre as relações étnico-raciais e sobre a história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Candido (2011) pensa a literatura como uma necessidade universal, como um direito humano. O autor justifica sua tese dizendo que, através das manifestações ficcionais, poéticas e dramáticas, as sociedades têm na literatura, assim como a escola e a família, um “fator indispensável de humanização” (CANDIDO, 2011, p.177), pois nela estão presentes os valores que a sociedade valoriza e os que considera prejudiciais. Nela podemos encontrar valorização da raízes africanas e indígenas do Brasil como também podemos encontrar negações racistas dessas origens. No entanto, é necessário experimentar ambos movimentos nos textos literários a fim de que possamos educar a maneira como nos relacionamos com a questão racial.

Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africanas, no artigo 2º, parágrafo 1º, afirma que a educação das relações étnico-raciais tem como objetivo

a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira. (BRASIL, 2004)

A partir do ponto de vista de Candido (2004), esse objetivo traçado pela legislação citada acima pode ser alcançado por meio da leitura e interpretação de textos literários. A LDBEN corrobora essa ideia quando estabelece que “os conteúdos referentes à história e

cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras” (BRASIL, 1996).

Assim, quando falamos de letramento literário, utilizamos a definição de Paulino & Cosson: “o processo de apropriação da literatura enquanto construção literária de sentidos” (2009, p. 67 apud SOUZA & COSSON, 2011). O letramento literário não é apenas desenvolver a habilidade de leitura de textos literários, mas sim “uma experiência de dar sentido ao mundo por meio de palavras que falam de palavras, transcendendo os limites de tempo e espaço” (SOUZA & COSSON, 2011, p. 103). Assim, como a educação das relações étnico-raciais, o letramento literário requer uma intencionalidade, daí a importância do processo de escolarização. A utilização da biblioteca e a leitura literária em sala de aula são instâncias em que é possível letrar-se literariamente. É inegável que esse processo de escolarização pode ocorrer de maneira inadequada. Por isso, tomamos como base a sequência básica de Cosson (2012) para estruturar esse modelo de sequência didática. Além disso, é importante atentar para a escolha da obra, principalmente quando queremos refletir sobre a questão racial numa perspectiva de educar as relações étnico-raciais.

Sequência didática

Para Schneuwly e Dolz, “uma sequência didática é um conjunto de atividades escolares organizadas, de maneira sistemática, em torno de um gênero textual oral ou escrito” (2004, p. 97). A sequência aqui proposta visa ao ensino de gêneros textuais literários, sejam orais ou escritos. Como o objetivo desta sequência didática é contribuir para a educação das relações étnico-raciais, é importante pensar na escolha da obra. Por isso, o texto a ser lido e interpretado deve abordar a questão racial de alguma maneira, direta ou indiretamente. Nesse sentido, ela foi organizada com base

na sequência básica para o letramento literário proposta por Cosson (2012), que consiste em dividir o ensino de textos literários em quatro etapas: motivação, introdução, leitura e interpretação.

Na etapa de motivação, o objetivo é preparar os alunos para que eles entrem em contato com o universo da obra literária. As atividades desta fase devem estar relacionadas à temática e à estrutura do texto, sempre com o objetivo de estimular os estudantes à leitura do texto escolhido. É indicado que essa etapa não seja muito longa, envolvendo não mais que uma aula. Cosson (2012) sugere que as atividades de motivação sejam interessantes para os alunos, pois facilita a motivação dos mesmos para o texto: “Acreditamos que o elemento lúdico que elas contém ajudam a aprofundar a leitura da obra literária” (COSSON, 2012, p. 56).

Na etapa de introdução, os alunos são apresentados à obra e ao autor ou à autora. Se a obra física estiver disponível, é interessante mostrá-la para que os estudantes se familiarizem com ela. Cosson (2012) alerta para que essa introdução não se torne cansativa para os alunos, orientando para que “a apresentação do autor não se transforme em longa e expositiva aula sobre a vida do escritor. [...] No momento da introdução é suficiente que se forneçam informações básicas sobre o autor e, se possível, ligadas àquele texto” (p. 57). Nesta fase, são apresentadas aspectos importantes do texto, justificando a escolha do mesmo. Relacionar a obra com a importância de refletirmos sobre a questão racial é um elemento importante nessa etapa. Cosson (2012) afirma que “quando se está em um processo pedagógico o melhor é assegurar a direção para quem caminha com você. Por isso, cabe ao professor falar da obra e da sua importância naquele momento, justificando assim sua escolha” (p. 57).

Na etapa de leitura, o professor deve acompanhar os alunos no processo de leitura do texto escolhido. A forma como isso deve acontecer dependerá muito do gênero literário a ser lido. Se o gênero for mais curto, a leitura pode ocorrer com a mediação mais direta do professor, o que facilita o ensino de estratégias

metodológicas importantes para a leitura do texto. Se o gênero for mais longo, como um romance, a leitura deve ser estimulada pelo professor sem que os alunos se sintam vigiados, mas, sim, que eles saibam que podem ser orientados caso sintam dificuldades (COSSON, 2012). Em todos os casos, é importante organizar intervalos de leitura em que se possa refletir coletivamente sobre a obra. Cosson (2012) afirma que “é durante as atividades do intervalo que o professor perceberá as dificuldades de leitura dos alunos” (2012, p. 62). Também é nesses intervalos em que o professor poderá ajudar os alunos a refletir sobre a questão racial presente no texto.

Na etapa de interpretação, que é a última da sequência elaborada por Cosson (2012), os alunos apresentam suas interpretações sobre a leitura do texto. O autor mostra que é nessa etapa que os estudantes devem costurar suas inferências sobre a leitura da obra: “A interpretação parte do entretencimento dos enunciados que constituem as inferências, para chegar à construção do sentido do texto, dentro de um diálogo que envolve autor, leitor e comunidade” (COSSON, 2012, p. 64). Cosson (2012) também afirma que a construção desses sentidos, essas interpretações devem ser registradas, em forma de uma produção final, que deve variar de acordo com o tipo de texto, a série da turma e a idade dos alunos. Já que a construção de sentidos ocorre nesta fase, é essencial que o professor oriente as produções finais na direção da educação das relações étnico-raciais. Os produtos finais devem ser compartilhados com os outros alunos e com as outras turmas a fim de que as leituras e as interpretações também possam atingir outros públicos.

Exemplo de aplicação

Esse modelo de sequência didática foi aplicado em uma turma de nono ano do ensino fundamental em uma escola pública de Canoas (RS). O texto escolhido foi a tradução do conto “You in

America”, de Chimamanda Ngozi Adichie (2001), que foi lido de maneira coletiva com o auxílio de um notebook e de um projetor. Na etapa de motivação, os alunos tiveram de localizar Brasil, Nigéria e Estados Unidos em mapas, e buscaram algumas informações sobre a Nigéria no portal Wikipédia. Na etapa de introdução, os alunos foram apresentados ao conto e à personagem principal, Akunna, uma jovem nigeriana que viajou aos Estados Unidos após ganhar um visto estadunidense. Os estudantes também discutiram a contribuição de etnias africanas, como igbo e iorubá, que são originárias da região onde hoje se encontra a Nigéria, para a formação do povo brasileiro e sua cultura. Na ocasião as informações sobre a autora foram omitidas intencionalmente. Na etapa de leitura, o conto pode ser lido coletivamente, pois foi projetado no quadro branco de modo que cada aluno que quisesse poderia ler um parágrafo. Durante a leitura, o professor discutia algumas situações pelas quais Akunna passava, uma grande oportunidade para debater racismo e machismo e as resistências da personagem. Na etapa de interpretação, os alunos produziram um videoclipe a fim de contar a história de Akunna narrada no conto lido pela turma. Também responderam um questionário no Google Docs em que respondiam algumas perguntas referentes ao conto. Uma das questões era sobre a autoria do conto, e tiveram de selecionar qual seria a foto do autor ou da autora. A maioria dos alunos selecionou a foto de Adichie, mas por confundirem-na com Akunna, oportunizando uma discussão sobre autor, narrador e personagem. Outra opção marcada foi a de um homem branco, o que levou a turma a discutir os estereótipos racistas e machistas no que se refere à autoria literária. O videoclipe será exibido na Semana da Consciência Negra da escola.

Considerações finais

Neste trabalho tivemos a oportunidade de refletir sobre a importância de trazer a questão racial para dentro da sala de aula.

Relembramos que o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena e que a educação das relações étnico-raciais são políticas públicas que devem ser executadas por todas as instituições de ensino neste país (BRASIL, 2003; 2004). Sendo assim, foi proposto um modelo de sequência didática que foi organizado a partir das contribuições de Cosson (2012), possibilitando a educação das relações étnico-raciais através da leitura de textos literários.

Uma sugestão de como potencializar a Semana da Consciência Negra é torná-la uma exposição de produções realizadas ao longo do ano. Assim, as produções finais que devem ser realizadas na etapa de interpretação podem ser socializadas com o restante da escola nas atividades referentes a essa semana. Essa também é uma maneira de evitar que Consciência Negra seja a única oportunidade em que a questão racial seja abordada na escola.

Essa proposta de sequência didática não tem a pretensão de esgotar as possibilidades de trazer a questão racial para dentro da aula de Língua Portuguesa e Literatura. No entanto, espera-se que auxilie outros professores na execução de políticas públicas de educação que vigoram há mais de uma década, mas que sendo violadas. Que não seja por falta de conhecimento.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. You in America. *Zoetrope: All-Story Extra*, San Francisco, n. 38, inverno 2001. Disponível em: <<http://www.all-story.com/extra/issue38/adichie.html>>. Acesso em: 01 set. 2017.

BRASIL. Lei n. 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, 10 jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 20 ago. 2017.

- _____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP n. 01/2004, de 17 de junho de 2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, 22 jun. 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/reso12004.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2017.
- CANDIDO, Antonio. *Vários Escritos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.
- COSSON, Rildo. *Letramento Literário: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2012.
- PAULINO, Graça; COSSON, Rildo. Letramento literário: para viver a literatura dentro e fora da escola. In: ZILBERMAN, Regina; RÖSING, Tania. (Orgs.). *Escola e leitura: velha crise; novas alternativas*. São Paulo: Global, 2009.
- SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. *Gêneros orais e escritos na escola*. Trad. Roxane Rojo e Glais Sales Cordeiro. Campinas: Mercado de Letras, 2004.
- SOUZA, Renata Junqueira de; COSSON, Rildo. Letramento Literário: uma proposta para a sala de aula. In: UNESP. *Caderno de Formação: formação de professores, didática de conteúdos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, v. 2, p. 101-107. Disponível em: <<https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40143/1/01d16to8.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

Trajetória histórica do Centro Estadual de Educação Profissional Visconde de São Leopoldo: do patronato à escola agrícola

Maurício Pereira¹

Durante a maior parte de nossa infância e adolescência, vivemos inseridos em instituições escolares, locais onde estudamos conteúdos das mais diversas disciplinas e áreas de conhecimento, mas são também locais onde estabelecemos relações sociais e sobre as quais carregamos inúmeras lembranças. Segundo Bastos e Jacques (2014), “Toda escola tem histórias e toda história está cercada de memórias. Assim, as instituições escolares têm grande importância na construção social dessas memórias e revelam traços de tempos passados”. Com isso, por meio das interações e trocas de saberes e conhecimentos, há uma cultura criada no ambiente escolar, a qual é necessária ser estudada e compreendida.

“Para ser breve, poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização)”. (JULIA, 1995, p. 10).

¹ Graduando em História - Universidade La Salle - mauriciopereira13@outlook.com – Orientadora: Cleusa Maria Gomes Graebin – Doutora em História.

Neste projeto, há uma preocupação com as memórias que são construídas sobre a cultura escolar em questão, as quais fazem parte da narrativa sobre a trajetória histórica do Centro Estadual de Educação Profissional - CEEPRO Visconde de São Leopoldo, em seus 73 anos de existência. Busca-se então compreender a cultura escolar e as memórias que permeiam a trajetória da instituição em seus diferentes períodos, evidenciando “Tempos e espaços dos quais as culturas escolares são preciosos e significativos testemunhos para a construção da sua própria história e para a constituição identitária de alunos e professores”. (BASTOS; JACQUES, 2014, p. 49).

Por meio das fontes que serão utilizadas, busca-se retratar momentos importantes da história da escola, que passou por diversas mudanças e se tornou uma importante instituição de ensino do município. Conforme afirmado por Bertonha e Machado (2008), “Estudar instituições escolares, em termos historiográficos, implica em retomar documentos, textos, memórias orais, arquivos, fotos e todos os materiais que ajudem a reconstruir a história como um todo”. Com isso, se pretende analisar a história dessa instituição escolar e trabalhar também com relatos orais, buscando assim compreender questões que são inerentes à memória e à identidade da escola da maneira como ela se desenvolveu ao longo das últimas décadas.

“Todos os fatos educativos são históricos. Configurações específicas os precedem, tramas de encaminhamentos são tecidas ao longo do tempo. Isso significa que uma historicidade reflexiva acompanha todos os estudos relacionados à educação mesmo que sejam orientados preferencialmente para o presente e o futuro. A HIE, entretanto, é orientada para um desvelamento do passado das instituições escolares”. (WERLE; BRITTO; COLAU, 2007, p. 151).

Não somente isso busca-se preservar e valorizar a Memória da instituição, evidenciando as vivências e memórias de professores, funcionários e ex-alunos. Através de entrevistas que serão realizadas utilizando métodos da História Oral, se pretende evidenciar

diferentes visões e experiências que se tem dentro da história da escola, possibilitando assim a visão da escola não apenas como um local físico responsável pelo ensino, mas também como um espaço de memória e relações sociais importantes, uma vez que “O grande desafio de fazer História das Instituições Escolares é construir espaços e não apenas lugares” (WERLE; BRITTO; COLAU, 2007, p. 157).

Ainda em relação às entrevistas, os relatos orais aqui serão utilizados como forma de conhecer características, vivências e aspectos da escola que não estariam presentes em outros tipos de documentação.

“Ainda que muitas vezes a produção de depoimentos seja usada como alternativa para preencher vazios documentais ou lacunas de informações e complementar ou mesmo articular o diálogo com outras fontes conhecidas, é importante ressaltar que se pode assumi-la isoladamente a partir da análise das narrativas para a observação de aspectos não revelados pela objetividade dos documentos escritos”. (MEIHY, 2002, p. 24).

As narrativas que serão proporcionadas pelos entrevistados serão de suma importância no desenvolvimento desse projeto de pesquisa e para a compreensão da história do CEEPRO, pois conforme afirmado por Meihy (2002), “Toda narrativa tem um conteúdo de passado”. É justamente esse conteúdo que se apresenta como um aspecto fundamental para compreender não somente a história desse local de ensino, mas também sua própria identidade, as relações que ali se estabeleceram e a memória coletiva existente na escola.

“O que foi lembrado, como foi narrado, em que circunstância foi evocado o fato – tudo isso integra a narrativa, que sempre nasce na memória e se projeta na imaginação, que, por sua vez, se materializa na representação verbal que pode ser transformada em fonte escrita”. (MEIHY, 2002, p. 52).

Embora o projeto tenha grande preocupação com os diversos indivíduos que já passaram pela escola como estudantes, professores ou funcionários, se buscará também inserir os estudantes que estão atualmente na instituição nesse processo, através da criação de um memorial escolar sobre o colégio, construído e elaborado juntamente com os alunos, em um projeto que visa a utilização da pesquisa em sala de aula.

“No campo da História da Educação há um empenho muito grande de organização de espaços museológicos para preservar o patrimônio histórico-educativo, fundamental para a análise da historicidade de práticas escolares, através de distintos dispositivos, que nos permitem narrar o cotidiano das escolas, revelar concepções educacionais e geracionais de um determinado tempo e lugar”. (BASTOS; JACQUES, 2014, P. 51).

A elaboração deste memorial escolar se faz importante não só pela preservação da memória de uma instituição com mais de 70 anos de existência, mas também pela construção e valorização da noção de identidade e pertencimento dos estudantes da escola, que podem através deste projeto conhecer e compreender melhor a história de seu próprio local de ensino, além de compreender a importância da preservação dessa história.

Referências

- BASTOS, Maria Helena Camara; JACQUES, Alice Rigoni. Liturgia da memória escolar - Memorial do Deutscher Hilfsverein ao Colégio Farroupilha (2002). *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 49-76 jan./jun. 2014. Disponível em: <
<http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723815282014049>>. Acesso em 13.08.2017 15:32.
- BERTONHA, Vitorina Cândida Corrêa; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A instituição escolar como fonte da história da educação – Um estudo preliminar. In: Seminário de Pesquisa – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, 2008, Maringá. Disponível

em: <
http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2008/pdf/coo7.pdf
 f >. Acesso em 03.09.2017 14:39.

GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. Memória da educação e da escola lassalista: um acervo de fontes orais em construção (2002-2016). *Cadernos de História da Educação*, v.15, n.3, p.953-979, set.-dez. 2016. Disponível em: <
<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/38543/20311> >.
 Acesso em: 31.07.2017 22:12.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, nº1 jan./jun. 2001. Disponível em: <
<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/273/281> >.
 Acesso em: 20.08.2017 12:35.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. 4. ed., rev. e ampl. São Paulo: Loyola, 2002.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. *Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias*. São Paulo: Contexto, 2011.

PETRY, Marília Gabriela. Da recolha à exposição: a constituição de museus escolares em escolas públicas primárias de Santa Catarina (Brasil - 1911 a 1952). 2013. 222 f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <
http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/151/marilia_gabriela_petry.pdf >. Acesso em: 06.09.2017 23:50.

SANFELICE, José Luís. História das instituições escolares: desafios teóricos. *Série-Estudos - Periódico do Mestrado em Educação da UCDB*. Campo Grande - MS, n. 25, p. 11-17, jan./jun. 2008. Disponível em: <
<http://www.serieestudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/view/212/209> >. Acesso em: 05.09.2017 15:42.

SAVIANI, Dermeval. Instituições escolares: conceito, história, historiografia e práticas. *Cadernos de História da Educação* - nº. 4 - jan./dez. 2005. Disponível em: <
<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/382/363> >. Acesso em: 05.09.2017 15:18.

- STEPHANOU, Maria. Problematizações em torno do Tema Memória e História da Educação. *História da Educação. ASPHE/FaE/UFPel*, Pelotas (4): 131 – 141. Set. 1998. Disponível em: <
<http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30717/pdf>>. Acesso em: 12.08.2017 11:25.
- TREMARIN, Antônio Cladir; COELHO, Carlos Dinarte; ROSTIROLLA, Flávio Luís; RECH, Luiz Roberto Dalpiaz. *68 anos Escola Agrícola Visconde de São Leopoldo*. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2012.
- WERLE, Flávia Obino Corrêa; BRITTO, Lenir Marina Trindade de Sá; COLAU, Cinthia Merlo. Espaço escolar e história das instituições escolares. *Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 7, n. 22, p. 147-163, set./dez. 2007. Disponível em: <
<https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/4189> >. Acesso em 03.09.2017 11:25.
- WITT, Nara Beatriz; POSSAMAI, Zita Rosane. Ensino e Memória: os museus em espaço escolar. *Cadernos do CEOM*. Acervos para História da Educação – v. 29, n. 44. Jun 2016. Disponível em: <
<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2988> >. Acesso em 06.09.2017 00:02.

50 anos do Colégio Estadual Tereza Francescutti: história e memória

Jamir Rodrigues dos Reis¹

Este projeto é desenvolvido pelos alunos PIBIDIANOS do Curso de História, da Universidade La Salle Canoas, coordenado pelo professor Raul Cardoso e supervisionados pela professora Maola Vargas. Atuantes no Colégio Estadual Tereza Francescutti, localizada no bairro Mathias Velho, zona periférica de Canoas/RS. O estudo sobre a própria história do colégio Estadual Tereza Francescutti foi pensado de modo a desenvolver um projeto na unidade de ensino que contemplasse os 50 anos da escola e envolvesse toda a comunidade acadêmica e/ou parte dela e, cujo planejamento, culminasse em um evento no qual o eixo norteador tivesse como fundamento a história do colégio.

Por tratar-se de história local, é de fundamental importância não só para os estudantes no período atual, mas também para toda comunidade escolar, bem como ex-alunos e a comunidade que cerca os muros do colégio, que se estabeleça o contínuo diálogo e troca de conhecimentos e experiências entre a comunidade e a academia, a fim de estimular o envolvimento dos indivíduos com a memória e história da instituição educacional.

Neste ano, em comemoração aos 50 anos do Colégio Tereza Francescutti, sentiu-se a necessidade de levar ao conhecimento dos alunos a história da escola e suas transformações e adequações ao longo destes anos, por ser uma data marcante para todos que fazem

¹ Graduando em História - Universidade La Salle. E-mail: Jamirreis2011@hotmail.com. Orientação: Raul Rois Schefer Cardoso - Doutorando em Memória Social e Bens Culturais.

parte desta história tendo em vista a grande atuação do colégio na comunidade do bairro Mathias Velho, no qual está inserido.

Objetivos do projeto

Levar os alunos a conhecerem a história do colégio no decorrer destes 50 anos, valorizar o papel da comunidade escolar no qual a escola está inserida e proporcionar a valorização dos profissionais que atuaram e atuam na escola.

Metodologia

Em maio de 2017 foi realizada a primeira reunião com a equipe de pibidianos em História, quando foram debatidas as propostas do trabalho sobre os cinquenta anos do colégio. Ainda no mês de maio, mediante a anuência da gestão escolar, foi realizada uma reunião com a supervisora Maola Vargas e o coordenador Raul Cardoso durante a qual foi apresentada a proposta de ação, que foi recebida com bastante entusiasmo por ambos. Como tema gerador do projeto elegeu-se a história local, com foco na história do colégio e do bairro Mathias Velho.

Após a definição do tema, foram divididas as funções entre os pibidianos. Ocolega Edison Moura ficou responsável em convidar a professora Danielle H Viegas, para realizar uma palestra sobre Processo urbanístico em canoas nas décadas de 1950 á 1970. Évylin Koligoski da Silvae e Hugo Alvespela montagem do roteiro de apresentação sobre a história do colégio; Amanda oliveira e Jamir Reis ficaram responsáveis pela pesquisa bibliográfica e de fontes históricas sobre o colégio. Os encontros de acertos e discussões das idéias ocorreram nas quartas-feiras no período em que ficávamos no colégio trabalhando no PIBID tratando de outros assuntos e do Projeto: “Histórias e memóriasdos 50 anos do Colégio Tereza Francescutti” que aconteceram de maio a setembro. Dividimos o projeto em três momentos. Dois desses momentos ocorreram

sempre na sala de vídeo do colégio, o terceiro e por enquanto não havia sido concluído. O objetivo era discutir e refletir sobre a importânciasociocultural que o colégio exerce sobre a comunidade escolar e a do entorno, a saber:

1º Encontro –Processo urbanístico em canoas nas décadas de 1950 á 1970 – Neste primeiro momento priorizou-se as séries do ensino médio, a nossa convidada Professora Doutora Danielle Herbele Viegas, falou com duas turmas de 1ª e 2ª serie do ensino médio no período da manhã. Relatou de forma lúdica, com o auxílio de slides de texto e o uso de imagens,o panorama do processo urbano do município de Canoas, até chegar à formação do bairro Mathias Velho na década de 1950. Logo em seguida foi à vez do graduando em História Jamir Reis, que falou sobre a formação da vila União dos Operários, local de início das atividades escolares do colégio.

2º Encontro –Projeto: “Histórias e memórias dos 50 anos do Colégio Tereza Francescutti”–Neste dia a escola preparou-se para a apresentação que os alunos pibidianos haviam produzido sobre a História do colégio. Esse projeto foi aplicado em todas as turmas do colégio nos períodos da manhã e tarde nas séries que variaram desde o 1º ano do ensino fundamental até a 3ª série do Ensino Médio. Devido ao espaço físico, a sala sócomportava duas turmas por vez, então buscávamos asduas turmas seguindo o critério de serem da mesma série, sempre que fosse possível. Ao todo foram realizadas doze palestras sendo revezados entre os alunosÉvylin, Edison e Jamir. Os assuntos e linguagem eram adaptados conforme a série e idade dos alunos. A ideia eraestimular que os alunos se identificassem com agentes históricos.

Os Bairros de Canoas em sua maioria possuemum livrosobre cada um, organizado inicialmente pela professora Rejane Penna, e logo após pela professora Cleusa Maria Gomes Graebin. Os livros narram às histórias e as peculiaridades de cada bairro do município. Um desses livros é o do bairro Mathias Velho que conta desde seu surgimento na década de 1950 até o ano de 2000, quando foi lançado

pela editora da Universidade Lasalle em parceria com a Prefeitura Municipal de Canoas. Esse livro foi apresentado aos alunos do Colégio Tereza Francescutti pelo graduando Jamir Reis.

3º Encontro – História e memória dos 50 anos do colégio Tereza Francescutti contada através de fotografias – O presente encontro até o momento, não ocorreu, mas terá como objetivo, narrar à caminhada do Colégio utilizando fotografias existentes em um arquivo próprio do mesmo. O presente fato está sendo programado para ocorrer no mês de outubro, no espaço cultural da Universidade Lasalle e o museu de história da instituição. Com essa exposição temos o intuito de trazer um pouco da comunidade para a universidade, assim como trouxemos a universidade até a comunidade escolar do Tereza Francescutti com a palestra da Doutora Danielle Viegas.

Resultados

Acredita-se que este projeto tenha sido de extrema importância e muito significativo para os alunos e os professores que puderam conhecer um pouco mais sobre a escola da qual fazem. Cientes da proposta de se trabalhar o tema dos cinquenta anos do colégio de forma integrada alunos e professores, não pouparam elogios ao trabalho. Por parte da comunidade do Colégio Estadual Tereza Francescutti não pouparam esforços, e receberam as atividades propostas pelo grupo de PIBIDIANOS que superaram as expectativas dado o envolvimento de todos e os resultados positivos relacionados a história local e pessoal de cada indivíduo que estuda ou estudou na instituição.

Considerações finais

Ao darmos início na aplicação o Projeto “História e memória dos 50 anos do Colégio Tereza Francescutti, percebemos que, apesar da dificuldade que a comunidade escolar demonstrava em trabalhar

com os alunos a História do Colégio, na prática professores e alunos do colégio, já sabiam muito sobre os fatos ocorridos através das memórias pelos seus familiares ou membros da equipe escolar.

Diante dos resultados positivos a comunidade escolar demonstrou sentir-se motivada a dar continuidade a projetos baseados prática de atividades integradoras que proporcionam novos e valiosos conhecimentos. Percebemos que os alunos e alunas se conectaram com a história do Tereza Francescutti e sentiram-se parte de sua história, o que era um dos objetivos do projeto. Esperamos que a exposição que será realizada na Universidade La Salle possa mostrar aos acadêmicos um pouco da trajetória do colégio que tanto lutou para estar onde está. Contar a história de instituições de ensino é trazer um pouco da formação tanto da escola como da comunidade que a permeia, mostrando a importância que a educação tem em nossas vidas.

Referências

- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 59 ed- Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- MEIHY, José Carlos sebe Bom. *Manual de História Oral*. 4. ed. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2002.
- PENNA, Rejane Silva (coord.). *Mathias Velho*. Canoas: para lembrar quem somos, 6. Canoas: La Salle, 2000.
- SILVA, João Palma Da. *Pequena história de Canoas: cronologia*. Canoas, RS: Tipografia e Editora La Salle, 1978.
- VIEGAS, Danielle Heberle. *Entre o(s) passado(s) futuro(s) da cidade: um estudo sobre a urbanização de Canoas/ RS (1929- 1959)*. Diss. (Mestrado em História) – Fac. de História, PUCRS. Porto Alegre, 2011

Donald Trump nas páginas da revista Veja: das “relações” com Moscou à “ameaça” a democracia (2016-2017)

André Luis Marques de Assis¹

Introdução

O presente trabalho, elaborado com base no projeto de Pesquisa “De falastrão à risco e democracia: uma análise da figura política de Donald Trump nas páginas da Revista Veja”, tem por objetivo geral discutir os modos pelos quais a figura política de Donald Trump foi apresentada-tratada nas páginas da Revista Veja, entre a Convenção Nacional Republicana que o oficializou como candidato (em julho de 2016) a sua posse como o 45.º presidente dos Estados Unidos (janeiro de 2017). No decorrer do trabalho também são realizados apontamentos sobre o desenvolvimento da pesquisa que, até o presente momento, encontra-se em andamento. Tendo em vista a contemporaneidade da campanha presidencial estadunidense de 2016 e a ascensão de Trump, esta pesquisa justifica-se do ponto de vista social e científico enquanto uma contribuição para uma melhor compreensão de fatos tão recentes e que têm provocado intensos debates na sociedade não só norte-americana como brasileira.

A lacuna no campo da pesquisa histórica sobre este tema (a ascensão de Trump), é a principal justificativa científica para a elaboração do trabalho. Assim, a pesquisa objetiva, em termos gerais,

abordar a figura política de Donald Trump nas páginas da revista de maior circulação no Brasil, a Revista Veja², cujas reportagens entre julho de 2016 e janeiro de 2017 serão as fontes de pesquisa. Em termos mais objetivos, a pesquisa buscará também compreender a recente história dos Estados Unidos para contextualizar a eleição presidencial de 2016. No que diz respeito aos referenciais teóricos utilizados deverá levar em consideração as colocações (postulados) de Jeanneney (2003), que contribui com o entendimento de mídia, enfatizando a relação da imprensa com o poder, levando em consideração as paixões, os impulsos, as motivações morais e até mesmo o desinteresse. O conceito de eleições, cuja compreensão é fundamental para uma análise do pleito estadunidense de 2016, é aqui definido de acordo com as colocações de Lamounier (1975), que as considera produtoras de efeitos diversificados no processo político, não se limitando jamais a sua principal finalidade institucional de recompor as assembleias e órgãos de governo. Dada a contemporaneidade dos assuntos que serão objetos de análise no presente projeto, se faz necessário também, destacar a história do tempo presente, periodização histórica onde se insere este trabalho e que:

[...] refere-se a um passado atual ou em permanente processo de atualização. Está inscrito nas experiências analisadas e intervém nas projeções de futuro elaboradas por sujeitos ou comunidades. Neste sentido, o regime de historicidade do tempo presente é bastante peculiar e inclui diferentes dimensões, tais como: processo histórico marcado por experiências ainda vivas, com tensões e repercussões de curto prazo, um sentido de tempo provisório, com simbiose entre memória e história; sujeitos históricos ainda vivos e ativos; produção de fontes históricas inseridas nos processos de transformação em curso; temporalidade em curso próximo ou contíguo ao da pesquisa. (DELGADO, FERREIRA, 2013, p.25)

² De acordo com relatório divulgado pelo IVC (Instituto Verificador de Comunicação), no ano de 2016 (no mês de abril) a Revista Veja alcançou 1.062.319 exemplares, garantindo o primeiro lugar no ranking das revistas de maior circulação no Brasil, seguida pela Época, com 353.663 exemplares em circulação no mês de abril.

Ainda sobre a História do tempo presente, BÉDARIDA (1998, p.23), ensina que “É dever do historiador não deixar esta interpretação do mundo contemporâneo aos outros, como a mídia e os jornalistas (por não haver propagandistas) ou várias outras ciências sociais.” Na delimitação temática, o ‘diálogo’ entre Vizentini (1999) e Hobsbawn (1995) auxiliou a contextualizar os Estados Unidos e o mundo de fins do século XX e início do XXI, contextualização fundamental para uma melhor compreensão da eleição presidencial norte americana de 2016. Como referência histórico- historiográfica, o ‘diálogo’ entre estes autores ofereceu um quadro geral das transformações sociais, econômicas e políticas que se deram nos Estados Unidos e no mundo. Transformações (como a Revolução Científico- Tecnológica), cujos efeitos negativos reverberarão no pleito de 2016, como será mencionado no decorrer deste trabalho.

A campanha presidencial de 2016 e o triunfo de Trump

Em meados de 2015, quando os primeiros nomes de possíveis candidatos ao pleito presidencial norte americano de 2016 começavam a surgir, tudo indicava que a disputa se daria entre os representantes dos dois maiores clãs políticos dos Estados Unidos, Hillary Clinton³ e Jeb Bush⁴. O que não esperava-se era a entrada (e

³ Hillary Clinton nasceu em Chicago, Illinois, em 26 de outubro de 1947. Em 1974, Hillary mudou-se para o Arkansas, um ano depois, se casou com Bill Clinton e se tornou uma advogada de sucesso. Em 1978 seu marido foi eleito governador do Arkansas tornando-a primeira dama do estado. Em 1992, o governador Bill Clinton foi eleito presidente dos Estados Unidos e, como primeira-dama, Hillary Clinton tornou-se uma defensora da reforma dos cuidados de saúde e trabalhou em muitas questões relacionadas a crianças e famílias. Em 2000, Hillary fez história como a primeira primeira-dama eleita para o Senado dos Estados Unidos e a primeira mulher eleita em todo o estado em Nova York. Em 2008, após perder a indicação do Partido Democrata à presidência, fez campanha para a eleição de Barack Obama e, em novembro, foi nomeada pelo presidente eleito Barack Obama para ser secretária de Estado, cargo que ocupou entre 2009 e 2012.

⁴ Jeb Bush é o segundo filho do ex-presidente George H.W. Bush e o irmão mais novo do ex-presidente George W. Bush. Ao longo dos anos, ele se estabeleceu como um empresário de sucesso e também se envolveu na política como seu pai e irmão mais velho. Em 1999 elegeu-se governador da Flórida. Popular, ele anunciou sua candidatura as eleições presidenciais norte-americanas de 2016.

principalmente o sucesso) do empresário Donald Trump na disputa. “A entrada dele nessa disputa foi recebida com desprezo e desdém. Ele foi chamado de palhaço político. Mas Trump sentiu o que afligia e enfurecia muitos americanos e sabia falar a língua deles”. (Fischer, 2017, p.310). Afinal, o que causava tamanho desconforto a parcela dos norte-americanos? A resposta é complexa e os limites deste trabalho não permitem análise muito extensa. Pode-se dizer, em linhas gerais, que as políticas econômicas, comerciais e sociais dos últimos quarenta anos e a rápida mudança demográfica do país estão no cerne da fúria e aflição de parcela significativa da população norte-americana. Em face da falta de perspectiva que atinge parte do americano comum (como desemprego, crescimento lento da economia e temor às mudanças demográficas), o discurso do candidato Trump, que prometia “Fazer a América Grande de Novo” surtiu efeito junto a uma parcela considerável da população que sentia-se insegura quanto ao presente e temerosa quanto ao futuro. Ao propor retomar empregos perdidos, acabar com acordos comerciais supostamente nocivos aos interesses do povo, construir um muro para impedir a entrada de imigrantes ilegais e barrar a entrada de muçulmanos nos Estados Unidos para conter o terrorismo doméstico (TRUMP, 2016), Trump encantou as bases do Partido Republicano, e, contra a vontade da legenda, impôs-se como candidato do partido, deixando para trás 16 outros postulantes republicanos a indicação da legenda. Bastante polêmico, ele apresentava-se como um empresário de sucesso e não um político, obtendo surpreendente vitória sobre a rival democrata, a ex-secretária de Estado Hillary Clinton.

A Revista Veja, Trump e a Campanha

No Brasil, assim como, de certa forma, em grande parte do mundo ocidental, o pleito estadunidense de 2016 foi acompanhado com atenção, não só por jornalistas, acadêmicos e profissionais da área, como também pela população de uma forma geral. Desta

forma, a Revista Veja, um dos semanários de maior circulação no Brasil, foi um dos meios de comunicação que noticiaram o desenrolar do pleito norte-americano. Dada a sua relevância no mercado editorial brasileiro e seu significativo número de leitores, suas reportagens foram selecionadas como fontes para a presente pesquisa. Apesar de costumeiramente “pender” para um dos candidatos, o semanário não apresentou grande entusiasmo diante da eleição de 2016, abstendo-se de projetar imagem favorável a qualquer dos dois principais candidatos (ao contrário do que fizera em 2008 e 2012 posicionando-se claramente a favor da campanha de Barack Obama). Em que pese a aparente falta de simpatia do semanário com os candidatos à presidência dos Estados Unidos, Veja, na edição de 24 de agosto de 2016, deixou claro que “O eleitor americano parece estar entendendo que, se é ruim com Hillary, é pior com Trump”. Assim, embora não enxergasse em Hillary Clinton a imagem da candidata ideal, o semanário passou a ideia geral de que ela seria um “mau menor”, com relação ao rival republicano, este sim, um candidato absolutamente despreparado e inapto para o exercício do cargo de presidente da maior potência do planeta.

Embora a pesquisa originada no projeto de pesquisa esteja em andamento, já é possível apontar alguns objetivos que foram alcançados. Ao realizar a análise de conteúdo proposta por Bardin (1977), foram estabelecidos alguns conjuntos categoriais que mostram de que maneiras a Revista Veja representou Trump. Ao citar enfaticamente as possíveis relações do candidato republicano com Moscou (foram 17 menções a Trump/Moscou/Rússia/Kremlin/Putin), o semanário transparece a ideia de que haveria um elo entre Trump e Moscou, que, como veremos mais adiante, seria caracterizado como negativo. Ao mencionar que Putin conclamou Moscou a espionar sua adversária, Veja reforça a ideia de que Putin está com Trump na disputa pela Casa Branca, tese que foi explicitada no periódico quando, na edição de 03 de agosto de 2016 afirmou-se que:

O FBI, a polícia federal americana, trabalha com a hipótese de que os e-mails foram entregues ao site Wikileaks, que os vazou para o mundo, por serviços de espionagem russos com o objetivo de favorecer a candidatura de Trump, um admirador confesso de Vladimir Putin.

O resultado desta aliança Trump/Moscou seria nocivo pois, dado o fato de que “Trump e Putin nutrem uma admiração recíproca” (Veja, 19 de outubro de 2017), a aproximação dos dois (que continuaria sendo destacada após a vitória do republicano), provocaria uma “nova (des) ordem” mundial (Veja, 21 de dezembro de 2016) pois:

Se Trump cancelar as sanções econômicas contra a Rússia, Putin poderá se sentir à vontade para atacar outras nações. Uma das regiões suscetíveis hoje são os países bálticos. O russo ainda poderia ampliar seu apoio ao ditador sírio Bashar Assad e aos aiatolás iranianos, que nunca desistiram da bomba nuclear. Tradicionais aliados americanos no Oriente Médio, como Israel, ficariam em desvantagem. Sentindo-se desprotegida, a Arábia Saudita poderia encomendar sua própria bomba nuclear.

Logo, os efeitos da aliança Trump/Moscou configurariam-se em ameaça a ordem mundial que estaria em “(des) ordem” com a aliança do presidente dos Estados Unidos e da Rússia.

O segundo termo mais citado com relação a Trump é “ameaça” (citada 13 vezes). De acordo com as citações, a figura de Trump configuraria, entre outras coisas, uma ameaça às minorias, como fica claro na edição de 09 de novembro de 2016 que afirma que: “A exemplo de tantas outras mulheres negras [...], Tesfa vota em Hillary por ver em Trump uma ameaça a sua ascensão. ” A despeito do ‘perigo’ que o republicano representaria às minorias, quem mais sairia prejudicada pela ascensão do bilionário novaiorquino seria a democracia. A edição de 16 de novembro de 2016 afirma que: “O fato de Trump, Le Pen e similares não poderem ser

classificados como fascistas não significa que não sejam uma ameaça à democracia moderna”. Na edição de 25 de janeiro de 2017, que trouxe a cobertura da posse do novo presidente, *Veja* destaca novamente a ‘ameaça’ que Trump representaria a democracia, elencando uma lista de “formas” pelas quais ele exerceria esta ameaça:

As instituições americanas [...] foram postas à prova com a eleição do presidente com a personalidade mais autoritária de sua história recente. Como será que conseguirão resistir a esse presidente no exercício do poder? A seguir, as principais formas de **ameaça à democracia representadas por Trump**.

Análise e Conclusão

Pode-se deduzir neste estágio da pesquisa que, com base na análise de conteúdo de Bardin (1977), a representação de Trump nas páginas da Revista *Veja* é bastante negativa. Preliminarmente, pode-se concluir que as possíveis relações de Trump com Moscou e a recorrente descrição do político enquanto sendo uma “ameaça” constituem as características centrais da representação de Trump nas páginas da Revista *Veja*.

As relações de Trump com Moscou são citadas com recorrência e, na visão do periódico, apontam para uma espécie de ruptura da ordem mundial vigente, uma ameaça à ordem internacional estabelecida. Ameaça é também um termo recorrente. Ameaça às minorias e principalmente à democracia que, segundo o semanário, sofreria abalos nos Estados Unidos e no mundo com o advento de Trump e os ideais que ele representaria e estaria difundindo pelo mundo.

Referências

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 1ª ed. Lisboa/Portugal: edições 70, 1977

BÉDARIDA, François. Definición, método y práctica de la História del Tiemplo presente. *Cuadernos de História Contemporânea*, Ciudad Universitária, nº 20, p. 19-27, 1998

FISCHER, Marc. *Revelando Trump: a história de ambição, ego e poder do empresário que virou presidente*. Tradução Guilherme Miranda, Laura Folgueira; Prefácio de Carlos Gustavo Poggio Teixeira. São Paulo: Alaúde Editorial, 2017.

DELGADO, Lucília de Almeida; FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente e ensino de história. *Revista História Hoje*, São Paulo, nº 4, p. 19-34, 2013

HOBSBAWM, E. J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

TRUMP, Donald John. *América Debilitada: Como tornar a América Grande outra vez*/ Donald J. Trump. Porto Alegre: CDG, 2016

VISENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. *Dez anos que abalaram o século XX: política internacional de 1989 a 1999*. Porto Alegre: Novo Século, 1999.

Relatos de uma vida revolucionária: processo de catalogação das correspondências pessoais de apolinário jósé gomes porto alegre

Jamily Veit Scheffer¹

Durante dezessete meses que se estenderam de janeiro de 2016 a julho de 2017, estudou-se um pouco da vida e obra de um dos grandes escritores e políticos do Estado. Trata-se de José Apolinário Gomes Porto Alegre que nasceu na cidade de Rio Grande, neste Estado em 29 de agosto de 1844. Iniciou seus estudos na Faculdade de Direito de São Paulo em 1861, porém com o adoecimento e a morte de seu pai, mudou sua trajetória para a docência no Colégio de Ciro José Pedrosa, contando apenas com 17 anos. Após grandes conquistas no meio acadêmico, funda o Colégio Porto Alegre em 1867. Anos mais tarde, funda o Colégio Rio-Grandense, que passou a seu irmão Apeles Porto Alegre. E seu mais famoso Instituto Brasileiro em 1876.

Apolinário atacava a educação tradicional, reformando os programas de estudo, abolindo o castigo corporal, pois para ele o estudo não se impõe, ensina-se. Era realmente uma transformação do ensino numa sociedade conservadora que ainda considerava a palmatória e a vara de marmelo como instrumentos didático-

¹ Graduanda em História - Universidade La Salle - familyveit@gmail.com - Orientador: Artur César Isaia - Doutor em História Social

pedagógicos. O Instituto Brasileiro possuía o curso primário, secundário e artístico.

Em paralelo com a educação, teve uma intensa vida política e literária. Fundou o Clube 20 de Setembro, reunindo republicanos na capital da província e o Clube Republicano que tinha como objetivo dirigir um movimento democrático republicano através da imprensa. Teve participação também na criação do Parthenon Literário, que seria uma espécie de associação reunindo os principais escritores da época e auxiliando nas questões referentes ao trabalho e causas abolicionistas.

Guardiões da memória: a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Um pouco antes de se criar um espaço destinado a guardar e proteger toda a produção histórica e geográfica deste Estado temos a criação de sua principal sede, se assim podemos dizer, na então capital Império. Contando com autoridades civis e eclesiásticas, o então Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi fundado em sessão solene no dia 21 de outubro de 1838. O seu grande objetivo e que se estende a atualidade levando em consideração as principais mudanças ocorridas desde o período de sua fundação até hoje, resumem-se em "coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a História e a Geografia do Brasil"².

Uma figura que merece destaque em meio aos membros fundadores deste novo Instituto, é a de Francisco Adolfo de Varnhagen com seu discurso ultraconservador sobre o período de "descobrimento" e colonial do Brasil. Defendendo que o futuro do Brasil deveria ser apenas uma melhoria do seu período anterior, sem a necessidade de grandes rupturas e mudanças. Neste sentido, apoiou o projeto de História do Brasil escrito por Von Martius para o IHGB em 1843-1844 destacando que "o Brasil era um país branco-

² Fonte: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

embranquecido, monárquico, cristão, neoportuguês, neoeuropeu, centralizado no imperador, em direção a um futuro grandioso” (REIS, 2007 p. 20). Para ele, o Brasil estava no caminho certo e deveria tornar-se um grande império colonial assim como Portugal.

Algumas décadas depois da fundação no Rio de Janeiro, em meados do século XIX o então Presidente da Província João Lins Cansansão de Sinimbu (1852-1855) criou o Instituto Histórico da Província de São Pedro, no próprio Palácio do Governo, sendo ele o Presidente e o barão (futuro conde) de Porto Alegre, vice. Porém, com a partida de Cansansão de Sinimbu, a iniciativa não vingou, tendo sido retomada por outro grupo em 1860. A ideia era fundar em território sul-riograndense um similar do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro³. Tal iniciativa teve curta duração (até 1863), porém foi importante em seu contexto, chegando a lançar e publicar seis fascículos de sua Revista Trimestral. Uma nova tentativa surgiu às vésperas do centenário da Independência do Brasil, criando em definitivo o IHGRGS, que persiste até os dias de hoje.

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) é uma instituição privada sem fins lucrativos, fundada em 05 de agosto de 1920 por um grupo de intelectuais sul-riograndenses responsáveis por “guardar a memória” local.

O IHGRGS tem por finalidade promover estudos e investigações sobre História, Geografia, Arqueologia, Filologia, Antropologia e demais campos relacionados do conhecimento, principalmente centrados no Rio Grande do Sul. Preserva a memória rio-grandense através de fundos documentais e acervos bibliográficos que servem, também, para embasar as investigações e a construção de massa crítica sobre seu objeto de trabalho.

Segundo Marc Bloch (BLOCH, 2001, p. 14), um grande historiador francês, “*a história seria talvez a ciência dos homens, ou melhor, dos homens no tempo*”. Mas o que isso significa? Pois bem, a história não pode ser considerada uma ciência do passado, a

³ Fonte: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

medida que o passado não é objeto de ciência. Mas desta linha de raciocínio, devemos reconhecer a importância do presente para a compreensão do passado e vice-versa.

“Hoje, a aplicação à história dos dados da filosofia, da ciência, da experiência individual e coletiva tende a introduzir, junto destes quadros mensuráveis do tempo histórico, a noção de duração, de tempo vivido, de tempos múltiplos e relativos, de tempos subjetivos ou simbólicos. O tempo histórico encontra, num nível muito sofisticado, o velho tempo da memória, que atravessa a história e a alimenta” (LE GOFF, 1996, p. 13).

Companheira inseparável da história, a memória tem a magia de conservar certas informações, seja ela oral ou representada através de documentos ou objetos. Para Le Goff, tal propriedade *“remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”* (1996, pág. 34).

Neste sentido, nós historiadores, somos responsáveis por este elo entre a história e a memória. Não somente *“lembrar o que os outros esquecem”*, mas trabalhar para o seu verdadeiro reconhecimento e relevância a ponto de que os mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal às das gerações passadas possam de fato nos integrar a este contexto e auxiliar numa melhor compreensão.

Chegamos então, a uma questão que nos interessa muito: os *“lugares de memória”* e sua significativa importância na construção deste elo entre a história e a memória. Petter Nora nos explica que os lugares de memória nascem e vivem de um sentimento de que não há mais memória espontânea nas sociedades atuais, que é preciso *“organizar os arquivos, manter os aniversários, organizar as celebrações...”*, pois a aceleração do tempo, o presentismo nos fazem esquecer ou desconsiderar o passado (NORA, 1993, p. 43). Ainda, de acordo com Nora, um lugar de memória precisa contemplar os três sentidos da palavra: material, simbólico e funcional.

Para uma melhor compreensão, devemos esmiuçar estes três tópicos e relacioná-los não somente ao lugar de memória (museu, arquivo, biblioteca, entre outros), mas ao próprio ensino de História nas escolas e universidades. Desta forma, vemos o aspecto material nas questões administrativas e técnicas de organização institucional de espaços e tempos; o aspecto funcional caracteriza-se ao mesmo tempo na cristalização da lembrança e na sua transmissão; e a questão do simbólico está relacionada a atribuição de sentidos e a ressignificação de práticas e representações adotadas.

O ensino de história e seus espaços são, potencialmente, um lugar onde memórias se entrecruzam, dialogam, entram em conflito; lugar no qual, também, se busca a afirmação e registro de - ou onde se desenvolvem embates entre - determinadas versões e explicações sobre as sociedades, a política, o mundo, prescritas pela instituição em que se localiza. Podemos também relacioná-la como um “lugar de fronteira”, que possibilita o diálogo entre memórias e “história conhecimento escolar”, com o aprofundamento, ampliação, crítica e reelaboração para uso no cotidiano. Lugar do contraditório, portanto, de embates... Enfim, um lugar especial.

Mas voltemos o nosso olhar para estas instituições criadas para serem “*lugares de memória*”, para “manter” viva esta chama. Nelas encontramos riquezas imensuráveis. Algo que nos preenche e completa. Que desafia até mesmo as leis da física de tempo e espaço e nos “transporta” ao passado em um piscar de olhos. Ou melhor, em um virar de página. Mas brincadeiras a parte, trata-se de um espaço de extrema importância na sociedade. Neles e graças a eles mantemos viva a chama de nossa identidade e de nossa história. Pois concentramos todo, ou quase todo fruto de nossa produção humana, que é inevitável.

No ramo da História, as produções científicas têm por base a utilização de documentos. Segundo Le Goff, precisamos perceber o documento como uma construção, como um “produto da sociedade que o fabricou segundo suas relações de forças que aí detinham poder, sendo então necessário perceber, não apenas como um

documento, mas sim como um monumento” (LE GOFF, 1996. p. 545).

De modo especial, o trabalho realizado deteve-se exclusivamente a um único espaço, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Um exemplo de História e Memória.

O processo de catalogação

O Fundo Apolinário Porto Alegre (APA) do IHGRGS foi o escolhido para ser trabalhado durante o período de estágio curricular obrigatório e de pesquisadora voluntária. Trata-se de um Fundo pessoal que contém alguns documentos, correspondências e arquivos referentes a Apolinário doados por pessoas próximas a ele ou que por algum intermédio se apropriaram do pouco material que ainda restou de sua vida e obra e os confiou sob a custódia do IHGRGS.

O catálogo é considerado pela arquivística como um instrumento de pesquisa, organizado segundo critérios temáticos, cronológicos, onomásticos ou toponímicos, reunindo a descrição individualizada de documentos pertencentes a um ou mais fundos de forma sumária ou analítica⁴. Classificado como o instrumento arquivístico mais refinado.

Sendo assim, este foi o instrumento escolhido para facilitar o acesso a informação contida nas 223 correspondências recebidas por Apolinário entre 1862 a 1903 e que fazem parte do seu Fundo. Para isso, este material foi dividido em dois períodos: o primeiro abrange 140 correspondências e vai de 1862 a 1889. E o segundo vai de 1890 a 1903 e possui 83 correspondências.

O intuito deste catálogo que se estendeu por todo o período de estágio obrigatório e por mais um ano como pesquisadora

⁴ Fonte: Superintendência de documentação e arquivos da Universidade Federal Fluminense (UFF) <<http://www.arquivos.uff.br/index.php/glossario-de-terminologia-arquivistica>> Acessado em 13 de jun. de 2016.

voluntária era salientar o lado humano do educador e poeta. Uma vez, adentrando nas mais diversas ramificações por ele frequentadas, seu ciclo de amizades, interesses e envolvimento revelando-se uma nova perspectiva a ser estudada. Atendendo assim a demanda do IHGRGS, auxiliando no desempenho de seus serviços, que são:

a) Promover estudos e investigações sobre História, Geografia, Arqueologia, Filologia, Antropologia e campos correlatos de conhecimento, principalmente centrados no Rio Grande do Sul;

b) Preservar a memória rio-grandense através de fundos documentais e acervos bibliográficos.

Conclusão

Durante todo este processo de separação de material, transcrições, preenchimento de formulários e a catalogação em si, somada aos três semestres de aula na Universidade, uma frase que me marcou muito é do historiador e medievalista francês Marc Bloch, responsável pela criação juntamente com Lucien Febvre da Escola dos Annales, que diz o seguinte: “a história seria talvez a ciência dos homens, ou melhor, dos homens no tempo”; pois a história não pode ser considerada uma ciência do passado, a medida que o passado não é objeto de ciência. Este movimento iniciado no final da década de 1929, revolucionou por assim dizer a forma de se fazer e pensar a História. “Revolucionou”, pois, desafiou a historiografia conservadora ao apresentar a prática e o estímulo da Interdisciplinariedade, a ampliação de temas historiográficos, a gradual expansão de tipos de fontes históricas.

Este passo importantíssimo para o estudo e pesquisa da história, é o que basicamente nos movimenta hoje. Após algumas gerações e beirando os cem anos, esta ampliação de temas historiográficos e a utilização dos mais diversos tipos de fontes

históricas nos permite chegar ao material pesquisado neste período como pesquisadora.

Nesses dezessete meses em contato com as mais diversas formas de produção humana (acervo), analisando, transcrevendo e organizando os formulários relacionados as correspondências de Apolinário não foram nada fáceis. Imprevistos surgiram no decorrer da caminhada, mas foram extremamente importantes para a aplicação dos conteúdos abordados em sala de aula. Pois trabalhar com este universo, se assim posso dizer, me mostrou o quão fascinante é o trabalho do historiador e como é gratificante pertencer a este meio. Tive ainda a oportunidade de ingressar em um novo campo de pesquisa, que é a Paleografia. Descobrir o mundo de possibilidades que ela nos traz é realmente fantástico. Ter este contato com o documento e sentir toda a sentimentalidade de seu autor expressa naquele pedaço de papel é algo indescritível.

Sem contar na apaixonante vida e trajetória de Apolinário José Gomes Porto Alegre. Esta figura ilustríssima de nosso Estado, responsável por grandes obras literárias, ideais políticos e educacionais. Um autodidata que por inúmeras vezes teve grandes motivos para desistir de buscar o seu sonho. Mas que a cada obstáculo ganhava mais força.

Referências

ACADEMIA RIO-GRANDENSE DE LETRAS <<https://goo.gl/jsifFi>> Acessado em 13 de jun. 2016.

BLOCH, Marc. *A observação Histórica. Apologia da História ou o ofício do historiador*. RJ: Zahar, 2001.

DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos extremos. O breve século XX. 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO <<https://ihgb.org.br/>>
Acessado em: 17 ago. 2017.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL <
<http://www.ihgrgs.org.br/>> Acesso em: 01 abr. 2016.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4a. ed. Campinas, UNICAMP, 1996.

NORA, Petter. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História, São Paulo: n.10. 1993.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. *Descrição e Pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Móbile, 2012, p. 33.

REIS, João José. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. vol. 1, 9ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 20.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL
< <http://seer.ufrgs.br/revistaihgrgs/>> Acesso em: 13 jun. 2016.

SASTRE SANTOS, Eutímio. *Manual de Archivos: el sistema archivístico diocesano – archivos de la curia y archivos parroquiales*. Madrid: ANABAD, 1999.

SUPERINTENDÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO E ARQUIVOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF) <<https://goo.gl/cbqK4K>> Acessado em 13 de jun. de 2016.

TESSITORE, Viviane. *Como implantar centros de documentação*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2003, p. 18.

Os terreiros de umbanda e candomblé e as interações com o turismo: uma análise da produção acadêmica a partir das publicações em periódicos nacionais

Éverton Felipe Kaizer¹

Os povos africanos que foram trazidos para servirem de mão de obra escrava no processo de colonização do Brasil eram impedidos de manifestarem a sua cultura publicamente, por isto, a realizavam de forma oculta. O não acesso à educação “formal” destes povos, trouxe um atraso em sua história, dificultando a inclusão no mercado de trabalho, direito à moradia e exercício de sua cidadania. (CARVALHO e AVILA, 2009). Somente em 1988, com a constituição brasileira, estes povos receberam proteção do Estado, incluindo o direito à educação, expressão cultural e principalmente ao culto religioso; práticas culturais como capoeira, culinária, artes e danças africanas, começaram a configurar-se como práticas cotidianas (CARVALHO e AVILA, 2009).

Em 1986, na Bahia, tem-se o primeiro terreiro de culto afro-brasileiro tombado e reconhecido como patrimônio histórico nacional: o Casa Branca de Nação Ketu, localizado no bairro do Engenho Velho, Salvador – BA. (MORIN, 2014). Serra (2008, p.01 apud MORIN, 2014, p.01) afirma que “segundo tradição oral e documentação existentes, é o templo afro-brasileiro mais antigo de

¹ Graduando do Curso de Bacharelado em Turismo - Universidade Federal de Pelotas. E-mail: efkaizer@hotmail.com. Orientação: Profa. Gisele Silva Pereira - Doutora em Hospitality, Leisure and Tourism Management.

Salvador — e talvez o mais antigo do País em funcionamento — tem sua fundação na década de 1830.”

O reconhecimento dos terreiros através do tombamento foi um marco histórico e importante na preservação, resistência e identidade dos povos africanos. Neste sentido, o patrimônio tombado e a atividade turística estabelecem interações, conforme afirma Carvalho e Avila (2009, p.08):

O terreiro de candomblé como parte do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos dá conta e direito que todos da nação e fora dela podem visitá-los no sentido de conhecê-los. Este é um elemento de mão dupla pois o terreiro é um patrimônio material e imaterial, além da sua arquitetura peculiar envolve aspectos humanos, pais e filhos de santos que interagem naquele espaço com o turista/visitante.

Sendo assim, a presente pesquisa tem como objetivo identificar e analisar as publicações relacionadas a atividade turística nos terreiros de religiões de matriz africana, através de dez periódicos científicos. Estes, foram selecionados a partir da classificação Qualis-Periódicos, do A2 ao B4, prezando para que tivessem representantes em todos os níveis. (ver Tabela 01). Assim, a coleta dos dados se deu por meio de dez periódicos científicos vinculados ao campo das Ciências Sociais Aplicadas (Turismo). Para a busca das publicações, foram utilizadas as palavras-chave: candomblé, umbanda, terreiros e terreira. Por fim, o estudo caracteriza-se por ser do tipo exploratório, efetuado por meio de pesquisa bibliográfica de forma qualitativa.

Resultados e Discussões

No resultado da busca pelos estudos, pode-se perceber que foram encontradas duas pesquisas relacionadas com o objetivo que propõe este estudo, conforme nos mostra a tabela 1 abaixo:

Tabela 1: Periódicos e publicações encontradas

Periódico	Qualis	Publicações encontradas
Revista de Turismo Contemporâneo	B3	-
Revista Iberoamericana de Turismo	B3	-
Caderno Virtual de Turismo	B1	01
Revista Itinerarium	B4	-
Revista Observatório de Inovação do Turismo	B2	01
Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo	A2	-
Revista Hospitalidade	B3	-
Revista Rosas dos Ventos	B2	-
Revista Turismo, Visão e Ação	B3	-
Revista Turismo e Sociedade	B4	-

Fonte: elaboração própria com base no site da plataforma Sucupira (2017).

As revistas “Caderno Virtual de Turismo” e “Revista Observatório de Inovação do Turismo”, continham, ambas, uma publicação vinculada às palavras-chave.

- Caderno Virtual de Turismo
Título: Rotas de Fé: O Candomblé
Autora: RIBEIRO, Heloisa.
Ano de publicação: 2002
Resumo: O trabalho traz uma contextualização acerca das cerimônias do Candomblé, apresentando suas crenças, costumes e processos ritualísticos de forma descritiva. Contempla, também, de forma explicativa, a diversidade de segmentos/grupos religiosos ligados ao Candomblé, tais como: Grupo Gegê, Grupo Nagô e Nação Angola. Perpassa sobre a influência da mulher na religião, o funcionamentos, hábitos e regras dos templos, finalizando com o calendário de festas realizadas nos terreiros de Candomblé.
- Revista Observatório de Inovação do Turismo
Título: Gestão de turismo, cultura e identidades religiosas: ensaio de um novo conceito com base na compreensão do território
Autor: GUILLAUMON, Siegrid.
Ano de publicação: 2011

Resumo: O questionamento trazido por este estudo, tem fundamento nas pesquisas feitas a partir das imagens de promoção turística da Bahia: Por que o turismo estaria sendo planejado de forma desvinculada da identidade territorial na Bahia? Visto que o estado é diverso em crenças, o estudo envolve a gestão do turismo, da cultura e suas identidades em territórios de sincretismo religioso. Planejar estes territórios sagrados e turísticos é uma das problematizações que a pesquisa leva em consideração e discute ao longo dos capítulos. Pode-se entender que o trabalho propõe um novo método de gestão baseado na pluralidade de religiosidades, fé e crenças no compartilhamento do mesmo espaço, com objetivo de afirmar a educação, a diversidade e a tolerância com estas interações.

Considerações Finais

A pesquisa se deu com o objetivo de identificar e analisar as publicações relacionadas a atividade turística nos terreiros de religiões de matriz africana, através de dez periódicos científicos. Ela evidencia a relevância da análise científica das interações entre patrimônio tombado e atividade turística, especialmente nos terreiros de religiões de matriz africana. Percebe-se que a pesquisa científica em terreiros e sua relação com o turismo está em fase inicial, o que o estudo consegue explicitar com seus resultados. Ainda, observa-se a disparidade entre os objetivos dos estudos analisados, sendo que, um deles traz a descrição do Candomblé, sua história e rituais e o outro discute um suposto novo método de gestão do turismo religioso em territórios com sincretismo religioso. Conclui-se que o turismo e a fé no âmbito das religiões de matriz africana revelam um campo vago, porém vasto para investigações científicas. Por fim, pode destacar-se a importância cultural, educativa e identitária do processo de reconhecimento e salvaguarda destas comunidades religiosas. Se dará continuidade na pesquisa, visto que esta primeira parte foi introdutória e servirá de base para futuros estudos neste tema.

Referências

- DE CARVALHO, Renata Coppieters; AVILA, Marco Aurélio. *Terreiros de Candomblé: entre Memórias, História, Tombamento e Turismo Étnico*. 2009. Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo.
- MORIN, Júlia. *Terreiro Casa Branca/Ilê Axé Iyá Nassô Oká*. Fundação Joaquim Nabuco. Disponível em <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=1010%3Aterreiro-casa-branca-ile-axe-iyá-nasso-oka&catid=54%3Aletra-t&Itemid=1> Acesso em 19 de Setembro de 2017.
- PLATAFORMA SUCUPIRA. *Qualis periódicos*. 2017. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>> Acesso em 19 de Setembro de 2017.

Espelho, espelho meu: breve discussão a respeito da representação estético/comportamental feminina nos filmes *Os Homens Preferem* *As Loiras* (1953) e *Sabrina* (1954)

Elocir Guedes Soares¹

Existe uma relação mútua entre cinema e beleza que pode ser bem atestada na construção dos personagens cinematográficos, em especial os do cinema americano dos anos 1950. São os reflexos dessa conjuntura que estão em discussão neste trabalho, a relação entre as estrelas do *Star System* e as noções estético/comportamentais típicas da década de 50 do século XX.

Por meio da análise histórica do cinema é possível traçar o perfil dos valores sociais difundidos por determinado período histórico, pois os filmes conforme Marc Ferro (2010) revelam para além do banal, e muitas vezes apresentam críticas veladas que somente por meio de uma análise profunda tornam-se passíveis de interpretação. A presença da beleza nos filmes dos anos 1950, em especial *Sabrina* (1954) e *Os Homens Preferem as Loiras* (1953) selecionados para esta discussão, apresentam discursos e usos distintos a respeito da noção de beleza, legitimados pela postura das atrizes Audrey Hepburn (1929-1993) e Marilyn Monroe (1926-1962).

¹ Mestrando em História - Universidade do Vale do Rio dos Sinos Orientação: Eliane Cristina Deckmann Fleck - Doutora em História

A compreensão do papel da beleza nestes filmes reflete os significados que o belo desempenhou na estrutura social da primeira metade do século XX. Assim como, Norbert Elias (1994) compreendeu as práticas culturais como processos ligados a seus contextos, a beleza conforme apresentada nestes filmes apresenta uma dimensão que somente o século XX conheceu, onde as práticas sociais vivenciaram as transformações tanto do pós-guerra, quanto da nova estrutura social que se desenvolveu a partir daí, conforme defende Antoine Prost (1992).

A relação intrínseca entre beleza e *Star System* certamente é um dos elementos que possibilitam a compreensão do termo “sobrepersonalidade” de Edgar Morin (1989), que de acordo com o autor, o status de estrela eliminava a personalidade anônima do sujeito, e a construção estética em torno da estrela alimentava ainda mais seu poder simbólico. Nesse aspecto, a beleza induzia ao mesmo tempo que legitimava certa postura comportamental, pois não havia distinção entre a beleza e o comportamento da estrela, cada qual dentro do seu perfil estético/comportamental desenvolvia e sustentava um estilo de ser e estar em sociedade.

Análise fílmica e história

Os filmes, como expressão máxima da imagem, desencadearam, tanto no campo da pesquisa histórica, quanto no seio social, reações que variavam entre a completa negação e a aceitação parcial. Antes de servirem como fontes de estudo, os filmes estavam alheios até mesmo ao campo da arte, pois sua configuração estética e social contradizia tudo o que até então se percebia como expressão artística. Foi no campo cultural que os filmes, num primeiro momento, desencadearam transformações. Daniela Calanca (2008) chama atenção para as transformações sociais que o cinema desencadeou no início de sua história, pois, como destaca a autora, as últimas décadas do século XIX, bem como as primeiras

do século XX, foram marcadas pelo tecnicismo embalado pela racionalidade industrial.

Nesse aspecto, antes mesmo de perguntar o que diz o filme, é preciso indagar-se de qual cinema está se falando. O cinema hollywoodiano (foco dessa pesquisa) está dividido em fases totalmente distintas, existe um cinema anterior e pós conflitos mundial, quando se fala em cinema no século XX esta divisão é inevitável. As implicações reflexivas desta pesquisa estão centradas no período dos pós Segunda Guerra Mundial, em especial, na década de 1950, período em que o cinema norte-americano vivenciava a transição de sua Era de Ouro para o período crítico do fim dos anos 1950 início dos anos 1960. O sistema de produção vigente ainda era o *Star System*, pois “Orientados pelos gostos dos espectadores os produtores usavam três conceitos-chave para garantir o lucro nas bilheterias: 1. O sistema estúdio; 2. O sistema de astro e estrelismo; e 3. O sistema de gêneros” (MATTOS, 2003, p.52)

O fascínio que o cinema aos poucos foi desencadeando na sociedade, associa-se a interpretação de Peter Burke (2004), quanto ao fascínio e ao controle da imagem. A capacidade de se retratar, de ter uma imagem gravada ou pintada, não era uma realidade frequente do universo popular. A pintura era um exercício destinado a eternizar a imagens dos reis e rainhas, e, mesmo assim, estavam sobre o domínio dos pintores. Essa realidade, porém, começa a mudar a partir do século XIX com a criação da máquina fotográfica, e o cinema a pôe numa dimensão antes nunca vista, o movimento. Percebe-se neste breve retrospecto, que a manipulação da imagem não foi uma atividade isolada, ela desencadeou uma articulação social, esteve acompanhada de um processo de transformação, entendimento que não deve se ausentar da análise histórica.

Compreendida a questão do que ser lido quando se usa uma fonte fílmica, outro mote fundamental se apresenta. Como fazer essa leitura? Os filmes absorvem boa parte das demais expressões artísticas. Inevitavelmente há imagem, e ela está em movimento, há som (a partir dos anos 1920), os personagens se comunicam em

uma língua e há também linguagem corporal. Os filmes são construídos por equipes de sujeitos que divergem, o diretor pensa uma cena que muitas vezes não foi o que o roteirista escreveu, que, por sua vez, será reconstruída pelo ator, portanto, o cinema é formado por uma rede de pessoas que precisam chegar a consensos. O cinema, como bem destacou o psicólogo Skip Dine Young (2014), é construído por humanos para humanos, portanto dissociá-lo da sociedade é negligenciar sua potencialidade, pois “[...] a imagem [...] fílmica [...] é por sua vez documento histórico e agente da História numa sociedade que a recebe, mas que também – e não se pode esquecer isso – a produz.” (FERRO, 2010, p.14).

A sociedade inevitavelmente interfere na produção de um filme, mesmo que uma das dimensões da cinematografia seja a capacidade ideológica, conforme destacou Marc Ferro (2010), o sujeito certamente se apropria daquela imagem fílmica e concebe a sua interpretação da obra, tanto é que grandes franquias são canceladas quando o público as rejeita, e no caso específico dos anos 1950, quando as atrizes se comprometiam, envolvendo-se em situações constrangedoras (quanto à vida “pessoal”), os estúdios rapidamente precisavam prestar uma retratação pública. O campo do comportamento está arraigado aos filmes numa intensidade que somente o século XX conheceu.

Voltando à pergunta fundamental. Como ler estas informações? Há, conforme Marcel Martin (2011), uma linguagem cinematográfica, mas como lê-la historicamente? De acordo com Marc Ferro (2010), a análise do cinema como fonte histórica divide-se em três aspectos: a crítica de autenticidade, a crítica de identificação e a crítica de análise. Este procedimento analítico partiu do trabalho do autor com filmes históricos, gravações de vídeos específicos de determinadas épocas, e que por meio deste procedimento poderiam ter sua essência desmitificada. O uso científico da ficção no campo da história é uma realidade, que embora exija por parte do historiador uma análise focada nos detalhes sistemáticos da produção, possibilita a observação das

formas do pensar de determinado período, na medida em que “[...] servindo a moldura à intriga, a ficção histórica pode, sim, dar conta das situações e das características de um dado tempo” (FERRO, 2010, p. 175)

De acordo com Prost (1992), as mídias foram um dos marcos mais expressivos do século XX, naquilo que se refere à vida privada ou à intersecção entre o privado e o público, mas não no sentido utilitarista do presente, a mídia na primeira metade do século passado estava associada ao que o autor denominou de transformação dos costumes. O cinema no século XX viveu seu apogeu, somente a televisão conseguiu, mais tarde, limitar seu poder de ação, porém, ligados pelo uso da imagem, ambos transformaram o significado de entretenimento e informação.

A comunicação com a supremacia do cinema (rádio e televisão estão presentes, porém em comparação ao cinema eram limitados, pois nem todas as casas tinham rádio e a TV só se popularizou na segunda metade do século XX) conheceu uma dimensão até então desconhecida, a imprensa escrita tinha o monopólio tanto da comunicação, quanto da informação, porém com a ascensão das mídias ela tendeu a desaparecer em número e se atualizar didaticamente. Na em medida que “[...] para não cansar, é preciso personalizar. Entre a mídia e o público, a comunicação substitui a informação”. (PROST, 1992, p. 149). É no campo da comunicação que se trabalha com os filmes, e ligado a este fato se justifica a escolha das obras *Sabrina* (1954) do diretor Billy Wilder e *Os Homens Preferem as Loiras* (*Gentlemen Prefer Blondes*, 1953) dirigido por Howard Winchester Hawks (1896-1977). As respectivas atrizes Audrey Hepburn (1929-1993) e Marilyn Monroe (1926-1962) se inserem no mesmo princípio de escolha, a comunicação.²

² A escolha destas atrizes se deu pela popularidade atemporal de ambas, pois tanto Marilyn Monroe, quanto Audrey Hepburn, se tornaram marcos do que mais tarde veio a ser denominado como cultura pop. Estético e comportamento assumiram uma dimensão integrada na performance destas atrizes, tornando-as símbolos de um *ser* e *estar* em sociedade. Acredita-se que por meio da reflexão teórica aqui apresentada esses elementos possam ser facilmente identificados.

Conforme Edgar Morin (1989), uma das principais características do *Star System* foi a construção de perfis comportamentais representados pelas estrelas de cinema do período. A estes perfis Morin deu nome de *sobrepersonalidades*, personagens defendidos pelas estrelas, que se confundiam com a sua própria personalidade. Não havia uma separação (do ponto de vista comunicativo) entre a personalidade da estrela e os personagens representados por ela. Portanto, Marilyn Monroe seria a *sobrepersonalidade* de Norma Jeane Mortenson, assim como Audrey Hepburn não se aventuraria em personagens distintos do perfil de Sabrina. Os filmes foram fundamentais para a manutenção destas *sobrepersonalidades* ou *superpersonalidades* de acordo com Gilles Lipovtsky (2009).

Os filmes legitimaram esta construção de personalidades, potencializando sua comunicação, assim, estilos se disseminavam no seio social, criando espaços de identificação. Produzidos no interior de um sistema fechado de ações, estes filmes chegavam ao público carregados de informações densamente coreografadas, que tinham o propósito de entreter e informar as massas. O propósito deste cinema foi de propagar um estilo de vida norte-americano no Ocidente, o que vai ao encontro com o modelo *referencial* estadunidense, conforme destaca Denys Cuche (2002).

No que tange à década de 1950, o cinema estadunidense apresenta características, que como já foi apresentado, são difusas, mas que também expressaram o início deste movimento de transgressão do padrão, tanto no que tange ao comportamento social (sexualidade, papel da mulher e família), por meio das estrelas de cinema ousadas quanto a imagem de seus corpos e atitudes (mesmo na forma coreografada), que rompiam com a imagem predecessora do espaço feminino.

Nesse aspecto a escolha de tais filmes, em relação a outros, implica também no tipo de leitura que a história deseja fazer da sociedade a qual observa. Esta pesquisa leva em consideração a natureza própria do *Star System*, defende a hipótese de que havia

um discurso preponderante neste cinema que fazia alusão ao estilo de vida norte-americano, e seu propósito é analisar os mecanismos de propagação destas ideias e a forma com eram recebidas, nesse caso, centrando a análise no público feminino do Brasil dos anos 1950.

Referências

- CALANCA, Daniela. *História social da moda*. São Paulo, SP: Senac, 2008.
- CUCHE, Denis. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru, São Paulo, EDUSC, 2002
- ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Rio de Janeiro: Zahar, 1994
- FERRO, Marc. *Cinema e História*. São Paulo: Paz e Terra, 2010
- MARTIN, Marcel. A linguagem cinematográfica. São Paulo: Brasiliense, 2011
- MATTOS, A. C. Gomes. *Do cinescópio ao cinema digital: breve história do cinema americano*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.
- MORIN, Edgar. *As estrelas: mito e sedução no cinema*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.
- PROST Antoine & VICENT Gérard. *História da vida privada: da Primeira Guerra a nossos dias*. São Paulo: Companhia da Letras, 1992
- YOUNG, Skip Dine. *A psicologia vai ao cinema: o impacto do psicológico da sétima arte e da sociedade moderna*. São Paulo: Cultrix, 2010.

Totalitarismo em jornada nas estrelas: uma possibilidade no ensino de história

Yuan Veiga Pereira¹

Quando nos propomos a falar sobre o ensino e olhamos para o quadro da educação básica e de nível médio no Brasil, nos deparamos com inúmeras dificuldades, as quais tanto professores quanto alunos enfrentam todos os dias no ambiente escolar. Dificuldades que vão além dos problemas estruturais básicos, alcançando o próprio sistema de ensino, que faz uso de discursos acerca da autonomia do aluno, mas que falha muitas vezes em preparar professores para o exercício da criticidade do mesmo. Para que o aluno exercite a crítica e venha de fato apreender o conteúdo estudado, não em sua simples definição de captar aquilo que está sendo ensinado, mas sim de assimilar, compreender e pensar sobre, se faz necessário por parte do educador que se crie condições para o mesmo, como aponta Paulo Freire: “[...] ensinar não se esgota no “tratamento” do objeto ou do conteúdo, superficialmente feito, mas se alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível” (FREIRE, 1996, p.26). Dessa forma, é de suma importância que o professor não se atenha somente ao conteúdo em sua forma básica, mas que também o mostre ao aluno a partir de perspectivas diferentes, bem como em moldes e formatos variados, para que se possa ampliar as possibilidades de compreensão do educando, tendo em vista que cada aluno aprende e constrói o seu conhecimento de maneira distinta. Para tanto, existem diversos materiais que podem

¹ Graduando em História - Universidade La Salle - yuanpereira2013@gmail.com - Orientador: Renato Ferreira Machado - Doutor em Teologia.

ser utilizados como veículos pedagógicos, que à primeira vista podem ser tratados como simples objetos de entretenimento, correndo o risco de serem banalizados e colocados de lado, em um desperdício de seus recursos didáticos. Um desses materiais, o cinema, em seu princípio era constantemente vulgarizado (GONÇALVES, 2009, p.41), e só tardiamente o filme passaria a ser utilizado no ambiente escolar, embora muitas vezes, seu uso seja aplicado de maneira incorreta por alguns professores que acabam por exibi-lo em aula somente para ilustrar o conteúdo, sem grande aprofundamento na obra ou análises previamente feitas a respeito da mesma. Tais fatores acabaram por colaborar para a construção de um histórico de resistência, por parte da escola, para com o uso da mídia audiovisual na sala de aula, segundo nos aponta o historiador e pesquisador de mídias, Marcos Napolitano (2003, p.17-21).

No presente estudo tencionamos nos direcionar para o uso do cinema no ensino de história. Ainda que esta seja uma das disciplinas que mais faz uso de filmes, geralmente trabalhando com os “filmes históricos”, se faz importante destacar a necessidade de uma maior problematização por parte dos professores em relação a este uso, pois em muitas dessas obras é possível encontrar erros históricos e anacronismos de proporções distintas, que podem ser assimilados de forma errônea por parte do aluno. Em grande medida, mesmo um filme histórico conta muito mais de sua época de produção do que do período que tenciona retratar em seu conteúdo, isto pode ser visto a partir da análise de elementos como a imagem, os diálogos e a produção do filme em si (NAPOLITANO, 2008, p.38-39). É partindo desta linha de pensamento que percebemos a possibilidade da ficção como um gênero tão viável quanto os filmes históricos para ser utilizado no ensino da disciplina.

O uso de filmes na sala de aula pode ser enriquecedor tanto para o aluno, no sentido de que o mesmo aprende aos conteúdos de forma lúdica e tem a possibilidade de desenvolver sua criticidade quanto a mídias audiovisuais, quanto para o professor que tem a

chance de ampliar suas metodologias, assim como para a própria escola, uma vez que: “Trabalhar com o cinema em sala de aula é ajudar a escola a reencontrar a cultura ao mesmo tempo cotidiana e elevada, pois o cinema é o campo no qual a estética, o lazer, a ideologia e os valores sociais mais amplos são sintetizados numa mesma obra de arte” (NAPOLITANO, 2008, p.11-12). Contudo, para que tais resultados sejam alcançados o uso do cinema no ensino deve ser aplicado de maneira crítica, em cima de aprofundamentos prévios em relação a obra que se deseja utilizar para trabalhar um conteúdo específico, onde se deve pensar juntamente com o aluno, ao mesmo tempo que se é mediador do aprendizado em sala de aula, propondo dessa forma, análises de outros materiais que possam dialogar com o filme em questão. Para que isso ocorra é necessário que o educador tenha em mente que:

“[...] pensar em televisão ou na mídia em geral nos põe o problema da comunicação, processo impossível de ser neutro. Na verdade, toda comunicação é comunicação de algo, feita de certa maneira em favor ou na defesa, sutil ou explícita, de algum ideal [...]” (FREIRE, 1996, p. 139).

Percebemos que a mídia, de forma geral, é carregada de ideologias e valores, podendo trazê-los tanto de maneira intencional quanto involuntária, de forma explícita ou implícita. Desta forma, é de extrema importância que o professor esteja atento a todos os detalhes em torno de uma obra fílmica, e para tanto, no que tange o ensino de história, se faz necessário o estudo do filme como uma fonte histórica, devendo ser observado na qualidade de transmissor de reflexos do período e sociedade no qual foi produzido. Tais reflexos são definidos como aquilo que tomamos na história cultural por representações, criações que os grupos criam sobre suas práticas na vida e no cotidiano, em seus diversos aspectos, onde essas práticas somente existem na condição de representações, pois não podem ser percebidas em seu todo (CHARTIER, 1998, p.13-28). Sendo assim, compreendemos as representações como meio pelos

quais o indivíduo vê, interpreta e expressa aquilo que absorve do mundo que o rodeia, partindo das sensibilidades, elementos que se encontram presentes em todas as experiências humanas. É desta maneira que se dão as interpretações humanas em relação ao mundo, expressas na forma de sentimentos, pois ainda que de forma inconsciente o ser humano absorve o mundo e o codifica para si em seus diversos aspectos, como nos explana Pesavento:

“As sensibilidades seriam, pois, as formas pelas quais indivíduos e grupos se dão a perceber, comparecendo como um reduto de representação da realidade por meio dos sentidos, das emoções, da esfera da vida afetiva” (2005, p.130).

Valendo-se da análise destes elementos, o professor de história, na condição de pesquisador, torna-se capaz de identificar e compreender processos sociais, culturais e históricos na medida em que estuda a obra cinematográfica em sua amplitude. Para tanto, o filme não pode ser observado unicamente na condição de material de entretenimento, devendo ser analisado de maneira criteriosa e sistemática em seus diversos aspectos e elementos estruturantes, como cenário social e histórico no qual foi produzido, construção do roteiro, repercussão do público e da crítica e questões referentes a produção, dentre outros itens. Ao encontro destes critérios de pesquisa fílmica, encontramos estudos como aqueles levantados pelo historiador e precursor da história do cinema, Marc Ferro, que nos revela o seguinte sobre a análise do cinema na condição de fonte histórica:

“[...] analisar no filme tanto a narrativa quanto o cenário, a escritura, as relações do filme com aquilo que não é filme: o autor, a produção, o público, a crítica, o regime de governo. Só assim se pode chegar à compreensão não apenas da obra, mas também da realidade que ela representa” (1992, p. 87).

A Série

A partir das possibilidades de análise aqui explanadas, o estudo se dá ao fazermos uso da série original de Jornada nas Estrelas (1966-1969), tendo a mesma como um produto da cultura pop e levando em conta o exponencial crescimento de consumo deste tipo de cultura que tem se dado nos últimos anos, principalmente entre os círculos sociais juvenis. O seriado, neste sentido, tem um grande valor pedagógico, se bem conduzido para o ensino de história, mais especificamente o ensino de história contemporânea. Por ter sido criada ao fim da década de 1960, Jornada nas Estrelas possui uma riqueza de elementos históricos, pois nesse período presenciamos acontecimentos que delinearam o mundo como o conhecemos, tal como a ameaça da Guerra Fria e por consequência a corrida armamentista e tecnológica, bem como o intervencionismo norte-americano e soviético, a instauração de regimes militares na América do Sul e movimentos ativistas em busca pelos direitos civis. Produzido nos Estados Unidos, o seriado traz consigo uma junção de aventura e conto moral em seus episódios, transcendendo temas ligados a tecnologia, usualmente empregados pela ficção científica, pois também trata de assuntos como autoritarismo, guerra, direitos humanos, igualdade, racismo e feminismo, tencionando dessa forma mostrar uma visão utópica e otimista para o futuro.

A pesquisa se debruça sobre a série com o intento de demonstrar a sua capacidade pedagógica para o ensino, se direcionando neste caso, a discussões acerca de regimes totalitários, que podem ser encontrados em diversos períodos históricos. Sendo assim, a análise aqui realizada se direciona ao episódio *Patterns of Force*.

Padrões de Força

A nave protagonista da série, Enterprise, se encontra em missão para entrar em contato com o historiador John Gill, que também se achando a serviço da Federação Unida dos Planetas, tinha por tarefa realizar registros históricos no planeta Ekos. Na superfície o capitão da nave, Kirk, e seu comandante alienígena Spock se deparam com um governo nazista ali instaurado, que toma os zeons, habitantes do planeta vizinho, como seres de uma raça inferior aos ekosianos. No transcorrer do episódio Kirk e Spock aos poucos descobrem que o próprio John Gill havia instituído o fascismo como sistema político naquele planeta com a intenção de unificar o povo nativo que até então vivia na barbárie. Havia visto neste sistema uma grande eficiência, tendo em vista o histórico do mesmo aplicado a Alemanha, que se fortaleceu rapidamente mesmo em um período de dificuldade, onde se achava falida e derrotada após a Primeira Guerra Mundial. O discurso embasado na superioridade da raça funcionava perfeitamente no início, mas com o tempo nem mesmo Gill pode manter o controle, pois acabou sendo feito refém da vontade de um de seus oficiais, que utilizou de sua imagem para continuar a realizar discursos e permanecer no poder. A situação tomou as proporções imaginadas e logo os zeons começaram a ser tratados pelos ekosianos como os judeus o foram na Alemanha Nazista.

Em um dado momento deste episódio, Spock pergunta a um zeon chamado Isaac o motivo pelo qual seu povo era tão odiado, ao que Isaac responde:

“Isaac: Por que? Porque sem nós para odiar, eles não teriam nada que os mantivesse unidos. Então o partido nos transformou em uma ameaça, uma doença a ser exterminada”.

A frase de Isaac, em alguma medida, vai ao encontro da idéia inicial de John Gill ao instaurar um regime fascista em Ekos, ainda que no princípio o objetivo não fosse gerar ódio, mas sim germinar

um sentimento de superioridade no povo do planeta, unificando-o dessa forma. Notamos neste elemento do episódio um alerta aos perigos dos discursos nacionalistas em regimes totalitários, onde ao exaltar o povo de determinada nação, acaba-se gerando uma distinção em relação aos demais povos, sendo estes colocados à parte como grupos que devem segui-lo, ou mesmo podendo vir a ser considerados inferiores. Discursos nacionalistas ligados ao fortalecimento da nação estão presentes em todo tipo de estado nacional, no entanto é necessário que percebamos que embora a capacidade de gerar sentimentos nacionais a partir de elementos como tradições e discursos seja uma característica do estado, é do povo o poder de torna-los legítimos, e isso se dá a partir do sentimento de identificação de determinada população para com estes elementos (SNYDER, 2017, p.18-21). Isto também pode ser notado ao fim do episódio, quando Kirk discorre sobre o grande problema do nazismo ser mais do que a tirania de seus líderes, tendo como cerne os seus princípios estruturantes, que se embasavam em discursos de superioridade e geravam sentimentos de ódio, fazendo com que o povo desesperado por melhoras consentisse em sua instauração.

No mesmo episódio notamos a fala do doutor Mccoy, médico chefe da Enterprise, discorrendo para Spock sobre a instabilidade do poder, e a condição humana no que se refere a sua ambição pelo mesmo.

“Dr. Maccoy: [...] o homem que tem muito poder, mesmo com as melhores intenções, não consegue resistir ao desejo de brincar de Deus”.

Aqui notamos que ao falar da condição de John Gill enquanto alguém com o conhecimento para modificar a sociedade de Ekos, Maccoy discorre sobre a capacidade que o poder, em seus diversos níveis, é capaz de exercer sobre um indivíduo, despertando ambições, que podem variar de acordo com o grau de poder ao seu alcance, podendo vir a corromper o mesmo, ou fazendo com que sua

intenção inicial se perca. Outro apontamento acerca da condição humana nos é apresentado no desabafo de John Gill em um determinado momento:

“John Gill: Mesmo os historiadores falham em aprender com a história. Eles repetem os mesmos erros.

Neste ponto o episódio trata do ser humano como um indivíduo que perpetua seus erros, na medida em que mesmo tendo a capacidade de aprender sobre o passado, não compreende seus processos de uma forma mais ampla. Esta dificuldade se intensifica quando não buscamos entender com profundidade as motivações e interesses que colaboraram para o ocorrido destes processos. Muitas vezes, nem mesmo o historiador consegue fugir a esta condição, haja vista que estando inserido em seu próprio período histórico jamais compreenderá épocas anteriores a sua de uma forma completa, pois os valores de seu tempo são diferentes daquele por ele estudado.

Considerações Finais

Ao aplicar o episódio de Jornada nas Estrelas aqui explanado no ensino de conteúdos de regimes totalitários, podemos ir além dos temas propriamente ditos, trazendo para os alunos uma forma didática de aprendizagem no que diz respeito aos ciclos e processos pelos quais se dão e se sustentam esses sistemas. Notamos que é a partir das massas que esses regimes tomam força para se erguerem e continuarem no poder, um processo que pode se dar tanto através da falta de ação contrária de um povo, quanto de sua assimilação e identificação com elementos nacionalistas que são elaborados pelos estados e governos, como tradições, componentes culturais e discursos que visam enraizar sentimentos nacionais. Tais regimes demonstram o quão prejudiciais podem ser modelos governamentais onde a soberania se concentra nas mãos de um único indivíduo, e esse indivíduo monopoliza todas as formas de

poder necessárias para a regência de uma nação. A importância da democracia e a necessidade de atividade e engajamento do aluno em questões políticas também pode ser trabalhada, a partir das questões trazidas pelo episódio analisado. Dessa forma, é possível instigar no aluno, através destes temas e discussões, a importância de se pensar criticamente a sua responsabilidade enquanto cidadão político.

Referências

- AZZI, Riolando. Cinema e educação: orientação pedagógica e cultural de vídeos. São Paulo: Paulinas, 1996.
- CHARTIER, Roger. A História Cultural – entre práticas e representações. Lisboa: DÍFEL, 1998
- CUMMINS, Joseph. As Maiores Guerras da História. Rio de Janeiro: Ediouro, 2012.
- FERRO, Marc. Cinema e História. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários a Prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GOMES, Marcelo Bolshaw. A Máquina, a Imagem e a Primeira Diretriz (da frota estelar): três temas do universo de ficção científica “Star Trek. Imaginário, João Pessoa, Edição nº 3, p. 5-34, 2012.
- GONÇALVES, Mauricio R. Cinema e Identidade Nacional no Brasil: 1898 – 1969. LCTE Editora: São Paulo, 2009.
- GROSS, Edward; ALTMAN, Mark A. 50 Anos de Jornada nas Estrelas: a História Completa, Não Autorizada e Sem Censura. São Paulo: Globo, 2016.
- HOBSBAWM, Eric. A era dos extremos: o breve século XX. 1941-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LOWE, Norman. História do Mundo Contemporâneo. Porto Alegre: Penso, 2011.

NAPOLITANO, Marcos. Como Usar a Televisão na Sala de Aula. Contexto: São Paulo, 2003.

_____. Como Usar o Cinema na Sala de Aula. Contexto: São Paulo, 2008.

NOGUEIRA, Salvador; ALEXANDRIA, Susana. Jornada nas Estrelas: o guia da saga. São Paulo: Leya, 2016.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & História Cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. Sensibilidades no tempo, tempo nas sensibilidades. Tempos Acadêmicos, Santa Catarina, Edição Anual nº 3, p. 127-134, 2005.

SANTOS, Nádia Maria Weber; MORAES, Ana Luíza Coiro. TVs Públicas: Memórias de Arquivos Audiovisuais. São Leopoldo: Oikos, 2016.

SNYDER, Timothy. Sobre a tirania: vinte lições tiradas do século XX para o presente. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

USS VENTURE. <https://goo.gl/1Pujrv>. Acessado em 28/09/2016.

Referência audiovisual

JORNADA nas estrelas: Padrões de Força (ep. 50). Direção: Vincent McEveety. Produção: Gene L. Coon. Intérpretes: Leonard Nimoy, William Shatner, Nichelle Nichols, DeForest Kelley, James Dohan, George Takei e Walter Koenig. Roteiro: John Meredyth Lucas. Califórnia: Desilu Productions, 1968 (ao ar em 16/02/1968). 1 DVD (50 min), NTSC, color. Título original: Patterns of Force.

Das mãos de Vargas ao antigelulismo: os deputados estaduais do Partido Social Democrático (1947-1955)

Tiago de Moraes Kieffer¹

O Partido Social Democrático (PSD) foi um partido nacional atuante na Terceira República (1945-1964), criado a partir das interventorias regionais nomeadas por Vargas durante o Estado Novo (1937-1945)², extinto pelo Ato Institucional nº 2 (AI-2) de 1965 (HIPPOLITO, 2012). Amparado na máquina pública, o PSD estruturou-se em todos os estados do Brasil antes das eleições de 1945 para a presidência da república e Assembleia Nacional Constituinte (OLIVEIRA, 1981). Junto com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o partido fazia parte do bloco partidário pró-Vargas regido pelo Decreto-Lei 7.586 de 28 de maio de 1945 – a chamada Lei Agamenon³ (SOUZA, 1990) – indo de encontro à

¹ Mestrando em História – Unisinos – tiagodekieffer@gmail.com
Marluza Marques Harres – Doutora em História

² Segundo Lucia Hippolito (2012, p. 47), “formado no fim do Estado Novo e composto basicamente pelos interventores nomeados por Vargas, o partido forneceu à elite política que se consolidou nos estados durante a ditadura estadonovista a possibilidade de sobreviver em um regime democrático”.

³ O nome da lei derivou de seu redator, o Ministro da Justiça Agamenon Magalhães. Os partidos políticos que tiveram sua existência legal após esse código eleitoral deveriam possuir registro em cinco ou mais estados, referendo inicial de pelo menos dez mil eleitores e personalidade jurídica de acordo com o Código Civil (DELGADO, 2003). O código eleitoral nasceu a partir da Lei Constitucional nº 9 de 28 de fevereiro de 1945. Essa lei previa que dentre de 90 dias fossem fixadas a data das eleições para deputados federais e senadores que iriam compor a Assembleia Nacional Constituinte, assim como para a presidência da república (SOUZA, 1990). Sobre a composição da Assembleia Nacional Constituinte de 1946, foi publicada pela Câmara dos Deputados Federais a dissertação de mestrado de Braga (1998), que traça um perfil socioeconômico e regional dos presentes nos debates relativos à Constituição da Terceira República.

proposta da União Democrática Nacional (UDN), protagonista do golpe de 29 de outubro de 1945 e partido anti-Vargas por excelência (DELGADO, 2003)⁴.

Lucia Hipollito (2012) defende que o PSD não era um partido centralizado, apresentando autonomia entre os diretórios regionais. Assim, ocorria o diálogo com o diretório nacional, mas não a submissão total. O PSD, no Rio Grande do Sul, foi composto inicialmente por figuras políticas atuantes em épocas anteriores, como Protásio Vargas, Cylon Rosa, Ernesto Dornelles, José Diogo Brochado da Rocha, Francisco de Paula Brochado da Rocha, entre outras personalidades, todos membros de uma elite política (AMARAL, 2005). Sandra Maria do Amaral, em *Elites do Poder* (2005), realiza uma pesquisa sobre as elites políticas no Estado Novo a partir do método prosopográfico⁵. Sua hipótese central de trabalho foi a de que “durante o Estado Novo houve o início da desarticulação de antigas elites políticas que atuavam no campo político no estado do Rio Grande do Sul” ajudando a retirar do cenário político atores rivais (AMARAL, 2005, p. 20). O cientista político Adriano Codato (2015), apresenta, amparado em perspectivas teóricas diferentes, três maneiras de identificação de elites⁶: *método posicional*, *método decisional* e *método reputacional*. Nessa análise, utilizaremos o *método posicional* que “ênfatiza que os que decidem são aqueles indivíduos ou grupos que preenchem as posições formais de mando em uma comunidade (diretorias de grandes empresas, cúpulas do executivo, posições superiores nas organizações políticas ou

⁴ No dia 29 de outubro de 1945, houve o golpe militar que depôs Getúlio Vargas do governo. Nesse acontecimento estavam as influências de Eurico Gaspar Dutra, Goés Monteiro, das forças liberais conservadoras e da embaixada norte-americana. Conforme Segatto (2003, p.23), “o clima do pós-guerra e a pressão das forças democráticas evitam, porém, o retrocesso político: o Estado de direito é garantido e as eleições são realizadas”.

⁵ Vinculado inicialmente à História Antiga, o método prosopográfico disseminou-se entre historiadores como um procedimento muito útil à análise de pequenas coletividades,

⁶ O conceito de *elites* deve ser interpretado a partir da noção de que não existe apenas uma elite, um grupo homogêneo, mas sim elites com diferentes características “fala-se então de elites no plural, do que na elite, no singular” (ALBERNAZ, 2011, p.10).

militares) ” (CODATO, 2015, p. 17)⁷. Nessa perspectiva “a elite é aquele grupo social que ocupa, controla e comanda as principais instituições de uma comunidade”. (CODATO, 2015, p.21).

Retornando à análise central, no interior dessa seção regional, existiram duas correntes majoritárias, a getulista e a antigetulista. A primeira delas acabou saindo aos poucos do partido, fazendo com que o mesmo passasse por um processo de desgetulização (CÁNEPA, 2005). Após a saída de importantes políticos de suas fileiras, da criação de uma ala autonomista, o chamado Partido Social Democrático Autonomista (PSDA), e do não apoio a Getúlio Vargas para o pleito federal⁸ pela ala ortodoxa, há a criação da Frente Democrática anti-PTB composta pelo Partido Libertador (PL), pela União Democrática Nacional (UDN) e, posteriormente, pelo Partido Democrático Cristão (PDC) (NOLL; TRINDADE, 2004). De acordo com Benetti (2011, p.21):

Paulatinamente, os quadros getulistas que estavam presentes em sua fundação vão migrando para o PTB, esvaziando o PSD de seu caráter getulista e tornando-o “udenizado”, no Rio Grande do Sul, ocupasse o papel que a UDN ocupava a nível nacional, de defensora do *antigetulismo*, visto que aqui, ela era fraca⁹.

⁷ O livro mais importante dessa análise é escrito por C. Wright Mills, em 1956, intitulado *The Power Elite*. O método decisional é utilizado para a identificação de elites que controlam os meios não formais de decisão, como empresários, donos de terras, etc. Por último, o método reputacional parte da influência no interior das elites, a partir do cruzamento de opinião entre os experts. (CODATO, 2015).

⁸ O debate partidário desse período girava em torno da figura de Vargas. Desde o tardio apoio ao presidente Eurico Gaspar Dutra para a eleição de 1945, até a divisão entre os adeptos pessedistas de Cristiano Machado ou Vargas, houve rompimentos e debates no interior do PSD (OLIVEIRA, 2008).

⁹ Duas três alas do PTB rio-grandense foram formadas por dissidentes do PSD: a ala sindicalista, desde 1945, já formava uma ala trabalhista de indivíduos ligados ao movimento queremista e ao sindicalismo do Estado Novo, saindo do PSD já em sua primeira conferência em julho de 1945 e tendo como liderança José Vecchio. Já ala pragmático-getulista formou-se a partir de figuras de Loureiro da Silva e José Diogo Brochado da Rocha e de getulistas que saíram do PSD com a criação do PSDA. Essa ala havia sido formada para o apoio de Getúlio Vargas para o pleito federal. A única ala que não sairia do PSD foi a originária na União Social Brasileira (USB), liderada pelo grande teórico do PTB Alberto Pasqualini, chamada de doutrinarismo pasqualinista (BODEA, 1992).

Assim sendo, ao contrário da realidade nacional, em todas as eleições para os cargos majoritários em nível regional, não houve alianças entre PSD e PTB (BODEA, 1992; CÁNEPA, 2005; CORTÉS, 2007; TRINDADE E NOLL, 1991). Para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, fechada em 1937 no Estado Novo por determinação de Vargas, e reaberta 10 anos depois, na Constituinte Estadual de 1947, o polo partidário continuou entre o PSD e o PTB (PESAVENTO, 1992). Na primeira legislatura, por exemplo, dos 55 cargos, 23 eram do PTB e 16 do PSD. Na segunda, os petebistas ficaram com 21 cadeiras e os pessedistas com 17 (HEINZ, 2005)¹⁰. Não podemos deixar de relatar que, na primeira legislatura, os parlamentares do PSD assumem em um período em que o executivo está sendo governado pelo interventor nomeado Cylon Rosa e posteriormente pelo governador eleito Walter Sá Jobim, ambos pessedistas. Na segunda, atuam a partir do governo de Ernesto Dornelles, que desde 1950 estava no PTB devido ao convite de Vargas em face do falecimento de Salgado Filho (CORTÉS, 2007). Portanto, em um primeiro momento, os deputados estaduais do PSD atuam como situação e, na segunda legislatura, como oposição.

Na primeira e na segunda legislatura, período em que o PSD está consolidando seu antigetulismo e antipetebismo e, posteriormente, entrando em divergência com o diretório nacional (GATTI, 2008; OLIVEIRA, 2008), há uma pequena parcela de deputados que se reelegem (AXT, AITA, ARAUJO, 1996)¹¹. Não é possível compreender, com a bibliografia disponível sobre o tema, apenas em breves referências, qual era o perfil político desses

¹⁰ A primeira legislatura da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul ficou assim organizada por número de cadeiras dos partidos. PTB com 23, PSD com 16, PL com 5, UDN com 4, PRP com 4, PCB com 3. Ainda em 1947, o PCB é posto na ilegalidade, e, em 1948, os mandatos de seus membros são cassados, fazendo com que ficassem as cadeiras vazias até a próxima legislatura. A segunda legislatura teve a seguinte composição: PTB com 21, PSD com 17, PL com 6, PRP com 4, UDN com 4, PSP com 2 e Partido Social Brasileiro (PSB) com 1. (CÁNEPA, 2005).

¹¹ O levantamento realizado pelo Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, a partir dos pesquisadores Gunter Axt, Carmem Aita e Vladimir Araujo, constatou que apenas o deputado estadual Jacinto Marinho Fernandes da Rosa se elegeu para legislatura de 1947 e manteve seu mandato em 1951.

parlamentares, o que defendiam nas suas particularidades, quais eram as relações com os debates entre getulismo e antigetulismo, suas articulações em questões representativas e suas relações com as lideranças que não ocupavam cargos públicos, apenas a posição do partido em relação ao PTB e as decisões da Assembleia Estadual Constituinte de 1947.

Nesse sentido, percebe-se a lacuna de estudos historiográficos que compreendam qual era o perfil político desses deputados do PSD, aproximações com Getúlio Vargas, relação com a imprensa, presença no processo de criação do partido e antecedentes políticos antes e durante o Estado Novo. Entendemos que a partir de documentações particulares de lideranças, dados eleitorais e estudos na imprensa é possível que esse tipo de pesquisa seja realizada¹².

Referências

ALBERNAZ, Cássio A. A. B. *Da história política dos grandes homens a prosopografia das elites políticas: considerações historiográficas e metodológicas*. **Anais do XXVI** – Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2011, p.1-15. Disponível em <1308096628_ARQUIVO_Prosepografiaelitespoliticasanpuh201>. Acesso em 03.jun.2017.

AMARAL, Sandra Maria do. ***O teatro do poder***: as elites políticas no Rio Grande do Sul na vigência do Estado Novo. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 2005.

BENETTI, Daiane. ***Dissidência no Partido Social Democrático (PSD) gaúcho***: as eleições presidenciais de 1955 e o embate em torno da herança getulista (1954-1958). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

BODEA, Miguel. ***Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul***. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992

¹² A temática dessa pequena explanação teórica faz parte de um projeto de mestrado iniciado em 2017 na Unisinos com orientação da Prof. Dra. Marluza Marques Harres.

- BRAGA, Sérgio Soares. ***Quem foi quem na Assembleia Constituinte de 1946:*** um perfil socioeconômico da Constituinte de 1946. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1998.
- CÁNEPA, Mercedes Maria Loguércio. ***Partidos e Representação Política:*** a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- CODATO, Adriano. *Metodologias para a identificação de elites:* três exemplos clássicos. In: PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano (Org.). ***Como Estudar Elites.*** Curitiba: Editora da UFPR, 2015, p. 15-32.
- CORTÉS, Carlos E. ***Política Gaúcha:*** 1930 -1964. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Partidos políticos e frentes parlamentares:* projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). ***O Brasil Republicano:*** o tempo da experiência democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 127-154.
- HIPPOLITO, Lucia. ***De raposas e reformistas:*** o PSD e a experiência democrática brasileira (1945- 1964). 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- NOLL, Maria Isabel; TRINDADE, Hégio. ***Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul (1823/2002).*** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. de. O Partido Social Democrático. In: FLEISCHER, David V (Org.). ***Os partidos políticos no Brasil.*** v. 1 ed. Brasília: UnB, 1981.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. ***A trajetória do Parlamento Gaúcho.*** Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1992.
- SEGATTO, José Antônio. *PCB: a questão nacional e a democracia.* In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). ***O tempo da experiência democrática:*** da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 217-240.
- SOUZA, Maria do Carmo C. Campello de. ***Estados e Partidos Políticos do Brasil (1930-1964).*** São Paulo: Alfa e Ômega, 1990.

GATTI, Isaura de Moura. ***Partido Social Democrático***: formação e fragmentação em Passo Fundo (1945-1950). Dissertação de Mestrado. Passo Fundo: UPF, 2008.

A mulher na constituinte: a cidadania feminina na década de 1930

Nielly da Silva Pastelletto¹

Em democracias liberais o direito ao voto é um dos principais marcadores de cidadania, e ao passo que é estendida às mulheres a cidadania eleitoral a própria identidade nacional é remodelada. Por ser um conceito histórico a definição de cidadania varia de acordo com o tempo e espaço onde se situa. Para citar alguns elementos que tornam a cidadania um conceito historicizado, podemos citar a proteção social exercida pelo Estado aos necessitados, a extensão dos direitos sociais e a inclusão política de diferentes grupos, estando inserida nesta última categoria a classe das mulheres (PINSKY, 2008, p. 10-11).

O conceito de indivíduo começa a ser desenvolvido concomitantemente com a queda do Antigo Regime inflamados por pensadores iluministas e consagrados com as revoluções francesa e americana, como nos aponta Karawejczk:

“Esses dois eventos romperam o princípio de legitimidade que vigia até então, baseados nos deveres do súditos, e passaram a estrutura-lo a partir dos direitos do cidadão. Desse momento em diante todos os tipos de luta foram travados para que se ampliasse o conceito e a prática de cidadania [...]. Nesse sentido pode-se afirmar que, na sua acepção, mais ampla, **cidadania é a expressão concreta do exercício da democracia.**” (2008, p. 10, grifo meu.)

¹ Graduanda em História - Universidade La Salle. E-mail: niellyspastelletto@gmail.com. Orientação: Tatiana Vargas Maia - Doutora em Ciências Políticas.

A conquista do direito ao voto para as mulheres se deu em um cenário turbulento tanto nacional quanto internacionalmente. Após a Primeira Guerra Mundial os países, principalmente europeus, viram-se obrigados a estender os direitos políticos às mulheres, uma vez que elas ocuparam espaços públicos deixados em aberto pela ausência da mão de obra masculina, e organizaram-se politicamente em grupos reivindicadores de tais direitos

No Brasil transcorria uma profunda modificação política com a tomada de poder de Getúlio Vargas, que visava tirar das mãos de antigas oligarquias nacionais o poder. Das modificações elaboradas neste período, destacamos a criação das leis trabalhistas e a reformulação do código eleitoral (FAUSTO, 1994, p.332-351).

Com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, foram criadas leis que definiam a carga horária de trabalho - oito horas diárias -, férias, e regulamentação do trabalho feminino e infantil, o que foi um grande marco para as mulheres tendo em vista que sua jornada de trabalho estendia-se por mais tempo que a dos homens e contava com o acréscimo dos trabalhos domésticos (MORAES, 2008, p. 507).

No que tange a reforma eleitoral, foi nela que foi sancionado o voto feminino, que seria exercido pela primeira vez no pleito para a Assembleia Constituinte de 1933, o que ia de encontro diretamente com a cidadania das mulheres, além de instituir o sigilo do voto, que colocava por terra o sistema de voto de cabresto, principal dispositivo eleitoral vigente até então (FAUSTO, 1994, p. 351-352).

Antecedendo a reformulação do código eleitoral em 1932, o movimento feminista brasileiro já era muito ativo, podendo ser definido através de dois grandes pólos, conforme Céli Pinto, o feminismo bem comportado e o mal comportado. O feminismo bem comportado foi o movimento feito de forma geral por mulheres com posses, com alto nível educacional que visavam os direitos políticos e civis, não abarcava as necessidades de outras classes sociais a suas reivindicações e não tinha a intenção de mudar as relações patriarcais vigentes. Já o feminismo mal comportado era constituído

por mulheres em sua maioria anarquistas, sendo frequente nas regiões mais industrializadas das grandes cidades, indo além das pautas políticas e desafiando a estrutura social ao identificar a exploração feminina com as relações de gênero (2003, p. 26-35).

Revista da Semana

Fundada por Álvaro Tefé na cidade do Rio de Janeiro, a *Revista da Semana* fez sua estréia no 20 de maio de 1900 permanecendo em atividade por sessenta e dois anos, integrando o *Jornal do Brasil* como um suplemento ilustrado em uma tiragem semanal e com custo unitário de 300 réis. No ano de 1914 o periódico passa por uma mudança de direção, assumindo a frente o jornalista Carlos Malheiro Dias, e sob sua direção conduz a publicação para o público alvo especificamente feminino, como afirma Trevisan “[...] assumindo um caráter mais leve, alegre, elegante e feminino.” (2011, p. 116).

Sendo reconhecida pela utilização de novos recursos fotográficos, a *Revista da Semana* ganhou notoriedade por ser a única revista a veicular imagens da Revolta da Vacina, por sua ampla cobertura da I Guerra Mundial e, principalmente, pelas reconstituições de crimes nos quais noticiava. Tais repercussões levaram com que figurasse como a segunda revista mais lida, permanecendo atrás apenas da publicação *O Cruzeiro* (CASADEL, 2013, p. 171-174). Aliando-se ao caráter informativo da revista e considerando o nível de analfabetismo no Rio de Janeiro, o fato do uso em larga escala de imagens em suas publicações, colaborou para o crescimento da popularidade da revista.

“Na época o Rio de Janeiro possuía cerca de 1.900.000 habitantes, dos quais apenas 48,6% eram alfabetizados [...]. De qualquer modo havia um público alfabetizado que poderia consumir essas publicações - e mesmo a parcela não alfabetizada poderia muito bem se entreter com as inúmeras imagens que as recheavam.” (TREVISAN 2001, p. 117)

No edição 23 de 1933, a jornalista Rachel Prado assina a matéria “*O Feminismo Triunphante, A Mulher na Constituinte*”, onde entrevista algumas das candidatas que concorreram às eleições para Assembleia Constituinte no mesmo ano, o primeiro pleito após a aprovação do Código Eleitoral de 1932 que estendia o direito ao voto às mulheres. Na reportagem de duas páginas, vemos o retrato das entrevistadas dispostos ao longo das mesmas, o que corrobora a tradição do periódico no meio fotográfico

A primeira entrevistada é Leolinda Daltro, pioneira no feminismo se mostra contente com a inserção da mulher no ambiente político, porém salienta que a falta de experiência poderia prejudicar sua escolha eleitoral. Afastada do ambiente público por problemas pessoais, dúvida que obtenha êxito nas eleições mas enfatiza que a vitória de uma candidata seria representativo para todo o movimento feminista. Daltro propunha a busca pela possibilidade de divórcio, a laicidade do ensino e a defesa da classe trabalhadora, e agradece as pessoas que levantaram seu nome para a candidatura ao lembrarem dos serviços já prestados por ela a Pátria.

Bertha Lutz, a mais cotada entre as candidatas segundo a revista, pontua que a obtenção de direitos políticos já representaria uma vitória. Sobre a candidatura feminina, Bertha afirma que deveria contribuir para a consolidação da autonomia pessoal e econômica das mulheres. Ressalta também a disparidade entre candidatas e candidatos, uma vez que elas não possuíam poder ou dinheiro para alavancar uma campanha eleitoral. Quanto a sua inserção no pleito, Lutz afirma que seu nome foi colocado em pauta pelas representantes de organizações presentes na Convenção Eleitoral Feminina e seu programa busca respeito a igualdade política e econômica, educação e saúde pública, proteção à infância, dignificação do trabalho e a paz.

A terceira candidata entrevistada é Natércia da Silveira, mostra-se contente com o pleito eleitoral, mesmo vendo-se sem

possibilidades de obter a vitória nas urnas por não dispor de dinheiro para financiar campanhas, pois o orçamento da Aliança Nacional da Mulher, na qual presidia, destinava toda a verba para os programas de assistência feminina, bem como não se aliava a nenhum partido político. Natercia também coloca que espera que os cariocas elejam uma candidata que possa por seus serviços a disposição da Pátria.

A líder socialista Ilka Labarthe se diz disposta a combater clero e governo, buscando evidenciar a existência de uma corrente de esquerda no cenário nacional. Tendo seu nome sido indicado por terceiros, não conta com a vitória mas mostra-se entusiasmada com as eleições. Salienta a pluralidade de candidatos ao pleito, uma vez que seu programa contrasta fortemente com os programas dos demais concorrentes, defendendo o divórcio, laicidade do Estado, sindicalização livre e direitos à trabalho e educação.

A candidata Anna Cesar vê a eleição como uma incógnita, ponderando sobre a efetivação do voto secreto e idoneidade da apuração eleitoral. Afirma que sua candidatura se deu através de amigos que admiram seus trabalhos anteriores pelas causas feministas. Anna também relata que a falta de escolaridade e altos níveis de analfabetismo causam danos a Pátria, sendo necessário uma educação cívica, desejando para além disso paz e ordem para o Brasil.

A última candidata a ser entrevista é Georgina de Azevedo Lima, também era a candidata mais votada até o momento da matéria, dezesseis dias após o início da apuração. Acamada, não pode receber a jornalista Rachel Prado, que conversou com o filho de Georgina, Jose Flavio. Segundo o rapaz, sua mãe não seria feminista e tão pouco defenderia o divórcio, estando apta ao cargo pois teria obtido os ensinamentos necessários com o marido, naquele momento um exilado político.

Considerações Finais

Através das falas das candidatas se pode perceber a recorrência de suas candidaturas terem sido levantadas por terceiros, não partido delas a iniciativa de participar do pleito da Assembleia Constituinte, geralmente indicadas por organizações feministas das quais faziam parte, o que demonstra que não estavam inseridas em partidos políticos.

O sentimento de descrédito quanto a possibilidade de vitória também se faz muito presente, sendo pontuados os fatores de falta de financiamento e influência política como os principais obstáculos, existindo um grupo de feministas que já começava a associar suas condições com uma estrutura maior de dominação masculina que se fazia necessário o combate, para que assim as mulheres pudessem ser de fato cidadãs independentes.

Podemos identificar a importância dada pelas candidatas para o fato de poderem, oficialmente, prestar seus serviços à Pátria, estando agora balizadas para a construção de um novo país. Desta forma compreendemos que mesmo com a inserção das mulheres legalmente na política brasileira, isto não fez com que elas estivessem em condições igualitárias para a disputa do pleito, e estavam cientes desta desigualdade, mas mesmo assim permaneceram com esperanças de conseguir contribuir efetivamente para a edificação da Pátria.

Fontes

PRADO, Rachel. *O feminismo triunfante: A mulher na constituinte*. Revista da Semana, Rio de Janeiro. Ano XXXVI, n. 23, p. 20-21, 20/05/1933. Disponível em <https://goo.gl/xXDzgY>, acessado em 20/09/2017.

Revista de Semana; Rio de Janeiro. Ano I, n. 1, 20/05/1900. Disponível em <https://goo.gl/wdPu4z>, acessado em 20/09/2017

Referências

- CASADEI, Eliza Bachega. Os códigos padrões de narração e a reportagem: por uma história da narrativa do jornalismo de revista do século XX. Tese. 2013. USP. São Paulo, 2013.
- FAUSTO, Bóris. História do Brasil. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.
- _____. História Geral da Civilização Brasileira - O Brasil Republicano - Tomo III - Vol.10. Difel/Difusão Editorial S.A. São Paulo. 1981.
- KARAWCZYK, Mônica. As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil. 2013. Tese. UFRGS. Porto Alegre, 2013.
- _____. O voto da costela: O sufrágio feminino nas páginas do Correio do Povo (1930-1934). Dissertação. 2008. PUCRS, Porto Alegre, 2008.
- LOWE, Norman. História do mundo contemporâneo. Porto Alegre. Penso, 2011.
- MORAES, Maria Lygia Quartim. Cidadania no feminino. In: História da cidadania. São Paulo. Contexto. 2008.
- MOURA, Ranielle Leal. História das Revistas Brasileiras – informação e entretenimento. VIII Encontro Nacional de História da Mídia, Unicentro, Guarapuava- PR. 2011.
- NASCIMENTO, Alcileide Cabral. O bonde do desejo: o Movimento Feminista no Recife e o debate em torno do sexismo (1927-1931). Rev. Estud. Fem. vol.21 no.1 Florianópolis Jan./Apr. 2013.
- PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bessanezi. Igualdade e especificidade. In: História da cidadania. São Paulo. Contexto. 2008.
- PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Editora Paz e Terra. São Paulo. 1988.
- PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bessanezi. História da cidadania. São Paulo. Contexto. 2008.

PINTO, Céli R. J. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, v.1S, n .2, jul./dez. 1990.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter. A escrita da história: Novas perspectivas. Editora UNESP: São Paulo, 1992.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História. Editora Campus, 1997.

TREVISAN, Anderson Ricardo. Velhas imagens, novos problemas: A redescoberta de Debret no Brasil Modernista (1930-1945). Tese. 2011. USP, São Paulo, 2011.

Experiência democrática, trabalhismo e estratégias de mobilização: a campanha eleitoral de Leonel Brizola no Rio Grande Do Sul (1958)

Samuel da Silva Alves¹

Leonel de Moura Brizola é, sem dúvida, um dos mais importantes e intrigantes políticos da história brasileira, seja por seus discursos ousados e inflamados, posicionamentos – por vezes – radicais, capacidade de mobilizar e liderar as multidões seja ainda pelo surpreendente período de meio século no qual atuou com destaque no cenário político nacional. Definido por João Trajano Sento-Sé (2016, p. 9) como um político capaz de pôr em cheque instituições, etiquetas e marcos institucionais, conchamar as massas a desafiar o *status quo* e, ao mesmo tempo, se inserir em uma tradição política que “vinha de longe”, no interior de um partido político organizado, no qual galgou as diversas esferas do poder através de disputas eleitorais, Brizola atuou no período da experiência democrática (1945-1964)², conforme explica Jorge

¹ Graduando em História na Universidade La Salle - allvesamuell@gmail.com

Cleusa Maria Gomes Graebin - Doutora pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Coordenadora e professora do PPGMSBC na Universidade La Salle - Professora do curso de História na Universidade La Salle - cleusamggr@gmail.com

² Denominado por Jorge Ferreira como *República Democrática* (2012, p. 318), o intervalo tempo correspondente aos anos de 1945 e 1964 caracterizou-se, em especial, pela emergência de partidos políticos organizados. Segundo Leticia Bicalho Cânedo (2010, p. 537-538), isso não apenas intensificou a relação entre eleitores e candidatos, mas também difundiu o interesse específico pelas questões políticas, desempenhando assim um papel proeminente na mobilização eleitoral. Em oposição à tese de que os aspectos decisivos da luta política estavam vinculados apenas à luta entre personalidades,

Ferreira (2016, p. 23), tanto como político, liderando o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), quanto como teórico, interpretando o trabalhismo à luz das ideias em voga na América Latina na conjuntura da Guerra Fria. Isso no momento em que, segundo Angela de Castro Gomes (2016, p. 306), o trabalhismo no Brasil foi relido e adaptado por diversas lideranças políticas que disputavam o controle do PTB e o “legado de Vargas”.

Acerca da trajetória política de Leonel Brizola, Ferreira (2016) destaca a ascensão meteórica do líder trabalhista. De origem social humilde, Brizola entrou ainda muito jovem para o PTB. Segundo o autor, fundou em 1945, ainda como acadêmico de engenharia, a ala estudantil do partido. Em 1947 foi eleito deputado estadual, cargo para o qual foi reeleito no pleito seguinte, em 1950. Após isso, em 1951, foi derrotado na disputa com Ildo Meneghetti pela prefeitura de Porto Alegre. Assumiu, em 1952, a Secretaria de Obras do Estado e, em 1954, foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul. Já no ano de 1955, tornou-se prefeito de Porto Alegre. De acordo com Ferreira (2016, p. 24), mediante a boa administração na capital gaúcha, foi alçado ao posto de principal candidato do PTB ao governo do Estado no pleito estadual seguinte, em 1958, do qual saiu vencedor. Todavia, para além de sua atuação no Legislativo e Executivo, outro aspecto de sua trajetória política nos instiga a reflexão: as campanhas eleitorais³. Como ocorreu a atuação de

Ferreira (2012) identifica nestes partidos a existência de projetos, que por sua vez eram reconhecidos pela população. De acordo com o autor, aqueles que votavam no PTB votavam no nacionalismo, pela reforma agrária e pela manutenção e ampliação dos direitos sociais. Semelhantemente, aqueles que optavam pela UDN votavam contra o trabalhismo, com sentimento anticomunista e por uma abertura do Brasil ao capital estrangeiro (FERREIRA, 2012, p. 315-316). Na visão de Antônio Lavareda (1991, p. 170), a experiência democrática caracterizou-se como um período de consolidação para o sistema político-partidário brasileiro, e, apesar dos empecilhos, “era uma experiência privilegiada nas suas circunstâncias para a implantação de clivagens duradouras na sociedade”. Para Angela de Castro Gomes (2009), tal experiência caminhava bem, até ser interrompida pelo golpe de 1964. Conforme a autora, do ponto de vista da prática da cidadania política, esta experiência dirigia-se rumo à consolidação dos partidos políticos nacionais, com os quais os cidadãos, de forma crescente, se identificavam (GOMES, 2009, p. 48).

³ Para René Rémond (1996), as eleições, como objeto de análise, possibilitam não apenas uma investigação acerca do equilíbrio de forças, das relações entre maioria e oposição e da composição dos governos, mas também servem como indicador e revelador do “espírito público”, bem como de seus

Brizola enquanto candidato? O que uma análise mais aprofundada de suas campanhas nos revela acerca da experiência democrática?

Ao analisar a produção historiográfica acerca de Leonel Brizola, percebe-se que tais obras privilegiam, em sua ampla maioria, apenas os mandatos desse, abordando os pleitos nos quais concorreu de maneira superficial, o que gera uma lacuna historiográfica referente à sua trajetória em processos eleitorais, em especial no período que antecede o seu Governo no Rio Grande do Sul. Semelhantemente, ao verificar as obras referentes aos processos eleitorais no Rio Grande do Sul, constata-se uma produção historiográfica escassa e fragmentada. Desta forma, a campanha eleitoral de Brizola emerge como objeto de estudo que nos permite pensar e repensar as práticas de campanha do período, o processo de aprendizado político ocorrido na experiência democrática, a mobilização política, a construção da popularidade, a interpelação das massas e o próprio Brizola, entre outras variáveis.

Considerando a lacuna historiográfica constatada, as possibilidades de reflexão proporcionadas a partir da análise das campanhas eleitorais, os embates ocorridos no interior do PTB após a morte de Vargas⁴, e a larga vitória obtida pelo candidato

movimentos (RÉMOND, 1996, p. 40). A campanha, por sua vez, é considerada por Rémond como parte integrante de uma eleição, sendo o seu primeiro ato. O autor compreende este momento não apenas como a manifestação das preocupações dos eleitores ou a explicação dos programas dos candidatos e dos temas dos partidos, mas também como a entrada em operação de estratégias, a interação entre os cálculos dos políticos e os movimentos de opinião, que modificam a cada dia as intenções e relação de forças (RÉMOND, 1996, p. 49).

⁴ Em 1954 um duro golpe atingiu o coração PTB: o suicídio de Vargas. Conforme Angela de Castro Gomes (1994, p. 133-136), este ato desorientou não apenas eleitores – que precisaram refazer suas ligações com o sistema partidário –, mas também membros do partido – mediante a falta de grandes e numerosas lideranças. Com isso, a autora afirma que foram necessárias, no interior do PTB, reformas de cunho organizacional – que exigiam a reestruturação e expansão da máquina do partido – e ideológico – a luta pelo monopólio do carisma de Vargas e a simultânea distinção entre o getulismo e o trabalhismo. Na visão da autora, esta reorganização partidária implicou em uma série de lutas entre lideranças políticas pelo controle nacional e/ou estadual da organização. O período pós-1954 pode ser definido, portanto, como um momento de redefinição dos conteúdos programáticos do partido, de disputa pelo legado do carisma varguista e pela força da legenda trabalhista, bem como de reeleições e apropriações do trabalhismo (GOMES, 2016, p. 306). No caso do PTB gaúcho, Igor Gastall Grill (2008, p. 156-158) afirma que, em 1954, após a saída de cena de Vargas e Pasqualini – identificados como fundadores da tradição trabalhista no Estado – inicia-se um processo de afirmação

trabalhista nas eleições ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul em 1958⁵, apresentamos o seguinte problema de pesquisa: o que a candidatura de Leonel Brizola e as estratégias de mobilização empregadas em sua campanha nas eleições de 1958 no Rio Grande do Sul evidenciam acerca da experiência democrática e do trabalhismo pós-1954?

O objetivo desta pesquisa é, portanto, compreender a candidatura e as estratégias de mobilização empregadas na campanha eleitoral de Leonel Brizola em 1958 no contexto da experiência democrática e do trabalhismo pós-1954. De forma específica, busca: a) analisar a construção da candidatura de Brizola ao Governo do Rio Grande do Sul nas eleições de 1958, situando-a em sua trajetória política; b) Investigar a constituição da aliança entre PTB-PRP-PSP e averiguar os reflexos da mesma sobre as eleições estaduais; c) Identificar as práticas de mobilização

dos candidatos a sucessores e a formação de cisões e rupturas em nome da herança, que culmina em disputas pelo legado e em tentativas de reinvenção do trabalhismo. Na busca pela proximidade com os líderes e encarnação do legado, o autor destaca alguns condicionantes que considera decisivos. Nos casos bem sucedidos deste processo de sucessão – Goulart, Brizola, José Diogo Brochado da Rocha e Fernando Ferrari –, Grill aponta para a presença três registros que interagem entre si: usos do parentesco, itinerários pessoais políticos e partidários ascendentes e a difusão e reconhecimento da proximidade com os fundadores da tradição.

⁵ De acordo com Maria Mercedes Loguerio Cánepa (2005, p. 225-235), após meses de uma intensa campanha eleitoral, marcada pela defesa da aliança com o PRP, pela rejeição ao apoio comunista, pela valorização do “planejamento” – marca da administração de Brizola em Porto Alegre –, pelo apoio do Governo JK e apelo populista clássico do PTB⁵, Brizola obteve 670.003 votos (55,18%), enquanto Peracchi recebeu 500.944 votos (41,20%), uma diferença de 13,98%⁵ dos votos (2005, p. 254). Acerca do resultado do pleito de 1958 no Rio Grande do Sul, Armando Fay de Azevedo (1960, p. 258-260) afirma que o mesmo caracterizou-se pelo chamado “fenômeno Brizola”, superado nacionalmente apenas pelo “fenômeno Jânio Quadros”, em São Paulo. Segundo o autor, esta esmagadora vitória, impensável até mesmo para os mais otimistas partidários, elevou Brizola, em nível nacional, ao patamar de outros grandes nomes do PTB, como João Goulart. No que tange as razões dessa ampla vitória do líder trabalhista, Azevedo destaca, entre outros fatores, o caráter populista de Brizola e seu senso de conquista do eleitorado, utilizado especialmente através de programas de rádio semanais, nos quais discursava por horas usando uma linguagem tosca, de sofredor, injustiçado e perseguido pelos poderosos. No tocante aos principais aspectos das campanhas eleitorais deste ano, Azevedo (1960, p. 270-272) chama a atenção para a vultosa soma monetária despendida por candidatos e partidos políticos na compra de faixas, cartazes, volantes, publicações na imprensa e espaços de rádio, bem como para o uso excessivo da propaganda política, marcado pelo desvirtuamento da mesma, que em vários momentos encaminhou-se para a retaliação pessoal, a difamação e a intriga, e também pelas centenas de quilômetros percorridos pelos candidatos em comícios e visitas às cidades, vilas e distritos.

empregadas na campanha eleitoral de Brizola e interpretá-las no contexto da experiência democrática brasileira; d) Examinar o programa e as propostas divulgadas por Brizola em campanha eleitoral e compará-las com a de seu adversário; e) Verificar os resultados das eleições de 1958 no Rio Grande do Sul e analisar os fatores explicativos da vitória de Brizola; f) Compreender as repercussões da vitória de Brizola e avaliar suas implicações sobre o PTB e o trabalhismo pós-1954. Para isso, utilizaremos um amplo conjunto de fontes, oriundas, em especial, de acervos particulares⁶ e acervos de imprensa⁷. No campo teórico, partiremos dos pressupostos de Pierre Bourdieu sobre o campo político⁸.

⁶ No que tange à metodologia utilizada para análise de acervos particulares, Carlos Bacellar (2008, p. 63-71) destaca uma série de importantes cuidados necessários no estudo de documentos oriundos desta modalidade de repositório, tais como: a) a contextualização da fonte e a interpretação à luz de sua época; b) a atenção na interpretação de pesos, medidas e volumes; c) a discussão acerca dos critérios adotados por quem produziu tal documento; d) o cruzamento com diferentes fontes; e) o levantamento possibilidades da fonte analisada; f) a identificação dos indivíduos nela presentes. Corroborando com a tese de Bacellar, Étienne François (1998, p. 156-159) chama a atenção para outros cuidados metodológicos, além dos já elencados, necessários ao manuseio de determinados repositórios, dentro os quais estão incluídos os acervos particulares. São eles: a) a crítica às fontes; b) a interrogação às fontes; c) a noção de que as fontes não dizem tudo; d) o compromisso com a ética e com a verdade histórica.

⁷ No caso das fontes oriundas de acervos de imprensa, Tânia Regina de Luca (2008) aponta para alguns cuidados metodológicos, necessários à utilização de periódicos na pesquisa histórica: a) a atenção para as características de ordem material (periodicidade, impressão; papel, uso/ausência de iconografia e de publicidade); b) a caracterização do material iconográfico presente, atentando para as opções estéticas e funções cumpridas por ele na publicação; c) a caracterização do grupo responsável pela publicação; d) a identificação dos principais colaboradores; e) a identificação do público a que se destinava; f) a identificação das fontes de receita, entre outros (2008, p. 131-142). Neste sentido, Claudio Pereira Elmir (1995) chama a atenção para uma série de outros cuidados necessários para o manuseio deste tipo de fonte, tais como: a) a leitura intensiva, meticulosa, exaustiva, e não extensiva, a exemplo da leitura cotidiana de periódicos; b) a noção de si enquanto leitor empírico, e não como leitor modelo do jornal analisado; c) a distinção entre o que é significativo para a compreensão do objeto de análise e o que é casual; d) a suspeição – de forma moderada – em relação ao que está sendo lido; e) a utilização, em conjunto, de outras fontes e obras bibliográficas; f) a contextualização destas fontes (1995, p. 21-27).

⁸ Acerca do campo político, Bourdieu (2012) afirma que o mesmo pode ser definido, simultaneamente, como um campo de forças e de lutas que visa transformar as relações de forças que conferem ao próprio campo a sua estrutura, como um espaço onde se geram, a partir da concorrência entre os envolvidos no jogo, produtos políticos, problemas, programas, análises comentários, conceitos e acontecimentos políticos que visam alcançar os profanos⁸ (2012, p. 163-164) e ainda como “o lugar de uma concorrência pelo poder que se faz por intermédio de uma concorrência pelos profanos ou,

A realização desta pesquisa representa uma contribuição para os estudos da experiência democrática. Cientificamente, justifica-se pela ainda incipiente produção historiográfica acerca dos processos eleitorais sul rio-grandenses e sobre Leonel Brizola. Os estudos a respeito das experiências de Brizola no contexto das eleições de 1958 são fundamentais para uma maior compreensão da projeção a nível nacional, ainda como governador do Rio Grande do Sul, deste que é considerado uma das principais lideranças trabalhistas do período e que exerceu um papel proeminente nos rumos tomados pela nação no início da década de 1960. Portanto, compreender a atuação política de Brizola é também entender, em parte, o próprio trabalhismo e a história política brasileira pós-1954 quando, em virtude da morte de Vargas, inúmeras lideranças emergiram no interior do PTB na busca pelo domínio da máquina partidária, com reeleições e adaptações do trabalhismo, entre elas Brizola. Além disso, a análise dos processos eleitorais deste período nos permite um maior entendimento acerca das práticas de campanha adotadas como forma de mobilização eleitoral e construção da imagem do político, responsáveis, como ocorrido no Rio Grande do Sul, pelo chamado “fenômeno Brizola”. Ainda na esfera científica, a presente proposta se fundamenta pela vasta gama de fontes levantadas (e em boa parte já coletadas) e seu ineditismo, tais como: materiais de propaganda eleitoral (panfletos, santinhos, flâmulas, cartazes, discursos), correspondências particulares (recebidas e expedidas), fotografias, jornais, atas de convenções, registros de candidaturas, processos, entre outros.

Estudos no campo da história política recentes, em especial os relativos ao período que se estende de 1945 a 1964, têm privilegiado a participação na vida pública e integrado diversos agentes políticos. Sem fugir a esta lógica, este trabalho caracteriza-se socialmente, em um momento de enorme instabilidade política, que expõe a

melhor, pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade dos profanos” (2012, p. 185).

fragilidade da democracia brasileira, pela possibilidade de uma maior compreensão das experiências democráticas passadas, algo essencial para a consolidação da mesma e do Estado de Direito, tão ferido ao longo da história nacional. Refletir sobre a experiência democrática no Brasil, por sua vez, possibilita-nos um maior entendimento acerca da importância deste período na construção da cidadania política no Brasil e da herança deixada pelo mesmo à política nacional, notória até os dias atuais, entre outras coisas, através das relações estabelecidas entre políticos, partidos e povo.

Referências

AZEVEDO, Armando Fay de. Balanço das eleições de 58 no Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, v.8, p. 255-278, 1960.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 23-80.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012.

CANÊDO, Letícia Bicalho. Aprendendo a votar. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). *História da cidadania*. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 516-543.

CÂNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. *Cadernos de Estudo*, Porto Alegre, n. 13, 1995, p. 19-29.

FERREIRA, Jorge. Os conceitos e seus lugares: trabalhismo, nacional-estatismo e populismo. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (Orgs.). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: UNESP, 2012, p. 295-322.

FERREIRA, Jorge. Nacionalismo, democracia e reformas: As ideias políticas de Leonel Brizola (1961-1964). In: FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge (Org.).

A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 23-52.

GOMES, Angela de Castro. Trabalhismo e democracia: o PTB sem Vargas. In: _____. (org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 133-160.

GOMES, Angela de Castro. Jango e a República de 1945-64: da República Populista à Terceira República. In: SOIHET, Rachel [et al]. *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 35-50.

GOMES, Angela de Castro. Brizola e o trabalhismo. In: FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge (Org.). *A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 299-310.

GRILL, Igor Gastall. *“Heranças políticas” no Rio Grande do Sul*. São Luis: EDUFMA, 2008.

LAVAREDA, Antonio. *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo; IUPERJ, 1991.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-154.

RÉMOND, René. As eleições. In: _____. (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p. 37-56.

SENTO SÉ, João Trajano. Prefácio. In: FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge (Org.). *A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 7-16.

O eu lírico feminino em canções de Lupicínio Rodrigues

Tanira Rodrigues Soares¹

Lupicínio Rodrigues nasceu em Porto Alegre, em 16 de setembro de 1914, onde residiu por quase toda sua vida², foi um frequentador assíduo dos bares noturnos da capital gaúcha, principalmente os localizados no Bairro Cidade Baixa da Porto Alegre contemporânea. Faleceu com 60 anos incompletos, no dia 27 de agosto de 1974, deixando um vasto repertório de composições consagradas no cenário musical brasileiro. Suas composições versam sobre o amor, separação, reconciliação, casamento e mulheres.

O sujeito social e cultural Lupicínio observava seu contexto histórico e, posteriormente, utilizava palavras para descrever os acontecimentos e desdobramentos, incluindo nesta construção uma melodia capaz de transformar os sentimentos percebidos e vivenciados em uma construção poética musicada. Um aspecto relevante a ser mencionado é que Lupicínio não se considerava um compositor, mas um boêmio poeta, pois segundo Frydberg (2007, p. 34) “O boêmio não é um músico, mas é segundo Lupi, um poeta. [...]. Ele mesmo se considera um poeta. A música é uma poesia musicada, assim quem a escreve é um poeta”.

Lupicínio, com sua habilidade e sensibilidade poética, produz

¹ Doutoranda em Memória Social e Bens Culturais - Universidade La Salle - tanira_soares@yahoo.com.br - Orientadora: Zilá Bernd.

² Residiu por seis meses na cidade do Rio de Janeiro retornando, em 1940, para Porto Alegre (KIRJNER, 2011).

uma obra perene ao incorporar na canção recursos integrantes do falar cotidiano e efêmero, como mencionou Tati (2002, p. 11) ao se referir que: “Num lance óbvio de aproveitamento dos recursos coloquiais, faz das duas tendências uma só dicção. E tudo soa natural, pois a maleabilidade do texto depende do tratamento entoativo”. Ao transformar a fala cotidiana em poesia, incorporando uma melodia de maneira a torná-la com uma sonoridade de identificação e prazer, promoveu uma simbiose que resultou em canções que se utilizam de palavras simples e de temáticas reconhecíveis.

Lupicínio escreveu poesias a partir da sua vivência enquanto homem e sujeito social e cultural da sua época, transpondo para o universo poético as observações peculiares que realizou, sem priorizar as questões de gênero (masculino x feminino), ao contrário, abordou o sentimento que não pode ser classificado ou rotulado, pois integra a constituição humana.

Partindo deste pressuposto, o presente ensaio objetiva enfocar o eu lírico feminino de Lupicínio em algumas canções, conferindo a esta abordagem um ultrapassar de fronteiras pré-estabelecidas com relação à dualidade entre homem e mulher, o bem e o mal, o certo e o errado. Ao escrever seus poemas, Lupicínio centrou sua narrativa no sofrimento humano, embora a presença do eu lírico esteja, em sua grande maioria, centrada no ponto de vista masculino, suas produções poéticas podem ser interpretadas tanto por homens, quanto por mulheres, estabelecendo com isto uma identificação, independente de gênero. Como exemplo desta constatação pode ser citada a música *Vingança*, interpretada por Linda Batista, Trio de Ouro, Teixeira, entre outros. Esta canção, assim como outras,

“[...] reflete os desajustes e xingamentos entre os casais, atingindo portanto uma dimensão de reciprocidade na mensagem que carregam, deixando de ser veículos apenas das perspectivas masculinas, assumindo o aspecto relacional do casal em desarmonia” (OLIVEIRA, 2002, p. 224).

Neste enfoque, Lupicínio compôs canções que poderiam ser interpretadas por homens e mulheres, conferindo à sua produção uma dimensão humana, pois ao abordar o amor e os sofrimentos decorrentes deste sentimento, acabou por transformar em poesia as situações vivenciadas por ele, enquanto, compositor e pelas pessoas que circulavam neste contexto. Através de sua poesia, Lupicínio “ultrapassa a realidade opressora do dia-a-dia, proporcionando viagens intermitentes aos seus ouvidos” (TATI, 2002, p. 16), sendo que esta situação também pode ser vivenciada por quem ouve suas canções.

Uma das características marcantes das canções de Lupicínio é a maneira como se utiliza do eu lírico, pois suas produções poéticas permitem que os ouvintes acreditem e se identifiquem com o que estão ouvindo. O eu lírico articula o sofrimento do poeta e do ouvinte, desvelando a criatividade e a sensibilidade de transformar as vivências e emoções em poesia. Pode ocorrer a possibilidade de que qualquer pessoa, ao escutar a canção, sinta-se integrante de seu contexto, incorporando-a ao seu cotidiano como se houvesse escrito a letra e composto a melodia, pois conforme Daniel Kirjner (2011, p. 18).

“O eu do autor é também o de todos os que cantam suas músicas e com elas se identificam, o que pode ser interpretado como uma simples estratégia discursiva de transformar o singular em universal, mas é sobretudo a capacidade do artista de captar emoções que circulam socialmente”.

Tendo como premissa esta articulação do eu lírico com os ouvintes, enfocar a presença do eu lírico feminino em três canções de Lupicínio descortina a possibilidade de análise, considerando a maneira como serão apresentadas as vivências, sofrimentos e amores destas mulheres e, ainda, por serem canções interpretadas por mulheres, haver a possibilidade de verificar a intencionalidade destas interpretações e os desdobramentos que podem ser realizados.

A letra de *Aves daninhas* conta a história de um final de relacionamento em que a mulher está saturada das perguntas de suas amigas e conhecidas a respeito do seu amor. Lupicínio utiliza-se de uma metáfora, aves daninhas, para exemplificar o sofrimento e as situações vivenciadas por uma mulher que terminou o relacionamento e precisa se manter ativa em sociedade, isto é, as pessoas próximas são as mais curiosas e sentem prazer em explorar o sofrimento e, com isso, tornam-se mesquinhas e sórdidas. Ficam mexendo e remexendo na ferida sentimental que acompanha esta mulher, não se importando com seus sentimentos e desconsiderando a pessoa, pois quando o relacionamento estava calmo e harmonioso, ninguém realizava perguntas maliciosas e tendenciosas.

Há uma indicação de que as aves daninhas se utilizam dos seus bicos afiados e pontiagudos para atingir o seu objeto pretendido; no caso da letra, as palavras representam o bico que está constantemente penetrando e perfurando a memória e os sentimentos da mulher solitária, já as aves daninhas são as pessoas que conhecem o relacionamento e compartilham dos mesmos segmentos sociais sendo, portanto, conhecedoras dos entendimentos e desentendimentos do casal.

É uma temática simples, do cotidiano, sua elaboração é linearmente bem estruturada, tendo início, meio e fim, apresentando uma narrativa que permite ao ouvinte acompanhar o sofrimento e angústia vivenciados pela mulher que precisa oferecer uma explicação plausível e aceitável para as demais senhoras e amigas a respeito da sua situação amorosa. A letra tem um casamento harmônico com a melodia e a voz da cantora, permitindo que se tenha uma sensação de bem-estar e leveza ao ouvir a canção, embora aborde uma temática sofrida, tão característica das composições de Lupicínio Rodrigues. Na canção *Aves daninhas* prevalece o que Luiz Tati (2002) denominou de modalidade do ser, isto é, objetiva

“[...] fazer com que a continuidade progressiva da melodia se desacelere e se esvazie dos estímulos somáticos próprios da ação humana, trazer o ouvinte para o estado em que se encontra. É quando o cancionista não quer a ação mas a paixão. Quer trazer o ouvinte para o estado em que se encontra” (TATI, 2002, p. 10).

Cabe ressaltar que a temática do abandono, da dor de cotovelo, do sofrimento por amor e traição presente nas canções de Lupicínio, também está apresentada sob a ótica feminina em *Aves daninhas*, conferindo ao autor a capacidade de colocar-se no lugar do outro e, a partir disto, escrever letras que representassem o universo feminino e seus sentimentos, sem perder a qualidade e a capacidade de percepção. Lupicínio incorporou na sua escrita o olhar sensível, pois sendo homem, conseguiu dar voz ao universo feminino sem tornar-se piegas e inverossímil, impregnando estas canções com uma identificação da realidade e das mulheres.

É a manifestação da naturalidade evidenciada por Tati, no instante em que transforma em canção a matéria prima vivenciada, isto é “[...] o texto vem da vida; mais precisamente, vem dos estados de vida: estado de enunciação, estado de paixão, estado de decantação” (TATI, 2002, p. 17).

Na canção *Coisas minhas*, a temática abordada se refere a uma mulher que, ao cantar, lembra-se do relacionamento amoroso que teve, recordando como eram maravilhosos os momentos vividos junto ao seu amado e que, no momento atual, encontra-se sozinha e chora ao relembrar do seu grande amor. Lupicínio dotou a narradora da letra de consciência do seu sofrimento e também de domínio da situação vivenciada, justificando que os motivos da tristeza e choro são de foro íntimo, isto é, significam “coisas minhas”.

Com a utilização destas palavras: “são coisas minhas”, Lupicínio concedeu ao texto poético um entendimento por parte dos leitores e ouvintes, pois enfocou um tipo de sentimento perceptível na realidade e justificável por parte das pessoas que já se relacionaram afetivamente. O título da canção transforma a poesia

em algo cotidiano, simples e ao mesmo tempo complexo, pois está relacionado com o íntimo, o amor, o sofrimento e o relacionamento. A mulher canta o seu sofrimento, a sua condição de abandono e recorda dos beijos e do calor do corpo do amado.

Cabe ressaltar que esta mulher além de desvendar seu sofrimento também é um ser humano que convive em sociedade, bem como atua neste meio, pois justifica suas lágrimas aos apreciadores da sua voz, solicitando que eles não a censurem, uma vez que seu canto rememora os momentos de amor vividos e justifica sua ação, sempre frisando que são coisas suas.

A melodia e a letra se complementam conferindo à canção uma identificação com o sofrimento e com a situação de abandono vivenciada, representando o que Tati (2002) denominou de predominância do ser, isto é, do estado representativo da paixão. Há uma complementariedade entre letra e música, conferindo à canção de Lupicínio uma similaridade com situações vivenciadas por homens e mulheres na sociedade, isto é, uma naturalidade. Esta naturalidade, junto com a “[...] espontaneidade e a instantaneidade são valores preciosos ao cancionista” no entender de Tati (2002, p. 20).

A canção *Dois tristonhos* narra a história de um casal abandonado pelos seus respectivos amantes, a mulher tem o domínio da fala e, no decorrer da composição, irá propor ao homem abandonado uma união entre eles, pois os dois estão em situação semelhante e podem se unir e se ajudar mutuamente com vistas à cicatrização das feridas promovidas pelos antigos amores.

Nota-se, neste caso, um aspecto altamente peculiar às composições de Lupicínio, pois os homens enquanto personagens das suas poesias são pessoas que sofrem por amor, demonstrando uma fragilidade masculina em contraponto às atividades másculas e insensíveis características do tipo sulino. Além desta inovação perceptível em suas canções, também é possível notar que a iniciativa de juntarem os sofrimentos e construir um novo caminho, na canção *Dois tristonhos*, cabe à mulher. É ela que

argumenta e promove o surgimento de um novo horizonte sentimental para o casal, rompendo com o sofrimento e a espera, características peculiares ao universo feminino.

A canção é lenta e triste, refletindo o estado sentimental do casal, proporcionando que ao ouvir a melodia, a narrativa ganhe contorno de maior sofrimento e desencanto e, ao mesmo tempo, apresente a possibilidade do nascimento de um novo amor. A melodia tem a predominância do “ser”, conforme mencionou Tati (2002, p. 10), pois há um prolongamento da pronúncia das vogais e “[...] a continuidade progressiva da melodia se desacelere e se esvazie dos estímulos somáticos próprios da ação humana”.

A complementariedade entre a poesia e a melodia confere à canção *Dois tristonhos* uma identificação com a realidade, uma vez que a obra de Lupicínio “[...] dialoga de maneira intensa com as experiências vividas por ele ou por seus amigos e conhecidos, ganhando um tom de oralidade muito marcante” (KIRJNER, 2011, p. 17). É possível verificar que Lupicínio Rodrigues conseguiu através do eu lírico feminino transpor para a poesia sentimentos pertinentes às vivências das mulheres, conferindo uma identificação com a realidade e, ao mesmo tempo, inovando sua capacidade criativa e sensibilidade de percepção.

Lupicínio Rodrigues eternizou em poesias suas percepções do mundo social ao qual estava inserido, utilizando-se de seu conhecimento sobre o mundo real transformou em palavras sentimentos, atitudes, gestos, gostos e formas de viver, permitindo uma identificação por parte de seus admiradores, pois sua temática está centrada no humano e nas suas vivências. O poeta e compositor soube perceber as angústias presentes no cotidiano humano, permitindo que as mulheres ocupassem o lugar de enunciação e não fossem, somente, intérpretes de suas canções. As canções de Lupicínio Rodrigues com a presença do eu lírico feminino falaram sobre mulheres e revelaram sentimentos e emoções, descortinando formas e maneiras de ser mulher.

Referências

- FRYDBERG, Marina Bay. Lupi, se acaso você chegasse: um estudo antropológico das narrativas sobre Lupicínio Rodrigues. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, jan. 2007. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/10410/000598526.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 nov. 2015.
- KIRJNER, Daniel de Almeida Pinto. A análise social nas letras das canções de Lupicínio Rodrigues. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília. Brasília, mar. 2011. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8923/1/2011_DanieldeAlmeidaPintoKirjner.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2015.
- OLIVEIRA, Márcia Ramos de. Uma leitura histórica da produção musical do compositor Lupicínio Rodrigues. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, nov. 2002. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/96270/000392110.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 nov. 2015.
- TATI, Luiz Augusto de Moraes. O cancionista. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

Um diálogo entre fotografia e história oral: o caso do Frigosul (Canoas-RS)

Matheus Kern Vargas¹

Para entendermos o desenvolvimento urbano do bairro Rio Branco em Canoas/RS, procuramos centralizar o ponto de partida na instalação da indústria frigorífica na região. Primeiramente chamado de Frigoríficos Nacionais Sul-brasileiras Ltda, devidamente inaugurado em 1939, somente no ano de 1956 que o complexo industrial passaria a se chamar Frigorífico Sul-riograndense, ou Frigosul. É a partir dele que as políticas estatais passam a enxergar Canoas com outros olhos. A intenção do presidente do Brasil, Getúlio Vargas, em fomentar uma indústria de base no país também atingiu o Rio Grande do Sul, como nesse caso.

“A cidade de Canoas não tinha ainda habitantes em número suficiente para suprir a necessidade de mais de mil trabalhadores, entre efetivos e temporários, para abater diariamente de oitocentos a mil bois [...]. Restava atrair gente de outras regiões, como livramento, Lagoa Vermelha, Vacaria e por aí afora”. (PENNA; GAYESKI; CORBELINI, 2005, p.14)

Utilizando a História Oral como metodologia, conta-se também com a utilização da fotografia representando mais uma possibilidade no auxílio de rememoração das experiências dos entrevistados, ou seja, narrativas das pessoas que trabalhavam no

¹ Graduando em História - Universidade Lasalle - Canoas/RS - matheuskv@hotmail.com - Orientadora: Ana María Sosa González - Doutora em História.

local ou tiveram alguma experiência ligada ao frigorífico. Juntamente com os depoimentos colhidos foram utilizadas não só as fotos pesquisadas em arquivos, livros e periódicos, como também as imagens pertencentes aos depoentes. São essas imagens que comparecem como complemento no processo de busca rememorativa, tendendo ser de maior amplitude. Nessas questões práticas, a utilização da fotografia, na cópia para acervo e na exposição aos depoentes, oferecerá possibilidades de reconstrução, recriação e organização visual de espaços que já não existem, ou não se apresentam da forma como eram enquanto o frigorífico estava em funcionamento.

“Os processos de transformação do tecido urbano são um tema central, tanto nos álbuns da década de 1950 como no conjunto de álbuns comparativos do início deste século. As melhorias na infraestrutura urbana são privilegiadas no confronto passado e presente, sendo, portanto, indispensável o controle dos registros fotográficos de demolições, construções e implantação de benfeitorias urbanas”. (CARVALHO; LIMA, 1997, p.49)

A história oral percorre um caminho crescente desde o fim da segunda guerra mundial, voltada desde então na reconstrução de suas trajetórias e estratégias. É no final nos anos 1970 que a história oral entra para a história como método e “somente no início dos anos 90 a história oral experimentou aqui uma expansão mais significativa. ” (FERREIRA; AMADO, 1998, p.9). Esse método transita no âmbito da história social e cultural, ideal para a realização desse projeto. Entretanto, as dificuldades de se encontrar depoentes, e que tenham recordações sólidas faz com que outras tentativas sejam feitas. Sabendo da inevitabilidade das incertezas do momento da entrevista, entre variações de lembrança, esquecimento e retração de exposição, faz com que a fotografia se encaixe como mais uma ferramenta dessa busca.

A fotografia é como uma âncora para o ato rememorativo. Temos lembranças que estão nos mais inóspitos lugares da

memória. Essas, muitas vezes, estão bem próximas do esquecimento ou da tentativa voluntária de recordar das coisas. O que sabemos, é que não temos controle total sobre o que é de certa forma, descartado pelo cérebro, ou o que deve permanecer como lembrança viva de uma experiência, temos sim, tentativas de fixação de momentos importantes, algo que para nós seja mais representativo e relevante. Assim como uma tentativa “forçada” do que desejamos, encontramos a fotografia, que também como outras representações da arte, alicerça as bases para fazer a comunicação entre presente-passado, podendo também, como no momento do disparo do obturador, construir a estrutura passado-futuro. É um diálogo entre tempos distintos, que lidam sempre com a ausência do objeto. Assim como o fotógrafo e o objeto, ambos serão no futuro revisitados, assim como Rouillé (2005, p.209) analisa essa questão discutida por Delleuze (1985);

“O presente da captação é duplamente perseguido: pelo futuro da imagem que está por vir, e pelo passado, em que caem, irremediavelmente, as coisas e os corpos. A captação, que não produz nada de imediatamente sensível, “desdobra o presente em duas direções heterogêneas, das quais uma se precipita rumo ao futuro e a outra cai no passado”.

A evocação das lembranças por meio da fotografia, ou “acionador de lembranças”², traz carga infinita de subjetividade para quem a utiliza. A frase “Uma imagem vale mais que mil palavras” pode fazer sentindo quando percebemos as múltiplas doses de interpretações, as quais recaem sobre o que está sendo representado em uma impressão fotográfica, gerando diversas discussões sobre o que está sendo passado. Assim como alguma foto do frigorífico em funcionamento, pode desencadear entendimentos distintos para pessoas que viveram aquele momento, como localizações de departamento, saídas de abastecimento, entre

² ROUILLÉ, André - (2003, p.217)

outras. Por isso os cruzamentos de informações providas por meio da História Oral complementariam essas frentes, verificando o que está mais próximo do que realmente foi, ou se houveram momentos que aconteceram variações de locais e atribuições desses.

Assim como as variadas interpretações que se pode ter com o contato que a fotografia proporciona, as reações também podem ter resultados diversos. Tanto quanto na história oral em assuntos delicados, a fotografia pode suscitar sentimentos de resistência, como também trazer informações inesperadas. Em uma das entrevistas, assim como em outras realizadas, ao entrarmos no assunto da implosão de alguns dos prédios do frigorífico, se encontrou em um desses momentos tensos o depoente José³, que diz:

“Quando foi feita a implosão, a gente foi assistir e outras não, não tiveram a coragem, do significado que representava aquela empresa para o bairro, que naquele dia gerou muita comoção nas pessoas que ficaram, assim muita gente chorou na beira daquela grande empresa que representou aquela comunidade”.

Para muitas pessoas esse episódio ficou bem gravado em suas memórias. Um momento triste, como o depoente declarou, para muitas pessoas, as quais conviviam com aquelas estruturas gigantescas próximas de suas casas. Muito embora tenha oferecido um relato bastante interessante, não pareceu ser um momento propício para insistências, ou ainda, se houvessem fotos do momento da implosão, também não seria oportuno. No livro *Usos e abusos da História Oral*, Alistair Thomsom (1998, p.70) afirma que “Mesmo quando feitas com grande cautela e sensibilidade, e partem da regra fundamental de que o bem-estar do entrevistado sempre prevalece sobre os interesses da pesquisa”.

A relação de obtenção de fotografias e amostras com intuito de discutir detalhes e obter informações é bastante discutido por

³ Pseudônimo.

alguns teóricos da memória. Das que mais se interessa para essa proposta de trabalho são as divisões de Marcel Proust sobre memória voluntária e memória involuntária. A primeira tem uma relação sujeito-objeto mais distante, voltada a um caráter informativo, ou seja, é uma análise externa de alguém que não viveu aquela mesma experiência, neste caso do projeto, uma pessoa que não trabalhou ou não conheceu o frigorífico. Ela segue uma percepção “mecânica”, que está muito ligada aos sentidos e memórias ancoradas em elementos rígidos, os quais não representam intensidade na vivência experimental. A memória involuntária segundo Adair Felizardo e Etienne Samain (2007, p.216) analisando as palavras de Jacy Alves de Seixas (2001, p.46). “Com a noção de memória involuntária atingimos, tanto na ótica bergsoniana quanto na proustiana, outro plano da memória humana. Somos conduzidos a uma memória “mais elevada”, talvez a “verdadeira memória”. Essa divisão tem um caráter extremamente pessoal, pois necessita de uma vivência com o objeto ou de um contato com alguém muito próximo desse. A memória involuntária é muitas vezes encontrada quando sentimos alguma fragrância, vemos alguma foto, assistimos algum filme, e essa atividade inconscientemente nos leva por uma viagem inesperada para momentos passados (SEIXAS, 2001, p.46). Próxima de uma pureza rememorativa, está ligada ao irracional, e próxima das interpretações espontâneas das experiências, e esses relatos podem ser mais sinceros. Entretanto, será Jean-Marie Schaeffer⁴ que dará o exemplo do álbum de família que melhor representa as diferenças entre memória voluntária (informativa) e memória involuntária (rememorativa). A respeito desse exemplo, Fábio d’Abadia de Sousa (2010, p.7) analisa:

“O exemplo do álbum de é um dos contextos da fotografia em que a memória involuntária no sentido proustiano melhor pode ser

⁴ SCHAEFFER, Jean-Marie. A imagem precária. Trad. Eleonora Bottman. Campinas (SP): Papirus, 1996.

observada. Imaginemos o caso de um avô e neto folheando um álbum da família em que pertencem. Através das narrativas por trás das imagens fotográficas, o neto aprenderá sobre sua origem e usufruirá do caráter testemunho de cada foto. Mas, para o avô, a fotografia tem um caráter de rememoração”.

O uso da fotografia nessa pesquisa ainda está oferecendo alguns desafios, assim como foi no caso da implosão antes explicado. Entretanto, conforme as entrevistas forem sendo realizadas, a intensão é que tenhamos mais fotografias para mostrar aos depoentes, para que alcancemos os níveis mais profundos de rememoração, com isso tornando um registro com conteúdo ainda mais rico para a memória social desse bairro.

Referências

CARVALHO, Vânia Carneiro de; LIMA, Solange. Fotografia e cidade: da razão urbana à lógica do consumo. *Campinas: Mercado de Letras*, 1997.

DELEUZE, Gilles. Cinéma 2. L'image-temps (Paris: Minuit, 1985), pp.108-109.

FELIZARDO, Adair; SAMAIN, Etienne. A fotografia como objeto e recurso de memória. *Discursos fotográficos*, 2007, 3.3: 205-220.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (ORG.) Usos e Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

JOSÉ, Antônio. Entrevista II, [abri. 2017]. Entrevistadora: Ana María Sosa González. Canoas, 2017. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita com a entrevistadora.

PENNA, Rejane; GAYESKI, Miguel; CORBELINI, Darnis. Rio Branco (Canoas-para lembrar quem somos). 2005.

ROUILLE, André. *A fotografia: entre documento e arte contemporânea*. Senac, 2009.e arte contemporânea.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NEXARA, Márcia (Org.).

Memória e (Res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível.
Campinas: UNICAMP, 2001.

SOUSA, Fábio d'Abadia de. Fotografia e memória em Marcel Proust. *Alcar-
Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia I Encontro de
História da Mídia da Região Norte Universidade Federal do Tocantins.
Palmas-TO*, 2010.

Fragmentos biográficos da Princesa Isabel de Bragança no jornal a federação (RS): a construção de uma narrativa republicana sobre a abolição

Tuane Ludwig Dihl¹

Fundado na capital gaúcha no ano de 1884 e circulando de segunda a sábado, *A Federação* surgiu com a alcunha de ser o órgão de propaganda do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Sendo assim, a grande parte dos membros e periodistas desse jornal ligava-se diretamente a esse grupo político, caso de Júlio de Castilhos, Ramiro Barcelos, Venâncio Aieres, Demétrio Ribeiro, Alcides Lima, entre outros republicanos. Além do cunho republicano, o dito jornal emprestou valiosa e incontestável colaboração ao abolicionismo gaúcho, mesmo que insurgindo na fase final do movimento.

Ao realizar-se a leitura das edições deste periódico entre 1884 e 1889, buscou-se desvelar de suas páginas ‘fragmentos biográficos’ da Princesa Isabel de Bragança e de sua atuação no processo de abolição da escravatura. Usa-se o termo ‘fragmentos biográficos’, em função de as referências sobre Isabel apresentarem-se n’ *A Federação* de forma bastante lacunar e nada linear. Ademais, foi de objetivo analisar como esses vestígios foram abordados e utilizados pelos articulistas do jornal do PRR para compor uma narrativa republicana sobre o abolicionismo e sobre a Lei Áurea (1888).

¹ Doutoranda em História - Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) – Email: tuane.ludwig.dihl@hotmail.com.

Em maio de 1888, escrevia-se no jornal *A Federação*: “a verdade é que a abolição estava feita; o escravo libertava-se, si não o libertassem” e “a princesa é a mesma; o que mudou foi a opinião a respeito dela. (*A Federação*, 08 de maio de 1888, p.1.). A tentativa de esvaziar a atuação da princesa no processo abolicionista fica expressa nesse e em tantos outros trechos que se encontram na fonte desta pesquisa. Aos olhos dos redatores desse jornal, o papel da abolição não cabia a ela, na medida em que já era um fato certo. Fica claro também que para eles, assim como para os demais correligionários republicanos, que a roupagem de abolicionista foi vestida por Isabel como uma estratégia visando à continuidade do regime, o que se relacionava diretamente à imagem e ao nível de aceitação dela entre os vários setores sociais.

De fato, a construção da figura da herdeira do trono como uma governante capaz de dar fim ao escravismo era um empreendimento promissor que poderia possibilitar flores e glórias à instituição monárquica e a ela especificamente (ROBERT, 2004, p.84). Estratégia esta percebida pelos republicanos rio-grandenses e amplamente criticada por eles que argumentavam: “a princesa, nos tempos precários para o abolicionismo, nunca se revelou em prol dos cativos, nunca prestou ao movimento ao movimento libertador a força moral de seu apoio” (*A Federação*, 01 de junho de 1888, p.1). Nega-se, inclusive, o próprio espírito abolicionista de d. Isabel, ou seja, os seus sentimentos em relação aos escravos, sua compaixão para com a *raça oprimida*.

O esforço para desvincular a abolição da ação da Princesa e por consequência da monarquia também se refletiu na contestação do título de “Redentora” a ela creditado por seus apoiadores logo após a assinatura da Lei Áurea. Transcorrido o primeiro ano desse decreto, os republicanos rio-grandenses afirmavam convictos: “a áurea lei de 13 de maio de 1888 [...] foi assinada pela princesa Isabel, indevidamente intitulada – a redentora” (*A Federação*, 03 de julho de 1889, p.1.).

O título, então, era determinadamente indevido. Primeiramente, porque a princesa mostrara-se uma abolicionista de ocasião, motivada pelo interesse de popularizar-se e quiçá implementar um Terceiro Reinado. E, em segundo lugar, porque não teria feito ela “mais que sua obrigação” ao dar o golpe final numa causa latente na opinião pública e que estava, até então, resolvendo-se à mercê da atuação governamental. Alegava o jornal que tal procedimento não era razão “para reconhecimentos e gratidão de ninguém”, e muito menos para que os republicanos quebrassem as armas e voltassem às costas ao seu ideal – “o estabelecimento da República Federativa” (*A Federação*, 28 de junho de 1888, p.1.). Logo, não existiam motivos para admirar e defender a princesa, tanto que aqueles que fizeram isso foram amplamente criticados no periódico e por vezes tachados como traidores, vide o caso de José do Patrocínio.

Esta contestação do papel abolicionista encarnado por d. Isabel representa também o esforço republicano em podar qualquer vínculo que pudesse ser estabelecido entre monarquia e abolicionismo. Para os redatores d’ *A Federação* “a abolição da escravidão não pode ser a legenda da monarquia” (*A Federação*, 01 de junho de 1888, p.1.), principalmente pelo caráter pouco funcional que teve a Lei Áurea. Ocorria, na verdade, inversamente o contrário, uma vez que reiteradamente enfatizava-se que operada a transformação do trabalho, a eliminação da monarquia seria consequência inevitável, estabelecendo entre as instituições uma relação de concomitância. Aproveitavam-se, assim, para endossar a campanha republicana estreitando os laços entre abolicionismo e republicanismo: “a liberdade da raça escravizada deve seguir-se à liberdade política da pátria [...], prossigamos mais ativamente na abolição da monarquia, a escravidão das consciências”. (*A Federação*, 28 de junho de 1888, p.1).

Nesse sentido, a tarefa do abolicionismo só findaria com a instauração do regime republicano, momento em que a *liberdade* seria, então, plenamente alcançada. Nas palavras do jornal: “o

decreto da abolição da monarquia será recebido oportunamente entre os aplausos da multidão, como acaba de ser recebido o da abolição dos escravos: ambos contêm a destruição do cativeiro, sendo que o da extinção da monarquia é mais amplo do que o atual” (*A Federação*, 22 de junho de 1888, p.1.). Grosso modo, acontecia que estrategicamente os republicanos rio-grandenses tentavam estender a forte popularidade do movimento abolicionista à sua causa política, na tentativa de consolidar uma opinião igualmente popular e favorável a mesma.

Aos olhos dos articulistas d’ *A Federação*, todas as ações empreendidas pela Princesa em fins do século XIX, não somente em relação à causa abolicionista, tinham como pano de fundo fornecer uma sobrevida à monarquia. Tais percepções ficam claras no fragmento retirado de uma edição de 1888 reproduzido abaixo:

Ela (a Princesa) vivia bem obscura há ainda pouco tempo, entregue à educação dos filhos e às suas novenas; ninguém acusava a princesa de intrometer-se nos negócios públicos, nem havia a previsão de que ali se achava uma grande cabeça; pelo contrário, os próprios monárquicos achavam que ela empregava bem o tempo entre a igreja e os concertos.

Não constou nunca que a princesa se pronunciasse sobre um negócio grave; que ela se manifestasse no sentido de uma ou outra concessão liberal, nem que fizesse dos negócios públicos a sua ocupação predileta.

A princesa e o conde D’Eu viviam, além de tudo, impopulares.

Entretanto, de um momento para o outro, o conde D’Eu ficou um grande general e a princesa uma elevada estatura política.

Está na memória de todos a caçada real à popularidade que os príncipes fizeram nesta província: - um passeio. (*A Federação*, 01 de junho de 1888, p.1.)

De acordo com os republicanos integrantes do dito jornal, Isabel não tinha e não demonstrara qualquer vocação para a vida pública, visto que a ela interessava mais “os concertos que organizava e as festas de igreja do que as questões de interesse nacional” (*A Federação*, 02 de maio de 1888, p.1). Também não se

negava no jornal “os dotes de esposa modelo e mãe exemplar” (*A Federação*, 13 de julho de 1889, p.1.) da Princesa, entretanto, só isso não bastava para dirigir os destinos do país, de maneira que “simplesmente pelas prerrogativas do seu sexo só deveria merecer deferências, respeito e proteção” (*A Federação*, 27 de junho de 1889, p.1.). Nesta perspectiva, deve-se sublinhar que a inaptidão com que caracterizavam essa senhora deve-se em grande medida às concepções de gênero que vigoravam no século XIX, de modo que a posição de monarca ou regente não era destinada às mulheres. Os padrões de gênero eram restritivos para elas, tendo em vista que as estruturas dominantes eram definidas e controladas exclusivamente por homens (BARMAN, 2002, p.34).

Essa incapacidade política que atribuíam à Princesa, ficava registrada no jornal também quando se elevava a figura do marido, o Conde D’Eu, sobre a sua. Conforme os articulistas do jornal divulgavam em meados de 1888, Isabel estava “subordinada pelo instinto próprio ao seu sexo a sugestões estranhas, presa fatalmente à irresistível vontade de seu esposo” (*A Federação*, 09 de junho de 1888, p.1.), logo, seu reinado serviria para o “franco ingresso ao domínio do Sr. Conde d’ Eu” (*A Federação*, 09 de junho de 1888, p.1.). Noutra publicação, também de 1888, afirma-se o seguinte: “pensamos nós que aceitar a princesa é aceitar o conde D’Eu, não como marido dela unicamente, mas como imperador”, “o segundo plano é evidente que pertencerá à senhora d. Isabel, espírito mais fraco do que o do marido” (*A Federação*, 04 de junho de 1888, p.1.). Sendo mulher e alheia à política, não teria ela fibra – segundo os republicanos sul-rio-grandenses - para dirigir um Terceiro Reinado. Portanto, o esperado era que o marido assumisse as rédeas do Império e tomasse para si o trono.

Outra característica que se destaca nos vestígios biográficos sobre D. Isabel é sua forte religiosidade, fato que por consequência sinalizava uma proximidade com a Igreja Católica. Para os redatores d’ *A Federação*, a princesa herdeira era tida, então, como “uma mulher obsecada pelo fanatismo religioso”, que se ascendesse ao

trono iria instaurar o verdadeiro “reinado do terror e do jesuitismo” (*A Federação*, 01 de junho de 1888, p.1.). Os periodistas não exploraram muito essa faceta da filha de D. Pedro II, mas era mais um aspecto que encontraram para desqualificar sua personalidade e suas intenções políticas.

A proximidade da Princesa com o catolicismo resultou por colocá-la numa corrente de abolicionistas moderados que apelava para a doutrina do evangelho e que revestiu a libertação de um teor religioso, assim como também rendeu representações positivas sobre esta personagem. Investigando justamente tais representações no jornal *O Exemplo* de Porto Alegre, nos primeiros anos do século XX, Thanise Guerine e Maria Angélica Zubaran constataram que a Princesa Isabel e outras lideranças abolicionistas foram acionadas pelos periodistas deste periódico com um intuito pedagógico: “o de fornecer modelos de lideranças moderadas e patrióticas, que deveriam inspirar os afro-brasileiros na sua busca de inclusão na nação” (ATOLI, ZUBARAN, 2014, p.138). Os redatores d’ *O Exemplo* trataram de sacralizar então estes personagens em múltiplas analogias cristãs, no caso da Princesa Isabel, também replicaram a versão oficial da “redentora” e do reconhecimento dos negros frente ao “presente” dado por ela, no caso a abolição (ATOLI, ZUBARAN, 2014, p.135).

Enfim, os fragmentos biográficos da Princesa Isabel revelam uma imagem desqualificada desta personalidade enquanto abolicionista, tida pelos redatores como incapaz de governar o país. A ela, de positivos, restaram somente os predicativos de mãe e esposa – aspectos condizentes com o papel das mulheres de seu tempo. Obviamente que tais concepções encontram-se articuladas à campanha republicana empreendida pela *A Federação*, na medida em que a seus membros interessa veicular a insustentabilidade da sobrevivência do império a seus leitores.

Referências

- ATOLINI, Thanise, ZUBARAN, Maria Angélica. A reinvenção da abolição e dos abolicionistas no jornal O Exemplo: representações pedagógicas e culturais (1920-1930). *Revista de Iniciação Científica da Ulbra*. N.12, p.129-140, 2014.
- BARMAN, Roderick J. *Princesa Isabel do Brasil*. Gênero e poder no século XIX. Tradução Luz Antonio Araújo. São Paulo: Editora Unesp, 2002, p.34.
- ROBERT, Dalbert Junior. *Isabel, a “Redentora dos escravos”*: um estudo das representações sobre a princesa. 2001. 212 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2001.

Boaventura Kloppenburg e as modernas superstições: análise de um documento católico dos anos 1950.

Toni Manito¹

Este documento foi disponibilizado pelo Prof. Artur Cesar Isaia, o qual, desde o início reiterou a necessidade de contextualizá-lo para podermos entendê-lo. Vamos assim partir desta devida contextualização. Trata-se de uma obra escrita nos anos 1950, em um momento no qual a sociedade brasileira passava por transformações visíveis. Passagem de uma sociedade rural para urbana e a relativização da voz da Igreja, que precisava enfrentar novos agentes religiosos, os quais desafiavam a primazia católica. É assim que Frei Boaventura vai desenvolver um trabalho em várias frentes (como conferencista, como professor, como escritor, usando o rádio e a nascente televisão), a fim de proclamar a “falsidade” do que não era católico. Do Espiritismo à Ubanda e Candomblé, passando pelo Protestantismo e por diversas formas de artes divinatórias, Frei Boaventura vai tentar neutralizá-los apelando para o Catolicismo. É mister que se diga que este documento foi produzido antes do Concílio Vaticano II e do pluralismo e diálogo inter-religioso nele inaugurados.

Nas palavras do autor o que diferencia a religião da superstição são suas práticas e crenças, pois o religioso ama, o supersticioso teme. O sacrifício do religioso quer ser adoração, o do

¹ Graduando em História - Universidade La Salle - toni.manito@gmail.com. Orientador: Artur César Isaia - Doutor em História Social.

supersticioso esconjuração. O religioso sente-se livre e confiante nas mãos da Providência, o supersticioso se debate desesperadamente nos grilhões das forças adversárias do fatalismo. O religioso reza suplicando a graça de sentir-se cada vez mais desapegado das coisas da terra, o supersticioso reza pedindo felicidade e fortuna, no amor e na saúde. O religioso ocupa-se com a alma, o supersticioso só conhece o corpo. O religioso pensa no céu, o supersticioso agarra-se a terra. O religioso confia em deus, o supersticioso coloca a sua segurança nos amuletos e nas formulas externas. O religioso procura rezar com o coração, o supersticioso com os lábios. Um é todo para dentro, para cima e para o além; outro todo para fora, para baixo e para o aquém.

Segundo o autor o supersticioso detém algumas características que afirmam seu modo de agir e pensar, as principais são, a excessiva preocupação com a forma externa, os ritos, as cerimônias com determinadas palavras em tal ou tal ocasião sem importância, com o emprego positivo ou a omissão voluntária de tal ato em tal circunstância de tempo são sempre exterioridade tidas como sinais mais de invenção e tradição puramente humanas, sempre com o religioso pensando no céu e o supersticioso agarrando-se da terra. Tal forma o paganismo se manifesta, mostrando-se através das superstições nos pequenos pedidos, desejos, ajudas e clamores ao mundo espiritual, que nas palavras de Frei Boaventura, se faz necessário uma purificação e recristianização do povo e da sociedade.

O que Frei Boaventura toma por superstição pode ser encarada como tudo aquilo que foge da eficácia dos sacramentos da Igreja, forçando magicamente a realidade ou tentando ler esta mesma realidade através de cartas, dos astros, das linhas das mãos, etc. A excessiva preocupação com a forma externa, confiança cega nos efeitos, finalidade puramente terrenas, falta de conhecimento de como agem as forças da natureza, esses são os princípios que motivam o supersticioso, princípios esses, da forma mostrada pelo

autor, sempre citados de forma a desmerecer qualquer ato, rito ou cerimonia praticado pelos supersticiosos.

O religioso para agir com sua fé, usa de valores, imagens, orações, todas ao encontro com a Igreja. Já o supersticioso faz uso de talismãs, feitiços, amuletos, patuás, rezas brabas, adivinhos, astrologia, benzedeiros, umbandistas, tudo para conseguir alcançar o seu objetivo, e por mais que o pedido de supersticioso seja para o bem, e a ajuda vinda de uma amuleto ou de um espirita, umbandista seja de “boa vontade”, será vista como heresia, sempre será o caminho torto, afinal, não esta sendo realizado pelos caminhos definidos pela santa igreja, como diz a sagrada passagem “Quando tiveres entrado na terra que o senhor teu Deus te há de dar, guarda-te de querer imitar as abominações daquelas gentes. Não se ache entre vós quem purifique sei filho ou sua filha, fazendo-os passar pelo fogo; nem quem consulte videntes ou observe sonhos e agouros; nem quem use de malefícios, nem quem seja encantador; nem quem consulte os pitões, ou adivinhos, ou indague dos mortos a verdade, Porque o Senhor abomina todas estas coisa se por tais maldades exterminará estes povos à tua entrada” (Dt 18, 9-12).

Para Frei Boaventura é inaceitável o Cristianismo conviver com o paganismo, com as superstições dos “de pouca fé”, precisando os cristãos de hoje renovar este propósito, que é corroído, e pouco a pouco desviado de seu real principio através do folclore, de livros, publicações, revistas e do conhecimento popular. Cada vez mais o supersticioso é afastado da “verdadeira fé”. Para Frei Boaventura é necessária uma purificação de princípios. É necessário eliminar da vida religiosa do povo os elementos supersticiosos, que não podem conviver com a vida autenticamente cristã. e lembre-se, o que não é classificado como cristão, e homologado, e monopolizado pela Igreja, automaticamente se tornará paganismo ou superstição. Desta forma é necessário para Frei Boaventura, banir-se o Candomblé, a Umbanda, o Espiritismo, por exemplo. Todas essas práticas rotuladas de supersticiosas por Kloppenburg.

Toda oração que o “verdadeiro” cristão reza “segundo o autor”, foi escrito, revisada, validado e santificada pela igreja, e o que não está dentro desse mundo santo das publicações realizadas pela igreja, será pagão, como já foi visto nos concílios, mas isso não vem ao caso, o que importa, segundo Frei Boaventura, é excluir de toda sociedade cristão as “rezas brabas”, pois segundo o autor, elas são de origem misteriosa, de finalidade preponderantemente terrenas, oração aonde não se pede mas se manda o santo fazer, se coloca condições e circunstâncias, prometem prodigiosa eficácia, não são dirigidas apenas ao verdadeiro Deus e Santos, e principalmente, não tem autenticação eclesiástica.

Os cristãos de verdadeira fé não rezam assim, e devem guiar os de pouca fé, ensinando-os a rezar com a Igreja, a rezar de coração, confiantes, sem desespero, sem ameaças, sem medo, com fé, com respeito, com humildade, com perseverança, com aceitação da vontade de Deus, pedindo, sobretudo dos dons da alma e da graça. A interpretação das escrituras se fazem em forma de conselhos aos bons cristão “E, orando, não sejais loquazes como os gentios, que pensam ser escutados por causa de seu muito falar. Não vos assemelheis, pois, a eles, porque vosso Pai conhece as coisas de que necessitais antes de lhes pedirdes” (Mt 6, 7-8). Desta forma, todo que qualquer preconceito e vulgarização para com as superstições, são validados e justificados pela igreja.

Mas e as cerimônias, procissões, ou, os milagres e manifestações de santos, a proteção que os anjos da guarda nos trazem? Não seria superstição? As doenças e enfermidades, não seriam o Diabo? Satanás agindo? Não seria a própria Igreja a criadora e incentivadora das superstições? O ritualismo extremo, novenas, benções, água benta, tudo isso não teria sido a vertedora e fonte para todas crendices e superstições? Para frei Boaventura não, pois antes de Cristo, antes da Igreja Católica a humanidade já sucumbia ao paganismo e a tentação das superstições. Talismãs, amuletos, rezas brabas, adivinhos, patuás, magos, feiticeiros, adivinhos e tantos outros nomes dados a manifestações ou

manifestantes de fé diferente da cristã e católica, são definidos como paganismo, e mesmo que tenha semelhanças, não são consideradas e nem aceitas como pratica do cristianismo.

O Cristianismo desde o inicio lutou contra tais praticas, e essa doutrinação religiosa pode ser vista na pregação de São Paulo “Muitos dos que tinham crido vinha, confessavam e manifestavam suas praticas supersticiosas; e bastantes dos que haviam professado as artes magicas traziam seus livros e os queimavam em publico, chegando a calcular-se o valor deles em cinquenta mil moedas de prata. Tão poderosamente crescia e se robustecia a palavra do senhor” (At 19, 18-20). São Paulo em suas epistolas se opõe vivamente a introdução de praticas pagãs no meio dos cristãos, sendo essa a herança que a Igreja recebeu. Essa é a posição extremamente severa da Igreja em relação a práticas supersticiosas, atravessando os séculos e se fazendo presente até os dias de hoje.

Nesse sentimento, com tanta clareza e severa oposição da Igreja, e com tantas passagens de apóstolos, dando o caminho, não se pode dizer que a Igreja é a causadora de superstições, afinal, para Frei Boaventura, quanto mais verdadeiramente católico alguém é, menos ideias e praticas supersticiosas e vãs há de alimentar. Frei Boaventura vai além, e diz que não é a religiosidade, mas sim a irreligiosidade que propaga as superstições. O sentimento religioso está de tal maneira arraigado na natureza do homem, que senão for devidamente orientado (conduzido conforme os interesses da Igreja) ao seu verdadeiro objeto, poderá ser desviado por outros, ou por sua própria obstinação ao caminho do paganismo supersticioso, “...perverteram os seus pensamentos em vaidades, vindo a obscurecer-se o seu insensato coração. E, alardeando sabedoria, fizeram-se néscios e trocaram a gloria do Deus incorruptível pela semelhança da imagem do homem corruptível, e de aves, quadrupedes, e repteis. Por isso Deus entregou-os aos desejos do seu coração...” (Rom1, 12-24).

Concluindo, podemos ver que as práticas religiosas, o Cristianismo manifestado por Frei Boaventura, mostra uma

irredutibilidade extrema em relação a qualquer manifestação religiosa que não esteja em perfeita harmonia e nos moldes definidos pela Igreja Católica. Práticas como rezas, cultos, ritos, objetos são ridicularizados, mesmo que o caminho seja bom, senão for trilhado nas terras da igreja, pois não conduziriam a Deus e afirmariam apenas o mal ancestral (o demônio). Frei Boaventura mostra nesse artigo, uma postura militante, aguerrida, que combate toda e qualquer forma de crença que não fosse chancelada pela hierarquia católica, própria de um período no qual não se falava ainda em diálogo inter-religioso e ecumenismo. Em breve, a Igreja Católica redefiniria sua posição, sendo bem mais flexível e tolerante com as crenças e práticas dos não católicos.

Referencias

KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Nossas Superstições, Caderno 34, Vozes em defesa da Fé. Publicação do Secretariado nacional de defesa da fé, Editora Vozes Limitada. Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, 1959.

Indústria, patrimônio e história de um bairro: o caso Frigosul (Canoas/RS)

Giovanna Adam Ferreira¹

Após a queda do Império do Brasil (1822-1889), começa a construção de uma república, uma nação tentando se consolidar aos moldes estadunidense (liberal), a partir de um viés positivista, a “nova” nação deveria “ter ordem e progresso” (FAUSTO, 2002, p. 140), ou seja, a ordem que regeria os cidadãos para evolução - progresso. O resultado foi uma República Liberal Oligárquica, que dividiu o poder entre três Estados: Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. A nova república herdou uma crise na dívida externa, que perseguia o Brasil, desde o período colonial.

O Rio Grande do Sul era ativo no cenário político na denominada “Primeira República”, com uma política autoritária e positivista, nesta época o partido vigente era o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), que defendia uma política de modernização industrial do Estado. O Estado concentrava sua economia em carne seca (FAUSTO, 2002, p. 152-153), já no período Colonial, o valor do charque representava 57% das exportações rio-grandenses, os produtos derivados do boi chegavam a representar 85% (BRAGHIOLLI, 2014, P. 133), e em 1907 o RS se torna um forte polo industrial com a instalação de frigoríficos.

Com a abolição da escravidão em 1888, o Brasil começou a importar mão-de-obra de imigrantes, sob péssimas condições de

¹ Graduanda em História - Universidade La Salle - giovannaferreira.15@gmail.com - Orientadora: Ana Maria Sosa González - Doutora em História.

trabalho, e foi uma das mais importantes mudanças socioeconômicas, a partir das últimas décadas do século XIX (FAUSTO, 2002, p. 155). Neste período o Brasil continuou sendo um país predominantemente agrícola. “Segundo o censo de 1920, de 9,1 milhões de pessoas em atividades [...] 69,7% de dedicavam agricultura” “13,8% à industrial” e “16,5 a serviços” (FAUSTO, 2002, p. 159). Igual que os outros países latino-americanos de então, o Brasil era um país agroexportador.

Após a abolição da escravidão o RS enfrentou a crise do Charque, pois a mão-de-obra utilizada nas charqueadas, era a escrava. O destino deste charque era para a alimentação de escravos de outras regiões do Brasil, e os derivados (sebo, couro, sabão e velas) se incluía no comércio, e se exportava fertilizantes para a Europa. ou seja, perda total de mão-de-obra e de demanda. (BRAGHIOLLI, 2014, p. 111).

Na segunda metade do século XIX a emergência da imigração para substituir a mão-de-obra anterior será fundamental. Na bagagem estes imigrantes trazem as novas técnicas para o aprimoramento das práticas industriais já adquiridas no seu país de origem, a Europa. As linhas férreas (instaladas com empréstimos estrangeiros) auxiliam a exportação e importação dos produtos. Dentro desse “pacote” de industrialização se instalaram os frigoríficos.

Para resolver conflitos de interesses, fundamentalmente econômicos, o Rio Grande do Sul achou que a melhor solução seria a instalação de um Frigorífico Nacional (1914), mas o Estado não tinha esses recursos como São Paulo ou Rio de Janeiro. Independentemente disso, o Estado gastaria muito importando tecnologia estrangeira, pois os métodos ainda eram muito antigos. Os incentivos do governo do Estado e as isenções fiscais foram decisivos para a instalação de empresas internacionais (BRAGHIOLLI, 2014 p.167-171).

Em 1917, instalou-se o primeiro frigorífico estrangeiro no RS, caindo por terra à possibilidade de o Estado instalar um frigorífico

estatal (BRAGHIROLI, 2014, p. 172), a assembleia tentou, no mesmo ano, a instalação de um frigorífico em Pelotas com capital nacional, mas não foi possível por causa desses privilégios estrangeiros. Nas duas guerras mundiais, a exportação de carne teve um período muito próspero. Isto teve como principal aporte as novas técnicas de refrigeração que tornaria possível o percurso da carne até a Europa sem estragar.

O Frigosul

Após a Crise de 1929, nos anos de 1930, Getúlio Vargas assume a presidência da República do Brasil (FAUSTO, 2002, p. 181). As consequências da crise mundial não tardaram em chegar ao Brasil, Vargas precisou reduzir os débitos dos agricultores atingidos pela mesma (FAUSTO, 2002, p. 192) junto a outras medidas econômicas, para valorizar a produção nacional em geral. No denominado Estado Novo em 1937, além das medidas tomadas no âmbito financeiro foi importantíssima à industrialização nacional, ampliando e diversificando a produção, principalmente de aço e a refinação do petróleo (FAUSTO, 2002, p. 203-206).

A Sociedade da Banha Sul Rio-Grandense Ltda (1908), deu origem aos Frigoríficos Nacionais Sul-Brasileiros, quando a família Oderich, administrava negócios em São Sebastião do Caí, “voltados à conservação de banha” (VIEGAS, 2011, p. 50). Mas só em 1936 que efetivamente vai ser oficializado os Frigoríficos Nacionais Sul-Brasileiros (VIEGAS, 2011, p. 50). Em 1938, os Frigoríficos Nacionais vão passar ao poder do Estado, com a ideia de nacionalizar a indústria da carne e fazer recuar os frigoríficos estrangeiros (VIEGAS, 2011, p. 50). O objetivo não era só, “estabelecer concorrência com os frigoríficos estrangeiros” (VIEGAS, 2011, p. 51), mas também “uma empresa que padronizasse e que congregasse a produção de banha e carne em larga escala” (VIEGAS, 2011, p. 51). A instituição era escrita no plural, pois os Frigoríficos Nacionais Sul-Brasileiros também se instalaram em lugares que já existiam

matadouros, como em Santo Ângelo, Monte Vêneto, Nova Bassano, Caxias, Tubarão (SC), Ijuí, Carazinho, Erechim, Viadutos, Passo Fundo e Guaporé (VIEGAS, 2011, p. 51).

Em Canoas, onde hoje se localiza o Bairro Rio Branco, nas margens do Rio Gravataí, foi instalado em 1939 o Frigosul, objeto de estudo da pesquisa aqui realizada. Tratou-se de uma instalação frigorífica que mudou toda a paisagem do Bairro e de Canoas, assim como os vínculos entre seus moradores, posto que a grande quantidade de mão-de-obra requerida formou a Vila que se desenvolveu a partir do Frigosul (PENNA, 2004, p. 12). Uma instalação dessa magnitude interferiu em muitos fatores sociais de seu entorno. Por um lado a imigração de um grande contingente de pessoas, para essas pessoas precisa-se de moradia, de espaços como escola, mercados, praças e até mesmo igrejas. Isto mudou toda a configuração urbana, a paisagem que até então eram de chácaras, com a instalação do frigorífico a vila torna-se um polo industrial em crescimento na medida em que precisa abrigar um número muito grande de pessoas, atendendo suas necessidades básicas, serviços como saneamento, água e luz, adquirido a partir da parceria entre o Frigosul e a Prefeitura da cidade.

Objetivos

O principal objetivo do projeto "Memória, identidade e patrimônio industrial: Memórias dos lugares de produção de Porto Alegre e região Metropolitana" é reconstruir as histórias dos lugares de produção da região Metropolitana, que foram significativas para o crescimento da mesma e que hoje não existem mais. No caso do Frigosul, o crescimento do Bairro Rio Branco, que marcou a vida dos trabalhadores e dos funcionários, e que nos dias atuais suas instalações foram em grande parte implodidas e outras absorvidas por novas empresas instaladas na região adequando e dando novas funções a aqueles vestígios. Hoje poucos restos materiais existem de

aquela indústria e se encontram em péssimo estado de conservação e abandono.

O objetivo deste trabalho é estabelecer uma sequência cronológica dos principais acontecimentos a partir de fontes fragmentadas: fotografias da época, documentos vários, imprensa, e sobre tudo as narrativas de ex-trabalhadores e assim reconstruir os aspectos mais relevantes da história da indústria frigorífica. Além de analisar a sua importância para o desenvolvimento do bairro, da cidade e a região, busca-se analisar a sua contribuição para os “mundos do trabalho” e as memórias a ele vinculadas. De essa forma instigar novas perguntas do desenvolvimento do Bairro Rio Branco e de Canoas no passado e sua relação com o presente a partir do Frigosul.

Metodologia e fontes

Para a realização deste trabalho, foi realizado um levantamento bibliográfico usado algumas obras referenciais, como “A História Concisa do Brasil” de Boris Fausto, considerando trechos que abordassem aspectos sociais e econômicos da época estudada como um todo. A Tese de Ângelo Braghirolli, destacando aspectos históricos de Brasil e RS, focalizando nos aspectos históricos do charque e da indústria frigorífica, no RS. Além disso, a dissertação de Danielle Heberle Viegas sobre “Um estudo sobre a urbanização de Canoas/RS (1929-1959)” e a pesquisa realizada no bairro pela historiadora Rejane Penna; “Canoas para lembrar quem somos: Rio Branco”.

A partir dessas fontes, a metodologia aplicada foi o cruzamento dessas informações com a análise das entrevistas realizadas a ex-trabalhadores do Frigosul em 2016 e 2017. Tais depoimentos complementaram e forneceram importantes insumos para uma melhor compreensão do fenômeno estudado. A trajetória do Frigosul assim como as de outros frigoríficos do sul do país, podem ser contextualizadas na dinâmica econômica do Brasil nos

últimos 40 anos e assim observar a relevância de fontes tidas como secundárias: as memórias de ex-trabalhadores que passam a ser significativas quando já não existem outros vestígios que materiais e documentais que contem essa história.

Considerações Finais

A história do Frigosul acompanha o contexto e desenvolvimento histórico da região sul do país. Sua instalação na década de 1930 está em consonância com as medidas de industrialização nacional promovidas por Vargas e que propiciaram o surgimento de Frigoríficos Nacionais e Estatais. Um estabelecimento industrial como foi o Frigosul, remodelou toda a paisagem canoense na época e transformou o espaço que passou a ter seu desenvolvimento urbano convertendo-se em um polo industrial muito importante.

A transformação do espaço a partir das migrações (estrangeiras e nacionais) que vieram a se instalar motivadas pelo empreendimento industrial foi confirmada em todas as entrevistas realizadas. A partir das oleadas de imigrações precisa-se de infraestrutura para essa população: moradias, equipamentos, serviços básicos, lazer, desenvolvendo e urbanizando o bairro no qual se instalou. O período de Vargas vai ser o grande impulsor desse fenômeno, o qual vai sofrer seu declínio na década de 1980, momento em que o Frigosul passou a mãos da Cooperativa Languiru, funcionou até 1982 (PENNA, 2004, p. 20), em um ritmo infinitamente menor ao anterior até deixar suas atividades e se trasladar para outro município, o que também aparece em todos os depoimentos junto à tristeza de ver sucumbir (e implodir) o que em seu momento era símbolo de movimentação econômica, social e cultural para os ex-trabalhadores e vizinhança.

Referências

- BRAGHIROLI, Ângelo. *UNA NUEVA UTOPIA Rescate del Patrimonio Industrial en el sur de Brasil El Conjunto de la Industria Frigorífica Armour*. Tese de Doutorado, Programa de Doctorado en Historia del Arte y Gestión del Patrimonio en el Mundo Hispánico. Sevilla, UNIVERSIDAD PABLO DE OLAVIDE, 2014. (pgs. 86-191).
- FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2002 (pgs.139-299).
- PENNA, Rejane et.al.: *Canoas – Para lembrar quem somos (Rio Branco)*. 79f. Canoas, 2004.
- VIEGAS, Danielle Heberle. *Entre o(s) passado(s) e o(s) futuro(s) da cidade de Canoas: Um estudo sobre a urbanização de Canoas/RS (1929-1959)*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, PUCRS, 2011.

Nos trilhos da história: Canoas/RS através de seus patrimônios culturais

*Amanda Dorneles de Oliveira*¹

Esta breve comunicação tem a intenção de se somar a outros esforços que tem sido realizados com o objetivo de suprir a carência estudo dos patrimônios culturais edificados de Canoas, cidade, que teve seus primeiros bens tombados apenas no ano 2009. Parte desses esforços foram as ações de tombamento de algumas edificações localizadas no que podemos referir como centro histórico da cidade, como a *Vila Mimosa* e a *Casa dos Rosa*, a *Casa Wittrock* e a antiga estação ferroviária, edificações que o presente estudo busca contemplar. Vale destacar, que o estudo aqui compartilhado integra um projeto de pesquisa mais amplo relacionado às possibilidades didáticas quanto ao uso de espaços não-formais de ensino para o estudo dos patrimônios de Canoas. O projeto tem como intenção valorizar esses patrimônios, aproximando-os da população para além de sua menção em livros:

“A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter preservar a identidade de uma comunidade [...] O monumento

¹ Graduanda em História - Universidade La Salle - amandao71196@hotmail.com - Orientadora: Danielle Heberle Viegas - Doutora em História.

assegura, acalma, tranquiliza, conjurado o ser do tempo. Ele constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos. (CHOAY, 2001, p.18)

Segundo Graebin, Graeff e Graciano, a preocupação com o tombamento e preservação dos patrimônios de Canoas se deu no início na década de 1990 e tal desenvolvimento tardio deveu-se à preocupação com “demandas, próprias de uma cidade operária” (2014, p.04). Foi a partir do início do *Projeto Canoas- para lembrar quem somos*², que se passou a reconstruir a história de Canoas através de seus bairros, estimulando estudos e pesquisa sobre a memória e a história do município. Conforme os autores: “percebeu-se, ainda, o número pequeno de bens edificados passíveis de se tornarem patrimônio cultural do Município: poucos exemplares resistiram à degradação e à extinção ao longo do rápido processo de urbanização da cidade” (idem, p.05).

A partir de então, se iniciou um longo processo através de políticas públicas que assegurariam o tombamento e preservação dos patrimônios históricos e culturais da cidade. São alguns marcos desse processo podem ser conhecidos através do estudo de Graebin, Graeff e Graciano (2014), dos quais destacam-se: no ano de 1993, a Prefeitura de Canoas em parceria com o IPHAE, fez um Inventário de seus Bens do Patrimônio Histórico e Cultural. A partir dessa parceria, foi editada a Lei 3875/94 que estabeleceu a proteção dos patrimônios do município, criando incentivos e/ou compensações à preservação dos imóveis tombados ou inventariados. Contudo, somente no ano de 2009 que se deu o tombamento dos primeiros Patrimônios Históricos da cidade.

² O projeto existe desde o ano de 1994 e trata-se de uma parceria entre a Universidade La Salle e a Prefeitura Municipal de Canoas. Até a presente data, quase todos os bairros da cidade foram contemplados por pesquisas, que se baseiam na metodologia da história oral.

A antiga estação ferroviária

Alguns elementos da história da cidade de Canoas são determinantes para a afirmação de que a ferrovia tem um papel central no desenvolvimento da cidade, tendo sido tombada no ano de 2010 por meio do decreto nº 311. Segundo Danielle Heberle Viegas, Canoas teve sua primeira linha férrea construída em 1874, com o objetivo de ligar Porto Alegre a São Leopoldo: “A primeira estação do Capão das Canoas assemelhava-se mais a um abrigo de madeira destinado a poucos passageiros e à bilheteria, [...]. (V.F.R.G.S.), em 1920” (2011, p. 44). Todavia, foi no ano de 1930 que surgiu a estação tal como conhecemos hoje, *Fundação Cultural Canoas*, no entanto, em um diferente local da primeira estação. Assim que construída, a estação aumentou o interesse do público pelo chamado à época de *Povôado das Canôas*.

Uma preocupação na construção do presente estudo é, justamente, mostrar que a história de Canoas não é somente uma história de elite porto-alegrense mas prestigiar tais elementos com uma perspectiva do desenvolvimento da história social do povoado, a partir da estação ferroviária e que se relacionada, até a atualidade, com grande parte da população canoense e metropolitana.

Essa necessidade vem suprir outra demanda da cidade de Canoas, que é o reconhecimento da presença negra na cidade, hoje com um quilombo reconhecido –a *Associação Quilombola Chácara das Rosas*. Localizado no bairro Marechal Rondon, trata-se do primeiro quilombo urbano reconhecido no Brasil, em novembro de 2009. Localizado no bairro Marechal Rondon, é o primeiro quilombo urbano reconhecido no Brasil- em novembro de 2009. Segundo reportagem do jornal local:

“No local de 3,6 mil metros quadrados, vivem 24 famílias que não lutam mais pela liberdade, mas sim pela garantia da continuidade da história e pelo reconhecimento e resgate do que foi perdido ao longo dos anos. [...] A origem da Chácara das Rosas vem do quilombo de Manoel Barbosa, em Barro Vermelho, zona rural de

Gravataí. Uma de suas 12 filhas, a fundadora da Chácara, Rosalina Barbosa Jesus, em 1926, e o dois se mudaram para espaço onde hoje está situado o quilombo”.³

Assim, é possível identificar a ligação direta da estação férrea ao desenvolvimento da cidade de Canoas. Foi a partir dessa estação que as famílias abordadas no projeto chegaram a cidade, incluindo aquelas que viriam a residir nas edificações do projeto aqui relatado, como a Vila Mimosa, Casa dos Rosa e a Casa Wittrock.

Casa dos Rosa

O parque dos Rosa, recebe o nome da família antiga proprietária das terras e da edificação na qual se encontra, agora restaurada e tombada como patrimônio histórico cultural da cidade de Canoas, sede do museu Hugo Simões Lagranha. Sua história vem desde o ano de 1893 quando Antônio Lourenço Rosa adquire um lote de terras no Capão das Canoas. A família Rosa passou a veraneiar no local e em 1903 construiu uma casa estilo “chalé chácara”, sendo utilizada como residência de férias e descanso até 1979, por Décio Rosa, o único filho que se interessou em fixar residência na chácara de veraneio da família. Após o falecimento de Décio a casa é dividida entre sobrinhos, afinal o médico não havia constituído família.

A partir da morte de Décio Rosa a propriedade se encontra abandonada, devido ao desinteresse dos sobrinhos em fixar residência, até que no ano de 2009 o Imóvel foi tombado como Patrimônio Histórico Cultural pelo Decreto nº 752. Contudo, a edificação se encontra totalmente depredada, pois ao ser abandonada tornou-se abrigo de moradores de rua da cidade, sofrendo assim dois incêndios, sendo o pior o do ano de 2013. Contudo, devido ao seu enorme valor histórico da cidade, por ser um símbolo do início da povoação e do desenvolvimento de Canoas

³ Diário de Canoas; Publicado em 18/11/2015.

através da sua construção como casa de veraneio. Fazendo com que no ano de 2016 sua restauração fosse concluída e se estabelecesse como sede do Museu Hugo Simões Lagranha.

Vila Mimosa

Propriedade de Frederico Ludwig e Arminda Genuína Kessler, a chamada Dona Mimosa - a qual deu nome à edificação, refere-se a uma mansão localizada no centro da cidade de Canoas. Por meio da pesquisa de Viegas (2011) é possível conhecer um pouco da trajetória da família narrada por Oswaldo Ludwig. Por volta de 1890, a família adquiriu uma chácara perto da estação férrea, para fins de veraneio e que veio a se tornar residência fixa em 1905, onde veio a se instalar um pequeno armazém. A partir do depoimento de Oswaldo Ludwig, pode-se conhecer além do período de veraneio de Canoas mas, também, a instalação definitiva de grandes famílias na região mais próxima à estação ferroviária, e que a partir dessa instalação dão início ao desenvolvimento do povoado que mais tarde se tornaria o Município de Canoas.

A partir de todos esses movimentos pelo desenvolvimento e urbanização de Canoas articulados pela família Ludwig, a *Vila Mimosa* tornou-se um monumento histórico-cultural simbólico para o Município. Foi através desse reconhecimento que no ano de 2007 fez-se um parecer técnico que tinha como objetivo mostrar a importância da edificação e de sua preservação para a história da cidade. Apesar do parecer técnico, no ano de 2008 o terreno e a edificação foram passados pela prefeitura de Canoas para uma empreiteira que tinha como objetivo a construção de um condomínio vertical no local.

A fim de impedir o projeto de demolição da casa, tomaram-se providências. Contudo, somente depois de um longo embate judicial, é que, no ano de 2009⁴, a empreiteira transferiu um lote para a

⁴ Decreto nº 635 de 29/05/2009.

prefeitura para que se dê a preservação do monumento e da flora relacionada à edificação: “Assim, a casa transformou-se em Casa das Artes Vila Mimosa e Canoas ganhou seu primeiro imóvel tombado e seu primeiro equipamento cultural multiuso” (Graebin, Graeff e Graciano, 2014, p.15).

Casa Wittrock

A família Wittrock veio a se estabelecer em Canoas no ano de 1812, quando Jorge Gothel Henrique Wittrock, o patriarca da família, já se encontrava no Capão das Canoas antes mesmo da inauguração de sua Estação Férrea. Como descreve João Palma da Silva (1978, p.30): “Jorge Gothel Henrique Wittrock comprou uma grande área de terra também defronte à Estação, [...] na qual em seguida construiu um grande prédio de alvenaria, térreo, com sótão habitável”. A família se estabeleceu para uso de descanso e fundou o *Garten Reustaurant und Hotel*, ao qual inúmeras pessoas vinham conhecer e acabavam se estabelecendo, acelerando a urbanização e o desenvolvimento econômico do Capão das Canoas.

A relação da família com Antiga Estação Ferroviária, entretanto, não para por aí. Ernesto Wittrock foi nomeado, em 20 de abril de 1894, agente local, sendo responsável pela direção da Viação Férrea dos trens adicionais entre Canoas e Porto Alegre. Ernesto possuiu um papel indispensável no andamento da linha férrea, sua manutenção e desenvolvimento, tendo inaugurado no ano de 1914 a fábrica de cadeiras Silveira & Wittrock. Walter Galvani, em entrevista ao projeto Canoas- Para lembrar quem somos, narrou um pouco dessa trajetória.

“Eram a sociedade Silveira e Wittrock que produzia cadeiras de palinha. Eram cadeiras com assento e o encosto de palhinhas traçadas. Essas cadeiras eram exportadas para todos países. Saíam seus carregamentos pela Viação Férrea, da estação central de canoas, onde hoje está situada a fundação cultural Canoas”. (PENNA, 2004, p.99)

Por conta desses elementos, a casa que abrigou a família foi tombada no ano de 2010⁵. Apesar disso, atualmente não está sendo utilizada para fins culturais pelo poder público municipal e encontra-se à venda.

Considerações finais

Estima-se que o estudo aqui descrito sobre alguns dos patrimônios culturais edificados da cidade de Canoas possam dialogar com as demais estratégias que têm sido desenvolvidas por meio da indústria criativa e de ações de patrimônio em Canoas. As pesquisas relacionadas aos usos da cidade como um ponto de veraneio são notavelmente importantes, pois iluminam histórias e narrativas pouco conhecidas do Município, que tem sua paisagem urbana e sua memória social, por vezes, unicamente vinculadas às referências de cidade-dormitório e cidade-industrial.

Referências

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Unesp. 2016.

GRAEBIN, Cleusa M. G.; GRAEFF, Lucas; GRACIANO, Sandra S. *De residência da família Ludwig à casa das artes: trajetória do primeiro patrimônio tombado de Canoas (RS)*. Revista Memória em Rede, Pelotas, v.4, n.10, jan-jun., 2014.

PENNA, R.; CORBELLINI, D.; GAYESKI, M. (org.). *Canoas para lembrar quem somos* – Centro. 2ª. Ed. Canoas: Ed. La Salle, 2004. V. 3.

SILVA, João Palma da. *Pequena História de Canoas: cronologia*. Canoas: Ed. La Salle, 1978.

⁵ Decreto nº 293 de 09/04/2010.

VIEGAS, Danielle Heberle. *Entre o(s) passado(s) e o(s) futuro(s) da cidade: um estudo sobre a urbanização de Canoas/RS (1929-1959)*. Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS. Porto Alegre, 2011.

Patrimônio industrial e a indústria frigorífica: o papel dos frigoríficos nacionais sul-brasileiros s/a no desenvolvimento do bairro Rio Branco em Canoas/RS

Ismael Gilberto Santos Freitas¹

O estudo acerca dos locais de produção de carne carrega em si uma importância ímpar, pois conforme pontua Urso (2007, p.07), em 2004 o Brasil tornou-se o maior exportador de carne do mundo, negociando com outros países cerca de 1,51 milhão de toneladas por ano e gerando uma receita de cerca de US\$ 3.993 milhões anuais, correspondendo a 29% das exportações mundiais. Ainda segundo Urso, em 2006 o consumo de carne pelo brasileiro era de 36kg/hab/ano (carne de frango) e 36,9kg/hab/ano (carne bovina). Estes dados valoram o papel de destaque da indústria pecuária e frigorífica na economia brasileira, tornando a investigação sobre estes locais de produção de suma importância, em face da fatia considerável que esta indústria ocupa na produção e exportação nacional. Frente a isto, levando-se em conta a importância do trabalho e do ato de trabalhar, falando sobre Karl Marx, Oliveira (2010, p.75) se refere ao trabalho como sendo algo vital, sendo a produção a oportunidade na qual o trabalhador materializa suas inquietações, produzindo riqueza. Esta produção modifica a

¹Graduando em História - Universidade La Salle - ismael.107bento@gmail.com - Orientadora: Ana Maria Sosa González - Doutora em História.

realidade natural, planeando relações sociais, construindo sociedades e moldando sua essência e existência. O foco deste trabalho se dá nos últimos dois aspectos acima mencionados pelo autor: as relações sociais e a construção de sociedades, sendo estas, quando oriundas e inter-relacionadas com locais de produção, itens constituintes do que convém nominar de Patrimônio Industrial.

O conceito de Patrimônio Industrial embarca os objetos materiais e imateriais que permeiam as atividades de produção, distribuição e consumo de bens. Este leque de objetos é extenso, indo desde itens arquitetônicos, maquinários, documentos de gestão, cultura organizacional, até relatos de trabalhadores e extrabalhadores, conforme mostra Sobrino (2011, p.250). O estudo acerca das fábricas e dos bairros operários começou a ser idealizado por volta da década de 1950 na Inglaterra, em face da destruição deixada como herança pela Segunda Guerra Mundial, conforme escreve Braghirolli (2014, p.35).

A primazia deste trabalho, coordenado pela Professora Dr^a. Ana Maria Sosa Gonzalez e integrante do projeto Memória, Identidade e Patrimônio Industrial: Memórias dos Lugares de Produção de Porto Alegre e Região Metropolitana é o estudo acerca da implantação e funcionamento dos Frigoríficos Nacionais Sul-Brasileiros (Frigosul), importante empresa de produção de carne, cujo atividades se deram no período entre 1939 e 1982 e o desenvolvimento do Bairro Rio Branco, intrinsecamente ligado as atividades da empresa, conforme aponta Penna (1994, P.12). De acordo com a autora, o Frigorífico tornou-se um polo de atração de famílias oriundas do interior do estado do Rio Grande do Sul, que se alojaram em casas próximas ao Frigorífico, cedidas por este mediante condições variáveis ao cargo ocupado na empresa. Neste movimento está a gênese da localidade que hoje conhecemos como Rio Branco, importante bairro da cidade. Este fato é confirmado através de entrevistas realizadas com moradores do bairro, extrabalhadores ou pessoas que tenham tido alguma relação com o Frigosul, sendo este o método amplamente empregado para

obtenção de informações, tendo em vista que o acervo documental relacionado a este estudo é escasso.

Junto das entrevistas, são realizadas também visitas periódicas ao bairro, visando mapear os locais de instalação de moradias de ex-trabalhadores, visto que em seu início o bairro Rio Branco caracterizava-se como um bairro operário, conforme aponta Penna (1994, p.12). Como a disponibilidade de moradia era escassa, coube ao frigorífico a construção de habitações destinadas aos trabalhadores do local, muitas delas ainda existentes.

“As áreas industriais caracterizam-se assim, penas centenas de casas enfileiradas diretamente sobre as calçadas ou no interior das quadras, pelas pequenas oficinas ou fabriquetas ao longo dos quarteirões, pelos armazéns comerciais nos principais cruzamentos viários, destacando apenas em suas paisagens urbanas, as grandes fábricas e suas chaminés”. (BENCLOWICZ , 1989 p.246 apud VIANNA, 2004 p.9)

Além das moradias, outro local ligado ao complexo de produção de carnes é o Frigorífico Nacional Futebol Clube, equipe de futebol organizada pelos trabalhadores e que existe até hoje, disputando campeonatos estaduais e locais. O ginásio desta agremiação também é palco de eventos locais, como shows e confraternizações, conforme atestam os moradores nas entrevistas.

A produção do Frigorífico, durante sua existência (1939 – 1982) voltou-se tanto para o mercado internacional quanto para o nacional (PENNA, 1994 p.19), atendendo países como Israel e cidades como Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo. O escoamento da produção dava-se através do Porto de Rio Grande, sendo o transporte feito tanto por via férrea quanto por via rodoviária.

O ápice da indústria de carnes no cone-sul, conforme diz Braghirolli (2014, p.219) em seus estudos acerca do Frigorífico Armour, situado em Santana do Livramento, se dá durante a Segunda Guerra Mundial, onde as exportações de carne para os países europeus bateram recorde. Após a recuperação econômica do

velho continente, este passou a suprir seu consumo, deixando de importar de países como Brasil e Uruguai, que foram severamente afetados. Aliado a isto, o governo federal extinguiu os estoques de carne e adiantamentos financeiros para os frigoríficos, gerando crises e culminando com o fim de muitos deles, como o Frigosul. (PENNA, 1994 p.19). De acordo com esta autora, o grande complexo de produção de carne foi então vendido à cooperativa Languiru, que o transformou em um centro de distribuição da produção provida de outros complexos, sobretudo o de Teutônia/RS. Em 1982, suas operações foram definitivamente encerradas e os prédios que compunham a empresa demolidos, restando apenas algumas salas administrativas.

Com base nas entrevistas dos moradores, bem como na análise bibliográfica e documental, podemos inferir que o Frigosul está intrinsecamente atrelado à identidade dos moradores do bairro, sendo seu estudo de suma importância para a manutenção e propagação desta identidade. A valorização do papel econômico e social do trabalho induz ao reconhecimento pessoal do trabalhador, e quando isto não ocorre, o trabalhador não possui referências e não vê sentido naquilo que faz (DRUMOND, 2002 p.11). Mais do que trabalho, o colaborador do frigorífico edificou um bairro, e uma memória de importância ímpar, aqui estudada através deste projeto de pesquisa.

Referências

- BRAGHIROLI, Ângelo; Una nueva utopia: rescate del patrimonio industrial en el sur de Brasil: El conjunto de la industria Frigorífica Armour. 2014. 391p. Tese (Doctorado em Historia del arte y gestión del patrimonio em el Mundo Hispánico) Universidad Pablo de Olavide - Sevilla, 2014.
- DRUMOND, Valéria Abritta Teixeira; O Princípio da integração do trabalhador na empresa no sistema jurídico-constitucional brasileiro. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito do Trabalho). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - Belo Horizonte, 2002.

OLIVEIRA, A.R A concepção de trabalho na filosofia do jovem Marx e suas implicações antropológicas. *Kínesis*. Fortaleza, Vol. II, n°03 p.72-88, 2010.

PENNA, Rejane (org.) Rio Branco. Canoas, RS: La Salle, 1994. 52 p

SOBRINO, Julián Simal; El patrimonio industrial de Andalucía: memoria obrera y arqueología social (a propósito de unas jornadas). *Historia, Trabajo y Sociedad*, Sevilla, n° 2 p. 243-257, 2011.

URSO, Fabiana Salgueiro Perobelli; A cadeia da carne bovina no Brasil: uma análise de poder de mercado e teoria da informação. 2007. Tese (Doutorado em Economia de Empresas). Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas - São Paulo, 2007.

VIANNA, Mônica Peixoto; Habitação e modos de vida em vilas operárias. USP, São Paulo, 2004.

História oral e educação patrimonial: o caso do Frigosul (Canoas- RS)

*Jéssica da Rocha Testa*¹

Introdução

O seguinte projeto visa associar a memória de ex-funcionários do frigorífico Frigosul com a educação patrimonial. Com isto busca-se destacar a importância de práticas educativas que surgem a partir da noção de herança cultural para despertar o interesse pela história do seu bairro, podendo emergir o conhecimento, apropriação e valorização das identidades coletivas.

O Bairro Rio Branco foi o primeiro bairro de Canoas, e foi através desse frigorífico que se desenvolveu o bairro e a cidade. Hoje, as instalações dessa indústria foram implodidas em sua grande maioria, e apenas ficam resquícios daquele tempo, como por exemplo, as casas de ex-funcionários, o Clube de Futebol, e algumas referências no bairro onde outrora circularam os trabalhadores.

O trabalho a partir das narrativas desses ex-funcionários permite a reconstrução de seus espaços e de seu cotidiano. Esse trabalho só é possível através da História Oral, por mais que existam outros documentos, estes são insuficientes e fragmentados, e não apresentam a riqueza das experiências humanas que ali se deram. A história oral possibilita vestígios que recriem o cotidiano na esfera do trabalho. Além disso, esses depoimentos são de suma

¹ Graduanda em História - Universidade La Salle - Jessicadarocha19@hotmail.com

importância para acompanhar o desenvolvimento urbano na cidade de Canoas.

A educação patrimonial está associada ao patrimônio cultural de uma determinada comunidade, e está vinculada com a memória e identidade da mesma, pois o processo de valorização cultural que só é possível através de práticas e metodologias pedagógicas que partem de educadores qualificados. Segundo os autores, A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sócio-cultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural. (HORTA, GRUMBERG E MONTEIRO, 1999,p.6). A educação não está necessariamente associada apenas à maneira de emergir o conhecimento dentro da sala de aula, mas também possui uma grande influência nas relações que ocorrem dentro da esfera comunitária de um bairro.

Desenvolvimento

A valorização cultural esta associada a uma construção coletiva, neste caso ao bairro na qual se mora, pois se deve haver um consenso entre os moradores do bairro do que é, e do que não é, patrimônio cultural.

No caso do Frigosul carrega consigo uma imensa importância histórica para os moradores do bairro, já que esse frigorífico empregava um grande número de pessoas, muitas delas moradores do bairro, assim como também pessoas que vinham de outros lugares, a grande maioria do interior do Estado e se empregavam nesse frigorífico. Além dos empregos, o Frigosul fornecia casas para alguns dos funcionários que vinham de longe, algumas das quais estão de pé até os tempos de hoje.

Sempre houve uma interação entre o Frigosul e os moradores do bairro Rio Branco, pois muitas vezes a Prefeitura Municipal de Canoas não dava conta das demandas exigidas pelos moradores do bairro, como o foi o caso das bicas públicas para o abastecimento de água fornecido pelo Frigosul, e também o abastecimento de carvão, assim como a empresa de caminhões para arrumar as ruas do bairro Rio Branco. Além das casas que eram fornecidas para os moradores do bairro, já que o Bairro Rio Branco sofria com os problemas das enchentes até a construção do Dique (PENA, 2004, p.33).

Como foi dito anteriormente, não é através de uma postura impositiva que se diz o que é e o que não é patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial, deve haver um consenso entre os moradores, que podem juntos, definir o que é patrimônio cultural, sem que precise de uma gestão impositiva.

A comunicação busca ressaltar a importância das oficinas de educação patrimonial, como uma maneira de despertar o interesse nos moradores do bairro Rio Branco pela história do Frigosul. Interessante seria a realização de aulas-passeios e ser aproveitado como práticas de educação patrimonial, pois o discente é estimulado ao contato direto com o patrimônio a observar suas características e buscar fontes referentes ao Frigosul. Uma das formas de consolidar esses registros é por meio fotográfico, pois é normal que durante os passeios o discente se sinta estimulado e tire foto de tudo ao seu redor. Esta proposta poderá ser complementada com as fotografias da época e assim despertar o interesse pelo bairro nos alunos do ensino médio. As maquetes também podem ser utilizadas em sala de aula, como uma forma de exposição e compreensão do patrimônio cultural material. (PASSOS e OLIVEIRA, 2017, p.35).

A educação patrimonial neste caso levaria a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, pois contribuirá a conhecer e transmitir a história do seu bairro e da sua escola, e partir disso reconhecer o legado recebido. (HORTA, GRUNBERG e MONTEIRO, 1999, p.6). Neste caso é impossível contar a história do bairro Rio Branco sem mencionar o Frigosul, já

que esse frigorífico deu trabalho a muitíssimas pessoas ao longo de sua atividade ajudando no desenvolvimento do bairro Rio Branco, assim como da cidade de Canoas.

Um dos objetivos da educação patrimonial se vincula com a idéia de cidadania, é a junção de vários fatores educacionais que desperta o interesse dos alunos pelo patrimônio cultural, essa é a primeira etapa para alcançar a valorização cultural de uma determinada comunidade. No caso do Frigosul não é diferente, pois é importante trabalhar com a educação patrimonial quando ainda se tem testemunhas para alcançar esse objetivo de reconhecimento local.

No marco do projeto "Memória, Identidade e Patrimônio Industrial: Memórias dos lugares de produção de Porto Alegre e Região Metropolitana" já se obtiveram bons resultados, como uma série de entrevistas realizadas com aqueles que já trabalharam no Frigosul. As entrevistas ocorreram com as mais diversas pessoas, além das entrevistas realizadas recentemente (2016 e 2017), com roteiros especialmente construídos para esse projeto, conta-se com outras entrevistas realizadas a ex-funcionários no ano 1994 pelo projeto Canoas para lembrar quem somos.

Além das mencionadas entrevistas analisou-se outros documentos, como fotografias, documentos da câmara dos vereadores de Canoas e jornais da época.

Destaca-se a utilização das fotografias, as quais possuem uma imensa importância, pois se pode comparar o antes e o depois da implosão do Frigosul, além de uma representação de um passado na qual apenas se tem as lembranças dos ex-trabalhadores e moradores do bairro.

Junto a esses documentos utiliza-se os registros, sendo um caderno de campo no qual se estabelecem todas as observações dos recorridos pelo bairro e muito especialmente das entrevistas realizadas. A reconstrução do contexto da entrevista assim como a análise de tais anotações tem complementado a riqueza narrativa e de experiências dos mundos do trabalho. Através dos registros de

tais observações é possível ficar atentos aos interesses, expectativas e silêncios que os respectivos entrevistados demonstram em suas falas. Tais memórias podem ser trabalhadas em sala de aula desde várias perspectivas: por um lado para compreender os lugares dos quais se fala, as maneiras de lembrar e os interesses presentes que guiam essas lembranças. Por outro, analisar as ausências, os silêncios, os não dito para observar a complexidade da História Oral como metodologia que requer certos cuidados. Por último dar destaque a essas falas para assim compreender que essas experiências de trabalho representam um patrimônio do bairro, conectam com um passado que até então ia a ficar desconhecido.

Conclusão

A partir das experiências de trabalhadores e moradores do bairro Rio Branco é possível recriar a história do estabelecimento industrial que movimentou o bairro, e assim refletir sobre outros tempos e outras dinâmicas que distam das atuais, tempos esses que são de difícil compreensão para os jovens. Por essa razão quando se tem acesso aos testemunhos desses tempos, o uso da história oral como metodologia aproxima e sensibiliza aos alunos no conhecimento de um período histórico contemporâneo. Isto vem ao encontro da importância da educação patrimonial que está associada ao reconhecimento de sua herança cultural. São poucos os vestígios materiais e documentais com os que se conta até o momento sendo as falas dos ex-trabalhadores de suma importância para reconstruir essa história.

Referências

- IPHAN. *Educação patrimonial: caderno temático 6: práticas e diálogos interdisciplinares*. Casa do patrimônio da paraíba, Paraíba, 2017.
- IPHAN. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília, Museu imperial, 1999.

PENA, Rejane. *Canoas para lembrar quem somos: Bairro Rio Branco, Canoas*, 2004.

Locais de memória: a perpetuação da memória através de obras tumulares

Juliana Mohr dos Santos¹

As memórias do passado se apresentam no presente sob diferentes formas, não necessitando estar armazenadas em um corpo humano. Essas leituras de um tempo vivido podem ser aprisionadas em expressões gramaticais, artísticas e sociais deixadas como representações de época e colocadas em diferentes lugares.

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular de nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade se torna residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória. (NORA, 1996, p.10)

Os lugares de memória guardam, intencionalmente ou não, representações sociais que marcam a memória coletiva. O reconhecimento da existência de memórias individuais e coletivas sobre um mesmo espaço é ponto fundamental para a preservação de elementos que representam a identidade de uma cidade. Pois, como Araujo bem sintetiza os pensamentos de Maurice Halbwachs sobre memória coletiva:

¹ Graduanda em História Bacharelado – UFRGS - jumohr_poa@yahoo.com.br

Uma questão fundamental acerca da memória coletiva, enquanto fato social seria a sua ancoragem para cada indivíduo [...] para ter uma memória coletiva é preciso interligar as diversas memórias dos indivíduos que fazem parte do grupo identificado como proprietário daquela memória. (ARAUJO, 2016, p.44 apud HALBAWACHS, 1990, p.43)

Os locais de memória atuam como ancoras para diferentes grupos, ou indivíduos, reconhecerem suas identidades e, dessa forma, terem os meios necessários para se encontrarem socialmente. Estabelecer discussões sobre os diferentes lugares de memória é de vital importância para que esses patrimônios com diferentes representações identitárias contidas não sejam destruídos e, conseqüentemente, não haja um esfacelamento da identidade dos grupos que compõem a cidade. Pois, como afirma Pesavento:

[...] para o resgate da memória e da história de uma cidade é preciso convocar e recolher registros de uma outra época, testemunhos e traços de diferentes naturezas, que possam dar conta das transformações do espaço urbano no tempo. (2005, p.11)

Assim, a localização desses lugares que representam memórias coletivas e individuais podem acontecer em diferentes pontos da cidade. Um lugar que espontaneamente agrega diferentes camadas de tempo com representações de memórias e identidades dos grupos que compõem a cidade são os cemitérios. Esse espaço, que por muitos é evitado, é um grande baú de memórias e representações sociais. Para Castro:

Neles [cemitérios] estão registrados importantes elementos capazes de permitir lançar um olhar sobre a cidade a partir do que está em sua arquitetura e imaterialidade. Pode-se, enfim afirmar que ele nasce como lugar de memórias e de histórias. (2017, p.15)

O Cemitério da Santa Casa é o mais antigo espaço tumular em funcionamento da cidade de Porto Alegre, fundado em 1850, até

início do século XX foi o único espaço da cidade para sepultamentos, e, posteriormente, o escolhido por muitas famílias tradicionais locais para erguer grandes mausoléus em memória de seus familiares. Em suas edificações, epígrafes, desenhos artísticos e religiosos há a expressão tanto do pensamento da sociedade sobre a morte, quanto da relação da família com aquele que os deixou, rituais sociais, lutas e conquistas individuais dos inúmeros indivíduos ali sepultados. As possibilidades de encontrar registros de representação de memórias individuais e coletivas são inúmeras.

Sabendo que devido ao seu rico acervo, os cemitérios são caracterizados como: museus à céu aberto, e tendo em vista as críticas de Ulpiano, sobre a estruturações de museus:

(...) os museus dispõem de um referencial sensorial importantíssimo, constituindo, por isso mesmo, terreno fértil para as manipulações das identidades. Seria ocioso lembrar com que facilidade certos objetos se transformam em catalisadores e difusores de sentidos e aspirações: da Cruz do cristianismo aos uniformes militares. (...) o que se deve propor é que os museus tenham sempre e obrigatoriamente uma postura crítica em relação à sua problemática da identidade. (1993, p.210-212)

Neste sentido, é válido fazer uma análise sobre as representações de memória e identidade deixadas no túmulo do Sr. Casemiro Scepaniuk existente no Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, obra edificada por ele em vida e planejada dez anos antes de sua morte.



Túmulo de Casemiro Scepianiuk

A representação é, como qualquer sistema de significação, uma forma de atribuição de sentido. Como tal, a representação é um sistema linguístico e cultural: arbitrário, indeterminado estreitamente ligado a relações de poder. [...] a identidade e a diferença são estreitamente dependentes da representação. [...] Representar significa, neste caso, dizer: ‘essa é a identidade’, “a identidade é isso”. [...] Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade. (SILVA, 2008, p.91)

No caso do túmulo do Sr. Scepianiuk, quem teve o poder de definir a sua identidade e a forma de entrar para a memória coletiva foi ele mesmo, ao edificar em vida sua obra funerária. Filho de imigrantes poloneses pobres, casado, sem herdeiros, foi no Exército Brasileiro que realizou feitos que considerou ser o principal elemento de sua identidade para ser lembrado.

Em seu depoimento oral, coletado em 2010, Scepianiuk relata o porquê da escolha do Cemitério da Santa Casa e da edificação ainda em vida da sepultura:

(...) sou meio providente. É eu e a Rute. Eu faleço, ou a Rute falece, é aquele blá, blá, blá. Telefona pro Exército, telefona pra cá. E vai pra cá, e vê não sei o que... e tal... uma complicação. Tendo a coisa pronta, a casa futura pronta, é diferente. É diferente. Bom, Santa Casa! Eu dei umas volta pelo mundo aí, andei em Gênova, no ponto turístico deles lá... Fui no cemitério lá. Ele tem... ele levam... a

equipe leva o grupo de turistas pra visitar algum cemitério. Eu fui lá, olhei aquilo, olhei e tal... cada cemitério lá... cada cemitério... cada túmulo tem uma escultura. De tudo quanto é jeito. Não dá nem pra dizer, é isso, aquele é anjo... é isso... é aquilo, é mais não sei o que... Aí eu disse: “Bom!”. Quando eu resolvi então fazer: “Vou na Santa Casa. Tiver que ser enterrado, é a Santa Casa que eu conheço há tanto tempo... é lá que eu tenho que ir.” Fui lá na Santa Casa e dei uma olhada por lá. Andei por lá... não fui em outro cemitério. Fui no da Santa Casa, olhei e tal... aí... vi lá a estátua do famoso Teixeira, mais do lado... olhei... Rocco, da Confeitaria Rocco... quer dizer, parece que é gente conhecida, que eu já... pela... na realidade eu já convivi, já vivi. Eu digo: “Olha, já não tô tão sozinho né?” [...] ele tá lá, de chapeuzinho branco, ele tá lá. Vi o Rocco: “Ah, não!”. Eu digo: “Olha!”. Então, a senhora olhando a sepultura do Rocco, a senhora vai ver que tem uma certa semelhança com a minha. Daqui aqui, ali... fui vendo. Eu fui lá espiar essa coisa e olhar. Bom, então, como estava dizendo pra senhora, eu tô com oitenta e oito, a Rute com oitenta e dois. Eu com marca-passos, mais isso, e aquilo e outras coisinhas aí... Eu digo: “Olha! Eu vou comprar.”

Na sequência de sua fala Scephaniuk esclarece a escolha do modelo:

Bom, o paraquedista... aí é que tá o detalhe, que eu acho importante. **Foi uma ideia... eu não sei... pra não ser esquecido, talvez, facilmente.** Tanto que eu lutei... eu fiz... lutei... tive um comportamento, como a senhora viu aqui nesse diploma que eu ganhei aqui. Tão bonito, né? Tão bonito, que me deixou até emocionado isso. Então eu disse: bom, não tem... eu sou pioneiro... um pioneiro, a senhora vê... paraquedista pioneiro foram os caras que foram primeiro lá fazer essa cosia. **Não tem uma referência no Brasil,** alguém tem que tomar jeito e fazer. Resolvi fazer aqui no Rio Grande. E fiz. Isso não tem ajuda de ninguém. Eu tô fazendo com meus próprios meios, como se diz. Vou deixar. Vai ser uma cosia bonita. E depois, eu vou... vai ficar até bonito pro Cemitério. O Cemitério... “Oh paraquedista!” Todo mundo fala. Eu fiz uma entrevista... num tempos aí, com a Globo... não sei se a senhora viu na televisão. Não viu não? (...) Com aquela... aquela que passa o Rio Grande lá pela meia noite [...] que passou por lá

despretensiosamente e viu aquele paraquedista, ela foi lá olhar, e achou tão bonito o túmulo. Ai me telefonou, e combinou comigo, e fez a entrevista, assim como... uma entrevista como eu estou fazendo com a senhora, e eu digo: bom... então tá... **tô sendo visto. Tô sendo lembrado.** E, embaixo... embaixo a senhora viu o que tá escrito lá: **Deixo essa estátua como incentivo à juventude a se retornar um guerreiro alado do ninho das águias do Exército Brasileiro.** Ora! Eu penso aqui... se eu dissesse aqui... o pessoal... o juventude aí, dá um fuminho aqui... dá não sei o que... não sei o que... Então, a criança... o pai que vai com a criança lá... o rapaz: “Olha meu filho. Olha o que que ele escreveu ali.” Eu tenho impressão que aquele... pode até ajudar um pouquinho na ideia de um rapaz ver aquela estátua e ler ali e diz: “Puxa vida!” Que a estátua tá bem feita, bem... aquela coisa toda. Tirar alguma coisa ruim da cabeça da criança. Não tive nada... **não botei nada me engrandecendo ou não engrandecendo, aquela coisa toda...** pra dar uma mensagem. **Porque quero partir deixando uma mensagem de bem. O único jeito que eu posso ajudar para o futuro.** Não tenho outra coisa pra fazer. E juntando essas coisas com outras... a Rute também deixou uma mensagem bonita, e tal... Então, a ideia, como eu sempre gostei de ter umas ideias assim... que ajudem alguma coisa, então... o principal foi essas. (grifos meus)

Com uma a leitura do depoimento, fica elucidado as intenções da edificação do túmulo e da alegoria escolhida. Scepianiuk não quer ser esquecido, ele quer viver na memória coletiva do “Rio Grande”. Apesar de no final de sua fala colocar que na epígrafe escolheu palavras que remetem a sua profissão, quando diz “pode até ajudar um pouquinho na ideia de um rapaz ver aquela estátua e ler ali”, aparece o desejo de ser diferencial na memória individual. Scepianiuk construiu um monumento no anseio de ser lembrado na memória individual e coletiva, entre os diferentes grupos com os quais se identificava: os paraquedistas, os militares, os jovens em busca de algo, etc. Nesta mesma fala de Scepianiuk ainda encontramos elementos para a afirmação:

A imagem que o indivíduo faz de si mesmo será utilizada para justificar ou reclamar uma certa partilha de direitos e obrigações. Por isso, ela só terá eficácia se obtiver convalidação externa, se houver aceitação social (ULPIANO, 1993, p.209).

Apesar de já estar com sua obra tumular quase concluída, quando da data do depoimento, Scepaniuk ainda procura afirmações de aceitação de seu intento, de não ser esquecido, da realização da obra ser um ato correto. O fato demonstrado na alegria de ter sido procurado por uma jornalista, após essa ter andado pela alameda principal do espaço cemiterial e visto o túmulo. Possivelmente, essa necessidade de marcar a memória coletiva com seu túmulo diferenciado está no fato que, com o falecimento de Rute, sua esposa, Scepaniuk não estará presente em memórias individuais próximas que possam interessar-se de rememorar sua história visitando um entre tantos túmulos. Essa suposição nasce do fato que, em outro momento da entrevista, ele declarou que, apesar de muito desejarem, o casal não teve filhos, e não possuem parentes próximos.

A ausência de herdeiros é um elemento que pode definir o destino dessas representações de memórias, juntamente com a importância social dada aos lugares de memória frente a propriedade destes. Comumente, é possível encontrar sepulturas abandonadas nos cemitérios, é fato conhecido entre os administradores desses espaços, que a visita aos túmulos acontecem por pessoas ligadas aos falecidos até sua terceira geração. Questões sociais e econômicas, estilo e a ornamentação desses sepulcros não interferem nesta relação de abandono, mas a data dos sepultamentos traz dados expressivos, pois quanto mais distantes do tempo presente menos visitados. Essa observação empírica, reafirma a definição de Nora (1996) sobre a memória ser afetiva e alimentada por lembranças. E complementada por Catroga quando diz que:

A memória só poderá desempenhar a sua função social através de liturgias próprias, centradas em reavivamentos, que só os traços vestígios do pretérito são capazes de provocar. Portanto, o seu conteúdo é inesperado dos seus campos de objectivação e transmissão – linguagem, imagens, relíquias, lugares, escritas, monumentos – e dos ritos que o reproduzem. O que mostra que, nos indivíduos, não haverá memória coletiva sem suportes de memória ritualisticamente compartilhados. (2001, p.48)

O túmulo é perpétuo, ou seja, a família possui concessão de uso por 99 anos. Mas o abandono tumular costuma acontecer bem antes disso, hoje a conservação de muitos túmulos perpétuos se dá por ações de reconhecimento que aquele túmulo é uma representação do passado coletivo e não como memória individual. Desta forma, o “túmulo do paraquedista” permanecerá por ser reconhecido como documento do passado, por ser lugar de representação de uma memória coletiva.

Se identidade, memória e patrimônio são “as três palavras-chave da consciência contemporânea” – poderíamos, alias, reduzir a duas se admitimos que o patrimônio é uma dimensão da memória -, é a memória, podemos afirmar que vem fortalecer a identidade, tanto no nível individual quando no coletivo: assim, restituir a memória desaparecida de uma pessoa é restituir sua identidade. (CANDAUI, 2011, p. 16)

O empenho de Scepaniuk em edificar o seu túmulo em vida, tornou possível que a memória coletiva sobre sua pessoa ampliar-se. Pois, como indivíduo, Scepaniuk estava presente na memória coletiva de alguns membros do Exército e de alguns paraquedistas. Ao assumir que não queria ser facilmente esquecido, e visitar ao espaço cemiterial para acompanhar as obras do túmulo, passou a estar na memória de muitas outras pessoas que passaram a conhecê-lo pessoalmente e a sua história de vida. É provável que o túmulo perpétuo de Scepaniuk leve menos tempo do que as três gerações para ser considerado abandonado, porém ele já era

considerado um lugar de memória, ocupou parte da memória coletiva, antes mesmo de seu falecimento.

Tratar o cemitério como um lugar de memória e representação de identidades, um patrimônio, fará com que este indivíduo e tanto outros que ali tem suas identidades gravadas de forma majestosa, ou não, passem de desconhecidos entre os grandes círculos sociais, para parte de uma mesma reflexão sobre a sociedade de Porto Alegre e suas construções identitárias. Mas, para que isso aconteça, é necessário que os administradores do espaço reconheçam que a preservação desses túmulos e outros são fundamentais para a manutenção da identidade da cidade. Uma forma de isso acontecer é levar para círculos mais afastados do âmbito acadêmico o conhecimento da existência de lugares de memória espalhados pela cidade e que dentre eles está os cemitérios.

Referências

- ARAUJO, Thiago Nicolau de. *O que amamos não esquecemos: cemitérios, finitude, teologia*. Portugal: Ed. Chiado, 2016.
- CANDAU, Joel. *Memória e Identidade*, São Paulo, Contexto, 2011. p. 15-20;
- CASTRO, Elisiana Trilha. *O patrimônio Cultural Funerário Catarinense*. Florianópolis: FCC Edições, 2017.
- CATROGA, Fernando. Memória e história. In: Pesavento, Sandra Jatahy (org.). *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: ED. Universidade/UFRGS, 2001. p.43-69.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vertice, 1990.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). *Anais do Museu Paulista*. Nova série, nº 1, 1993, p. 207-222. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5282>.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PESAVENTO. Sandra Jatahy. *Cidade, espaço e tempo*: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio V. II, nº4. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Ago/Dez 2005, p. 9-17.

SCEPANIUK, Casemiro. Depoimento concedido em dia 14 de janeiro de 2010. Laboratório de História Oral do CHC Santa Casa.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz T. (org.) *Identidade e Diferença*. A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2008. p.73-102.

Instituto Geobiológico La Salle e sua coleção especial: preservação e reconstrução da sua memória

Lizandra Veleda Arabidian¹

Este trabalho faz parte do projeto de tese proposto no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais e tem como objetivo refletir sobre o papel da coleção especial do Instituto Geobiológico La Salle na reconstrução de memórias, além de contribuir para a melhor conservação dos acervos que se constituem em patrimônio histórico, através da difusão de informações que enfatizem a importância da conservação como principal forma de preservar a memória. Os teóricos que discutem conceitos de memória, de cultura e de identidade serão abordados, e tais referências irão colaborar para a compreensão do assunto em foco, levando-nos a refletir a respeito do valor social da biblioteca universitária como espaço de memória.

A reconstrução da memória do Instituto Geobiológico La Salle, através do seu acervo especial, constituído pelo conhecimento individual e coletivo produzido ao longo dos anos pelos pesquisadores que integraram o Instituto, se cristaliza no tempo e no espaço através do estudo proposto, aliando a preservação documental como elemento fundamental para a

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais/UNILASALLE - e-mail: lize1092@gmail.com - Orientadora: Cristina Vargas Cademartori - Coorientadora: Anelise Beneduzzi da Silveira.

conservação desse patrimônio cultural, científico e institucional da Unilasalle.

Neste sentido, a Biblioteca como “espaço de memória” se encontra caracterizada demograficamente pelos produtores e pesquisadores de conhecimento; funcionalmente pela preservação científica de seu patrimônio cultural, pela divulgação e pela transmissão de novos conhecimentos; e simbolicamente, construída a partir de vivências e experiências ocorridas no passado. A reunião desses produtos de informação transforma-se em “estoques da informação”, e “é nesse momento que se formam as memórias documentárias, consideradas construção simbólica do conhecimento”. (DODEBEI, 2009, p. 257).

Araújo (2010) cita que museus, bibliotecas e arquivos sempre existiram com o intuito de preservar a cultura da humanidade, enfatizando que “a origem das bibliotecas e arquivos é comumente relacionada à origem da passagem da oralidade para a escrita, e a dos museus associada ao colecionismo que marcou as grandes civilizações da Antiguidade” (ARAÚJO, 2010, p. 177).

A palavra “memória” remete a outro termo, “passado”, e isso confirma a ideia de que tudo que é memória está ligado a algo já ocorrido, se distinguindo do presente e, ao mesmo tempo, o complementando; ela é um dos caminhos para conhecer o acontecido, levando em conta que através das lembranças se recupera o que já passou, se distingue o ontem do hoje, confirmando a existência de um passado.

Para Nora, esses locais de memória existem e surgem do sentimento de que não há mais “memória espontânea”, de que é preciso criar e manter espaços de memórias: arquivos, bibliotecas, museus, entre outros, para que possamos rememorar o passado, construir o presente e projetar o futuro.

Cultura, memória e identidade

A cultura, para Halbwachs (2006), significa o conteúdo das imagens, o conteúdo do que condiciona, do que nos torna socializáveis e compartilhantes entre os nossos. É o fluido que é transmitido pela memória, pela linha do tempo, que sobrevive de geração para geração em tempos e espaços que parecem vários, mas que podem ser apenas um.

Para Hall (2006), a identidade está profundamente envolvida no processo de relações espaço-tempo e no interior de diferentes sistemas de representação. Elas têm efeitos profundos sobre a forma como as identidades são localizadas e representadas de modo que todas as identidades estão localizadas no espaço e no tempo simbólico.

Assim como é complicado tratar de forma separada a memória individual e a memória coletiva, Nora (1993) trabalha a relação entre memória e identidade social, e no tratar essa relação não é possível separar esses elementos. Então, quando se trata de memória, nos remetemos a questões de identidade, e quando se trata de identidade, isso também irá nos remeter a questões de memória.

Halbwachs (2006) afirma que a memória sempre terá relação com o espaço, porque toda construção memorial se dará num determinado espaço, que é o espaço do grupo de pertencimento. Espaço, lembrança, memória, identidade sempre vão estar relacionados. Halbwachs entendia que no grupo havia uma construção de identidade que é homogênea, mas há disputas dentro de um grupo e alguém vai se sentir guardião da memória. Quando se trabalha com memória, se constitui de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade, de organização. Quando um grupo se reorganiza, se reorganizam as memórias também, por isso que é flutuante.

O conceito de patrimônio cultural compreende todos os bens, materiais e imateriais, naturais ou construídos, que o ser

humano possa acumular e transmitir às futuras gerações, e a sua destruição resulta na destruição da memória, o que, por sua vez, resulta em sérios problemas para a identidade do grupo afetado. Pollak (1989) afirma que isso acontece devido ao fato de que a memória constitui o sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, visto que ela é um fator extremamente importante de continuidade e de coerência de pessoas ou grupos na reconstrução de si. Halbwach (2006) afirma que as memórias individuais sustentam-se na memória coletiva e histórica, abrangendo elementos mais vastos do que a memória constituída pelo indivíduo e seu grupo.

A preservação documental

Os acervos documentais em geral são constituídos de livros, mapas, fotografias, revistas, jornais e materiais digitais, manuscritos que utilizam, em grande parte, o papel como suporte, tintas e colas das mais diversas composições. De acordo com Choay (2001, p. 29), a constituição do patrimônio passou pela “fusão de fragmentos, a princípio chamados de antiguidades, depois de monumentos históricos”. Poderíamos considerar que obras raras são patrimônios, uma vez que transmitem informações construídas em um tempo passado para o presente, aproximando diferentes períodos da história e possibilitando seu estudo e compreensão. Ainda, podem ser vistas como obras de arte, uma vez que possuem uma conotação simbólica a ser preservada e trazem a arte característica da época de sua fabricação.

Conforme Batista (2012), o bibliotecário trabalha o tempo inteiro com a memória, seja ela científica, artística ou literária, pois a leitura é o seu instrumento de trabalho. “Lendo, ele classifica, codifica, indexa, atribui descritores, e tais dados serão os indicadores para consultas aos índices das bibliotecas e de outros locais de atuação do bibliotecário, tanto em formato eletrônico como em papel.” (BATISTA, 2012, p.17).

Quando se fala em acervos, sejam eles bibliográficos, museográficos ou arquivísticos, se remete à memória científica, técnica e histórica de uma comunidade. Os acervos servem de apoio à pesquisa para a comunidade em geral, portanto, sua preservação implica em uma tarefa que objetiva o bem comum.

O Instituto Geobiológico

O Instituto Geobiológico La Salle de Canoas/RS foi criado pela Sociedade Porvir Científico (Irmãos Lassalistas) em 30 de janeiro de 1949, presidida pelo Irmão Gioachino, com a finalidade de ser um Centro de Estudos e Pesquisas do Rio Grande do Sul e regiões limítrofes. Dirigido pelo Irmão Teodoro Luís, um grande cientista que veio para o Instituto São José, na época, para criar os cursos superiores e fundar o Instituto Geobiológico. Constituindo-se em uma realização científica do Irmão Teodoro Luis (Prof. Ramón de Peñafort Mallagarriga y Heras), a criação do Instituto foi um marco, honrando sobremaneira a obra educacional lassalista no Brasil, projetando-a dentro e fora de suas fronteiras. Compunha-se pelos seguintes departamentos, com seus diretores e respectivas equipes: Mineralogia, Petrografia, Geologia, Paleontologia, Vegetais Inferiores, Embriófitas, Invertebrados, Vertebrados, Sinecologia, Mesologia, Ecologia Vegetal, Fitogeografia, Geozoologia, Geoantropologia e por uma Secretaria de Intercâmbio Cultural.

Restabelecer as pesquisas e os estudos empreendidos pelo Instituto Geobiológico La Salle é, de certa forma, resgatar um patrimônio científico e honrar as instituições e pessoas que auxiliaram e construíram a história do Instituto, enviando suas contribuições e enriquecendo o acervo bibliográfico da Biblioteca.

O acervo “Coleções Especiais” da Biblioteca Central da Unilasalle

Conforme Young (1988), coleção especial é definida como coleção de material de biblioteca separada da coleção geral pela sua forma, tema, período, zona geográfica, raridade, fragilidade ou valor.

O acervo da Seção de Coleções Especiais da Biblioteca La Salle é constituído, em sua maioria, de doações de materiais oriundos de coleções particulares, que estão separadas fisicamente no acervo, cada uma recebendo uma sigla. A do Instituto Geobiológico (GEO) é composta por obras que fizeram parte do acervo do antigo Instituto Geobiológico do La Salle, contemplando as áreas de Geociências, Biologia, Botânica, Zoologia e Agricultura, e servirá como base para a reconstrução da sua memória, aliado à preservação desse acervo específico.

Metodologia

Esta pesquisa classifica-se, segundo sua finalidade, como pesquisa social aplicada (CNPq), e conforme Richardson (1999), “é o expandir do desenvolvimento humano, é conhecer a realidade, é obter conhecimento objetivando buscar soluções para sanar problemas específicos e produzir teorias”. Portanto, pode ser considerada, ainda, como uma pesquisa de caráter exploratório-descritivo, pois, de acordo com Gil (2010), tem como foco explicar e aprimorar concepções a partir de levantamento bibliográfico, análise de fatos que auxiliem a compreensão e descrevam características que possam estabelecer relações entre variáveis.

O objeto de estudo do presente projeto versa sobre a relação do papel das instituições na guarda de memórias e na preservação, formulação de propostas viáveis e pragmáticas para a melhoria das condições físicas, tendo como fim maior a memória social e preservação do patrimônio cultural. Para a verificação das condições ambientais do local do acervo, serão realizadas coletas para análise dos microrganismos encontrados nesse ambiente. A instalação de um aparelho de medição da temperatura e umidade

nas sala das “Coleções Especiais” será outra etapa para registrar os dados, com o intuito de avaliar se as condições ambientais estão de acordo com a literatura estudada.

Considerações

Quando falamos em acervos, sejam eles bibliográficos, museográficos ou arquivísticos, nos remetemos à memória científica, técnica e histórica de uma comunidade, servindo de apoio à pesquisa para a comunidade em geral. Portanto, sua preservação consiste em uma tarefa que tem por objetivo contribuir para o bem comum.

As discussões apresentadas têm o intuito de refletir sobre a função social da Biblioteca Universitária enquanto espaço de memória, preservação e difusão do conhecimento. Os conceitos de memória, cultura e identidade possibilitaram uma melhor compreensão da temática abordada. O assunto tratado tem o intuito de ressaltar a função social da biblioteca universitária como espaço de memória, bem como contribuir para a preservação da cultura e identidade da sociedade.

Referências

- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Ciência da Informação como campo integrador para as áreas de biblioteconomia, arquivologia e museologia. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 15, n.1, p. 173-189, jun./jul. 2010. Disponível em: <file:///home/chronos/u-e4a9f2a21f4423ada89bdc9baabc907fe6995d57/Downloads/4744-23580-4-PB.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2017.
- BATISTA, Aline Herbstrith. **Conceitos e critérios para a qualificação de Obras Raras da Biblioteca de Direito da Universidade Federal de Pelotas**. Dissertação (Mestrado). Pelotas, UFPEL, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ufpel.edu.br/bitstream/123456789/1032/1/Aline_Herbstrith_Batista_Dissertacao.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2017.

BOLETIM INFORMATIVO DO INSTITUTO GEOBIOLÓGICO “LA SALLE”. Canoas, n. 10, dezembro de 1991.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação liberdade/UNESP, 2001.

COMPAGNONI, Ivo Carlos. **História dos irmãos lassalistas no Brasil**. Canoas, RS: La Salle, 1980. 496 p. (Coleção religiosos no Brasil ; 5).

DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. O sentido e o significado de documento para a memória social. 1997. 170f. **Tese** (Doutorado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Porto Alegre, 1997.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo. Atlas, 2010.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 1990. Disponível em: <https://ava.unilasalle.edu.br/pluginfile.php/53450/mod_resource/content/1/Mem%C3%B3ria%20coletiva.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2017.

_____. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo, n.10, 1993. p. 7-29. Disponível em: <<file:///home/chronos/u-e4a9f2a21f4423ada89bdc9baabc907fe6995d57/Downloads/12101-29004-1-SM.PDF>>. Acesso em: 9 ago. 2017.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos** – Revista da Associação de Pesquisa e Documentação Histórica, v. 3, n. 2, 1989, p. 3-15. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2017.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo. Atlas, 1999. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/226198537/01->

Richardson-Pesquisa-Social-MCtodos-e-TCcnicas-pdf-PdfCompressor-643562>. Acesso em: 14 jul. 2017.

YOUNG, Heartsill (Org.). **Glossário ALA de bibliotecología y ciencias de la informacion**. Madrid: Díaz de Santos, 1988.

Territórios negros em Tramandaí: religiosidades e educação das relações étnico-raciais

Dandara Rodrigues Dorneles¹

O mapeamento e estudo dos espaços públicos e privados frequentados, apropriados e constituídos pela população negra da cidade de Tramandaí, ao longo de sua história, é importante enquanto atitude de reconhecimento, positividade e visibilização da história e da cultura afro-brasileira. Essa atitude implica criar materiais pedagógicos e espaços de discussão referentes à Educação das Relações Étnico-Raciais (BRASIL, 2004) e, no caso desse trabalho, foi instigada pela realização do Curso de Formação “Territórios Negros: Patrimônios afro-brasileiros em Porto Alegre”², ação extensionista realizada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, através do Laboratório de Ensino de História e Educação.

É fundamental o conhecimento dos territórios negros de qualquer espaço urbano, para o desenvolvimento de uma educação antirracista e para o fortalecimento da aplicação das *Diretrizes*

¹ Mestranda em Educação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

E-mail: dandararodrigues.d@gmail.com. Orientação: Carla Beatriz Meinerz -Doutora em Educação.

² A ação seleciona os cursistas através de Edital público. Realiza-se de forma presencial e com atividades a distância (plataforma moodle) simultaneamente, concluindo-se com a construção de materiais pedagógicos a partir da experiência dos cursistas. Promove o debate em torno da questão das territorialidades negras em toda a cidade de Porto Alegre e, assim, possibilitou aos extensionistas que refletissem em suas comunidades sobre esses espaços, posteriormente criando mapas, jogos, sequências didáticas e fôlderes com percursos dos territórios negros nas suas comunidades.

Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Tal projeto social e educativo deve ser implementado através de uma associação entre os próprios ambientes escolares e os espaços que a população afro-brasileira ocupa e transforma através dos anos. A compreensão dos percursos traçados por esta parcela da nossa população torna reconhecíveis as estratégias e as circunstâncias que determinaram o posterior desenvolvimento das relações étnicas em nossa cidade e demonstra, através da ocupação dos espaços, as dinâmicas sociais que conformaram o racismo e as possibilidades de sua superação através de políticas de ação afirmativas e de políticas públicas de Estado.

Seguimos apresentando algumas características do município de Tramandaí e de alguns de seus territórios negros.

Territórios negros em Tramandaí: aspectos teóricos e metodológicos

O município de Tramandaí, localizado no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, distancia-se cerca de 118km da Capital Porto Alegre, Rio Grande do Sul (RS). Fundada em 24 de setembro de 1965 (52 anos), a cidade possui uma extensão de 144.408 km², com 41.585 mil habitantes³.

Em 1725, tem-se um dos primeiros relatos da presença negra no Litoral Gaúcho na região que hoje pertence a Tramandaí, através da Expedição de João de Magalhães. A expedição, saída de Laguna - Santa Catarina, teria sido organizada com a finalidade de explorar e povoar o atual Estado do Rio Grande do Sul. O séquito do lusitano João de Magalhães composto de 31 pessoas, era formado, em maior parte, por negros escravizados. Após isso, relata-se que na medida que foram ocorrendo na segunda metade do século XVIII concessões

³ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Brasil em Síntese. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/tramandai/panorama> >. Acesso em: 21 set. 2017.

de terras na região, os colonizadores lusitanos traziam consigo trabalhadores negros escravizados (MAESTRI, 1993). Hoje, Tramandaí conta com uma população de 11,31% de negros (pretos e pardos) segundo IBGE⁴.

De acordo com Soares e Purper (1985) em estudos realizados através de pesquisa bibliográfica e entrevistas com moradores locais, as principais etnias que contribuíram para a formação do povoado em Tramandaí foram indígena, portuguesa e alemã. No entanto, destaca-se a valorização, identificação e divulgação da cultura açoriana no município. A cidade possui pontos de valorização dessa cultura, como é o caso do Museu Histórico Municipal Profa. Abrilina Hoffmeister com a “Sala Açoriana”. Os espaços e marcos culturais de valorização da presença e contribuição histórica das populações indígenas e negras na cidade, permanecem invisibilizados e pouco estudados, reconhecidos e divulgados. O presente trabalho, no entanto, demonstra o vigor da existência desses territórios, destacando que são majoritariamente marcos religiosos. A presença desses locais de memória e patrimônio demonstram a resistência cultural das populações africanas diaspóricas, no caso do Brasil, aquelas que se colocaram em movimentos de migração forçada por motivos de escravização resultante da colonização portuguesa (MACEDO, 2016).

Os territórios negros, como espaços físicos e simbólicos representativos da presença negra, de comunidades, de segmentos ou grupos de origem africana apresentam-se espacialmente bem demarcados em quilombos, centros religiosos, monumentos históricos, bares, esquinas, associações, clubes negros, etc. Ainda, os territórios negros além de estabelecerem processos de evocação de lugares da memória coletiva da presença negra, constituem-se também como espaço de resistência cultural e política (BITTENCOURT JR., 2010).

⁴ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Censo Demográfico 2010. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1489>>. Acesso em: 21 set. 2017.

A fim de realizar um levantamento dos territórios negros na cidade de Tramandaí, foram realizadas pesquisas através da rede social *Facebook*, da plataforma *YouTube*, *sites* de busca, além de visitas em locais indicados através de conversas informais com a população e conhecidos *a priori*.

Visando ilustrar os territórios de pertencimento negro identificados em Tramandaí foi elaborado um mapa local. Para isso, após a identificação e confirmação das localidades, as coordenadas geográficas foram tomadas no programa *Google Earth* e processadas no sistema de informação geográfica *ArcGIS*. Devido às recentes construções civis, nomes de ruas e bairros, o Distrito de Nova Tramandaí não foi incluído no levantamento, pois a falta de informações espaciais impede a identificação e mapeamento dos locais.

Resultados parciais: religiosidades afro-brasileiras e EREER

Foram localizados trinta e oito (38) territórios negros na cidade de Tramandaí. Destes, 27 são terreiros de religiões afro-brasileiras; 6 são estabelecimentos comerciais para a venda de ervas, plantas e produtos afro-religiosos denominados “*Floras*”; 2 constituem de associações e sociedades afro-religiosas; e 1 território trata-se de um monumento em homenagem à Iemanjá. Os nomes e localidades específicas dos territórios foram preservados uma vez que não possuímos autorização nem intenção de divulgá-los.

As religiões afro-brasileiras praticadas nos 27 terreiros identificados são Batuque, Quimbanda e Umbanda; todas, com notória expressividade no RS. Nenhum terreiro de Candomblé foi identificado.

Observa-se que os territórios negros identificados em Tramandaí são majoritariamente vinculados com a religiosidade afro-brasileira. A exceção pode estar, ou não, nas “*Floras*”, devido a esses estabelecimentos também comerciarem outros produtos

comuns a Cultura Negra que necessariamente não precisam ser relacionados com a religiosidade afro-brasileira.

Apesar de até então não terem sido identificados espaços culturais e recreativos, como grupos, clubes negros, etc., Tramandaí possui um considerável número de terreiros que além de espaços religiosos constituem-se também como espaços culturais e educativos de vivência comunitária. Soares e Purper (1985) identificaram no município apenas 2 terreiros umbandistas. No presente estudo, ainda que preliminar, identificamos e mapeamos uma quantidade expressivamente maior de terreiros e outras formas religiosas além da Umbanda.

Além disso, anualmente o município recebe milhares de afro-religiosos de outras cidades do Estado para a Festa de Iemanjá junto ao seu monumento, aqui identificado como um Território Negro. A Festa movimenta a cidade principalmente durante o final do mês de janeiro e início de fevereiro, incluindo nesses dias, a “Feira de Ritos Afro-brasileiros” na Av. Beira Mar, também junto ao Monumento de Iemanjá. Na véspera do dia 02 de fevereiro e nos dias seguintes da semana, ocorrem as homenagens não somente junto ao monumento, mas também ao longo da orla das praias de Tramandaí e cidades vizinhas. Nesse instante, destaca-se a territorialidade (ação sobre o território) que se faz presente nas praias do município e região.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004), visa-se políticas de reparação, de reconhecimento e valorização da história, cultura e identidade da população afrodescendente, para que tais medidas se concretizem em iniciativas de combate ao racismo e discriminações. Neste sentido, os Territórios Negros identificados em Tramandaí mostram seu potencial para a Educação das Relações étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; uma vez que: constituem-se como referenciais espaciais da Cultura Negra na cidade, conduzem ao aprendizado a partir do patrimônio cultural

afro-brasileiro visando preservá-lo e a difundi-lo, enquadra-se para tratar em perspectiva positiva a história da ancestralidade e religiosidade africana, adequa-se para orientar o rompimento com imagens negativas contra negros e afro-religiosos, entre outros.

Além disso, a religiosidade afro-brasileira expõe outra possibilidade de articulação das diferenças étnico-raciais. O encontro das diferenças não se daria de forma arborescente, mas rizomática. Compreendendo por rizomático “uma encruzilhada como ponto de encontro de diferentes caminhos que não se fundem em uma unidade, mas seguem como pluralidades” (ANJOS, 2008, p. 80). Nessa lógica, a filosofia política da religiosidade afro-brasileira no lugar de dissolver as diferenças conectaria o diferente ao diferente deixando as diferenças subsistirem enquanto tal (ANJOS, 2008). Assim, os territórios negros identificados majoritariamente afro-religiosos, possuem também um importante potencial educativo para ensinar na perspectiva da diferença e atingir as diretrizes curriculares nacionais em questão, onde a lógica da religiosidade afro-brasileira, diferente das cosmovisões ocidentais, constituem-se como uma das maiores expressões de filosofia das diferenças.

Referências bibliográficas

- ANJOS, J. C. DOS. A filosofia política da religiosidade Afro-Brasileira Como Patrimônio Cultural Africano. *Debates do NER*, v. 9, n. jan/jun, p. 77-96, 2008.
- BITTENCOURT JR., I. C. Territorialidade negra urbana: a evocação da presença, da resistência cultural, política e da memória dos negros, em Porto Alegre, delimitando espaços sociais contemporâneos. In: POSSAMAI, Zita Rosane (Org.). *Leituras da cidade*. Porto Alegre: Evangraf, 2010. p. 129-160.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP n. 003/2004 de 10 de março de 2004. Diretrizes *Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 maio 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Brasil em Síntese. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/tramandai/panorama> >. Acesso em: 21 set. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Censo Demográfico 2010. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1489> >. Acesso em: 21 set. 2017.

MACEDO, J. R. Entendendo a diáspora africana no Brasil. In: FERNANDES, Evandro et al. (Orgs.). *Da África aos indígenas do Brasil: caminhos para o estudo de história e cultura afro-brasileira e indígena*. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

MAESTRI, Mário. *O escravo gaúcho: resistência e trabalho*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1993.

SOARES, Leda Saraiva; PURPER, Sonia. *Tramandaí terra e gente*. Porto Alegre: Assessoria Gráfica e Editorial Ltda, 1985.

Memória identitária afro-brasileira na poesia de Ana Cruz e Conceição Evaristo

Emilene Corrêa Souza¹

Ao evocar os velhos arquivos da memória, a partir de lugares, cantos, ritos e palavras, bem como a lembrança do mar e da África, remetemo-nos a tempos distantes presentes na vida dos afro-brasileiros. Imagens como as do navio negreiro, do tronco de açoite e do trabalho escravo a que os negros foram submetidos revelam marcas atemporais fixadas na pele e na alma desses heróis. Heróis que, mesmo frente a todo tipo de repressão ao longo dos séculos, mantiveram-se firmes, pois pertenciam a um lugar e a um povo; tinham uma origem.

A emergência de recompor a identidade, seja ela individual ou coletiva, implica uma busca. O encontro com as origens, baseado na oralidade e na memória ancestral, colabora para o descobrimento do ser humano como indivíduo pertencente a um grupo social. Ao analisar o passado, revelado por gerações anteriores, toma-se consciência da história e de suas consequências. Desse modo, “a construção da identidade social se converte em um processo de análise e síntese, pessoal e coletivo” (AMARO, 1997, p. 38).

Fatores como discriminação, preconceito e diferenças sociais por conta da cor de pele reforçam a identificação de afrodescendentes com experiências de vida relatadas sobre o período da escravidão por seus ancestrais, demonstrando que “elos de continuidade com seus locais de origem continuam a existir”

¹ Mestre em Letras - Universidade Federal do Rio Grande do Sul- emilenecs@yahoo.com.br

(HALL, 2003, p. 65). O negro, na qualidade de “emigrante nu” (EVARISTO, 2004), por ter sido arrancado de sua terra natal, sem a possibilidade de levar consigo algo material, manteve preservada na memória sua história e sua cultura, vindo a transmiti-la às gerações futuras através da tradição oral.

Como forma de resistência e de denúncia a todo tipo de opressão causada aos negros no Brasil, surge na literatura uma “contrafala ao discurso oficial, ao discurso do poder” (EVARISTO, 2004, p. 3), a literatura afro-brasileira, desfazendo assim a visão estereotipada sobre o negro tido como exótico e inferior. Dentre os diferentes gêneros literários, é através da poesia que o sujeito enunciativo passa a representar as vozes desses marginalizados pela sociedade, sendo problematizados temas como memória, busca e afirmação identitária, preconceito e discriminação racial. Assim, comparado aos estudos históricos, antropológicos, sociológicos, entre outros, percebeu-se que a questão da “memória identitária” vem despertando cada vez mais interesse no meio acadêmico literário.

Com o avanço do discurso feminino, temas ligados a gênero e maternidade ganharam mais força na literatura universal e se fizeram presente também na literatura afro-brasileira. Dessa forma, compreendeu-se ser necessário um estudo mais aprofundado dessas questões do ponto de vista das mulheres. Por não ser possível a abrangência de todas as escritoras afro-brasileiras e suas obras neste estudo, julgou-se que Ana Cruz e Conceição Evaristo merecem atenção especial. Devido ao fato de terem um número significativo de publicações contínuas no âmbito da literatura afro-brasileira contemporânea, o presente trabalho analisou de duas obras: *Guardados da memória* (2008), de Ana Cruz, e *Poemas de recordação de outros movimentos* (2008), de Conceição Evaristo, restringindo-se ao exame dos poemas mais significativos de cada obra quanto ao tema aqui proposto.

A palavra poética é um modo de narração do mundo. Não só de narração, mas talvez, antes de tudo, de revelação do utópico desejo de construir um outro mundo. Pela poesia, inscrever-se, então, o que o mundo poderia ser. E, ao almejar um mundo outro, a poesia revela o seu descontentamento com uma ordem previamente estabelecida (EVARISTO, 2004, p. 2).

Além de ser um lugar de criação estética, entende-se que a poesia afro-brasileira atua como promotora da transmissão da memória entre diferentes gerações, contribuindo de forma significativa para o processo de construção identitária dos afrodescendentes. Lembranças inscritas no corpo e no espírito dos negros revelam lacunas na história escrita, possibilitando às novas gerações outra visão de mundo através de um processo de conscientização sobre o passado e das condições socialmente enfrentadas pelo negro no dia a dia.

Nas obras *Guardados da memória* (2008) e *Poemas de recordação de outros movimentos* (2008), observou-se que, ao expor os relatos ouvidos desde a infância por pessoas próximas, Ana Cruz e Conceição Evaristo demonstram a importância do gênero feminino e dos mais velhos na construção familiar. Esses vistos como símbolo de sabedoria e responsáveis por manter viva a memória ancestral na diáspora. De uma linguagem poética que, muitas vezes, confunde-se ao texto prosaico, as autoras exploram o resgate da memória para elucidar a influência da origem africana nas suas escritas. Ao propor que a história do negro no Brasil seja revisada, expõem um ponto de vista não tradicional, dialogando sobre o contexto da escravidão e da marginalidade social contemporânea.

Embora se percebam certas diferenças no estilo de linguagem empregado pelas autoras, a questão identitária e o cunho memorialístico de seus poemas as aproximam. Nesse sentido, ao utilizar como temática o sofrimento do negro, tanto na travessia do navio negreiro, quanto já em terras brasileiras, vivendo nas piores

condições possíveis, o sentimento de banzo aparece como forma de resgate da cultura e ancestralidade africana.

Elementos como o conhecimento apreendido pela transmissão da tradição ancestral dão a ideia de preenchimento ao indivíduo que se sente incompleto na contemporaneidade. Através da consciência de sua origem, o processo identitário do negro se constrói pela luta e pela resistência em fazer com que sua história passada permaneça viva, atestando seu orgulho de pertencer a esse coletivo étnico, e confrontando, assim, o silenciamento forçado ao negro durante séculos. Nesse contexto, a recuperação da tradição perdida ocorre como (re)ação defensiva desse grupo minoritário em oposição ao discurso hegemônico de outros grupos sociais.

Ao questionarmos por que a poesia, dentre os diferentes gêneros literários, atua como foco de resistência desse grupo, acredita-se que a cultura negra “abraçou” a poesia quando fez a transição da oralidade para a literatura, como consequência da própria tradição africana dos *griots*. Desse modo, a poesia aparece como forma de reação ao passado dos negros ocultado por séculos, agindo como forma de preservação da cultura e da memória, ao revelar fatos apagados pela história oficial, promovendo, então, a identificação social com discurso do negro.

Interessante perceber o comprometimento de Ana Cruz e Conceição Evaristo com a temática negra e a reconstrução memorialística a partir da diáspora. Ao denunciarem a desigualdade social vivida pelo afro-brasileiro, especialmente a dupla discriminação sofrida pela mulher negra ao longo dos séculos, as autoras demonstram um fazer poético com estilo próprio. Uma poesia com caráter autobiográfico, cujas experiências retratadas possibilitam a reflexão e a compreensão da realidade dos negros no Brasil. Uma vez que o passado não pode ser alterado, sendo possível um novo olhar para o presente e para o futuro.

Em *Guardados da memória* e *Poemas de recordação de outros movimentos*, observou-se uma forte presença do sincretismo religioso nos poemas de Ana Cruz e Conceição Evaristo. Em Minas

Gerais, local onde nasceram as autoras, há um enorme número de igrejas e um predomínio de seguidores da Igreja Católica, entretanto, se comparado ao restante do Brasil, esse catolicismo é diferenciado. Sendo um estado inicialmente ocupado por portugueses e escravos, a séria religiosidade do colonizador foi assimilada pelo negro, fazendo com que elementos advindos do catolicismo se confundissem com a tradição e cultura africana trazidas pelos escravos.

Nesse sentido, Cruz e Evaristo, ao utilizarem a religiosidade como tema, recriam passagens bíblicas como forma de expor a situação dos negros na diáspora. Sobre isso, percebem-se certas semelhanças entre a palavra “divina”, onde constam as “memórias da humanidade”, e a das autoras, no que diz respeito ao desejo de que a sociedade testemunhe e acredite no que está sendo dito, ou seja, quanto à desigualdade social cotidiana.

Portanto, compreende-se que as autoras assumem comprometimento etnográfico e político-social na poética afro-brasileira contemporânea, demonstrando uma literatura marcada pela valorização da negritude e pela “[...] permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido” (POLLACK, 1989, p. 7). Duas grandes escritoras mineiras de gerações distintas com uma preocupação em comum: traduzir em palavras os sentimentos de todo um povo subjugado ao longo dos séculos e propor a reflexão da sociedade para as desigualdades no mundo.

Referências

- ABDALA JUNIOR, Benjamin. *Fronteiras múltiplas, identidades plurais*: um ensaio sobre mestiçagem e hibridismo cultural. São Paulo: SENAC, 2002.
- AGOSTINHO, Santo. Livro décimo. In: _____. *Confissões*; De magistro (do mestre). São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 200-210.
- AMARO, Sarita Teresinha Alves. *Negros*: identidade, exclusão e direitos no Brasil. Porto Alegre: Tchê Editora, 1997.

BERGSON, Henri. *Matéria e memória*: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

_____. *Memória e vida*: textos escolhidos. Trad. Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BERND, Zilá. *Introdução à literatura negra*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988a.

_____. *Literatura e identidade nacional*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

_____. *Negritude e literatura na América Latina*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

_____. *O que é negritude*. São Paulo: Brasiliense, 1988b.

_____; SOUZA, Emilene Corrêa; CORRÊA JUNIOR, Plínio Carlos Souza. *Antologia de poesia afro-brasileira: 150 anos de consciência negra no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza, 2011.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998. p. 19-42; 70-104.

CRUZ, Ana. *Guardados da memória*. Niterói: edição da autora, 2008.

EVARISTO, Conceição. *Poemas da recordação de outros movimentos*. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

2006)

_____. *Nossa escrevivência*. Disponível em: <<http://nossaescrevivencia.blogspot.com.br/>>.

_____. *Literatura negra: uma voz quilombola na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: UFF, 2004. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/aladaa/evaris.rtf>>. Acesso em: 13 set. 2013.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006. p. 29-70; p. 71-111.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____. A questão multicultural. In: _____. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Trad. Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: UFMG / Brasília: UNESCO, 2003. p. 51-100.

IZQUEIRO, Iván. *Questões sobre memória*. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: _____. *História e memória*. 5. ed. Trad. Bernardo Leitão et al. Campinas: UNICAMP, 2003. p. 419-471.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, abr. 1993. p. 7-28.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992. p. 200-215. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>. Acesso em: 02 nov. 2013.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2013.

RICOEUR, Paul. Memória pessoal, memória coletiva. In: _____. *A Memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alan François et al. Campinas: UNICAMP, 2007. p. 105-142.

Irmãos em fé: devoção, autonomia e sociabilidades. Perfis dos membros da Irmandade de N. Sra. do Rosário dos Pretos de Cachoeira na segunda década do Oitocentos (1812-1820)

Henrique Melati Pacheco¹

O presente trabalho vem a somar com o projeto de pesquisa: “Sob as Bênçãos do Rosário e São Benedito: Ações políticas, identidades, sociabilidades e as artes da resistência (as irmandades de pretos de São Leopoldo e Cachoeira - RS)”, e foca a Irmandade de N. Sra. do Rosário dos Pretos de Cachoeira, durante a segunda década do século XIX. Porém, antes de atermo-nos ao *lôcus* e período deste recorte, proponho redimensionarmo-nos ao momento no qual tivemos o primeiro contato com as fontes primárias que constituem essa mostra e dialogar um pouco sobre os objetivos deste trabalho.

Cachoeira do Sul, meados de setembro de 2014. O professor Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira, após ser recebido de forma agradável e competente pelo corpo de funcionários do Museu Municipal de Cachoeira do Sul:

Pus-me a visitar o museu, encontrando como referências da escravidão alguns instrumentos de tortura e controle. Repentinamente me senti atraído por uma cristaleira, onde em seu

¹ Graduando em História bolsista IC UNIBIC - Universidade do Vale do Rio do Sinos - contatomelati@live.com. Orientador: Paulo Roberto Staudt Moreira - Pós-Doutor em História do Brasil

interior visualizei um velho códice, acomodado em um apoio de madeira. Na capa do mesmo, uma anotação manuscrita dizia: ‘Livro 1º das Atas da Irmandade do Rosário’ [...] A ênfase expográfica dada aos instrumentos de tortura do período escravista se contrapunha a certa discrição com que aquele documento da irmandade dos Pretos era exposto. Ambos os documentos – os instrumentos de suplício e o livro da Irmandade – versavam sobre o mesmo período histórico, mas com ênfases bastante diferenciadas. (MOREIRA, 2017. P.118)

Este breve relato ajuda-nos a pensar: 1º) quais signos estão sendo transmitidos através dos espaços de memória, sobre as irmandades negras de devoção a N. Sra. do Rosário? 2º) o que podemos apreender dos códices desta irmandade negra de Cachoeira?

Metodologia e fontes

Partimos do códice: “*Livro para entrada de irmãos na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Freguesia da Cachoeira (1812/1846)*”, no qual constam qualificações, nomes dos irmãos ingressos, cargos ocupados na irmandade, registros dos pagamentos de anuidade e em alguns casos, observações referentes à assistência social e amparo espiritual.

Tendo em vista as dificuldades de acesso aos livros e a riqueza das informações neles contidas², optamos, para essa mostra, por um curto recorte de tempo (oito anos), para fins de investigar com maior minúcia e otimizar a análise, rastreando as preferências organizacionais dessa associação.³ A mesa dirigente da Irmandade de N. Sra. do Rosário dos Pretos de Cachoeira, em

² “Os livros de assento ou de entrada de irmãos se constituem em documentos raros e preciosos. Mantidos sempre sob a guarda da própria irmandade, não se tem notícias de cópias enviadas as autoridades, como ocorria com os compromissos – o que explica, em parte, a raridade deste tipo de fonte”. (REGINALDO, 2005, p. 196)

³ Para isso, levamos em consideração nas análises aplicadas, os signos sociais destes sujeitos, bem como, as divisões de gênero e outras características dos devotos.

ata de 21.12.1853, faz menção ao livro:

No dia da festa da mesma Senhora, e nas noites de novenas (quando as houver), deverá estar em um dos lados da porta da entrada uma mesa com os competentes livros dos nomes dos Irmãos, com o Escrivão (ou quem suas vezes fizer), não só para receber as esmolas que quiserem outorgar os fiéis, como para cobrar os anuais, pois é sabido que muitas pessoas que são Irmãos deixam de pagar por não poderem comparecer na véspera, como até agora tem sido uso, e ao depois não terem ocasião oportuna por ignorarem a morada do Tesoureiro.

Esta interessante menção possibilita-nos imaginar momentos nos quais o códice era redigido, mesmo em meio a festas e encontros litúrgicos. Aproveitando esses momentos de mais intensa sociabilidade devocional, os irmãos intensificavam a cobrança e registravam os recursos que entravam dos irmãos. Aproveitar tais momentos cerimoniais era uma estratégia usada para cobrar os irmãos que enfrentavam problemas em quitar os anuais devido às dificuldades de mobilidade. Isso faz-nos pensar que parte dos irmãos não moravam no espaço urbano, vindo nestes momentos especiais das áreas rurais do município.

Feitas estas considerações, cabe-nos uma questão: Quem eram os membros da Irmandade de N. Sra. do Rosário dos Pretos de Cachoeira? É com esta pergunta que mudamos de *escala* (REVEL, 1998 IN MATHEUS, p.27) e passamos para o *lócus* e período estudados, sem esquecer que: “O estudo no ‘micro’ de problemas gerais permite a formulação de perguntas e respostas. Municiados destas, o historiador pode analisar outros contextos que viveram, em tese, o mesmo processo gerador”. (FRAGOSO, 2005, In: MATHEUS, 2016, p 25). As devoções negras a N. Sra. do Rosário, segundo Marina de Mello e Souza (2002: p. 162): “Foi um dos padrões sociais comuns à vasta região que constituiu o universo de relações escravistas e coloniais em torno do Oceano Atlântico”, tornando a questão referida como uma possível

formulação-geral.

Resultados Parciais

A Irmandade de N. Sra. do Rosário dos Pretos da Cachoeira, sob a tríade associativismo-devoção-identidade (MOREIRA, 2017 p.125), fora uma associação afro-católica⁴ leiga que congregou, majoritariamente, a comunidade negra local, urbana e rural. Mulheres e homens, africanos e brasileiros, tanto livres, forros e escravizados, crianças, adultos e idosos.

Essa irmandade era administrada pelos devotos através de um compromisso redigido em 1813, confirmado por Carta Régia em 04.08.1820 e aprovado por provisão episcopal em 13.10.1824. Neste documento, ainda não localizado, estabeleciam-se os objetivos, direitos e deveres dos seus membros e a forma como a associação seria administrada. A associação elegia anualmente uma mesa com cargos diretivos, administrativos e devocionais⁵, estes prestavam serviços nas reuniões, celebrações e decisões da irmandade. Constituíam-se, assim, redes de sociabilidade e autonomia, a criação e reconhecimento de lideranças étnico religiosas, o estabelecimento de laços verticais e horizontais de parentesco espiritual e estratégias de agenciamento e resistência.

Os devotos de Nossa Senhora do Rosário reuniam-se na Igreja Matriz de N. Sra. da Conceição da Freguesia da Cachoeira, que, segundo censo de 1814, “detinha uma população de 31,90% de escravizados, 4,8% de livres, 55,60% de brancos e 5,2% de

⁴ “Segundo John Thornton, um conjunto de idéias religiosas semelhantes entre cristianismo e religiões africanas tendeu a aprofundar o processo de formação daquilo que o autor conceituou como “catolicismo africano”. Entre estas idéias semelhantes estaria a crença num “outro mundo” e na perspectiva de que este pudesse ser revelado.” (THORNTON, 1998 IN OLIVEIRA, 2006, p.66)

⁵ “É importante salientar que, embora a ocupação dos cargos nas irmandades fosse por eleição, esta, por sua vez, não assumia a feição de participação por sufrágio universal. Componentes da Mesa Administrativa eram indicados por grupos de pressão que se constituíam no interior das associações.” (OLIVEIRA, 2006: p.87)

indígenas.”⁶ (FAGUNDES, 2009 *apud* OLIVEIRA, 2013, p.69)

Evidencia-se forte presença negra em Cachoeira que, “deve ser compreendida como uma região de fronteira que tinha como aliada a sua posição geográfica às margens do rio Jacuí, com ligação direta à Lagoa dos Patos e, conseqüentemente, com o Porto de Rio Grande”. (FAGUNDES, 2009, p.23)

A irmandade de N. Sra. do Rosário dos Pretos de Cachoeira, pertenceu a um “movimento associativista negro” (VIANA, 2007, p.151), que constituiu espaços de autonomia e territorialidades negras de devoções fluídos. “Esses territórios são compostos da própria Igreja da Conceição e do consistório dos irmãos do Rosário ali existente e pelas ruas por onde circulavam as procissões”. (MOREIRA, 2016, p. 135)

Porém, não podemos homogeneizar a presença negra e as sociabilidades firmadas por esta⁷, afinal “Não há sociabilidades puramente recreativas ou exclusivamente profissionais, porque a vida social é o ponto de intersecção de lógicas múltiplas dos comportamentos dos atores sociais”. (BOSCHI, 1998, p. 354)

A partir dos registros do código analisado (1812-1820), 81 irmãos ingressaram na associação neste período⁸, destes: 57% estavam em condição de escravizados, 32% livres e 11% libertos. Somando 68% de irmãos evidentemente pertencentes a comunidade negra. Os irmãos registrados como livres (32%),

⁶ “Ao considerar essa fonte, deve-se estar ciente das suas possíveis incoerências, dado a dificuldade de se recensear uma população num ‘país’ de proporções continentais. A baixa escolaridade da época e os problemas de logística influenciaram na precisão dos dados”. (OLIVEIRA, 2013, p.38)

⁷ Ao usarmos a expressão “presença negra” não estamos querendo afirmar uma fictícia homogeneidade dada pela posição social e etnicidade. Sabemos, conforme salienta a historiadora Hebe Mattos, que as comunidades humanas, justamente em função de sua humanidade, são heterogêneas internamente em decorrência de uma série de questões e projetos pessoais e familiares. MATTOS, Hebe. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

⁸ Entre os anos de 1812 e 1820, foram registrados o ingresso de 54% homens e 46% mulheres. A equiparidade em termos de gênero, transborda-se também para os cargos ocupados por essas irmãs, registrados no livro cargos de Juíza e Rainha, demonstrando que a associação afro-católica de Cachoeira, não excluía as irmãs dos cargos administrativos e rituais. (SOARES, 2002; REGINALDO, 2005).

poderiam fazer parte de uma parcela da comunidade tida como “socialmente branca” ou ter feito parte da comunidade branca, já que: “Esses territórios da devoção afro-católica não eram exclusivamente negros (apesar da Irmandade ser reconhecida como de pretos)”. (MOREIRA, 2017, p. 137). Cargos da associação, como os de escrivão e tesoureiro: comumente ficavam nas mãos de indivíduos brancos, isto devido ao capital cultural necessário para ocupá-los (SCARANO, 1975, In: GRIGIO, 2013, p.177), evidenciando as múltiplas e por vezes díspares sociabilidades firmadas ali. Cabe, entretanto, apontar que justamente estes cargos eram cercados por séria vigilância pela irmandade, tendo que frequentemente prestar contas de suas atividades.

Dentre os anos de 1812 a 1820, a Freguesia de N. Sra. da Conceição da Cachoeira passava por renovações urbanísticas e administrativas, compactuando com Ênio Grigio que percebeu as irmandades como “um fenômeno essencialmente urbano, era necessária a criação de condições propícias para a fundação dessas associações, principalmente entre a população negra”. (GRIGIO, 2013, p.57)

A inauguração da Igreja Matriz em 1799 (RUBERT, 1994, p.103), aliada a um intenso fluxo migratório (FAGUNDES 2009; SÔNEGO 2011; OLIVEIRA 2013), pareceu ter sido satisfatória para estimular a criação da associação e, em 1812, um ano antes de ter sido feito o compromisso,⁹ já se reuniam 48 devotos do Rosário em Cachoeira.

Participar desta irmandade, porém, exigia diversas prerrogativas, e mais que isso, a dedicação constante para com o orago, seja na forma devocional, ou monetária. Este fato pode ter dificultado a permanência de muitos irmãos na Irmandade de Cachoeira. Registraram-se 12 membros, de um total de 81(14.8%),

⁹ Segundo Julita Scarano: “Existem dificuldades de estabelecer datas precisas da fundação das Irmandades do Rosário no Brasil, pois as datas dos compromissos não correspondem às da criação dessas associações, mas sim do momento em que se tornaram oficiais diante da Coroa e da Igreja.” (SCARANO, 1975, p. 48)

que pagaram a anuidade apenas uma vez. Não sabemos quantos desses, mesmos inadimplentes, continuaram a frequentar a irmandade, mas podemos imaginar as dificuldades que a população negra tinha em auto-financiar sua associação devocional.

Referências

BOSCHI, Caio Cesar. Os leigos e o poder: Irmandades leigas e política colonizadora nas Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986.

FORTES, Amyr Borges; WAGNER, João B. S. História Administrativa, judiciária e eclesiástica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Editora do Globo. 1963.

FAGUNDES, Rosicler Maria Righi. Esfaqueamento no Púlpito: O comércio e suas elites em São João da Cachoeira (1840-1850). São Leopoldo, PPGH/Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2009. [Tese de doutorado em História]

GRIGIO, Ênio. “No alvoroço da festa, não havia corrente de ferro que os prendesse, nem chibata que intimidasse”: A comunidade negra e sua Irmandade do Rosário (Santa Maria, 1873-1942). São Leopoldo, UNISINOS, 2016. [Tese de doutorado em história].

MATHEUS, Marcelo Santos. A produção da diferença: escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (Bagé, c.1820-1870). Rio de Janeiro, UFRJ, 2016. [Tese de doutorado em história].

MATTOS, Hebe. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

MOREIRA, Paulo Roberto Stadut, Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de Cachoeira: (in)visibilidade negra, devoção, memória e patrimônio Centros de documentação e arquivos: acervos, experiências e formação / Organizador José Antonio Moraes do Nascimento. 2. ed. – São Leopoldo: Oikos, 2017. p.113-139.

OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Devoção e identidades: significados do culto de Santo Elesbão e Santa Efigênia no Rio de Janeiro e nas Minas

Gerais no Setecentos. Topoi (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 7, n. 12, p. 60-115, jun. 2006.

OLIVEIRA, Renata Saldanha. Cativos Julgados: experiências sociais escravas de autonomia, sobrevivência e liberdade em Cachoeira do Sul, na segunda metade do século XIX. Santa Maria, PPGH/UFSM, 2013. [Dissertação de mestrado em história]

RUBERT, Arlindo. História da Igreja no Rio Grande do Sul. Volume II. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

SÔNEGO, Aline. “Sob a condição que continue em nossa companhia”: as décadas finais da escravidão e a transição para o trabalho livre em um município rio-grandense (Cachoeira, 1871/1889). Passo Fundo, PPGH/UPF, 2011. [Dissertação de mestrado].

VIANA, Larissa. O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América Portuguesa. Campinas, SP: UNICAMP, 2007.

A saga de Agotime - Maria Mineira Naê?

Passagens transculturais evidenciadas em um samba-enredo

Wenderson Pinto Farias¹

Os sambas-enredo confeccionados para embalar os desfiles das escolas de samba em todo Brasil são, cada vez mais, contributivos para as reflexões sobre a relação entre Memória e Transculturação, principalmente quando tratam da temática negritude.

Observamos, a partir desta constatação, o aspecto representativo da vida cotidiana, dos costumes, das tradições, da religiosidade, de revoluções e de guerras, ou seja, marcas importantes que permeiam esse gênero musical.

Nesse contexto, consequentemente, notamos a habilidade dos compositores em escolher personagens inspiradas em personalidades que fazem parte do mundo real. Eis que surge a figura da mulher negra, foco da análise empreitada por nós acerca do samba-enredo *A Saga de Agotime - Maria Mineira Naê*. Este é o *corpus* de análise cuja temática são os processos de transculturação.

¹ Mestrando em Memória Social e Bens Culturais - Universidade La Salle - wendersonpf2011@hotmail.com. Orientadora: Zilá Bernd, Doutora - Doutora em Letras.

Mulher, rainha e escrava: a força da transculturação libertadora

Este samba-enredo, *A Saga de Agotime - Maria Mineira Naê*, trata de uma poética de temática sobre a chegada do negro no Brasil na qual observamos o resgate da memória transatlântica e os imaginários de herança negra. Texto sobre a saga de Agotime, rainha africana, que foi trazida forçadamente e feita escrava no Brasil, onde fundou no Maranhão uma casa para agradar aos seus voduns, conhecida como "Casa das Minas".

A seguir, analisaremos o samba-enredo por partes para que tenhamos uma visão objetiva da relação entre memória e transculturação.

Maria Mineira Naê
Agotime no Clã de Daomé
E na luz de seus Voduns
Existia um ritual de fé

Final do século XVII e início do século XVIII, momento no Continente Africano repleto de guerras tribais em busca do poder. Por muitos anos essas tribos massificaram essas lutas sangrentas por conquista de novos territórios. Daomé, que era apenas uma cidade, se tornou um país por conta desses episódios na África; seus habitantes cultuavam voduns, influência da família real, um clã muito poderoso não só no aspecto religioso, mas também no econômico, político e cultural.

Nesse momento, reinava Agongolo e sua segunda esposa a rainha Agotime. Agongolo tinha dois filhos: Adandoza, filho do primeiro casamento e Gezo, nascido de Agotime. Momentos antes de sua morte, o rei alertado por uma previsão de Fá - o Senhor do destino, desconsiderou a sucessão natural ao trono, elegeu seu segundo filho, Gezo para sucedê-lo. Entretanto, Adandoza não

obedeceu às ordens do pai, assumiu o trono do rei após sua morte e Agotime tornou-se vítima de um governo tirânico e cruel.

Observamos nesses primeiros versos que está depositada na mulher, no caso Agotime, a representação da guardiã da religiosidade e o movimento de liderança que essa mulher assume diante de seu povo; a função maternal que dá e retoma a vida.

*Mas isolada no reino um dia
Escravizada por feitiçaria
Diz seu Vodum que o seu culto
Num novo renasceria*

A Rainha Agotime, naquelas circunstâncias, aos olhos do novo rei, foi considerada feiticeira, uma mulher perigosa ao regime político estabelecido; assim, seguiu como escrava para um Novo Mundo onde o culto a Xelegbatá renasceria, pois esse vodum foi ultrajado pela negativa de Adandoza. Assim, começa sua saga de Agotime.

*Vai seguindo seu destino (de lá pra cá)
Sobre as ondas do mar
O seu corpo que padece
Seu alma faz a prece
Pro seu povo encontrar*

Em Whidah, o grande porto de venda de escravos em Daomé, Agotime foi atirada nos porões de um navio e trazida para o Brasil. Assim, a Rainha liderou um grande cortejo e fez a travessia transatlântica. De forma sensível e branda, os compositores nos mostram o nascimento da ligação África-Brasil nesse primeiro refrão.

Zilá Bernd (2013, p. 102) nos diz que “nessas travessias, espaciais e culturais, vão ocorrer os processos [...] de transculturação, na qual uma cultura ao entrar em contato com a

outra gera produtos culturais novos e imprevisíveis no início”. Esse processo notamos nos dois últimos versos, nos quais Agotime roga pelo encontro do desconhecido (o seu povo) e que ao encontrá-lo poderiam produzir manifestações religiosas novas, preservando, ao mesmo tempo, elementos trazidos da África.

Nessa travessia transatlântica, o sofrimento físico de Agotime era tamanho, entretanto pela força de sua religiosidade, alimentada pela sua fé, cultivava a esperança de ouvir ressoar as canções, o ritmo dos tambores, os passos marcados, nos momentos de celebrações de seu povo.

*Chegou nessa terra santa
Bahia viu a nação nagô ô ô
E através dos orixás
O rumo do seu povo encontrou*

A Bahia foi o primeiro destino de Agotime; desembarca como escrava e dá continuidade à sua saga no intuito de cumprir sua missão; depara-se com muitos negros, porém não pessoas do mesmo credo, pois sua região pouco destinava escravos ao Brasil.

Ao encontrar com a comunidade dos Nagôs teve o seu primeiro contato com os Orixás e por meio deles a Rainha escrava reconheceu seu povo, chamados de negros-minas; muitos, segundo os poucos negros-minas que Agotime encontrou, foram levados para São Luís do Maranhão, entretanto não tinham local para celebrar o seu culto, esperavam, pois, um sinal de seus ancestrais. No seu entendimento, ela era esse sinal, logo entendeu por quem esperavam.

Daí o primeiro contato, propriamente dito, num Brasil até então desconhecido, propenso à hibridização cultural entre europeus, índios e negros. O encontro entre Agotime e seu povo, apesar oriundo da África, nos permite perceber que as práticas religiosas eram diferentes, ou seja, entre a própria comunidade

africana as passagens transculturais seriam marcantes. Para isso, Rama (2008, p. 47) nos alerta:

“La capacidad selectiva no sólo se aplica a la cultura extejeira, sino principalmente a la propia, que es donde se producen destrucciones y pérdidas ingentes. [...] ya aludimos y que puede deparar el redescubrimiento de valores muy primitivos [...]. Es de hecho una búsqueda de valores resistentes, capaces de enfrentar los deterioros de la transculturación, por lo cual se puede ver también como una tarea inventiva, con una parte de la neoculturación de qu habla Fernando Ortiz [...].

A condição de escrava impediu Agotime de prosseguir em sua andança, no entanto sua religiosidade, sua fé, lhe deram foram força para trabalhar nas minas, juntar gramas de ouro, comprar sua liberdade e seguir viagem em busca de seu senhor e de sua gente em São Luís do Maranhão, como vemos no primeiro verso a seguir:

*Brilhou o ouro, com ele a liberdade
Foi pra terra da magia
Do folclore e tradição
Um bouquet de poesia
A casa das minas
É o orgulho desse chão*

Nos cinco últimos versos anteriores, notamos Agotime em São Luís do Maranhão, terra - como a própria Beija Flor cantou em 2012 - de encantaria e de forte representação negra. Lugar que guarda suas tradições transculturadas, híbridas, trazidas do branco da Europa, mescladas com as dos indígenas e do negro da África, surgindo assim novas manifestações religiosas e culturais. Onde “su historia em uma intensíssima complexíssima e incessante transculturación de varias masas humanas, todas ellas em passos de trasição” (ORTIZ, 1983, p. 90).

*Sou Beija Flor e meu tambor
Tem energia e vibração
Vai ressoar em São Luiz do Maranhão*

É em São Luís do Maranhão que a saga de Agotime fica claro: a escrava, agora liberta, funda a "Casa das Minas de São Luís do Maranhão" sob a luz orientadora de seu vodum. Depois da fundação, Agotime recebeu o nome de "Maria", da região da Costa da Mina, na África; herdou "Mineira" e de seu vodum "Naê". Passou então a Rainha a chamar-se Maria Mineira Naê. A propósito, é a primeira passagem transcultural observada no título do texto: a troca de nome de *Agotime* para *Maria Mineira Naê*; a nova identidade da rainha africana sucumbida à escrava e seu posicionamento no novo âmbito social, observado no corpo do samba-enredo. Nas palavras de Santos (1998): "[...] os indivíduos constroem suas identidades e que a manutenção dessas identidades depende do processo resultante das interações mantidas por estes indivíduos no processo de compreensão de si próprios e de suas intervenções na realidade".

Portanto, continua a tradição religiosa real de Zomadonu em São Luís do Maranhão, as raízes do culto Jêje estavam plantadas no Brasil com a fundação da Casa das Minas.

Considerações finais

Por meio da análise feita do samba de enredo *A Saga de Agotime - Maria Mineira Naê*, tentamos retratar a saga de dos contingentes de africanos trazidos para o Brasil na condição de escravos. Particularmente, analisamos a passagem transatlântica de uma mulher, marcada por uma história de sofrimento e superação face às atrocidades do sistema escravagista.

Percebemos outro ponto no qual as estratégias transculturais se encenam na diversidade cultural e constroem um equilíbrio racional, recriado como estratégia de sobrevivência de

Agotime, condenada à deportação por conta de um ajuste de contas na família real de Daomé.

Portanto, a análise do samba-enredo nos permitiu associar memória e as passagens transculturais tendo como pano de fundo o cenário híbrido e polifônico da escravidão no Brasil.

Referência

BERND, Zilá. **Por uma estética de vestígios memoriais**: releitura da literatura contemporânea das Américas a partir dos rastros. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

ORTIZ, Fernando. **Contrapunteo cubano del tabaco e el azúcar**. Habana: Pensamiento Cubano, 1983.

RAMA, Ángel. **Transculturación narrativa en America Latina**. 2.ed. Buenos Aires: El Andariego, 2008.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, vol. 13 n. 38. Out, 1998. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000300010 >. Acessado em: 15 set, 2017 às 3h28.

Religiosidade e paisagem em poemas de José João Sampaio da Silva e de Mário Rubens Battanoli de Lima

Jucelino Viçosa de Viçosa¹

1.1 Proseando com Deus

Nesse poema, Silva expõe toda a religiosidade e a fé que acompanham o homem do campo, apesar de suas demonstrações de rusticidade. Humildemente, o autor inicia pedindo a bênção a Deus e reafirma sua fé: *“Patrão Velho das Alturas / Venho pedir tua benção / Ajojo em ti minha crença / Meu amado Criador”*. Por exemplo, num momento em que está domando nota-se a certeza de que há uma proteção divina, em face dos riscos da profissão: *“E quando um bagual se agarra / Cerro abaixo corcoveando / Sinto que Deus tá me espiando / Abençoando a criatura”*; além disso, há o reconhecimento e o agradecimento pela graça recebida: *“Depois que apeio do urco / Me ajoelho e tiro o chapéu / E rezo olhando pra o céu / Ao Pai Velho das Alturas”*. Silva reúne peculiaridades pertencentes à memória coletiva e reconstrói uma paisagem em que o domador reverencia uma entidade superior, demonstra sua crença de modo simples, porém verdadeiro, perfeitamente integrado a um cenário inóspito do pampa gaúcho.

Considerando-se os traços memoriais presentes no poema,

¹ Doutorando em Memória Social e Bens Culturais - Universidade La Salle.

E-mail: jucelino.vicosa@yahoo.com.br. Orientação: Maria Luiza Berwanger da Silva - Doutora em Letras.

pode-se dizer que foram elencados acontecimentos presentes a um domínio comum, isto é, são fatos pertinentes à memória coletiva que, articulados, dão a dimensão do conteúdo apropriado pelo autor (HALBWACHS, 1990). Além disso, nota-se a configuração de uma paisagem ressignificada por meio de recursos subjetivos do autor, corroborando com o que afirma Candau, ao expressar que: “[...] o escritor local, aquele que tem o poder de registrar os traços do passado, oferece ao grupo a possibilidade de reapropriar-se desse passado através dos traços transcritos” (2014, p.109).

Nos perigos inerentes à atividade de tropeiro, novamente tem-se a vinculação do campeiro com a fé e a segurança divina, representada em xucas rezas e a adaptação de partes da vestimenta como instrumentos de oração: *“E quando uma tropa estoura / No breu medonho do escuro / Dentro de mim eu procuro / A proteção do Senhor [...] E assim vou rezando um terço / Nos flecos do tirador”*.

A vinculação de sua religiosidade com a função de tropeiro fica representada no momento em que se lê: *“Por Deus e Nossa Senhora / No papagaio da espora / Vai pendurada minha vida”*. Assim como ao passar em templos religiosos, nota-se o respeito do gaúcho pela simbologia e o misticismo já incorporados: *“Por isso sempre me benzo / Ao cruzar uma capela / Pois sinto que dentro dela / Mateia o Pai das Alturas”*.

O ato de rezar acompanha o campeiro em muitos momentos de sua trajetória, seja no trabalho ou na hora em que utiliza a cordeona como meio de reza e contato com Deus como forma de agradecimento por tudo o que tem conquistado: *“Faço uma prece bem linda / Do jeito que eu aprendi / Nos meus tempos de guri / Da boca da noite escura. [...] Estendo a alma no varal / Do galpão dos sonhos meus / Vira terço e rosário / O teclado da minha cordeona / Nesta vaneira gaviona / Eu vou proseando com Deus”*.

Considerando-se que as atividades diárias do campo trazem consigo o risco de acidentes e de outros perigos, como, por exemplo, o trabalho com o gado e a consequente exposição a situações que

podem resultar em imprevistos, muitas vezes fatais; com base nisso, o apelo a forças superiores como forma de proteção e respeito à vida é muito comum. Além do que, nas rodas de mate, nos galpões, no passado dos fronteiriços, eram comuns os relatos envolvendo questões sobrenaturais, desembocando na forma rude com que os indivíduos expressavam sua fé e consequente religiosidade. Nas memórias do poeta, está a busca de registros desse contexto coletivo, ou seja, nos “causos” e relatos de quem viu, viveu ou ouviu situações enfrentadas por quem vivia nesse cenário campeiro e que presenciou algum tipo de intervenção sobrenatural. Articulam-se forças do presente e do passado com o propósito de cristalizar e legitimar as representações inerentes à memória coletiva dos componentes da Fronteira Oeste (GONDAR; DODEBEI, 2005).

Quando termina a doma, o cavalo está amansado e o peão desce da montaria e se ajoelha para rezar como forma de agradecimento. Um outro momento de perigo é quando uma tropa estoura e, novamente, o campeiro busca a proteção divina para que nem ele ou seus companheiros se machuquem ou o gado se perca, trazendo-lhes prejuízos; pois apesar da “alma chimarrona”, ou seja, por ser uma pessoa sem lugar fixo e que depende da “espora” para sobreviver, faz de sua fé campeira uma companhia protetora nesse arriscado cotidiano.

1.2 Ave Maria

No poema *Ave Maria*, Lima expressa toda sua religiosidade juntamente com um linguajar característico e a autenticidade como tropeiro, domador e poeta, com o entardecer como ponto de partida, hora em que as atividades de campo se encerram e considerada como a ‘Hora da Ave Maria’, reverenciando e respeitando uma entidade divina: “*Boto minha alma de joelhos / Pra cantar esta canção / Levo a mão no sombreiro / E atiro um beijo bem pra cima / E peço a bênção divina / A todos os santos e santas / Que abençoem este ‘troveiro’ / E que perdoem minha ignorância*”.

Com sua linguagem fronteiriça, Lima se expressa em conformidade com o contexto ao qual está inserido, busca a preservação da memória do lugar e reconfigura a fisionomia paisagística, numa junção de indicativos religiosos e a rusticidade do campeiro (BERWANGER, 2010).

Apresenta-se como alguém de canto triste e, embora não seja crível, faz de seu canto um motivo para não acabar chorando: “*Sou um homem de canto triste / Que canta pra não chorar, / Talvez ninguém acredite / Na razão de meu cantar*”. Incorpora-se como um pássaro para fazer de seu canto a mensagem a ser transmitida e expor as dores de um cantar: “*Quando um pássaro canta / Entre o céu e o capim, / Quando abro minha garganta / Minhas penas cantam assim*” / Ave Maria, rogai por mim, / Ave Maria, rogai por mim”.

A subjetividade do autor reconfigura a paisagem a partir de imagens captadas pelo olhar, dando-lhes um novo significado próprio e inserindo-as na memória da comunidade (FIGUEIREDO, 2010). A natureza, a religiosidade e o espaço rural integram-se numa mensagem cujo propósito é o de tão somente agradecer.

Pede a intercessão da Santa para poder continuar a cantar aquilo que entende como sua verdade e apresenta sua origem de homem do campo: “*Brotei da carne do campo / Pra cantar paz e amor / Senhora, abençoi meu canto / Eu te peço, por favor*”. Manifesta uma preocupação em continuar cantando de um modo claro e que seus versos possam fazer as outras pessoas felizes e, principalmente, que a saudade não seja algo melancólico e dolorido: “*Pra que meu verso consiga / Ter luz e felicidade, / Que neste resto de vida / Não cante mais a saudade*”.

Por meio da poesia, estabelece uma trajetória que envolve o tempo passado e o presente, faz das rememorações a celebração de um momento de oração e de conscientização sobre a evolução e tudo o que ela representa, pois a memória não estabelece uma reconstituição do passado, ela o reconstrói, por meio da subjetividade de cada um (GONDAR; DODEBEI, 2005).

Em *Ave Maria*, Lima apresenta-se como um ‘troveiro’ (aquele tropeiro que canta para acalmar a tropa) que, pede a bênção aos santos e santas, além de pedir perdão por sua ignorância, devendo-se entendê-la como rusticidade. Mais do que se ajoelhar, o poeta coloca sua “alma de joelhos”, ou seja, espiritualmente, é todo o seu ser que faz desse momento de oração a chance de pedir a intercessão divina.

Com a linguagem empregada, fundamentalmente coloquial, nota-se uma representação da realidade e a força dessa linguagem tem o propósito de evidenciar a cultura local e os valores captados pelas lembranças do autor, reconstruindo imagens que, embora comuns, trazem consigo uma margem de liberdade para possíveis interpretações (BARTHES, 2004).

Como um cantor, metamorfoseia-se em pássaro e as penas ganham dupla significação, tornando-se também as dores que saem de sua garganta no momento em que canta. Reforça sua origem de homem rural (“Brotei da carne do campo”) e pede à Nossa Senhora que seu canto consiga iluminar as pessoas, fazendo-as felizes, e por intermédio da paz e do amor fazê-los temas desse cantar, para que não tenha que criar canções sobre a saudade de um tempo que não voltará mais, como o dos tropeiros.

Considerando que Halbwachs (1990) assegura que a recordação se dá em função dos outros, Lima reproduz eventos que envolvem o universo dos domadores e tropeiros, assim como demonstra o respeito e a fé das pessoas que vivem no campo, embora sua rusticidade, pois “[...] todo aquele que recorda domestica o passado e, sobretudo, dele se apropria, incorpora e coloca sua marca em uma espécie de selo memorial” (CANDAU, 2014, p. 74).

A análise dos poemas pretendeu verificar a ressignificação das paisagens evidenciadas, considerando-se as lembranças dos autores, de modo a serem observados pontos como a paisagem geográfica de Itaqui e, mais do que isso, a reconfiguração de novas paisagens a partir do olhar dos poetas e da significação de seus versos.

Por meio da religiosidade expressa, verifica-se uma paisagem poética efetivada por uma linguagem característica e pelo emprego de recursos memoriais, capaz de ressimbolizar um passado com base em percepções do autor, em que: “[...] o Sujeito nomeia imagens de infatigáveis transferências e realocalizações de limiares atravessados, em busca de nova paisagem” (BERWANGER, 2016, p. 71).

Evidencia-se a evocação de uma religiosidade como forma de proteção aos que arriscam a vida no desempenho das atividades rurais. Há uma combinação de termos campeiros com vocábulos religiosos com a finalidade de envolver a oração com a rusticidade característica das pessoas do campo. Nos poemas, a crença e a atividade de campo se fazem partes de igual contexto, onde o sujeito busca a proteção em algo superior para dar conta de enfrentamentos de seu cotidiano laboral, ao fazer de sua fé campeira uma companhia protetora nesse arriscado cotidiano.

As metáforas empregadas buscam aproximar o cenário rural dos componentes sacros, evidenciando-se a fé, a crença de quem vive no campo, há uma vinculação com o divino sem, contudo, estar rigorosamente vinculado aos preceitos religiosos, uma vez que suas atividades não permitem uma frequência a cultos religiosos, por exemplo. Faz-se, de maneira poética, um apelo ao sobrenatural como forma de pedir proteção no exercício de seu dever, é a manifestação do respeito pelo outro e do reconhecimento a uma força superior capaz de protegê-lo e, em nome dessa proteção, reza a seu modo e com seus instrumentos.

Referências

BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BERND, Zilá. *Por uma estética dos vestígios memoriais*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

BERWANGER, Maria Luiza. *Paisagens do dom e da troca*. Porto Alegre: Literalis, 2009.

_____. Regionalismo mundializado. In: *Raido*: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFDG: Dourados – MS. vol. 4, n. 8, jul.dez. 2010.

CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto. 2014.

COLLOT, Michel. Do horizonte da paisagem ao horizonte dos poetas. In: ALVES, Ida Ferreira; FEITOSA, Marcia Maria Miguel (orgs.). *Literatura e paisagem: perspectivas e diálogos*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2010. (p. 205-217).

_____. *Poética e filosofia da paisagem*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2013.

FIGUEIREDO, Carmem Lúcia Negreiros de. Paisagem em três lições. In: ALVES, Ida Ferreira; FEITOSA, Marcia Maria Miguel (orgs.). *Literatura e paisagem: perspectivas e diálogos*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2010. (p. 205-217).

GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (orgs.). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

POLLAK, Michael. *Memória, silêncio e esquecimento*. Estudos Históricos: Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

VALLERIUS, Denise Malmann. *Borges em nova tradução*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

O papel da macumba na construção da umbanda brasileira segundo renato ortiz

*Mateus Felipe Martins*¹

*Ariel Moreno Casseb*²

A apreensão de Renato Ortiz sobre a Umbanda no Brasil traz as marcas da sociologia macro explicativa à qual o autor filiava-se. Neste sentido analisa a formação da Umbanda enquanto parte de movimentos sociais mais amplos. Ou seja, passagem de uma sociedade rural para uma sociedade urbana e de uma sociedade agrícola para uma sociedade industrial. Por outro lado, vai analisar o surgimento da Umbanda como relacionado com as transformações étnicas acontecidas no pós-abolição, quando se intensifica a presença de mulatos no mapa populacional brasileiro. Sendo assim, a Umbanda para Renato Ortiz vai interagir com uma diminuição da memória ancestral negra, fruto da integração dos negros em uma sociedade urbana e industrial. O passado tribal africano, seus usos e costumes e suas crenças deixam de ser predominantemente orientadoras do agir coletivo. Os negros inserem-se em uma sociedade, cujos padrões dominantes são praticamente monopolizados pela elite branca e cristã.

Para Renato Ortiz a Umbanda vai ser explicada justamente por esta articulação do negro a padrões urbanos, políticos, religiosos e sociais dominados pelos gostos, pela maneira de pensar e de agir da elite dominante. Este processo acompanha, em termos

¹ Graduando em História - Universidade La Salle. E-mail: mateusbrum77@gmail.com.

² Graduando em História - Universidade La Salle. E-mail: arielcasseb@gmail.com. Orientação: Artur Cesar Isaia - Doutor em História Social.

temporais, a primeira metade do século XX. Anos: 1964 eram 98.395, ano de 1965 já eram 105.850, no de 1966 eram 185.442, no ano de 1967 240,088, no ano de 1968 eram 256.603, no ano de 1969. Eram 302.932. Neste movimento de articulação das crenças ancestrais dos negros aos padrões de uma sociedade dominada pelas elites brancas, surge a Umbanda como uma religião que deveria ao mesmo tempo, sistematizar a memória ancestral negra e enquadrá-la aos padrões da sociedade dominada pelas elites brancas. Daí o porquê do autor intitular o seu livro de “A morte branca do feiticeiro negro”. Igualmente de colocar um subtítulo que remete à explicação sociológica do surgimento da Umbanda: “Umbanda e Sociedade Brasileira”.

Desta forma Renato Ortiz vai explicar o surgimento da Umbanda através da adequação das chamadas macumbas ao espaço urbano. E o que seriam essas macumbas? Basicamente, Renato Ortiz vai ultrapassar a ideia da macumba enquanto apenas um instrumento musical. Reginaldo Prandi, a partir dessa ideia vai mostrar que a macumba passou a significar em nossos dias uma forma pejorativa de referir-se às religiões afro-brasileiras (Prandi,2005). Já Renato Ortiz vai mostrar que a macumba deriva, como a Umbanda, de um movimento macro-social, qual seja o da integração do negro a uma sociedade de classes no pós-abolição. Igualmente, as macumbas referiam-se para Ortiz ao processo de proletarianização do negro, processo este marcado pelo esquecimento ou pela diminuição dos padrões e significados ancestrais referentes ao passado africano. Com a proletarianização do negro e com a necessária adesão aos padrões religiosos e morais da sociedade brasileira, os afrodescendentes diminuem a importância da memória ancestral enquanto orientadora única do agir e do pensar em sociedade. As macumbas, desta forma, representam, para Renato Ortiz, uma degradação da memória ancestral africana. Assim, nos seus rituais não se usam mais única e exclusivamente os vários dialetos, as crenças passam a mesclar-se com influências católicas, espíritas e mesmo da feitiçaria e da magia europeia. As

macumbas, por outro lado, representam para Ortiz, o domínio, não do religioso, mas do mágico.

Esta análise não é de todo original no pensamento de Renato Ortiz. Ela já aparece em Roger Bastide, orientador da tese de doutorado de Ortiz. Renato Ortiz mostra que a passagem da macumba à Umbanda é típica de uma passagem da magia à religião. Na macumba, tinha-se núcleos cultuais totalmente independentes, sem nenhuma regra ritual, sem ensinamentos formais, muito menos normas escritas. Nas macumbas, como no Candomblé, todas as explicações do culto, todas as orações e cantos, enfim, toda a vida religiosa era baseada na informalidade linguística, ou seja, na oralidade. Já a Umbanda, para Ortiz, representa também a passagem da oralidade para a escrita.

Com a Umbanda surge uma camada de intelectuais que tentará ter a palavra final do que seja a religião e assim vai lançar-se à tarefa de interpretá-la. Livros doutrinários, de condução dos trabalhos vão surgir quase que contemporaneamente ao surgimento da Umbanda enquanto fenômeno social. Também com o surgimento da Umbanda vamos ter a presença de associações, de federações, que terão a tarefa de representar civilmente a nova religião. Ou seja, o surgimento da Umbanda marca a distância, para Renato Ortiz, entre a total espontaneidade da macumba e a tentativa de estruturação religiosa. A Umbanda vai notabilizar-se por um esforço em “cristianizar” os conteúdos da memória africana, vai mostrar-se como afirmadora da tradição e da ética cristã, opondo-se mais ainda à macumba. Renato Ortiz mostra que a operação legitimadora da Umbanda vai marchar em direção ao Espiritismo. Este, embora ainda sofresse algum preconceito na primeira metade do século XX, era bem mais aceito pelas elites devido principalmente à sua familiaridade com a ciência e com o livro.

De fato, a história do Espiritismo está intimamente relacionada, tanto com o livro quanto à ciência. Allan Kardec, o codificador do Espiritismo tentou justamente uma síntese entre ciência, filosofia e religião. Por outro lado, preconizava uma fé que

deveria partir da observação dos fatos com rigor científico. Sendo assim, no Brasil, de início, uma elite letrada assume o Espiritismo e o divulga. Isto mostra o porquê de Renato Ortiz mostrar que quando os primeiros umbandistas procurarem um esforço que legitimasse a Umbanda, este iria ao encontro do Espiritismo. Daí porque numerosos centros de Umbanda buscavam no Espiritismo a forma de mitigarem a repressão e o preconceito: Centro Espírita de Umbanda era a fórmula encontrada para nomear os novos agrupamentos umbandistas, aproximando-os de algo que era mais aceito socialmente.

É assim que Renato Ortiz chega à “morte branca do feiticeiro negro”. As crenças africanas acabam por comporem-se com o Espiritismo francês do século XIX, com o catolicismo e com o ocultismo tão em voga no período, em busca de aceitação e fundamentação.

O oposto de tudo isso seriam as chamadas “Macumbas”. Prandi, (2005) refere-se à Macumba como a forma pejorativa de falar-se em religiões afro-brasileiras. De fato, essa percepção vem justamente de um passado, no qual ainda não existia a Umbanda e o transe mediúnico com herança africana era totalmente avesso às noções de legitimidade, de aproximação com o Cristianismo. As Macumbas seriam o domínio do não ético, das práticas mediúnicas nas quais não aparece um “corpus” de ensinamentos pautados, entre outros, pelo Espiritismo kardecista. Por outro lado, as Macumbas seriam o império do mágico, no qual a vontade de Deus seriam “forçada” através de ritos específicos, como despachos, uso de bebidas, pólvora, etc.

Na Umbanda, ao contrário, a magia existiria, mas ela estaria controlada pela ética cristã reelaborada pelo Espiritismo Francês do século XIX. Assim, por exemplo, seriam usados elementos materiais com fins mágicos, mas esses obedeceriam, antes de tudo, aos fins éticos propostos pelo Cristianismo. Por exemplo, a magia umbandista seria usada para o bem, para a virtude, para devolver a

saúde aos doentes, o trabalho àqueles que passam pelo desemprego, e assim por diante.

Por outro lado, na Macumba não existiria a presença do livro, nota distintiva da Umbanda, segundo Renato Ortiz. O livro umbandista, ao exemplo do livro espírita seria um meio de aprimoramento ético e doutrinário, componente totalmente ausente nas Macumbas, afirmadoras apenas da dimensão mágica.

Referências

ORTIZ, Renato. *A morte branca do feiticeiro negro*. São Paulo: Vozes, 1978

PRANDI, Reginaldo. *Segredos Guardados*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005

O mercado brasileiro de vestimentas e paramentos religiosos e outros artigos ligados à fé: oportunidade para novos negócios

Ricardo Buneder¹

O mercado brasileiro para vestimentas e paramentos religiosos e outros produtos ligados à fé mostra-se promissor, pois ainda que o Censo de 2010 aponte um declínio na população católica brasileira em relação ao Censo de 2000, o Brasil continua sendo considerado o maior país do mundo em número de católicos. Também deve ser levado em conta o fato de que, para o período em questão, a população evangélica no país passou de 15,4% para 22,2% da população brasileira. Esses dados quando somados aos das demais religiões conferem um potencial significativo para negócios que produzam e/ou comercializem artigos religiosos, sejam eles roupas, paramentos, CDs, bíblias etc.

Este estudo visa abordar o potencial do mercado brasileiro para o negócio de confecção e/ou comercialização de roupas e paramentos religiosos, bem como de outros produtos ligados à fé. Para tal elabora-se uma revisão de literatura onde foram pesquisados livros, artigos e sítios relacionados à área, assim como uma análise de dados secundários relacionados a tal mercado.

O mercado brasileiro para vestimentas e paramentos religiosos e outros produtos ligados à fé mostra-se promissor, pois

¹ Doutorando em Memória Social e Bens Culturais - Universidade LaSalle - ricardo.buneder@unilasalle.edu.br - Orientador: Artur Cesar Isaia - Doutor em História Social

ainda que o Censo de 2010 aponte um declínio na população católica brasileira em relação ao Censo de 2000, o Brasil ainda é considerado o maior país do mundo em número de católicos. Também deve ser levado em consideração o fato de que, para o período considerado, a população evangélica no país passou de 15,4% para 22,2% da população brasileira. Esses dados quando somados aos das demais religiões conferem um potencial significativo para negócios que produzam e/ou comercializem artigos religiosos, sejam eles roupas, paramentos, CDs, bíblias etc.

Além disso, é importante mencionar que qualquer celebração religiosa exige a utilização de vestimentas e paramentos adequados a sua sacralidade e que tais vestimentas não são encontradas somente no catolicismo, mas em outras religiões como Candomblé, Umbanda, Maçonaria etc.

Este estudo visa abordar o potencial do mercado brasileiro para o negócio de confecção e/ou comercialização de roupas e paramentos religiosos, bem como de outros produtos ligados à fé. Para tal elabora-se uma revisão de literatura onde foram pesquisados livros, artigos e sítios relacionados à área, assim como uma análise de dados secundários relacionados a tal mercado.

A pesquisa está dividida em cinco partes, além desta introdução. Na sequência é apresentado o aporte teórico-conceitual que auxilia o balizamento deste artigo, após apresenta-se o percurso metodológico, a discussão dos resultados, as considerações finais e o referencial bibliográfico utilizado.

1 Referencial Teórico

O interesse do autor desta pesquisa pelo segmento de produção e/ou comercialização de roupas e paramentos religiosos, bem como de outros produtos ligados à fé, vem do fato desse ser um mercado com grande potencial de crescimento e consequente geração de emprego e renda, constituindo-se em mais uma opção para empreendedores que ali desejem investir.

Segundo Isabel (2009), as roupas têm uma dimensão simbólica que ultrapassa sua mera utilidade prática. O referido autor prossegue dizendo que mais do que cobrir e proteger o corpo, a vestimenta revela a situação, o estilo e a mentalidade de quem a veste. Tal simbolismo que é constatado na vida cotidiana, verifica-se com muito maior intensidade nas vestes litúrgicas, especialmente nas da Celebração Eucarística. Prossegue o autor, afirmando que na religião católica os paramentos sacerdotais têm o significado de "revestir-se de Cristo". Assim, ao ser ordenado, o sacerdote reveste-se de Cristo, e esse fato é representado em cada Santa Missa.

Nesse mesmo sentido, o sítio da Paróquia Nossa Senhora do Carmo, Campo Belo-MG, informa que "para lidar com coisas santas e sagradas, são usados na celebração das liturgias objetos, vestes e outros sinais que realçam e apontam a sacralidade daquilo que se celebra. As vestes, objetos e outros elementos não são 'enfeites', mas cada um traz um significado que está de acordo com a dignidade do momento sagrado que se celebra".

Ainda a respeito de vestes religiosas, "é necessário que os clérigos sempre se vistam de acordo com a ordem que receberam, e que a honra e a pureza de seus costumes resplandeçam na decência exterior de suas vestes" (LESAGE, 1959, p. 81 apud MATTÉ; CAMARA, 2011, p.6).

A fim de demonstrar as possibilidades do mercado brasileiro para artigos religiosos, incluindo roupas e paramentos, apresenta-se o quadro 1 que mostra um comparativo entre o percentual da população brasileira adepta a alguma crença religiosa nos anos 2000 e 2010 e sua variação nesse mesmo período.

Quadro 1 – Comparativo do percentual da população brasileira religiosa para os anos de 2000 e 2010 e sua variação

	2000	2010	Variação
Católicos Apostólicos Romanos	73,6%	64,6%	- 12,23%
Evangélicos	15,4%	22,2%	+ 44,15%
Espíritas	1,3%	2,0%	+ 53,85%
Umbanda e Candomblé	0,3%	0,3%	0
Outras religiosidades	1,8%	2,7%	+ 50%
Sem religião	7,4%	8,0	+ 8,11%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000 e 2010)

A análise do quadro 1 permite concluir que houve uma retração de 12,23% no número de católicos no Brasil entre 2000 e 2010. Dentre aqueles que se declaram sem religião, houve um aumento de 8,11%. A população de umbandistas e adeptos do candomblé se manteve estável para o período considerado. Já a população evangélica teve um acréscimo de 44,15%; os espíritas apresentaram o crescimento mais significativo, 53,85%, e os que se declaram pertencentes a outras religiões tiveram um aumento de 50%.

Mais recentemente, pesquisa levada a cabo pelo instituto Datafolha (2013), mostra que 57% dos brasileiros, com dezesseis anos ou mais, afirmam ser católicos. Isso representa uma população de aproximadamente 116 milhões de pessoas. O mesmo estudo mostrou que as religiões evangélicas arregimentam 57 milhões de fiéis, representando 28% da população. Já os adeptos do espiritismo totalizam 3% da população, totalizando 6,1 milhões de pessoas, seguidos por umbandistas, 1% da população, ou seja, 2 milhões de pessoas. O percentual dos que se declaram como adeptos a outras religiões é de 2% (4,1 milhões), sem religião 7% (14,2 milhões) e ateus 1% (2 milhões).

Ao considerar-se aspectos ligados à região, faixa etária e grau de instrução, essa mesma pesquisa mostra que a maioria da

população católica se encontra nas regiões Sul e Nordeste do Brasil, entre os moradores da zona rural, na faixa etária dos que possuem 60 anos ou mais e entre os menos instruídos. Já os evangélicos são maioria entre os que possuem renda familiar de até dois salários mínimos e entre os moradores das capitais e regiões metropolitanas. Os que se declaram sem religião prevalecem entre os mais ricos.

Quanto à distribuição da religiosidade por sexo, Neri (2011), menciona que as mulheres brasileiras são mais religiosas que os homens: 5% delas não possuem crença, contra 8,52% deles. Apesar disso, os homens são mais católicos do que elas: 71,6% das mulheres são católicas contra 75,4% dos homens.

O mesmo autor afirma que no que diz respeito à religiosidade nos Estados, o Piauí ocupa o topo do ranking da religiosidade enquanto Roraima é o último colocado. Em relação às capitais, Teresina é a mais católica do país, com 80,66% de fiéis, Fortaleza é a segunda colocada com 74,25% de católicos e Florianópolis ocupa a terceira posição, com 73,91% de católicos. Boa Vista é a capital menos católica do país, com 40,87% de sua população. Quatro capitais da região Norte ocupam as quatro primeiras posições no ranking de capitais evangélicas: Rio Branco (28,43%), Belém (22,99%), Boa Vista (21,21%) e Porto Velho (19,02%). A cidade do Rio de Janeiro é a que apresenta o maior número de espíritas (5,27%) e é a segunda maior em religiões afro-brasileiras (2,04%).

Spohr (2013), baseado no Censo 2010, sistematizou dados sobre a diversidade religiosa do município de Canoas/RS, sede da Universidade LaSalle. O quadro 2 sintetiza e apresenta esses dados.

Quadro 2 – Diversidade religiosa no município de Canoas

Religiões	2010	
	Habitantes	%
Católica	208.983	64,53
Evangélica	60.836	18,79
Espírita	14.145	4,37
Umbanda	7.313	2,26
Candomblé	309	0,1
Budismo	133	0,04
Judaísmo	97	0,03
Islamismo	194	0,06
Tradições esotéricas	168	0,05
Tradições indígenas	18	0,01
Sem religião	23.135	7,14

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de SPOHR, I. J., 2013.

Neri (2011), por sua vez, aponta outro dado que vai ao encontro da tendência de crescimento do mercado religioso no Brasil, ao constatar um crescimento da demanda por religiosidade, fato que impulsiona o aumento da oferta de igrejas e templos com consequente aumento da necessidade de padres, pastores e outros religiosos, os quais utilizam-se de roupas/vestimentas e paramentos em suas liturgias.

O autor referenciado acima constata a existência de uma tendência significativa de crescimento para o mercado religioso no Brasil, pois "a religiosidade não esteve em baixa no Brasil na alvorada do novo milênio e, além disso, houve diversificação das crenças alternativas na década passada." (NERI, 2011, p. 63). Além disso, segundo esse mesmo autor, no Brasil há uma concordância sobre a importância da religiosidade por parte de 89% da população. Esta constatação está relacionada ao nível de renda da população, o qual, de forma geral, é baixo. Nesse sentido, Neri (2011) afirma que em países mais pobres a religião parece ser mais fundamental.

Os dados apresentados até aqui dão uma ideia das possibilidades do mercado religioso no Brasil a partir do percentual

da população vinculado a alguma crença. Além disso, Oliveira (2015), afirma que tal mercado movimenta a economia com a construção e decoração de templos e igrejas, instalação de sistemas de segurança, vendas de CDs e DVDs com shows de padres e de músicos gospel, além da comercialização de bíblias, livros, santinhos e artigos do gênero. O turismo religioso também é destaque nesse segmento. A referida autora menciona que somente em 2014 houve a participação de 18 milhões de fiéis e romeiros em novenas, procissões, datas comemorativas e marchas em torno de algum santo ou causa, movimentando aproximadamente R\$ 15 bilhões. Esse turismo também movimenta o ramo hoteleiro, de restaurantes, dos transportes etc., gerando emprego e renda. A título de exemplo, cita-se que na cidade de Aparecida, o turismo religioso faz girar aproximadamente R\$ 1,4 bilhão anuais, montante 14 vezes superior ao orçamento daquele município.

O quadro 3 abaixo apresenta alguns dados relativos à chamada indústria da fé.

Quadro 3 – Dados relativos à indústria da fé no Brasil

116 milhões de pessoas afirmam ser católicas
42 milhões se dizem evangélicas
3,8 milhões se declaram espíritas
R\$15 bilhões é quanto movimenta o turismo religioso
17,7 milhões de romeiros participam de eventos religiosos anualmente
12 milhões de fiéis visitam a cidade de Aparecida anualmente
R\$ 680 milhões foi o custo da construção do Templo de Salomão da Igreja Universal
2 milhões de pessoas participaram da última edição da Marcha para Jesus, em São Paulo
11.312 paróquias católicas estão instaladas no país
R\$ 8 bilhões é o quanto movimenta o mercado de artigos católicos
12 igrejas e templos de todas as religiões são abertos diariamente
150 gravadoras se dedicam ao mercado Gospel
R\$ 500 milhões é o quanto faturam as editoras de livros religiosos
O livro <i>Ágape</i> , do Padre Marcelo Rossi, vendeu até o momento 5 milhões de exemplares

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de OLIVEIRA, B., 2015.

Matté e Camara (2011), referindo-se ao mercado da indumentária eclesial, mencionam a necessidade de especialistas que o atendam, pois o mesmo carece de opções. Esses mesmos autores afirmam que o mercado consumidor para roupas e paramentos religiosos é considerável. O quadro 4 apresenta números relativos a potenciais clientes desse mercado.

Quadro 4 – Dados do mercado da indumentária eclesial

456 Bispos: 9 Cardeais (7 eméritos), 69 Arcebispos (26 eméritos), 378 Bispos (218 diocesanos, 2 coadjutores, 31 auxiliares, 3 de rito oriental, 2 auxiliares de rito oriental, 122 eméritos)
20.561 Padres
1.855 Diáconos
10.218 Paróquias
33.333 Religiosos

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de MATTÉ e CAMARA, 2011.

2 Percurso Metodológico

Esta pesquisa visa evidenciar o potencial de mercado para o negócio de confecção de roupas e paramentos religiosos no Brasil, bem como de artigos ligados à fé. Trata-se, pois, dessa forma, de uma pesquisa descritiva.

Com o intuito de levantar dados sobre o assunto em questão, foram realizadas pesquisas em periódicos, artigos e sítios da internet.

Neste item foram apresentados aspectos metodológicos do estudo que servem para que o leitor compreenda como foi realizada a pesquisa.

3 Discussão

Nesta seção será discutido o potencial do mercado de roupas e paramentos religiosos e de outros produtos ligados à fé a partir dos dados levantados.

Ainda que o censo de 2010 (IBGE, 2010) tenha indicado queda na população brasileira de católicos, estagnação no número de adeptos da umbanda e candomblé, bem como aumento entre os que se declaram sem religião, houve crescimento da população evangélica, espírita e de pessoas que se declaram pertencentes a outras religiões. Também é importante destacar que segundo estudos econômicos realizados, "O Brasil irá, em algum tempo, ultrapassar a França para se tornar também o maior PIB predominantemente católico do mundo" (NERI, 2011, p.65).

Tais dados juntamente com aqueles apresentados por Oliveira (2015), apontam na direção de um mercado em expansão, revelando-se como uma oportunidade de negócio para empreendedores que estejam dispostos a investir na confecção e/ou comercialização de roupas religiosas e paramentos utilizados por padres, pastores e demais religiosos e/ou praticantes, bem como outros produtos relacionados à fé.

Algumas informações disponibilizadas pelo SEBRAE são relevantes para o sucesso do empreendimento, como, por exemplo, a localização adequada do negócio, a qual responde por até 25% do sucesso do mesmo em se tratando de comércio.

Outros aspectos devem ser igualmente observados pelo empresário, tais como o cumprimento das exigências legais e específicas do negócio, a estrutura necessária, o pessoal a ser contratado, os equipamentos a serem adquiridos ou locados, os estoques de matérias-primas e produtos acabados, a organização do processo produtivo, a necessidade ou não de automação, os canais de distribuição, o investimento, o capital de giro, os custos envolvidos, a diversificação/agregação de valor, a divulgação, as informações fiscais e tributárias etc.

4 Considerações Finais

Nesta seção são apresentadas as considerações finais desse estudo que teve como intenção demonstrar o potencial econômico de um negócio de confecção de roupas e paramentos religiosos, bem como de outros produtos ligados à fé.

A fim de atender a esse objetivo foi realizada uma revisão de literatura e pesquisados dados em sítios especializados.

Este estudo teve como principais limitações o fato de não tido acesso a dados mais recentes sobre o mercado de produtos religiosos, bem como não ter analisado as causas de suas possíveis variações ao longo do tempo. Sugere-se que em estudos futuros tais limitações sejam superadas e que sejam realizadas projeções mercadológicas para os produtos em questão.

Espera-se que essa pesquisa tenha contribuído para uma melhor compreensão da capacidade do mercado de produtos religiosos, incluindo roupas e paramentos religiosos, e que possa servir de estímulo para que futuros empreendedores pensem nesse segmento como uma possibilidade real de investimento.

Referências

ISABEL, Mauro Sérgio da Silva. *As vestes e as cores litúrgicas*. Revista Arautos do Evangelho, São Paulo, n. 88, p. 48-51, abril/2009

Instituto de Pesquisas Datafolha. Religião. Disponível em <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2016/12/1845231-44-dos-evangelicos-sao-ex-catolicos.shtml>. Acesso em 9 set. 2017.

MATTÉ, Livia Laura.; CAMARA, A.C. *Indumentária Eclesial: expressão e evangelização através dos símbolos*. VII Colóquio da Moda, Maringá, set. 2011. Disponível em http://www.coloquiomoda.com.br/anais/anais/7-Coloquio-de-Moda_2011/GTo3/Comunicacao-Oral/CO_89623_Indumentaria_Eclesial_Expressao_e_Evangelizacao_atraves_dos_simbolos_.pdf. Acesso em 10 set. 2017.

NERI, Marcelo. *Economia das Religiões*. Revista Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, p. 62-65, setembro/2011. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rce/article/viewFile/22907/21674>. Acesso em 9 set. 2017.

OLIVEIRA, Barbara. *O Bilionário Mercado Religioso*. Revista Comércio & Serviços, São Paulo, n. 39, p. 22-29, julho/agosto, 2015. Disponível em http://www.fecomercio.com.br/upload/file/2016/04/09/c_s_39.pdf. Acesso em 9 set. 2017.

Paróquia Nossa Senhora do Carmo (Campo Belo-MG). *As Vestes (Paramentos) e Objetos Vasos) Litúrgicos*. Disponível em http://www.paroquianossasenhoradocarmo.com/liturgia/vestes_objetos.htm. Acesso em 9 set. 2017.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE. *Roupas e Paramentos Religiosos*. Disponível em <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ideias/como-montar-uma-confeccao-de-roupas-e-paramentos-religiosos,ebf87a51b9105410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. Acesso em 9 set. 2017.

SPOHR, Inácio José. *A Diversidade Religiosa em Canoas-RS*. Observatório da Realidade e das Políticas Públicas do Vale do Rio dos Sinos - ObservaSinos. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/observasinos/vale/populacao/a-diversidade-religiosa-em-canoas-rs>. Acesso em 9 set. 2017.

Trajetórias de resistência: a associação satélite prontidão no pós-abolição.

Camila Rosângela da Silva Cunha¹

Refletindo sobre esse momento no qual o negro não é mais escravo, entretanto não possui um tratamento igualitário a presente pesquisa, ainda em fase de revisão bibliográfica, objetiva descrever a conjuntura vivida por esses negros no período convencionado como pós-abolição, especificamente no recorte temporal de 1888-1903 na cidade de Porto Alegre/RS. A escolha desse intervalo de tempo foi pensada a partir da assinatura da Lei Áurea, Lei Nº 3.353, de 13 de maio de 1888, assim como da fundação na cidade de Porto Alegre da Associação Satélite Prontidão, criada por famílias em ascensão da comunidade negra que percebiam a necessidade de um espaço de entretenimento e difusão da sua cultura.

Com isso surgem algumas outras inquietações específicas que também irão direcionar essa pesquisa. Investigar a trajetória dos componentes dessas famílias, assim como avaliar como se organizou essa associação de ex-escravos e ilustrar rupturas e permanências na sociedade porto-alegrense sob a influência dessa organização.

A utilização da Micro-história como metodologia tem sido pertinente nesses estudos pois possibilita dar um tratamento diferenciado entre as fontes disponíveis, pois muitos documentos de

¹ Graduanda História - Universidade La Salle - camilarscunha@gmail.com - Orientador: Raul Rois Schefer Cardoso - Mestre em História.

criação deste espaço foi perdido na enchente ocorrida no ano de 1941 na cidade de Porto Alegre, conforme salienta Barros (2007, p. 169) “[...] a Micro-História pretende é uma redução na escala de observação do historiador com o intuito de se perceber aspectos que, de outro modo, passariam despercebidos”.

Buscou-se aporte em trabalhos já realizados sobre a história da Associação Satélite Prontidão (FEIJÓ, 2013; JESUS, 2005), bem como literaturas que dissertam a cerca da história da cidade de Porto Alegre, o negro “gaúcho” (BARCELLOS, 1996; ENNES, 1991; BITTENCOURT 2010) e no pós-abolição (MATTOS, 2014; MENDONÇA, 2008), e com o conceito “relação de poder” (BOURDIEU, 1998).

A partir da promulgação da Lei Áurea aquelas pessoas que eram submetidas ao sistema escravocrata deveriam escrever um novo caminho, mas o fato de estarem praticando uma política de branqueamento, onde os imigrantes europeus eram inseridos na sociedade brasileira. Em Lesser (2015, p. 29) o projeto migratório no sul país representou uma nova organização econômica através de minifúndios; e a partir do século XX, principalmente os imigrantes italianos, contribuem para o fortalecimento da indústria, o que não possibilitava ao negro espaço para exercer profissões que lhe desse uma vida mais digna. O fato de poucos ex-escravos saberem ler também limitava o acesso a trabalhos nos setores do comércio ou em outras áreas que utilizassem essa habilidade. Se fazendo necessário mais uma vez a resistência se torna fator determinante para superação de intolerância direcionadas à comunidade negra brasileira.

Passados somente 14 anos da abolição da escravidão no Brasil, em 20 de abril de 1902 surge na cidade de Porto Alegre a Associação Satélite Prontidão, espaço conceituado contemporaneamente como um Território negro:

[...] espaços, nos quais se consolidam os Territórios Negros Urbanos, os afrodescendentes constroem suas singularidades ao

mesmo tempo em que reforçam o poder da inventividade das suas culturas, promovem a organização social e a impulsão da força política [...]. (BITTENCOURT, 2010, p.140)

Um espaço criado por negros para um grupo específico de negros. Em sua constituição a associação surge como uma sociedade carnavalesca, onde a cultura negra é exaltada, também há a prática de atividades assistencialistas como alfabetização dos sócios e da comunidade na qual estava inserida o clube. Inclusive durante sua trajetória, que hoje somam-se 115 anos, sempre houve o cuidado com a escolha do local da sede porque se objetivava bairros de maior concentração da comunidade negra, ou seja, bairros de Quilombos urbanos e/ou periféricos. Durante esse tempo de existência a associação passou por algumas remodelações estruturais, políticas e sociais que, por vezes, trouxeram transtornos entre os membros, mas sempre visando o bem comum.

A partir da década de 1940, a participação da mulher negra dentro da Associação se torna mais pertinente não somente nas atividades assistencialistas, mas também encarregadas de núcleos fundamentais para o andamento dos projetos desenvolvidos. Podemos citar o grupo de “Senhoras Prontistas” responsável pelo desenvolvimento de diversas atividades junto a comunidade, assim como foram, também, responsáveis por organizar chás, jantares e almoços que, somados às mensalidades dos sócios, mantinham financeiramente a associação. Ainda nessa mesma década o clube passa a promover o concurso “Rainha Negra”, como forma de valorização da beleza não padronizada, mas também da mulher, pois a beleza era apenas um dos fatores a ser valorizado, pois também se avaliava o conhecimento científico das participantes. Em 1956, ocorre a fusão entre o grupo Carnavalesco Prontidão e a Associação Satélite Portalegrense que resulta na então Associação Satélite Prontidão (ASP).

Já nos anos 1970, se destaca o “Grupo Razão Negra”, juntamente com a conjuntura pela qual o Brasil se encontrava²; com um trabalho de conscientização política onde o papel destinado ao negro na sociedade entra novamente em debate. Esse grupo realizou encenações de peças teatrais com críticas sociais, fator que levou a embates com uma parcela conservadora da diretoria da associação. Estes conflitos reafirmaram a importância da existência de um espaço feito por negros onde pudesse ocorrer contestações de questões envolvendo o negro e a sociedade brasileira.

Desde 1988 a ASP conta com um evento denominado Troféu Zumbi, objetivando premiar anualmente negros que realizaram trabalhos em prol da comunidade negra. O clube promove atividades de exaltação da negritude, a preservação da cultura e a discussão do papel do negro na sociedade brasileira, especificamente sulriograndense. A associação foi reconhecida como um expoente no que tange a cultura e identidade negra no ano de 2009 através da Lei Estadual 13.183, que a homologada como Patrimônio Histórico Cultural do Rio Grande do Sul.

Assim, a partir desse primeiro contato com o tema proposto pela minha pesquisa e com as leituras feitas até o momento, acredito poder contribuir com os estudos já feitos e publicados. Perceber e reconhecer o caminho trilhado pelo povo negro, no pós-abolição, possibilita entendermos uma parte da história do Brasil e os reflexos dessa realidade sentido pela comunidade negra nos dias atuais como discriminação e preconceitos presentes ainda no nosso cotidiano.

Referencias

BARCELLOS, Daisy M. *Família e ascensão social de negros em Porto Alegre*. Tese (Doutorado em Antropologia Social)- Programa de Pós- Graduação em

² Durante o período de 1964 à 1985 Brasil vivia em um regime de ditadura civil militar, especificamente na década de 1974 assume o governo brasileiro o general Ernesto Geisel.

Antropologia Social- Museu Nacional- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

BARROS, José D' Assunção. *Sobre a feitura da micro-história*, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/viewFile/9336/6428>

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

ENNES, Maria Ivette Nunes et. al. Rio Grande do Sul- *Aspectos da Negritude*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1991.

FEIJÓ, Ana Lúcia Felipe Os 110 anos da Associação Satélite Prontidão em uma viagem através da fotografia (2012-2013). Curso de Especialização em Pedagogia da Arte - Programa de Pós- graduação em Pedagogia da Arte, Faculdade de Educação , Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

JESUS, Nara Regina Dubois *Clubes sociais negros em Porto Alegre-RS: a análise do processo de recrutamento para direção das associações Satélite Prontidão e Floresta Aurora, trajetórias e a questão de identidade racial (2004-2005)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia , Instituto de Filosofia e Ciências Humanas , Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

JUNIOR, Iosvaldir Bittencourt. *Territorialidade Negra Urbana: a evocação da presença cultural, política da memória dos negros, em Porto Alegre, delimitando espaços sociais contemporâneos*. In: POSSAMAI, Zita Rosane. *Leituras da Cidade*. Porto Alegre. Editora Evangraf, 2010. p. 129-159.

LESSER, Jeffrey. *A invenção da brasilidade: Identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração*. São Paulo: Unesp, 2015.

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha (orgs.). *Passados presentes*. Rio de Janeiro: Laboratório de História Oral e Imagem, Universidade Federal Fluminense (LABHOI/UFF), 2005-2011. Coletânea de quatro DVDs. Apoio: Editora da UFF, FAPERJ, CNPq e Petrobras.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis- a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição*. São Paulo: UNICAMP, 2008.

Devoção, agência e resistência: a Irmandade do Rosário e São Benedito Dos Pretos da cachoeira

Camille Chies Baldasso¹

Esta comunicação insere-se no projeto de pesquisa “Sob as Bênçãos do Rosário e São Benedito: Ações políticas, identidades, sociabilidades e as artes da resistência (as irmandades de pretos de São Leopoldo e Cachoeira - RS)”. Nosso objetivo é analisar o funcionamento e os significados da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de Cachoeira do Sul, fundada por indivíduos e famílias negras na Província do Rio Grande do Sul. A cidade de Cachoeira, o lócus da pesquisa, se caracteriza principalmente por uma economia agropecuária e fortemente escravista, tendo uma ocupação lusa remota (para os padrões do Rio Grande do Sul) e elevada presença de população negra escravizada e indígena aldeada.

Em 1780 a presença negra é contabilizada na Freguesia de Cachoeira pela população oficial do Rio Grande do Sul². A população escravizada atinge 35,8%, a indígena 57,8%, e os brancos 6,4%. No total foram contabilizados 662 sujeitos. É importante ressaltar que as denominações branco, preto, pardo e forro são muito variáveis e

¹ Graduanda em História - Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) - e-mail: cami.cb@hotmail.com - Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira.

² Fundação de Economia e Estatística De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul Censos do RS 1803-1950. Porto Alegre, 1981, <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/publicacoes/digitalizacao/de-provincia-ide-saopedro-a-estado-do-rs-vol-1-1981.pdf>

de heterogêneos significados ao se tratar dos séculos XVIII e XIX. Em inúmeras vezes a denominação da “raça” é utilizada como uma representação do status do indivíduo, e não somente de sua cor. De acordo com Larissa Viana, é “necessário ter em conta que as identidades são relativas e mutáveis, produtos que são das negociações ou imposições sociais” (VIANA, p. 159). A autora demonstra com clareza como a denominação “pardo”, por exemplo, era utilizada para indicar um distanciamento da condição de escravizado ou de africano, caracterizando ainda uma disparidade com a denominação “crioulo”, muito associado ao mundo da escravidão e aos homens e mulheres de cor nascidos no Brasil colonial. Sendo assim, é sempre necessária a aplicação de uma contextualização histórica ao falarmos sobre a população negra e/ou escravizada.

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de Cachoeira do Sul foi criada no ano de 1813 e o seu compromisso (ainda não localizado) redigido pelos próprios devotos foi confirmado por Carta Régia de 04.08.1820 e aprovado por Provisão de 13.10.1824 do Visitador-Geral Antônio Vieira da Soledade. Em 1864 o Bispo Laranjeira aprovou algumas alterações propostas pelos irmãos, tendo já em janeiro daquele ano aquela autoridade eclesiástica mexido em alguns artigos daquele compromisso. No ano anterior a confecção do estatuto os irmãos já se reuniam na Igreja Matriz de N. Sra. da Conceição, onde detinham consistório próprio. Apesar de sua longa e importante atuação, a Irmandade nunca chegou a construir uma capela própria. Ao focar no funcionamento destas instituições e nas necessidades dos seus membros (sejam elas espirituais ou materiais) podemos observar como se deu tamanha sociabilidade na cidade e as formas de legitimação e reconhecimento social que estas Irmandades traziam para aqueles que faziam parte delas.

Objetivos

Assim como a história por muitos séculos foi contada a partir do ponto de vista do homem, ela também sempre foi contada a partir das partes dominantes da sociedade, sejam elas a Igreja, a Coroa, a burguesia, a elite, os senhores de escravos ou os grandes proprietários de engenho. Tudo depende, é claro, do contexto histórico da colocação, mas foi apenas recentemente que a historiografia começou a abranger certos pontos – já previamente estudados – porém enxergando-os de uma outra forma: através de um determinado grupo que não teve a chance de escrever sua própria história. É o que nos traz a autora Silvia Lara ao discutir os significados políticos da presença cada vez maior de escravizados e libertos nos centros urbanos da América Portuguesa:

Na maioria das vezes, as pessoas sem privilégios nem distinções permaneceram pouco estudadas, ficando difícil estabelecer diferenciações no interior do chamado terceiro estado – tão importantes para a investigação da história social e também da história política. (...) certamente este tem sido um universo historiográfico no qual a dominação e as desigualdades sociais (tais como as entendemos hoje) não costumam ser abordadas. (LARA, 2007, p. 80)

Isso justifica, também, a intensificação do uso da micro história, sendo ela parte de um processo fundamental de incrementar ao amplo processo histórico de determinado espaço de tempo uma visão menos desigual dos fatos e representações da época. Ao tirar o foco da análise dos socialmente privilegiados e reposicioná-la naqueles que muitas vezes foram considerados incapazes de influenciá-la, a história se transforma, vista “ao rés-do-chão”, sob o ponto de vista das classes e categorias dos grupos mais humildes, os trabalhadores.

A partir disso, objetiva-se o desenvolvimento de um trabalho que entenda historicamente a posição destes sujeitos plurais e

complexos, reafirmando a importância da sua resistência e a excelência da sua capacidade de agenciamento social. Pretende-se contribuir para uma nova perspectiva acerca de questões como a autonomia destas instituições, suas formas de identidade devocional e como estas representações contribuíram para uma afirmação social e um posicionamento étnico e racial. Assim, ao trabalhar com os registros dos irmãos do Rosário e São Benedito de Cachoeira buscou-se explorar a dedicação às atividades religiosas e ao trabalho social dentro da comunidade negra. As Irmandades

(...) integravam os indivíduos e liberavam seus anseios de liberação, passando, assim, a ser também o canal de manifestação dos seus membros, o veículo de suas queixas, o palco de suas discussões. Isso se dá, particularmente, em relação as irmandades de negros, únicas instituições nos quais o homem de cor poderia exercer, dentro da legalidade, certas atividades que pairavam acima de sua condição (...) onde, esquecida a sua situação de escravo, poderia viver como um ser humano. (BOSCHI, p. 14)

A Irmandade representava a resistência, a inclusão e a devoção das comunidades negras locais, reconhecidas em sua heterogeneidades e mesmo planos diferenciados. Estes espaços de sociabilidade eram muito ligados às categorias sociais de cada região, contribuindo para que os grupos sociais marginalizados também pudessem ter o seu lugar de devoção e transformando-se em mecanismos próprios de expressão e luta. Esse fato reforça a importância das irmandades de *pretos* no tocante à integração social de seus membros. Ser membro de uma instituição religiosa deste porte não era somente uma distinção social, mas sim um modo efetivo de lutar contra a discriminação e às disparidades que a população negra tinha de vivenciar dentro da sociedade colonial brasileira.

A partir disso, o presente trabalho visa a compreensão do funcionamento desta organização, focando especialmente nas estratégias usadas para a sua manutenção: a arrecadação de

recursos, joias, mensalidades, doações, esmolas, etc. Elaborar breves trajetórias dos irmãos, buscando recuperar fragmentos da realidade social destes sujeitos e as relações entre os universos, não estanques, do cativo e da liberdade também é uma das linhas que este trabalho pretende seguir.

Metodologia

Até o presente momento foram encontrados cinco códices escritos pelos devotos da Irmandade no acervo do Museu Municipal de Cachoeira do Sul. São eles: Livro 1º das Atas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Cachoeira (1846/1885); Livro das eleições dos Irmãos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Cachoeira (1827/1892); Livro 2º de receita e despesa da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário desta Vila da Cachoeira (1834/1875); Livro da Tesouraria da Irmandade da Nossa Senhora do Rosário desta Vila da Cachoeira (1866/1875) e Livro de registros para a entrada de irmãos na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Pretos da Freguesia da Cachoeira (1812/1846). É importante destacar que todos os respectivos códices foram escritos inteiramente por membros da própria Irmandade, fazendo com que tenhamos em nossas mãos um material de valor imensurável. Posicionar estes irmãos *pretos* como protagonistas de sua própria história, tendo em vista a sua tamanha organização e poder de agenciamento social dentro da Irmandade, abrirá possibilidades para vermos a sociedade escravista de uma forma completamente nova.

Para o procedimento da análise será utilizado o Livro de Receita e Despesa da Irmandade, que abrange os anos de 1834 a 1875. O códice analisado é composto por 210 páginas manuscritas. O procedimento de pesquisa iniciou pela transcrição paleográfica integral do códice respectivo, seguido pelo cruzamento das informações com os acervos custodiados pelo Arquivo Público do RS, do Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul e da Cúria de

Cachoeira do Sul. As informações também serão inseridas em um banco de dados.

Resultados esperados

Tal tratamento documental permitiu-nos analisar essa fonte primária qualitativa e quantitativamente, constatando as estratégias de obtenção de receitas e as despesas (investimentos) prioritários daqueles devotos negros. A partir da análise das fontes foi possível encontrar diversas manifestações de provas de apoio mútuo entre os devotos, assim como a possibilidade de diferentes usos do status, demonstrando com bastante clareza os indícios de sociabilidade que existiam dentro destas Irmandades. Uma questão muito importante é a possibilidade de que os “homens de prestígio” dentro das Irmandades fossem considerados brancos ou tidos como socialmente brancos, acontecimento corriqueiro nas Irmandades de *pretos* que necessitavam destes agentes para cargos como a tesouraria ou como escrivão, por exigir “maior capital cultural” e também por serem cargos que exigiam constante vigilância por parte das Irmandades.

Ao trabalharmos com os livros de receita e despesa da Irmandade foi possível traçar diversos aspectos financeiros e devocionais desta instituição. Ao observarmos o rol de seus investimentos dos anos 1834 a 1847, constatamos que a grande maioria deles (33%) eram destinados às catacumbas dos Irmãos, enquanto 22% eram direcionados às missas, 13% aos adornos do altar e 9% à organização e despesas das festas de Nossa Senhora do Rosário. Outros investimentos tais como obras, assistências de esmola³ e manutenção do cemitério também aparecem de forma significativa. Dessa forma pudemos observar as demonstrações de forte mobilização e de autonomia dos Irmãos, de modo que seja

³ A assistência de esmola é uma quantia estabelecida pela Irmandade a ser dada aos Irmãos que necessitarem de auxílio extra. Geralmente isso se dá em casos de doenças graves e/ou condições financeiras ruins.

possível analisar as diversas formas que este agenciamento social teve dentro da sociedade estratificada da época, assim como a proporção das dimensões que estes movimentos tomam ao longo dos anos de funcionamento dessa confraria.

Referências

- BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder*. São Paulo, Editora Ática, 1986.
- FAGUNDES, Rosicler Maria Righi. *Esfaqueamento no Púlpito: O comércio e suas elites em São João da Cachoeira (1840-1850)*. São Leopoldo, PPGH/Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2009.
- GRIGIO, Ênio. “No alvoroço da festa, não havia corrente de ferro que os prendesse, nem chibata que intimidasse”: *A comunidade negra e sua Irmandade do Rosário (Santa Maria, 1873-1942)*. São Leopoldo, UNISINOS, 2016. [Tese de doutorado em história].
- LARA, Silvia. *Fragments setecentistas: Escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- MATHEUS, Marcelo Santos. *A produção da diferença: escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (Bagé, c.1820-1870)*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2016. [Tese de doutorado em história].
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de São Leopoldo: notas sobre as devoções de pardos, pretos, forros e escravos em uma zona de imigração europeia*. 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Curitiba (UFPR), 2015.
- OLIVEIRA, Renata Saldanha. *Cativos Julgados: experiências sociais escravas de autonomia, sobrevivência e liberdade em Cachoeira do Sul, na segunda metade do século XIX*. Santa Maria, PPGH/UFSM, 2013. [Dissertação de mestrado em história]
- SÔNEGO, Aline. “Sob a condição que continue em nossa companhia”: *as décadas finais da escravidão e a transição para o trabalho livre em um município rio-grandense (Cachoeira, 1871/1889)*. Passo Fundo, PPGH/UPF, 2011. [Dissertação de mestrado].

VIANA, Larissa. *O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América Portuguesa*. Campinas, SP: UNICAMP, 2007.

O Djalma e a memória coletiva de uma nação: o Pantera Negra de Ta-Nehisi Coates

Guilherme “Smee” Sfredo Miorando¹

O Pantera Negra foi criado em 1966, por Stan Lee e Jack Kirby, na revista do Quarteto Fantástico de número 52, pela editora de quadrinhos Marvel Comics. Ele é T'Challa, o príncipe de uma nação africana chamada Wakanda, que, ao contrário dos outros países no mesmo continente, se desenvolveu como um enclave tecnológico no meio da savana. Um tanto por causa da religião, voltada ao deus pantera, que acredita que seus ancestrais estarão junto com você após a morte, na Necrópole - a cidade dos mortos -, outro tanto pela região ser rica em vibranium, um metal raro - e fictício no Universo Marvel - com inúmeras propriedades e de valor inestimável. Além disso, Wakanda sempre teve um guardião e sumo-sacerdote, o Pantera Negra. Era ele quem lutava pelo interesse da nação. Por muito tempo o regente da nação de Wakanda também foi o Pantera Negra.

Ta-Nehisi Coates, um premiado escritor e jornalista negro que escreveu um livro em forma epistolar para seu filho, mostrando a ele como é ser negro no mundo. O livro, chamado *Entre o mundo e eu*, foi lançado pouco tempo depois das ondas de assassinatos de negros por policiais, em 2015, que alegaram ter confundido-os com

¹ Mestrando em Memória Social e Bens Culturais - Universidade La Salle - guilhermesmee@gmail.com. Orientadora: Tatiana Vargas Maia - Doutora em Ciência Política

bandidos. Um relato que parece obrigatório para pessoas de todas as cores.

Em sua passagem pelo título do Pantera Negra, que começou em 2015, Ta-Nehisi Coates adicionou elementos que deram estofamento ao mundo de Wakanda. Escritores anteriores, brancos, retratavam os wakandanos como nativos atrasados, apesar da alta tecnologia. Eles usavam enfeites de cabelo e portavam lanças. Os locais do país tinham nomes como A Cova das Piranhas, Os Picos Primitivos, O Vale da Serpente, que denunciavam estereótipos e ignorância por parte dos Ocidentais. Faltava historicidade e autenticidade. Essa representação reforçava uma perspectiva ocidental sobre o dito terceiro mundo.

a ideia de que esses são lugares “fechados” - etnicamente puros, culturalmente tradicionais e intocados até ontem pelas rupturas da modernidade - é uma fantasia ocidental sobre a “alteridade”: uma fantasia colonial sobre a periferia mantida pelo Ocidente, que tende a gostar de seus nativos apenas como “puros” e de seus lugares exóticos como apenas “intocados”. (HALL, 2014, p.47)

A partir dos anos 1990, autores negros como Christopher Priest e Reginald Hudlin passaram a tomar as rédeas da revista do Pantera Negra, trazendo mais veracidade e o ponto de vista dos negros para a narrativa.

Eu acho que eu estava muito interessado em Wakanda como um lugar real. Eu queria que ela se sentisse viva. Eu estava interessado em tornar o mito real, então você precisa de geografia para isso. Você precisa de nomes de lugares. Você precisa saber onde esses lugares são. (COATES in OPAM, 2017)

O primeiro arco de Coates, *Uma Nação Sob Nossos Pés*, trata de uma revolução acontecendo em Wakanda. O povo não acredita mais na legitimidade de T'Chala como rei e, ao mesmo tempo, na tradição dos Panteras Negras como governantes. Por isso, a identidade nacional de Wakanda está fraturada e vários grupos

dissidentes planejam dar forma a um novo governo. Em meio a tudo isso, Shuri, a irmã de T'Challa se encontra entre a vida e a morte. Quando ela desperta, se encontra em um lugar magnífico, plenamente belo, o idílio de como Wakanda deveria ser. Então, surge uma guia em forma maternal, e explica que Shuri se encontra no Djalía, a representação espacial de toda a memória wakandana desde o início dos tempos.

Portanto, cabe a Shuri e a T'Challa restaurarem a coesão e a identidade wakandana para que a nação não se perca em guerras, mas cada um em um *front*. O Djalía é o lugar onde os guerreiros e poetas de Wakanda tiram suas armas e suas forças para manter a nação. O Djalía é a forma para o dismorfismo da memória, uma combinação de influências culturais e sociais sobre o povo daquela nação e que foi alimentada durante anos desde o início daquela civilização.

No mais, se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter suporte num conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apóiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. (HALBWACHS, 1990, p. 51)

Para Coates, manter as idéias coesas e coletivas sobre um passado glorioso define Wakanda e, na verdade, define qualquer nação, no caso de um conflito. Para ele, uma nação não deve ser definida por mitos. As pessoas precisam definir seu presente, aprendendo e lutando com as lições do passado. Para Hall (2014, p.33), a identidade de uma nação entra nessa mesma balança entre as glórias do passado e o passo à frente rumo à modernidade. “As culturas nacionais são tentadas, algumas vezes, a se voltar para o passado, a recuar defensivamente para aquele ‘tempo perdido’ quando a nação era ‘grande’; são tentadas a restaurar as identidades passadas”.

Esse é o papel do Djalia: resgatar - sim, porque nesse caso existe um não-lugar onde esses mitos podem ser encontrados - e manter as histórias de uma era dourada. Segundo Pierre Nora (1993, p. 7) “A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento peculiar da nossa história [a globalização e a aceleração].[...] O sentimento de continuidade se torna residual nos locais. Há locais de memória, pois não há mais meios de memória”. Estes locais de memória só existem porque há um grupo que, coletivamente, transforma aquele espaço em um lugar mágico, como acontece na constituição do Djalia.

A memória é afetiva, é sempre evocada no presente e se acomoda no conforto desses espaços e não-espacos, surgindo como uma seleção do que deve ser lembrado e do que deve ser esquecido. Dessa forma, se opõe à história, que é uma representação dos acontecimentos passados, sempre problemáticos e incompletos. Nora (1993, p. 11) estabelece a ligação entre nação, história e memória afirmando o seguinte: “História santa porque nação santa. É pela nação que nossa memória se manteve no sagrado”. Para o teórico francês, ao ocorrer o abandono do sagrado em prol do social, a importância do passado deu lugar ao aspirar o futuro, “A nação não é mais um combate, mas um dado; a história tornou-se uma ciência social; e a memória um fenômeno puramente privado. A nação-memória terá sido a última encarnação da história-memória”. (NORA, 1993, p. 12)

Entretanto, na acepção de Coates, esse lugar da memória que é o Djalia, é como a forja de armas para que a nação se torne, sim, combate. É um lugar sagrado, mágico, que concentra toda a força de um país. Um espaço ao mesmo tempo simbólico e concreto. Coates define as origens do Djalia da seguinte maneira:

Isso é muito relatado pela tradição dos *griots*² na África Ocidental, e também é devido aos meus dias jogando *Dungeons and Dragons*

² Semelhantes aos escribas egípcios, os *griots* da África Ocidental tinham a função e compromisso de preservar histórias, fatos históricos, conhecimentos e canções do seu povo. Eram como uma espécie

e a classe dos bardos. A idéia de que esses caras podem efetivamente tornar música e história e saga em armas. [...] Lembro-me de todas essas fábulas africanas e coisas que eu li, e pensei: “Puxa, isso seria realmente, muito legal”. A máxima “Ou você é uma nação ou você não é nada” - na verdade vem da batalha dos etíopes em Adowa contra os colonizadores italianos. Eu pensei que tinha uma grande ressonância com Wakanda, este lugar que nunca foi conquistado. Eu tentei ressoar esse assunto o máximo possível. (COATES *in* OPAM, 2017)

A definição do Djalia por Ta-Nehisi Coates, se aproxima do que Benedict Anderson (1966) denominou de “comunidades imaginadas”, alegando que as diferenças entre as nações estão na forma como elas são imaginadas. Ao evocarmos a identidade nacional, estamos buscando um sentido para a nossa existência e para o sentimento que nos torna unos. Essa busca acaba construindo identidades, refletidas nas memórias que criam coesão e nos definem, conforme atesta Hall:

As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. uma cultura nacional é um *discurso* - um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações como a concepção que temos de nós mesmos. As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre “a nação”, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas. (HALL, 2014, p.31)

Seria correto afirmar que o Djalia é tanto um lugar de memória quanto a identidade nacional de Wakanda. Transformar um espaço simbólico em um lugar físico, mas também um entre-lugar, que fica entre a vida e morte - onde se encontra Shuri -, entre a revolução e a tradição - onde se encontra o Pantera Negra -, que

de tutores para príncipes africanos, ensinando-os artes, tradições e cultura. Eles persistem até hoje em muitas comunidades tribais africanas.

escapa, que não tem identidade mas ainda assim a comporta e permanece aberto para transformações é uma grande criação de Coates. Não por acaso, essa definição se aproxima muito dos lugares da memória de Pierre Nora:

Diferentemente de todos os objetos da história, os lugares de memória não tem referentes na realidade. Ou melhor, eles são, eles mesmos, seu próprio referente, sinais que devolvem a si mesmos, sinais em estado puro. Não que não tenham conteúdo, presença física ou história; ao contrário. Mas o que faz os lugares da memória é aquilo pelo que, exatamente, eles escapam da história. [...] Nesse sentido, o lugar da memória é um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações. (NORA, 1993, p. 27)

Da mesma forma que o Djalma se configura tanto como lugar da memória e como identidade nacional, também não escapa da definição de patrimônio, pois se relaciona tanto com o concreto quanto com o simbólico, como um amálgama das duas definições acima.

Resumindo, a elaboração do patrimônio segue o movimento das memórias e acompanha a construção de identidades: seu campo se expande quando as memórias se tornam mais numerosas; seus contornos se definem ao mesmo tempo em que as identidades colocam, sempre de maneira provisória, seus referenciais e suas fronteiras; pode assim retroceder quando ligada a identidades fugazes ou que os indivíduos buscam dela se afastar. O patrimônio é menos um conteúdo que uma prática da memória obedecendo a um projeto de afirmação de si mesma. Esse projeto está destinado a permanecer sempre inacabado; ele pode mesmo se esgotar na esperança de chegar a uma memória total. De fato, como imaginar todos os traços quando se sabe que todo traço advém de algum acontecimento, inclusive a esperança dessa conservação. (CANDAUI, 2012, p. 163 e 164)

É essa esperança de conservação que faz os sábios de Djalia apresentar o local à Shuri. A prática da memória é interessante para a manutenção do patrimônio. Mantê-la coletiva é preservá-la e ressignificá-la para que ela se expanda e defina seus contornos, por mais transitórios que sejam. Candau também traz uma outra frase que resume a origem do conflito revolucionário em Wakanda, um país que sempre foi governado e mantido religiosa, política e miticamente pelos reis Panteras Negras: “Aquele que manipula o passado pessoal, familiar e regional cria-se a si mesmo ao mesmo tempo que cria seus adversários”. (CANDAU, 2012, p. 166). Os reis Panteras Negras aqui se utilizam do “direito divino” de governar, que era próprio dos faraós do antigo Egito, mas também dos reis europeus durante a Idade Média, principalmente no período que ficou conhecido como absolutismo. Portanto, a grande luta no arco de *Uma Nação Sob Nossos Pés*, se dá em função de decidir qual dos grupos, dissidentes ou estabelecidos, que vão dar forma à nova identidade de Wakanda.

As identidades nacionais não subordinam todas as outras formas de diferença e não estão livres do jogo do poder, de divisões e contradições internas, de lealdades e de diferenças sobrepostas. Assim, quando vamos discutir se as identidades nacionais estão sendo deslocadas, devemos ter em mente a forma pela qual as culturas nacionais contribuem para “costurar” as diferenças numa única identidade. (HALL, 2014, p. 38)

Shuri acaba retornando ao mundo vivo, fortalecida pela história que ela descobriu. Ela se torna a detentora da sabedoria de Wakanda, com a visão mais clara do que Wakanda era e é. A guerreira wakandana é também uma ferramenta para a manutenção do Djalia, pois como nos explica Halbwachs (1990, p. 88), a memória coletiva é o grupo visto de dentro e ela tem a validade da duração média de uma vida humana. Essa ferramenta social apresenta ao grupo imagens sucessivas para que o mesmo possa se reconhecer; faz uso de inúmeras analogias, para que se

tenha a impressão, de dentro do grupo, que ele permanece o mesmo; dando, desse modo, a falsa impressão de unicidade que a identidade nacional luta por manter. Isso acontece porque a memória coletiva fixa sua atenção no grupo pois, se olhado de fora, talvez não fosse identificado como algo coeso. Essa falsa impressão, por vezes, pode se tornar uma incapacidade de interpretar a própria história de um grupo ou de uma nação. Coates apresenta a função de Shuri nesse sentido:

Eu estava tentando criar algum tipo de personagem como esse, e ocorreu-me que a incapacidade de ver a história claramente não só teve ecos em alguns dos conflitos que eu escrevi sobre aqui na América, mas que também poderia ter eco em Wakanda. E talvez parte do problema fosse os wakandanos, como ela [Shuri] finalmente diz, acreditarem em seus próprios mitos. (COATES *in* OPAM, 2017)

Uma Nação Sob Nossos Pés reflete a escrita de Coates na América, que retrata tanto os Estados Unidos como Wakanda, como nações cegas por seus próprios mitos de grandeza, impedidas por sua ânsia de ser uma grande cultura, que se espalham mundo adentro e afora. Porém ele, também quer nos mostrar o quanto essas nações são, na realidade, uma coleção de idéias e filosofias em constante conflito, da mesma forma como acontece com a memória coletiva, os lugares da memória, a identidade nacional, o patrimônio e, por fim, o Djalía.

Referências

ANDERSON, Benedict. *Imagined communities*. Londres: Verso, 1966.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2012

COATES, Ta-Nehisi. STELFREEZE, Brian. *Pantera Negra: Uma nação sob nossos pés*. Livro Um. Barueri, SP: Panini Comics, 2017.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

OPAM, Kwame. *Wakanda reborn: tour Black Panther's reimagined homeland with Ta-Nehisi Coates*. *The Verge*. Publicado em 15 mai. 2017. Disponível em: <<https://www.theverge.com/a/marvel-black-panther>>. Acessado em: 20 set. 2017.

Memórias e transgressões: o caso da Maraia's Bonecas de Pano

Gerson Luiz Santos Rocha¹

Em Maurice Halbwachs (2011), a memória coletiva é a memória partilhada por um grupo de pessoas. Um grupo que partilha ligações familiares, religiosas, étnicas, de classe, de gênero ou nação. Na sua tradução do francês tem vindo a adquirir a forma de memória social. Considera-se a memória coletiva como a proposição de que a memória dos grupos não é apenas a mera reprodução das experiências passadas, mas um processo em que estas (as memórias) são vividas em função da realidade do presente. Essa experiência social é praticada pelas pessoas, individualmente ou em grupo, mobilizando os recursos disponíveis pela sociedade e pela cultura.

Para Durkheim, numa perspectiva metodológica, os fatos sociais são tratados como coisa, tornando-se possível tomar esses diferentes pontos de referência como indicadores empíricos da memória coletiva de um determinado grupo (HALBWAHS, 2006).

Segundo Halbwachs (2011) temos a força dos diferentes pontos de referência que estruturam nossa memória e que a inserem na memória da coletividade a que pertencemos, uma memória estruturada com suas hierarquias e classificações, uma memória também que, ao definir o que é comum a um grupo e o que, o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos

¹ Doutorando do PPMSBC – Universidade La Salle/Canoas-RS – Orientador: Prof. Dr. Moisés Weissmann.

de pertencimento e as fronteiras sócio culturais (HALBWACHS, 2006).

Quanto a identidade, Candau (2008) afirma que não pode haver identidade sem memória (assim como lembrança e esquecimento) porque somente esta permite a autoconsciência da duração.

Também, em Halbwachs (2000), encontramos a socialização, feita de continuidade e descontinuidades de “memórias” e “esquecimentos”. A socialização não se conceituava sob a forma de um mecanismo social, mas como um processo de apropriação pelos grupos sociais da sua própria existência.

É nesse contexto sobre a análise dos enunciados que a questão do esquecimento ganha relevância como objeto de análise na teoria social. Nessa perspectiva, o esquecimento não é apenas algo que não está. A relevância do esquecimento é entender a razão do silêncio; entender aquilo que não é enunciado porque o poder social silencia. Porque os atores sociais são incapazes de enunciar. Quais são as razões do silêncio? (LEITE, 2013)

São questões do passado que não podem ser esquecidas. A lembrança é tão relevante para o estudo da memória social como o que é silenciado. São duas partes de uma mesma unidade (LEITE, 2013).

A aproximação com a Maraia's Bonecas de Pano através da Empreendedora Liliane Lemos, ocorreu inicialmente pelas redes sociais, quando conhecemos o seu trabalho e acompanhamos a evolução a cada postagem. Adquirimos duas bonecas após ver a sua exposição numa feira de pequenos empreendedores. Foram duas bonecas de pano negras, feitas de presente para duas mulheres negras, uma adulta, outra idosa.

Acompanhando a trajetória, percebemos a aceitação crescente das bonecas junto as crianças e seus familiares, profissionais liberais e colecionadores. A Maraia's então iniciou a ofertar para seus clientes, bonecas e bonecos negros identificados com personagens da cultura popular atual, como Batman, Super Homem, Capitão

América, Preta de Neve, Homem de Lata, Screk e Fiona, Mulher Gato, Paqueta, Turma do Chaves, todos negros e inclusivos, promovendo a identidade com as crianças negras e suas famílias, cujos pais acabam por rememorar a infância sem a identidade que agora oportunizam a seus filhos com este trabalho.

As bonecas Maraia's já foram enviadas para vários estados do Brasil, para o Canadá e Portugal e hoje propõe o uso de vestidos e fitas para meninas, iguais aos da sua boneca, num processo de valorização da identidade étnica de crianças negras e também de famílias e crianças brancas que buscam com as bonecas Maraia's, favorecer a educação de seus filhos, para formar cidadãos não racistas.

A etnicidade em Figueiredo (2010) “se define como uma categoria que situa o indivíduo ou grupo social como sendo Outro”. O caso da Maraia's Bonecas de Pano, surge não apenas como um resgate da memória étnica de afrodescendentes, em especial de crianças e suas famílias, mas também propõe uma transgressão, caracterizada na busca de inclusão em um grupo maior através do compartilhamento de tradições.

Neste contexto, diante da representação das bonecas Abayomi no resgate memorial e das tradições afrodescendentes, seus significados de valorização da ancestralidade, é proposto o enfrentamento a uma hegemonia cultural e popular esbranquiçada. É potencializada a inclusão na cultura atual, através do positivo enegrecimento de personagens da cultura popular contemporânea originalmente brancas. Promove um processo de identidade e potencializa a formação de uma memória que também transgride as memórias negras inesquecíveis, quando ao mesmo tempo, busca superar conceitos de identidade congelados em símbolos tradicionais.

Não há com esta ação, qualquer descolamento da tradição e da memória retratada no significado das Abayomi, mas um passo adiante, a transgressão não na sua conotação criminosa, mas na sua concepção de rompimento com conceitos hegemônicos, sem

descartá-los, mas integrá-los a um novo pensar de inclusão e empoderamento de excluídos.

Referências

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. São Paulo:Contexto,2011 (trad. Maria Letícia Ferreira)

CORREIA Jr. Plínio Carlos Souza. **Etnicidade e memória**. Dicionário de Expressões da Memória Social, dos Bens Culturais e da Ciberultura. Editora UnilaSalle. 2^a. Edição. 2017.

HALBWACHS. M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

LEITE, Pedro Pereira. **Memórias esbranquiçadas**: As heranças africanas nos museus de Portugal. (2013). Universidade de Coimbra. Portugal. http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1097_art13%20Pedro%20-%20revisado2.pdf em 20 de setembro de 2017.

A festa de navegantes: a influência das irmandades negras

Edison Luis Amaral de Moura¹

A historiografia tem produzido muitas obras que mostram a dor e sofrimento a que seres humanos foram submetidos no período da escravidão em nosso país ao longo de quatrocentos anos de sua história. O próprio movimento negro, em alguns momentos, se parece mais interessado em resgatar as injustiças praticadas pelos senhores de escravos. Esquece-se, no entanto, de valorizar os movimentos de resistência organizados por aqueles homens e mulheres, que mesmo sob as tremendas adversidades enfrentadas procuraram preservar uma a sua dignidade, bem como, suas respectivas identidades culturais religiosas. Foi o caso, por exemplo, das irmandades de homens negros. Utilizaremos como um dos eixos principais de nosso estudo, a Irmandade do Rosário que exerceu forte influência sobre os então chamados Festejos de Navegantes. Nosso ponto de partida para este projeto foi o trabalho de Muller (1999), do qual somos tributários, principalmente no que concerne ao papel do que a autora chama de “classe média” negra.

A primeira festa dos Navegantes realizou-se no ano de 1871, portanto alguns anos antes da Abolição. Nesta época a Irmandade do Rosário já era considerada uma confraria cujo poder o e a influência eram reconhecidos, tanto no meio religioso quanto entre os leigos da cidade de Porto Alegre. Os irmãos negros souberam muito bem se valer dessa influência para estabelecer um forte elo

¹ Graduando em licenciatura em História - Universidade La Salle - emourars@gmail.com. Orientador: Artur Cesar Isaia - Doutor em História Social

entre a Igreja do Rosário e as comemorações de Nossa Senhora dos Navegantes (Müller, 1999). Através do poder exercido pela irmandade os irmãos negros conseguiram eleger a Igreja do Rosário como local de visita anual da imagem de Nossa Senhora de Navegantes, o que daria motivo, mais tarde a outra tradição muito forte entre os porto-alegrenses: a procissão de Navegantes. A festa inaugural acontece em 1871, dez anos depois acontece a primeira procissão por terra, partindo do Arraial dos Navegantes (e da capela de mesmo nome) para a Igreja do Rosário. Durante alguns anos a imagem permaneceu na Capela do Menino Deus, de onde partia em procissão fluvial para uma igreja localizada no centro de Porto Alegre, onde deveria ser “conhecida, admirada e venerada”.(Müller, 1999)

Na tradição litúrgica católica a data de 2 de fevereiro representava o dia da Purificação de Nossa Senhora. A imagem ficou sediada no Arraial do Menino Deus, a escolha do local se justifica pela numerosa colônia portuguesa ali estabelecida em 1871. Os homens que haviam encomendado a imagem eram portugueses e com ela pretendiam manter fortalecida sua fé dentro da comunidade.

Não se sabe ao certo o motivo, mas aconteceu de no ano seguinte, na tradicional visita ao centro, a santa desembarca na Igreja do Rosário.

Os irmãos negros já haviam demonstrado seu respeito e veneração pela santa em janeiro de 1871, quando chegou a Porto Alegre a primeira imagem de Nossa Senhora dos Navegantes.

Em 29 de janeiro de 1871 esta devoção voltaria a se manifestar quando através de anúncio no jornal A Reforma, os irmãos eram conclamados a comparecerem, devidamente trajados com as roupas rituais da irmandade, a fim de levar a imagem, da Igreja da Conceição, até a Capela do Menino Deus. Essa conclamação era assinada por um afrodescendente bastante importante na irmandade. Tratava-se de um mulato, chamado Aurélio Veríssimo de Bittencourt, escrivo e Prior da Irmandade do Rosário. A

importância deste homem é enorme no interior da comunidade afrodescendente, chegando a secretário de município e fundador do jornal O Exemplo. Este jornal tem uma importância capital, tanto como veículo da Irmandade quanto como periódico engajado na defesa dos interesses da população afrodescendente.

Não nos é possível afirmar que a tradição de a imagem visitar a igreja do Rosário está relacionada com o prestígio exercido pela Irmandade, entretanto essa é uma hipótese muito provável. É muito importante salientar o fato do sincretismo existente entre Iemanjá dos negros e a santa católica dos navegantes. Os “batuqueiros” negros, apesar de cultuarem Iemanjá em seus terreiros, nunca deixaram de participar das procissões católicas. Sempre compareceram para pagar suas promessas, carregar o andor ou depositar delicadas oferendas nas águas do Guaíba. (Müller, 1999)

Outra participação negra na festa de Navegantes foi exercida pela banda Lira Oriental, com sede no Areal da Baronesa, tradicional reduto negro, que em 1948 de acordo com o Correio do Povo, ficou responsável pelo acompanhamento da imagem da Igreja do Rosário até o Cais do Porto.

A incorporação do consumo da melancia, um dos símbolos da festa, é mais uma prova da inserção da comunidade negra nas comemorações, pelo simples fato de que a fruta era elemento indispensável na dieta dos escravos. O fato é que 36 anos após a extinção da Irmandade do Rosário, a festa de navegantes seguiu sendo, juntamente com o carnaval, uma festa negra por excelência. (Müller, 1999)

A contribuição dos negros foi muito além da festa e das comemorações de navegantes, existem registros de que a irmandade tenha feito grandes investimentos em educação, como por exemplo a criação do Colégio Navegantes e mesmo em saúde com a criação de um posto de atendimento médico, que funcionou nos fundos da igreja até o final dos anos 70.

Metodologia

Para o desenvolvimento da pesquisa utilizaremos a metodologia de história oral, para tanto buscaremos entrevistar moradores antigos do entorno da paróquia de Navegantes.

Utilizaremos também fontes, tais como fotografias e documentos da época que se referem à história do Arraial de Navegantes. Para buscar essas fontes efetuiremos pesquisas junto a Cúria Metropolitana.

Justificativa

A força que move o presente trabalho se justifica em estudar a história das construções políticas, sociais, econômicas e culturais daqueles sujeitos históricos que somente são lembrados pelo fato de terem sido escravizados e submetidos a inúmeras situações de sofrimento. É preciso trazer ao conhecimento dos atuais afrodescendentes que seus ancestrais não apenas sofreram, mas se organizaram, lutaram por sua identidade e dignidade. Em nenhum momento nos propomos a desconsiderar os séculos de opressão e sofrimento. Queremos isso sim, enaltecer a capacidade que estes sujeitos tiveram, mesmo contra toda adversidade, de se organizarem em movimentos de resistência que em muitos momentos foram vitoriosos na luta pela própria dignidade. E neste sentido a resistência cultural desempenha um papel importantíssimo para a organização dos afrodescendentes.

Objetivo geral

Contar uma parte da história da Festa de Navegantes e do bairro Navegantes, bem como mostrar a inserção dos afrodescendentes e das religiões de matriz africana, em um espaço religioso/cultural monopolizado pela cultura eurocêntrica.

Objetivos específicos

Analisar um grande fenômeno cultural religioso como a Festa de Navegantes, sob a ótica dos excluídos e perceber a estratégia destes últimos para reverterem sua situação de inferioridade até atingirem uma situação de apoderamento sobre o evento. Mostrar que mesmo com todas as dificuldades impostas por um modelo social excludente é possível, através de luta e organização, reverter uma situação completamente adversa.

Referências

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3.ed, - Rio de Janeiro : Editora FGV, 2013.

MULLER, Liane Susan. “*As contas do meu rosário são balas de artilharia*” . Porto Alegre: PUCRS, 1999.

MATTOS, Jane. “*Que arraial que nada, aquilo lá é um Areal.*” *O Areal da Baronesa: imaginário e história (1879-1921)*. Porto Alegre: PUCRS. Ago. 2000. Dissertação de mestrado, mimio.

RASCKE, Karla Leandro. *Irmandades negras: memórias da diáspora no sul do Brasil* – 1. ed.- Curitiba: Appris, 2016.

“Eu sou porque nós somos”: experiências do emocionar nas aprendizagens umbandistas

Wagner dos Santos Chagas¹

O presente texto apresenta os resultados da pesquisa desenvolvida durante o curso de Doutorado em Educação realizado no PPGEdu/UNISINOS, entre os anos de 2013 e 2017, orientada pela Dra. Eliane Schlemmer (PPGEdu/UNISINOS) e coorientada pela Dra. Edla Eggert (PPGEdu/PUCRS), que investigou os processos de aprendizagem na Umbanda. O processo investigativo foi estruturado a partir do seguinte problema de pesquisa: Como acontecem os processos de aprendizagem na Umbanda? O problema de pesquisa deu origem às seguintes questões de pesquisa: Como as vivências das práticas religiosas umbandistas se tornam experiências de aprendizagem? De que forma os saberes tradicionais que circulam no terreiro de Umbanda podem gerar novos conhecimentos nos sujeitos umbandistas? De que forma a epistemologia Umbandista dialoga com as epistemologias dos espaços formais de educação?

O problema e as questões de pesquisa possibilitaram estruturar o objetivo geral que foi o de analisar como acontecem os processos de aprendizagem na Umbanda. Os objetivos específicos que estruturaram a pesquisa foram o de compreender de que forma as vivências das práticas religiosas umbandistas se tornam experiências de aprendizagem; investigar como os saberes

¹ Doutor em Educação - Rede Municipal de Ensino de Esteio/RS - tutorwagnergp@gmail.com

tradicionais que circulam no terreiro de Umbanda podem gerar novos conhecimentos a partir da significação e ressignificação dos sujeitos umbandistas; e, problematizar as relações possíveis entre as epistemologias Umbandistas e as epistemologias dos espaços formais de educação.

A diáspora africana e a resistência dos tambores

Na primeira parte da tese apresentou-se como a religiosidade de matriz africana foi capaz de se consolidar como um elemento de resistência contra a dominação cultural, bem como um espaço de reconstrução da organização social dos povos africanos no Brasil. Além disso, foram apresentadas as características sociais, políticas e religiosa dos povos iorubás na África. Também foi contextualizado como essas características sociais, políticas e religiosas estiveram presentes no processo de resistência das populações africanas e afrodescentes no Brasil. Concluindo essa primeira parte da tese, foram contextualizadas as origens e as características do Batuque ou Nação e da Quimbanda no contexto da religiosidade afro-gaúcha.

Luz que veio de Aruanda para tudo iluminar: Processo histórico de desenvolvimento da Umbanda

Na segunda parte da tese, contextualizando o processo histórico que deu origem a Umbanda, foram apresentadas influências das práticas religiosas dos povos Bantu, as manifestações religiosas do Calundu, do Candomblé Angola, da Cabula, da Macumba e do Candomblé de Caboclo, para problematizar o mito fundador da Umbanda. Nesta parte da tese, também faço uma discussão teórica acerca da perspectiva Ubuntu a partir das pesquisas de pesquisas de Ramose (2002, 2009 e 2010), Nogueira (2011), Barbosa (2012), Malomalo (2014), Nascimento (2010 e 2014) e Louw (2010), e da Biologia do Amor a partir das reflexões teóricas de Maturana (2002), Maturana e Verden-Zoller (2011) e Maturana e

Rezepka (2003).

Jornada metodológica: O conhecimento na Umbanda e seus processos

Já na terceira parte da tese foi apresentada a jornada metodológica, que tem como orientação e desenho metodológico a abordagem de pesquisa qualitativa numa perspectiva de recortes de histórias de vida. Para investigar os contextos das experiências vividas nos processos de aprendizagem da/na Umbanda participaram como sujeitos de pesquisa dez iniciados na Umbanda de quatro espaços umbandistas localizados em quatro cidades da região metropolitana de Porto Alegre/RS: Porto Alegre, Canoas, Sapucaia do Sul e São Leopoldo. A produção dos dados no campo empírico foi realizada por meio de entrevista semiestruturada, com inspiração no método clínico piagetiano, e pelo diário de campo. Para analisar os dados utilizou-se a abordagem de análise textual discursiva. Para Moraes e Galiuzzi (2006) essa abordagem transita entre a análise de conteúdo e a análise de discurso. A partir dos dados analisados foram criadas as seguintes categorias de análise: Práticas religiosas umbandistas, Saberes tradicionais da Umbanda, Ser umbandista, Epistemologia dos espaços formais de educação e Epistemologias umbandistas.

O processo de aprendizagem na Umbanda

Na quarta e última parte da tese discuto, a partir da análise dos dados, como as práticas religiosas da Umbanda estão entrelaçadas com as experiências de aprendizagem dos sujeitos umbandistas. Para Chagas (2017) as práticas religiosas nos espaços umbandistas estão entrelaçadas com as práticas do cotidiano, possibilitando experiências de aprendizagem constantes, pois nessas comunidades não existe a dicotomia entre o terreno e o sagrado. As experiências de aprendizagem podem ser estabelecidas

no preparo das comidas oferecidas aos orixás, caboclos, pretos velhos e demais guias espirituais. Ao aprender o preparo das comidas dos orixás, os iniciados estão imersos em um processo de observação, reflexão e ação. Os sujeitos umbandistas não são observadores externos da experiência religiosa, mas participam ativamente dessa experiência. Durante a feitura das oferendas que utilizam a comida como princípio de troca de energia, ou seja, do axé, histórias são contadas para explicar o porquê da preparação de cada alimento, porque deve ser preparada dessa forma, porque se utiliza essa cor de bandeja para a oferenda desse orixá, porque o número de elementos que compõe a oferenda desses orixás é diferente de outro orixá.

Assim como no princípio do Ubuntu, é na interação entre as pessoas que são iniciadas na religião, entre esses iniciados e as pessoas que procuram os espaços umbandistas, entre todas as pessoas que vivem e convivem nesses espaços com os orixás e guias da Umbanda, que se estabelecem experiências de aprendizagem. Da mesma forma que a palavra aprender é um verbo, ou seja, uma ação, aprender na/a Umbanda também é uma ação. As experiências de aprendizagem na/da Umbanda são estabelecidas na ação de viver e conviver individual e coletivo nos espaços umbandistas. Nesse viver e conviver individual e coletivo, as interações estabelecidas nos espaços umbandistas acontecem de maneira horizontal e vertical. Na interação vertical, as experiências de aprendizagem se estabelecem no diálogo entre os sujeitos umbandistas e os orixás, caboclos, pretos velhos, exus e demais guias da Umbanda.

Nas experiências de aprendizagem nos espaços umbandistas, a multirracionalidade está presente na produção do conhecimento, através de experiências de aprendizagem na Umbanda, representa a ação dos sujeitos umbandistas para a produção do mundo. Ou seja, os sujeitos umbandistas, os espaços umbandistas e a própria Umbanda emergem juntas em um processo de viver e conhecer para cada sujeito aprendente. Essa ação dos sujeitos umbandistas é individual e coletiva, em um processo de devir, de vir a ser. Aqui, o

iniciado representa o individual, os múltiplos elos que compõem a corrente da comunidade, as várias formas de ser nos espaços umbandistas. Já o coletivo representa o fluxo das relações entre esses sujeitos umbandistas com os orixás e as outras pessoas que vivem e convivem nos locais onde se desenvolvem as práticas religiosas.

Conclusão

Retomando os objetivos específicos que orientaram esse processo investigativo, foi possível constatar que nos espaços umbandistas que as práticas religiosas não se separam das experiências de aprendizagem. Nesses lugares onde se desenvolve a Umbanda, viver é conhecer pelo conviver em comunidade. Aqui, tanto os sujeitos umbandistas como os espaços onde ocorrem suas práticas religiosas e a própria Umbanda estão entrelaçadas, em um processo de desenvolvimento mútuo. Essas experiências de aprendizagem acontecem por meio da significação e ressignificação das práticas cotidianas dos espaços umbandistas como preparar a comida dos orixás, a preparação de um banho de ervas ou de um chá, por exemplo. No cotidiano desses espaços, durante essas práticas, os sujeitos umbandistas estabelecem interações verticais e interações horizontais onde os iniciados mais novos e os iniciados mais antigos constituem espaços propícios para aprendizagens por meio do diálogo e nas interações verticais, a aprendizagem está ligada diretamente ao sagrado, ou seja, está no diálogo direto com as entidades da Umbanda. O emocionar umbandista denota ações onde o outro é um legítimo outro através do amor. O amor possibilita, nos espaços umbandistas, as práticas de cuidar e ajudar as pessoas, da comunidade ou que não pertence à comunidade, por meio da caridade. Esse emocionar possibilita relações de aprendizagem mediadas pela humildade e pela fraternidade. Ou seja, podemos dizer que o emocionar umbandista está intimamente ligado aos saberes tradicionais da Umbanda.

No processo de pesquisa foi possível compreender que os saberes tradicionais que estão presentes nos terreiros são os fundamentos das práticas cotidianas, mas não as práticas em si. Os saberes tradicionais se mantêm como uma pedra fundamental, o que muda são as práticas cotidianas dos espaços umbandistas.

Durante a pesquisa pude constatar que as epistemologias dos espaços formais de educação estão muito presentes nas sessões de doutrina dos espaços umbandistas. Nessas sessões de doutrina, a perspectiva do ensino, cujo conhecimento é compreendido enquanto transmissão de informações, ou seja, como algo externo ao sujeito, que precisa ser “impresso” em sua mente por alguém que sabe, é forte.

Outra constatação que foi possível durante a pesquisa é que os espaços umbandistas possuem uma grande diversidade epistemológica. Por isso, não podemos dizer que existe uma epistemologia umbandista, mas várias epistemologias umbandistas. Aqui, a epistemologia não é aquela com “E” maiúsculo, que é universal e monorracional, ou seja, uma epistemologia que objetiva estabelecer que existe apenas uma forma de produção do conhecimento. As epistemologias umbandistas são epistemologias com “e” minúsculo, ou seja, não são epistemologias menores, mas que compreendem que o conhecimento é produzido e legitimado a partir das características próprias dos espaços umbandistas onde os iniciados vivem e convivem.

Depois de todo o processo de investigação foi possível compreender que aprender na Umbanda é um processo de viver e conhecer em comunidade, onde os saberes tradicionais umbandistas estão entrelaçados com as configurações do emocionar presente nos espaços umbandistas. Nesses espaços, existem muitas formas de aprender que representam uma grande diversidade epistemológica. Isso me permite inferir que cada espaço umbandista possui seus próprios processos de aprendizagem a partir de uma epistemologia local.

Referências

- CHAGAS, Wagner dos Santos. **“Eu sou porque nós somos”: Experiências do emocionar nas aprendizagens umbandistas.** Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo, 2017.
- LOUW, Dirk. **Ser por meio dos outros: o Ubuntu como cuidado e partilha.** Revista IHU On-line, São Leopoldo: Instituto Humanitas - Unisinos, Ano X, nº 353. 2010.
- MALOMALO, Bas'ilele. **“Eu só existo porque nós existimos”: a ética Ubuntu.** Revista IHU On-line, São Leopoldo: Instituto Humanitas - Unisinos, Ano X, nº 353. 2010.
- MALOMALO, Bas'ilele. **Filosofia do Ubuntu: Valores civilizatórios das ações afirmativas para o desenvolvimento.** Curitiba: CRV, 2014.
- MATURANA, Humberto. **Emoções e linguagem na educação e na política.** Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- MATURANA, Humberto; REZEPKA, Sima Nisis. **Formação Humana e Capacitação.** Petrópolis: Vozes, 2003
- MATURANA, Humberto; VERDEN-ZOLLER, Gerda. **Amar e brincar fundamentos esquecidos do humano.** São Paulo: Palas Athenas, 2011.
- NASCIMENTO, Alexandre do. **Ubuntu como fundamento.** UJIMA - Revista de Estudos Culturais e Afrobrasileiros. 2014
- NOGUEIRA, Renato. **Ubuntu como Modo de Existir: Elementos Gerais para uma Ética Afroperspectivista.** Revista da ABPN, nº 3. 2012.
- RAMOSE, Mogobe B. The ethics of ubuntu. In: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P.J. (eds). **The African Philosophy Reader.** New York: Routledge, 2002
- RAMOSE, Mogobe B. Globalização e Ubuntu. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul.** São Paulo; Editora Cortez. 2009.

RAMOSE, Mogobe B. **A importância vital do Nós.** Revista IHU On-line, São Leopoldo: Instituto Humanitas - Unisinos, Ano X, nº 353. 2010.

Cacique sete ondas: memória e identidade de um centro umbandista de Canoas -RS (1955 - 2017)

Marilda Battilana da Silva¹

Comunico meu Projeto de Pesquisa que está sendo desenvolvido na Universidade La Salle no Curso de Mestrado em Memória Social e Bens Culturais. A proposta da minha pesquisa tem como objetivo abordar um tema que não foi contemplado na monografia de especialização. "Um Outro Olhar Sobre o Bairro Niterói: Desde Suas Origens Até Os Dias Atuais (1932 - 2001).

O meu objeto de pesquisa é o Centro de Umbanda Pai Oxalá - Fraternidade Cacique Sete Ondas, que desde a década de 1950 faz parte da vida da comunidade canoense, uma vez que é o Centro mais antigo da cidade e o que vai dar origem aos outros Centros Umbandistas.

O referido Centro passa, na atualidade, por modificações substanciais na sua gerência e na condução dos trabalhos. Desde sua fundação, a Casa passou por modificações quanto ao esforço doutrinário e espiritual. Indago se há transformações na gerência mnemônica do Centro, com a prescrição do que deve ser lembrado ou esquecido, de acordo com as conjunturas de exercício do poder vigentes na Casa. Minha preocupação, portanto, é relacionar o esforço identitário e mnemônico desenvolvido no Centro Cacique Sete Ondas com a forma com que o poder é exercido na casa.

¹ Mestranda em Memória Social e Bens Culturais - Universidade La Salle - mbattilanas@yahoo.com.br
Orientador: Artur Cesar Isaia - Doutor em História Social

Penso que a Universidade na qual faço o meu Mestrado precisa refletir sobre a realidade na qual está inserida, articulando-se mais incisivamente com o Ensino Fundamental e Médio. Por outro lado, a escolha da pesquisa recaindo em um Centro de Umbanda teve em vista a presença dos estudos sobre África e Cultura Negra. Estes são conteúdos transversais obrigatórios, desde a publicação da Lei 11.645 de 10/03/2008 (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2017). Tenho vivência e compromisso com a educação pública, uma vez que sou professora, em exercício no Ensino Médio, lotada na Escola Estadual de Ensino Médio André Leão Puente, nesta cidade. Portanto, minha integração ao Mestrado desta Universidade e meu trabalho de investigação em curso, têm oportunidade de aplicação praticamente simultânea, o que dá mais importância social e profissional ao mesmo. Penso que meu trabalho não se trata de uma pesquisa meramente diletante, mas relacionada diretamente com a possibilidade de relacionamento e aplicação da mesma na realidade profissional e sociocultural da qual faço parte.

O meu problema inicial de pesquisa diz respeito à articulação entre memória, identidade e poder. Até mesmo porque integro, no Curso de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais, a Linha de Pesquisa "Memória Cultura e Identidade". Sendo assim, problematizo se é possível detectar, no lapso de tempo no qual o Centro de Umbanda Pai Oxalá - Fraternidade Cacique Sete Ondas está ativo (1955 - 2017), modificações quanto ao seu projeto mnemônico? Em outras palavras, neste lapso de tempo, os dirigentes, médiuns e demais trabalhadores apresentam modificações em relação aos conteúdos lembrados ou esquecidos? Essas modificações mnemônicas, se existem, relacionam-se com o exercício do poder no interior do Centro? O problema inicial de pesquisa, sumariamente diz respeito à possível relação entre quem exerce o poder nesta Casa e o ato de lembrar ou esquecer.

Apresento três hipóteses ou questões norteadoras do meu projeto de pesquisa:

1º - De 1955 à 2017 sucedem-se três dirigentes espirituais (Caciques). Neste lapso de tempo há modificações, não apenas na área administrativa e doutrinária, mas na gerência mnemônica da casa (a prescrição do que deve ser lembrado ou esquecido).

2º - A gerência da memória e o esforço identitário do Centro estudado estão ligados a uma estrutura de mando verticalizada, que se mantém desde a sua fundação.

3º - A partir das duas questões norteadoras anteriores levantadas, questiona-se quanto à possibilidade de permanência de uma administração centralizada e verticalizada nos nossos dias.

Meus objetivos estão relacionados ao esforço identitário e mnemônico do Centro de Umbanda Pai Oxalá - Fraternidade Cacique Sete Ondas com a forma com que o poder é exercido na Casa.

Quanto aos objetivos específicos apresento quatro:

1º - Conhecer a morfologia própria do poder exercido no Centro Cacique Sete Ondas em uma perspectiva temporal.

2º - Diferenciar os possíveis projetos de poder, identidade e memória próprios das três administrações.

3º - Diferenciar as administrações quanto ao esforço doutrinário e ritual.

4º - Articular o Centro estudado, suas autoridades e esforços doutrinário, com outros Centros Umbandistas, em Canoas e fora desta cidade, que se consideram ligados à tradição da Casa.

Minha justificativa para a realização do estudo de uma Casa de Umbanda em Canoas reveste-se de grande importância devido à pouca produção científica com referência a esta temática.

Canoas existe como município desde 1939 e a Casa a qual estudo está ativa desde 1955. Os estudos sobre as religiões afro-brasileiras no Rio Grande do Sul até o presente, não abordam a

cidade de Canoas. Este estudo, justamente vai ao encontro desta carência na bibliografia especializada (principalmente se tratando das Ciências Sociais). Minha formação acadêmica foi Licenciatura Plena em História pela UNISINOS (1997). Desde essa data tenho lido sobre o assunto e a lacuna científica detectada permanece. Em 2000 realizei um Curso de Pós-Graduação (Especialização em História Contemporânea no então Centro Universitário La Salle), ocasião em que aprofundi meus estudos sobre a cidade de Canoas, elaborando uma monografia sobre o Bairro Niterói. Nesses estudos notei que, ainda que a presença das religiões Afro-Brasileiras no Bairro estudado e na cidade de Canoas fosse saliente (Silva, 2000), não havia produção acadêmica a respeito.

Destaco a relevância social do projeto e proponho uma investigação extremamente voltada para a realidade sociocultural da cidade de Canoas. Sendo o papel e a saliência das religiões Afro-Brasileira na realidade nacional defendido na bibliografia especializada sobre a temática, proponho um estudo voltado justamente para esta realidade sociocultural. Sendo a UNILASALLE uma Universidade Comunitária, penso que a minha colaboração, refletindo sobre a realidade sociocultural é significativa. Além disso, como já salientei na seção inicial, o estudo de uma Casa de Umbanda impõe-se tendo em vista a minha atuação profissional como professora do Ensino Médio.

O Projeto apresenta viabilidade econômica, já que resido em Canoas, no próprio bairro Niterói e os custos orçados estão dentro do previsto inicialmente. No momento já tenho entrevistas realizadas com integrantes e ex-integrantes da Corrente Mediúnica, bem como outros frequentadores do Centro, além de várias fichas de observação. Já produzi trabalho, o qual já foi devidamente publicado (SILVA, 2016).

Meu Referencial Teórico está intimamente relacionado com a problemática do trabalho, bem como suas hipóteses e objetivos. Sendo assim, os autores com os quais vou dialogar teoricamente discutem questões relacionadas com a memória, identidade e poder.

Para compreender as questões relacionadas à memória, vou valer-me dos estudos, principalmente de Halbwachs (2006). Este autor, mostrando a proeminência da memória social sobre a individual, remete às questões do exercício do poder na sociedade. Em relação a este item, a presença de Bourdieu (2004) será fundamental. Como estou interessada na relação entre exercício do poder e memória, é fundamental compreender como este poder se fundamenta, a fim de assegurar a proeminência de quem o exerce. Esta proeminência para Bourdieu está relacionada à existência de uma acumulação de capital especialíssima, por ele denominada de acumulação simbólica. Significa que aqueles que exercem o poder procuram fundamentar o seu exercício no que o autor chama de "bens simbólicos". Esses "bens simbólicos" são uma espécie de ativo patrimonial, contudo do ponto de vista cultural. São bens reconhecidos como caros por parte da sociedade e que dá a seu detentor, poder social e político. Por exemplo: em uma sociedade umbandista, o exercício da mediunidade representa um bem simbólico, capaz de emprestar ao seu titular poder e prestígio. As discussões de Bourdieu relacionam-se com aquelas de Halbwachs, no sentido em que, para este autor, a memória do indivíduo, embora não deixe de existir, está relacionada com o que entende como memória coletiva. Esta memória coletiva é remetida, por Halbwachs, às interações, aos contextos sociais, ao exercício do poder, que fazem com que nossas memórias individuais não coincidam totalmente com a memória dos grupos aos quais socialmente pertencemos. Como vou trabalhar com entrevistas, a História Oral será fundamental no meu trabalho. Vou optar por trabalhar com o referencial de Verena Alberti (2005). Segundo o modelo previsto por esta autora, vou elaborar minhas entrevistas, transcrevê-las e elaborar os devidos instrumentos legais, pelos quais os entrevistados darão consentimento à publicação de suas falas.

Para finalizar apresento a metodologia da pesquisa que é exploratória qualitativa, que se alicerça na investigação desde a fundação do Centro de Umbanda Pai Oxalá - Fraternidade Cacique

Sete Ondas em 22 de Outubro de 1955 até os dias atuais. Utilizo também documentação do acervo privado do Centro de Umbanda, bem como, dos médiuns da Casa, além das entrevistas dos membros da Corrente mediúnica.

O nosso Mestrado tem como característica ser profissional e sua ênfase no impacto social da pesquisa científica. O mestre profissional gera uma série de produtos técnicos que contribuem para que sua pesquisa repercuta na sociedade. Sendo assim, optei pela publicação de um livro didático que apresente a Casa de Umbanda mais antiga da cidade de Canoas. O referido Centro tem muita importância no município uma vez que faz parte da vida da comunidade canoense e que vai dar origem a muitas outras Casas, assim, é uma oportunidade de abordar a temática ligada a Cultura Afro-Brasileira. Acredito também ser importante apresentar para professores (as) da rede pública o meu trabalho de pesquisa, em forma de palestras ou seminários, pois será uma forma de ter contato com um tema pouco desenvolvido dentro do nosso município. E por fim, como resultado final de pesquisa, seria muito importante criar um Banco de Dados da Umbanda em Canoas, estes dados estariam disponíveis no Observatório Cultural do Unilasalle, material que ficaria à disposição de outros pesquisadores interessados em estudar as Religiões Afro-Brasileiras em Canoas.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Lei 11.645*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/11645.htm. Acesso: 04/09/2017.

SILVA, Marilda Battilana da. Um outro olhar sobre o bairro Niterói: desde suas origens até os dias atuais (1931 - 2001). Canoas: UNILASALLE, 2000.
Monografia de Especialização em História Contemporânea.

VERENA, Alberti. *Manual de história oral*. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

(Re)Memorando a ancestralidade: a oralidade e a hierarquia em um terreiro/barracão de Candomblé

Sandro Rodrigues da Silva¹

A ideia desta pesquisa se deu, primeiramente, por afinidades, interesses, motivações individuais e coletivas sobre o campo religiões afro-brasileiras, também chamadas de religiões oriundas de matriz africana. O Candomblé, explorado neste contexto pela Antropologia e seu campo de Memória Social, desde os primeiros diálogos, serviu de objeto na constituição de um estudo coletivo, rico por experiências, saberes e trocas entre mim - no papel de aprendiz orientando - e meu orientador - no papel de mestre detentor de uma bagagem científica abastada no sentido de contribuir ao presente estudo. Portando, considerando esta construção permanentemente coletiva, utilizaremos como sujeito o pronome “nós” para a representação deste trabalho. O interesse em compreender como a cultura negra, particularmente a religião, se relaciona com a formação identitária brasileira, levou-nos à literatura especializada, em particular, a contribuição da Antropologia da Religião, para dialogar sobre as formas de compartilhamento dos fundamentos ritualísticos no Candomblé e sociabilização do conhecimento através da oralidade e da ancestralidade. Assim, chegamos a Prandi (2005) e Barros (2014), o qual analisa a presença saliente das crenças religiosas de matriz

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais - Univerisidade La Sale - qi.sandro@gmail.com. Orientador: Artur Cesar Isaia - Doutor em História Social.

africana na formação da identidade brasileira. Portanto, as obras de Reginaldo Prandi (2005) e José Flávio Pessoa de Barros (2014) serviram de apoio para repensarmos nosso objeto de estudo.

Observar o Candomblé como uma organização que possui uma estrutura clara e uma hierarquia bem definida, instiga compreender como isso se dá através, tão apenas, da oralidade. Compreender a transferência do conhecimento não escrito, não registrado, entregue na rotina do tempo que se destaca com as ressignificações das práticas mnemônicas de fé.

Diante do exposto, propomos como problema de pesquisa para este artigo o seguinte questionamento: qual a relação entre a oralidade e rituais praticados no Candomblé, considerando sua ancestralidade e sua forte hierarquia sob forma de fundamento de uma religião eminentemente assentada na memória?

Para o objetivo escolhemos relacionar a existência de rituais com a ancestralidade do Candomblé, considerando suas assimetrias de autoridade e os conhecimentos oralmente transmitidos.

A construção social dos terreiros/barracões de Candomblé recebe permanentemente ressignificações ancoradas a seu sistema de símbolos e, conseqüentemente, rituais e práticas de cura. Diante disso, retomamos a oralidade como característica marcante, identificando uma tradição oral e histórica ainda muito presente, que evidencia a ancestralidade sob forma de elemento que pratica a manutenção mnemônica de visão do mundo africano. (PRANDI, 2005)

A aglutinação de diversos povos advindos da África, condicionados exacerbadamente para o território brasileiro, deu origem ao Candomblé, “resultado da reelaboração de diversas culturas africanas, produtos de várias afiliações, existindo, portando, vários candomblés.” (DE BARROS, 2010, p. 11)

Os barracões/terreiros de Candomblé, locais de rememoração e adoração aos orixás (entidades extranaturais) e eguns (ancestrais), demonstram-se transversalmente como um “lugar da memória, das origens e das tradições, onde, além de se preservar um

conhecimento naturalístico e uma língua ancestral, na qual são entoados cantos e louvações”, também ajudam a criar um sentimento de pertencimento ligado a regras específicas de convivência da vida social. (BARROS, 2010, p. 13.)

Dada a importância destes locais na manutenção e ressignificação mnemônica dos rituais candomblecistas, Barros (2014, p.13) apreende que o “terreiro é, portanto, uma associação liturgicamente organizada, em cujo espaço se dá a transmissão e aquisição dos conhecimentos de uma determinada tradição religiosa [...]” e “com regras específicas baseadas no parentesco mítico, no princípio da senioridade e na iniciação religiosa”.

O parentesco mítico citado é uma das heranças ressignificadas da cultura africana que perdura nos barracões/terreiros até os dias de hoje, sendo chamado de “família-de-santo”. Nesse entendimento de família-de-santo, rememorado e transmitido dos mais velhos para os mais novos, consideramos que “essa memória dos dramas que pontuam, animam, ilustram e condensam o universo do parentesco mítico, provoca uma inflexão cognitiva nas representações que orientam o intercuro social numa casa de Candomblé”. (VOGEL; MELLO; BARROS, 2012, p. 33)

Uma característica muito marcante deste sistema cultural que ajuda a distinguir o Candomblé de outras religiões de culturas míticas é a de não conhecer a escrita e ser alicerçado na memória e na ancestralidade. Prandi (2005, p. 20) corrobora ao afirmar que no Candomblé, a oralidade impera, pois para ele “o tempo é circular e acredita-se que a vida é uma eterna repetição do que já aconteceu num passado remoto narrado pelo mito”.

Ao se apossar da oralidade sob forma de narração do mito, o Candomblé se utiliza de seus sistemas de símbolos para criar padrões culturais que funcionam de modelos para estabelecer parâmetros de comportamento que formulam e explicam a ordem geral das coisas, mostrando a dependência dos adeptos aos símbolos e sistemas simbólicos de (re) significados míticos. (GEERTZ, 2008)

Outra característica muito presente na religião dos orixás estudada nesta pesquisa, o Candomblé, é sua organização em termos autoridade religiosa e hierarquia sacerdotal, pois seus conceitos básicos ampliam o conhecimento sobre valores e modos de agir quando se fundamentam na origem africana, oposta aos conceitos ocidentais. (PRANDI, 2005) Tais valores são observáveis entre seus seguidores e possuem influência direta na noção de vida e experiências vivenciadas, mesmo que através da memória não vivida, mas ressignificada através da oralidade. Prandi (2005, p. 20) ainda reforça que “as noções de tempo, saber, aprendizagem e autoridade são as bases do poder sacerdotal no Candomblé”.

Para Barros (2014, p. 41), “a palavra cantada ou falada assume um papel relevante: ela é portadora e desencadeadora de axé”. Tal afirmação vai ao encontro, novamente, da saliente característica da oralidade, utilizada como ferramenta na manutenção mnemônica e aprendida com os mais antigos, aqueles que são detentores do conhecimento.

A hierarquia no Candomblé se liga diretamente às questões de ancestralidade, pois o conhecimento da rotina acumulado com o passar dos anos pelos mais velhos é referenciado pelos mais novos a todo o momento, seja no hábito de andar, falar, cumprimentar e até se alimentar. A reverência ancestral pode ser compreendida como sendo um canal de preservação às raízes africanas evidenciadas na família de santo, pois pouco importa os papéis de seus adeptos fora dos terreiros/barracões. (VOGEL; MELLO; BARROS, 2012)

Diferentemente de como ocorria na África, a ancestralidade se construiu nas práticas religiosas de membros do mesmo terreiro/barracão de Candomblé, pois o que antes considerava as ligações biológicas, hoje recebeu a ressignificação dos laços da família de santo, ou seja, entre membros integrantes do mesmo axé (terreiro/barracão). (VOGEL; MELLO; BARROS, 2012)

Para Barros (2014) estas características relacionadas à ancestralidade ajudam a fortificar os traços de uma estrutura

hierárquica bem definida, onde cada um dentro do terreiro/barracão deve saber sua posição para, inclusive, desenvolver suas atividades. Ao membro mais novo ou um já iniciado, chamados de *abiã* e *Iaô*, respectivamente, cabem questionar ao mais velho, o *ebômin* sobre o que fazer e como fazer, se respaldando que nem todas as perguntas possuem direito à resposta imediata, pois tudo no Candomblé tem seu tempo na oralidade do conhecimento.

Diante deste contexto de transmissão do conhecimento, a língua Iorubana se preserva como mais um traço identitário do Candomblé ancestral, aliada à Língua Portuguesa, instiga a ressocialização do novo adepto através da ressignificação dos termos de “atrasar” ou “adiantar”, pois como já foi elucidado, no Candomblé tudo tem seu tempo dentro do cumprimento do que for necessário. (PRANDI, 2005)

Ainda sobre o processo de aprender, Barros (2014) considera que a hierarquia, a ancestralidade e a oralidade perpetuam e valorizam características como a assiduidade, o progresso e a permanência do adepto dentro do terreiro/barracão de Candomblé, pois é mediante a rotina que se consegue absorver o conhecimento/segreto detido, seja através da observação ou de vivências cotidianas integradas às práticas ritualísticas.

No compartilhamento do conhecimento e na ressignificação dos símbolos um pedido de benção (reverência) “afirma que o mais velho sabe mais e sua verdade é incontestável. Saber é poder, é proximidade maior com deuses e seus mistérios, força mítica que move os mundos, manipulada pelos ritos”. (PRANDI, 2005, p. 48)

Nos ensinamentos dos rituais mais complexos, segue-se o mesmo fluxo dos mais velhos para os mais novos, tudo se concretiza através do mistério e do segredo. Ao compartilhar os aspectos de um determinado ritual como a escolha da reza e os tipos de plantas que serão utilizados, ao ser repassado a um membro aprendiz, tudo deve ser guardado como um tesouro valioso, pois o Candomblé “conserva a ideia de que as plantas são fonte de axé, a força vital sem a qual

não existe vida ou movimento e sem a qual os cultos não podem ser realizados”. (PRANDI, 2005, p. 110)

Ao adentrar um terreiro/barracão de Candomblé e analisar seu complexo sistema cultural de símbolos e, conseqüentemente, ressignificações mnemônicas, nos deparamos com algumas possibilidades de adoção como parte do método da presente pesquisa. Especificamente para este artigo, que apresenta uma reflexão analítica sobre o que já foi publicado sobre o tema, escolhemos como proposta uma pesquisa bibliográfica.

Recorrendo a especialistas, a pesquisa bibliográfica (de fontes secundárias) como coletora de dados integra toda bibliografia já publicada sobre o tema abordado no estudo. “Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que já foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto”. (MARCONI; LAKATOS, 2006, p. 185)

Já para Oliveira (2000, p. 199) a pesquisa bibliográfica geralmente é realizada “em bibliotecas públicas, universidades e, especialmente, naqueles acervos que fazem parte do catálogo coletivo e das bibliotecas virtuais [...], transformando-se rotina para o pesquisador que necessita de constante atualização”.

Diante desta revisão teórica, podemos perceber que, apesar da não presença (nas referências pesquisadas) da escrita no processo de compartilhamento dos saberes do Candomblé, fica evidente que a oralidade tomou papel fundamental na transmissão do conhecimento, fortalecendo uma hierarquia não institucionalizada e valorando os ancestrais da “família de santo”. Nesse sentido, compreendemos o porquê Prandi (2005) relata que é impossível pensar Candomblé abstraindo-se dele as narrativas orais.

As memórias ressignificadas apontam-se desde os primeiros contatos com o sistema cultural do Candomblé. O reconhecimento de membros mais experientes como detentores de “axé” faz a hierarquia desta religião se destacar em suas relações de poder simbólico, onde os mais novos são condicionados a uma nova

compreensão de tempo e espaço em uma sociedade que valoriza a força ancestral.

A língua iorubana e a manipulação das plantas, por exemplo, integram questões mnemônicas de ressignificação do passado africano que emergem através da palavra falada ou cantada. Barros (2014) intensifica esta ideia ao afirmar que sem a ligação com a natureza através do uso das folhas, não existiria nenhum ritual no Candomblé.

São nestes detalhes que evidenciamos a atuação do *ethos* e conseguimos compreender como essa “visão de mundo”, tão bem explorada por Geertz (2008), se faz presente nos Candomblés dos quatro cantos do Brasil. A oralidade faz o sistema de símbolos do Candomblé ter sua manutenção na rotina de fé, de crença, tão bem instigada pelos segredos guardados e compartilhados.

Referências

- BARROS, José Flávio Pessoa de. *A floresta sagrada de Ossaim: o segredo das folhas*. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.
- BARROS, José Flávio Pessoa de; NAPOLEÃO, Eduardo. *Ewé òrìsà: uso litúrgico e terapêutico dos vegetais nas casas de candomblé jêje-nagô*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 5. ed. 2011.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- OLIVEIRA, Silvio Luiz de. *Tratado de Metodologia Científica: Projetos de Pesquisas, TGI, TCC, Monografias, Dissertações e Teses*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2000.
- PRANDI, Reginaldo. *Segredos Guardados: Orixás na alma brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

VOGEL, Arno; NELLO, Marco Antônio da Silva; DE BARROS, José Flávio Pessoa de. *A galinha D'angola: iniciação e identidade na cultura afro-brasileira*. 3.ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

Representações da negritude em Coelho Neto

Artur Cesar Isaia¹

A obra de Coelho Neto adquire maior inteligibilidade ao tecermos a relação entre o autor e o seu universo social. Neste sentido salta aos olhos a relação com a elite republicana na trajetória pública do autor. Republicano convicto, Coelho Neto era extremamente familiar à elite que ascende ao poder após 1889. Um indício desta proximidade está na presença do próprio Marechal Deodoro da Fonseca ao seu casamento, mais precisamente como padrinho. Cavalcanti Proença, na síntese biográfica que escreveu para a edição de “Turbilhão” registra a presença, não só de Deodoro, mas de elementos de proa do novo regime ao seu casamento (Coelho Neto, 1967).

No romance “Turbilhão” Coelho Neto mostra a sua percepção sobre as relações entre uma negra ex-escrava com uma família de pequena classe média. Neste romance duas personagens aparecem interagindo com proximidade: a ex-escrava e sua patroa. A construção das personagens e o enredo apontam para uma realidade indiciária capaz de conectar Coelho Neto, não apenas com o preconceito dominante, mas com autores que há muito deploravam a “promiscuidade” entre as mulheres negras e suas patroas brancas, como fator de disseminação de um caldo de cultura atrasado e patológico, marcado pela superstição, pelos maus hábitos, pela imoralidade. Claramente Raimundo Nina Rodrigues deplorava este “contágio”, responsabilizando-o pelo que julgava ser o conteúdo

¹ Universidade La Salle.

“anormal” da sociedade brasileira da época. As mulheres brancas, principalmente pelo contato cotidiano com as negras seriam tanto as vítimas principais deste “contágio”, quanto tenderiam a embarcar no caldo de cultura da negritude, reproduzindo-o na educação dos filhos e na gerência dos seus lares. Felícia aparece no romance exatamente como um foco deste “contágio” negro, relacionando-se tanto com a quebra da moralidade familiar quanto com a disseminação da doença mental entre seus patrões. O mesmo Raimundo Nina Rodrigues defendia a vinculação estreita entre negritude e patologia, defendendo a suscetibilidade negra à histeria. Por outro lado, defendia a tese de incapacidade dos negros à plena vivência da cidadania e sua inserção no universo institucional republicano. Para o autor os negros (como os sertanejos) eram incapazes de compreenderem a diferença entre quem representava o poder e quem o exercia. Daí a sua fixação na monarquia, vista como a sobrevivência atávica de seu passado de obediência a chefes militares locais e tribais, a régulos com poderes discricionários. Daí, igualmente, a sua persistência no que o autor chama de fetichismo, totalmente oposto à vivência das virtudes republicanas e daí, igualmente, a explicação do porquê defender o caráter potencialmente subversivo de negros e sertanejos: eram seres parcialmente articulados com a ordem republicana. Por outro lado, o autor defendia que a inserção dos negros em uma estrutura de pensamento mágico-mítico, que os impedia de compreenderem a religião dominante. Era o fenômeno identificado por Nina Rodrigues, como “ilusão da catequese”. Em outras palavras, assim como os negros não eram capazes de decodificarem o universo institucional republicano em sua totalidade, também não eram capazes de compreenderem as abstrações teológicas do cristianismo. Em suma, eram seres retardatários frente ao mundo de progresso representado pelos valores caros à elite republicana (Nina Rodrigues, 1939). É dentro desse contexto e desta realidade dialógica que a personagem Felícia aparece no romance “Turbilhão”. Além da sua potencial imoralidade e patologia, a personagem

estreitava relações com um mundo visto com explícitas reservas, tanto pela religião dominante quanto pelo discurso médico e parte do jurídico: a invocação aos mortos em sessões espíritas.

A ex-escrava havia perdido um filho na Revolta da Armada e a partir deste momento passou a procurar conforto em sessões espíritas, que aparecem no romance intimamente relacionadas, com o universo mental e valores da negritude. Ubiratan Machado, já defendera a relação interdiscursiva entre negritude e Espiritismo. Este autor, estudando uma fonte baiana do século XIX, o jornal “Bahia Ilustrada”, citava versos satíricos sobre o Espiritismo, no qual este aparecia como “Candomblé de Branco” (Machado, 1996). Ao procurar lenitivo à perda do filho em sessões espíritas, Felícia aparece marchando ao encontro da patologia mental. O Espiritismo aparecia como o caldo de cultura capaz de catalisar as potencialidades patológicas herdadas pelos negros. Aqui aparecem indícios muito importantes apontando para o relacionamento de Coelho Neto com o discurso médico-psiquiátrico, com o discurso católico (o qual concordava com o médico na condenação cabal ao Espiritismo) e com o jurídico que há muito criminalizara o chamado “baixo Espiritismo”, embora tolerasse o Espiritismo praticado por parte da elite republicana (Giumbelli, 1997). Inclusive, o parentesco de Coelho Neto com a hierarquia católica ficaria muito evidente, um ano depois da publicação de “Turbilhão”, quando escreve “As sete dores de Nossa Senhora”, livro este, inclusive, que contava com o “imprimatur” e da benção especial de D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti (Coelho Neto, 1924).

Inserindo-se interdiscursivamente com os valores da elite republicana e com autores que serviam de “suportes intelectuais” do regime, como é o caso de Raimundo Nina Rodrigues, a personagem Felícia, por outro lado, aparecia favorecendo a licença moral no lar onde trabalhava. Coelho Neto apresenta algumas pistas que relacionavam a mesma ex-escrava, com a fuga da filha da sua patroa de casa e sua inserção no mundo da prostituição. O “contágio” representado pela vivência com a ex-escrava aparecia também desta

forma, estreitando as homologias com os comportamentos esteriotipados dos negros, presentes na própria literatura médica da época.

À fuga da filha da dona da casa, sucede uma investida clara de Felícia junto à patroa para levá-la para as sessões espíritas, intensificando o “contágio” acima referido. Na construção da personagem Felícia e na sua relação com um mundo supersticioso e atrasado, há um indício muitíssimo importante: a forma de tratamento da ex-escrava à sua patroa. Felícia a chama de “minh’ama”. Em um Brasil no qual não existe mais amos escravos, nem cabeças coroadas, o substantivo “ama” aparece como a permanência de uma situação arcaica, escravista, monárquica, estreitando as homologias trilhadas pelo universo ficcional de Coelho Neto entre condição negra e atraso.

Corroborando as teses circulantes no discurso médico da época, no qual se relacionavam negritude, invocação aos mortos e patologia mental, só resta à Felícia a loucura. A loucura de Felícia é descrita com cores quase naturalistas, praticamente embarcando o narrador em um fatalismo capaz de encará-la como inevitável para alguém da sua condição. Se a vinculação entre Espiritismo, imoralidade e negritude aparece de forma explícita em “Turbilhão”, em breve a biografia do autor mostraria uma reviravolta inusitada. A partir de uma série de perdas familiares (dos treze filhos que teve, sobreviveram apenas sete) e da morte da sua neta, Coelho Neto capitularia de sua posição contrária ao Espiritismo, do qual se tornou adepto.

Referências

COELHO NETO, Henrique M. *Turbilhao*. Rio de Janeiro: Tecnoprit, 1967 [1906].

_____. *As sete dores de Nossa Senhora*. Porto Chardron, 1924.

GIUMBELLI, Emerson. *O cuidado dos mortos. Uma história de condenação e legitimação do Espiritismo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

MACHADO, Ubiratan. Os intelectuais e o Espiritismo. Niterói: Lachâtre, 1996.

NINA RODRIGUES, Raimundo. *As coletividades anormais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.

Manifestações culturais afrodescendentes no discurso protestante

Elizete da Silva¹

Pretendemos nesta comunicação abordar, na perspectiva da História das Religiões e interfaces com a História Cultural, os discursos que os protestantes construíram sobre a cultura afrobrasileira. Entendemos a cultura como todas as realizações do homem, incluindo as relações com o sagrado e suas diversas formas de manifestação. O Brasil é multicultural, com uma população formada a partir de três grandes grupos: branco, negro e indígena, resultante de um contexto colonial, no qual o branco foi o colonizador e negros e indígenas escravizados, como mão de obra. A escravidão durou quatro séculos e contaminou as relações sociais: produziu discriminação e estereótipos. Os negros e negras transplantados da África em condições sub-humanas construíram a riqueza econômica da América Portuguesa, depois do Império Brasileiro. Os escravos “eram as mãos e os pés dos senhores”. (ANTONIL,1955).

Ao falarmos de manifestações culturais afrodescendentes nos referimos a contribuição da população africana, como portadora de um rico repertório da língua à rituais religiosos trazidos por homens e mulheres, que apesar da subalternização foram capazes de preservar a sua identidade cultural. Conforme o censo de 2010 do IBGE o total da população brasileira é de 190.732.694, 14.517.961 pessoas se declararam pretas e 18.277.333 se reconhecem pardos,

¹ Professora Titular Plena da Universidade Estadual de Feira de Santana - Pós-doutorado em História na Universidade de Évora - cliosilva@yahoo.com.br.

descendem de ancestrais africanos. No que pese o projeto colonizador, impondo uma cultura europeia e cristã, os afrodescendentes cultivaram práticas e sociabilidades ancestrais, que remontam às comunidades africanas.

A categoria protestantismo abriga um leque de grupos cristãos reformados ou evangélicos, provenientes do movimento reformista do século XVI, ocorrido na Europa, portadores de alguns princípios divergentes da Igreja Católica. Engloba diversas denominações, que se instalaram no Brasil a partir da primeira metade do século XIX: luteranos, anglicanos, metodistas, congregacionais, presbiterianos, batistas, episcopais. Os pentecostais da Congregação Cristã do Brasil e da Assembléia de Deus se organizaram em 1910 e 1911, respectivamente e os neopentecostais, a partir de 1970, representados na Igreja Universal do Reino de Deus. O foco da nossa análise é a Denominação Batista e a Igreja Universal do Reino de Deus.

O conceito de etnocentrismo significa a pretensão de superioridade de um grupo étnico sobre os demais e preconceito contra manifestações culturais consideradas inferiores. No século XIX cientistas europeus inventaram o darwinismo social, com uma pirâmide das principais raças, que colocava no topo os europeus anglo-saxões, descia para os de origem latina e assim sucessivamente até chegar à base da pirâmide com os negros e indígenas. O etnocentrismo era uma forma de legitimar a escravidão e o colonialismo, a dominação branca sobre povos e etnias não brancas.

Os protestantes organizaram instituições no Brasil a partir da segunda metade do século XIX. Além de certo lustro moralista, não foram feitos esforços condenando a escravidão no País. Entre os Batistas, já nas suas origens norte-americanas observam-se as práticas escravistas. Em 1845, organizou-se a Convenção Batista do Sul dos E U A, em Richmond, que aceitava a escravidão. A junta de Richmond, ao avaliar as possibilidades de envio de missionários para o Brasil, admitiu similaridades entre os dois países: “o Brasil

era como os Estados Unidos, tem escravos e os missionários enviados pela Convenção Batista do Sul não podiam sentir-se constrangidos a combater a escravidão e envolver-se na política do país”. (CRABTREE, 1962, p. 58).

Os primeiros colonos norte-americanos batistas foram proprietários de escravos. Após a abolição em 1888, condenaram o escravismo como incompatível com a fé cristã. Atitudes contraditórias, que demonstram as dificuldades que tinham para tratar do assunto. Em Santa Bárbara D'Oeste, primeiro núcleo batista, o trabalho escravo existiu como mão de obra. As práticas culturais de origem africana que persistiam na cultura brasileira foram condenadas como diabólicas e inferiores. A superioridade da “raça anglo-saxônica” fazia parte das reflexões batistas dos EUA. Em 1895, *The Mission Journal*, publicou *A Raça Anglo-Saxônica Promete Ser Uma Raça Universal*, evidenciando o etnocentrismo: “O Sr. Darwin falou: ‘há aparentemente muita verdade na crença que o maravilhoso progresso dos EUA, bem como o caráter do seu povo, são resultados de seleção natural’” (MISSION JOURNAL, out. 1895, p. 20).

A membração batista no Brasil era basicamente negra. Do núcleo inicial da Primeira Igreja Batista, sediada na Bahia, era a maioria absoluta. A atração que a Igreja Batista exercia sobre parte da população negra não se explica apenas pela densidade populacional. A Igreja Católica manteve-se hegemônica no País, mesmo após a queda do Padroado. O sentimento de pertença à sociedade brasileira passava pelo catolicismo, nesse período. Os negros não só buscavam prestígio, também ascensão social numa religiosidade do livro, de pessoas alfabetizadas, que além de oferecer o reino dos céus, poderia propiciar mobilidade social. Estudando o protestantismo pentecostal, Bastide (1971) concluiu de forma semelhante.

O silêncio da cor na documentação dos Batistas da Convenção e o quase silêncio entre os Batistas Independentes era uma forma de apagar as raízes africanas em uma comunidade negra, mas que

passava por um processo de conversão, ou desafricanização, pois consideravam pecaminosas as manifestações culturais de origem africana. Se converter “é mudar de discurso e de prática” (ALVES, 1992), os membros da Denominação Batista deveriam esquecer as suas origens étnicas africanas, as velhas práticas e assumirem o novo discurso do Evangelho anglo-saxônico pregado pelos missionários estrangeiros e absorverem atitudes civilizadas, compatíveis com a doutrina que estava sendo ensinada.

Nessa perspectiva etnocêntrica, ao considerar os postulados religiosos como definidores de superioridade ou inferioridade de determinados povos, os batistas, nesse período, consideravam a etnia africana como o grau mais inferior da escala humana, em franco desacordo com a igualdade pregada pelo Cristianismo. Sob o título *Carta de Londres*, o Jornal Batista publicou as experiências de um missionário na África, o qual relatando suas atividades no Alto Congo, assim se referiu: ...“são esses pobres africanos que atingem ao mais baixo grau de existência de todas as criaturas humanas. A sua estupenda ignorância, grosseiras superstições e bárbaros costumes, por certo não tem paralelo entre os demais povos. (JORNAL BAPTISTA, 15/6/1906, p. 7).

Essa atitude discriminatória espalhou-se na Denominação Batista. Em 1926, o *Correio Doutrinal*, publicou sob o título *Superstição Perigosa*, um artigo no qual o articulista além de condenar as práticas religiosas dos negros como fetichistas referiram-se a alguns que tinham vergonha de se considerarem de origem negra em decorrência desse misticismo que deveria ser combatido. A discriminação, mascarada sob o manto da pureza doutrinária, se desvela chegando até a justificar o próprio racismo dos negros que se envergonhavam de suas origens étnicas. Tal postura do protestantismo ia ao encontro do projeto de *civilizar e modernizar* o Brasil, ou seja, desafricanizá-lo, perseguido pela elite republicana.

Um cântico simples, que se entoava na Escola Dominical e reuniões infanto-juvenis, tinha a seguinte letra: *Meu coração era*

preto/ mas Cristo aqui já entrou/Com o seu precioso sangue Jesus já me lavou. (Música de domínio público). Acompanhava a ilustração: em primeiro lugar aparecia a figura de um coração de cor negra, simbolizando o coração cheio de pecado e afastado de Deus, em seguida aparecia um coração de cor vermelha, significando o sangue de Cristo lavando o coração que tinha o negrume do pecado, após isso aparecia o coração de cor branca, representando o coração salvo e purificado dos pecados. Em síntese: a cor negra é a cor do pecado e a cor branca é a cor da salvação. Segundo Fanon: “Na Europa o mal é representado pelo negro. O carrasco é o homem negro, Satã é negro, fala-se de trevas, quando se é sujo, se é negro” (FANON, 2008 p.160).

Na Missão Batista Independente, que se separou da liderança dos missionários dos E U A em 1910, nota-se uma atitude diversa frente aos problemas étnicos. No que se refere à explicitação da cor seguem o comportamento geral da sociedade. Mas, na sua documentação nenhum vislumbre racista foi possível detectar. Tratava-se de um grupo predominantemente negro, o qual teve como fundador um marceneiro negro, o Reverendo Pedro Borges, que dirigiu o grupo por mais de três décadas, o que provavelmente contribuiu para a ausência de discursos discriminatórios.

A Missão Batista Independente foi a única congregação batista que registrou a presença de membros de origem africana. Para os batistas independentes as práticas religiosas dos negros eram incompatíveis com o Evangelho, mas em sua condenação não havia etnocentrismo. A exemplo do que ocorreu com um homem, que teve a sua profissão de fé rejeitada por pertencer à irmandade do Rosário. A referida irmandade era majoritariamente constituída de negros. Muitos rituais afro- católicos eram reminiscências dos cultos africanos ressignificados, é verdade, mas longe da ilegalidade dos Candomblés, que foram tão perseguidos na Bahia. Apenas na década de 1970 os Terreiros de Candomblé deixaram de pedir licença à Polícia para a realização de suas cerimônias.

A Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) é formada, majoritariamente, por afrodescendentes das classes mais baixas. Os neopentecostais estabeleceram um diálogo conflituoso com a “religiosidade mínima” afro-católica brasileira: ao mesmo tempo em que repudia ressignifica práticas tendo como substrato as matrizes que estão sendo repudiadas. A impressão que produz no observador é que a IURD filtra o que lhe interessa dessas matrizes e deixa de lado o que considera “demoníaco”, não condizente para os seus fiéis. A demonização é mediada pela intolerância religiosa.

No livro do Bispo Macedo, *Orixás, caboclos e guias*, encontramos: “Na igreja onde sou pastor, temos centenas de ex-pais de-santo e ex -mães-de-santo que foram enganadas pelos espíritos malignos [...] Depois de assistirem a uma de nossas reuniões, levados pelo programa de rádio ou televisão ou por alguém, transformaram-se em novas criaturas. (MACEDO, 1993, p. 2). De forma pedagógica, o Bispo Macedo, pergunta se “orixás, caboclos e guias são deuses ou demônio”? Responde dizendo que o povo brasileiro herdou práticas religiosas dos índios nativos e dos escravos africanos e que tais religiões, mescladas com doutrinas espirituais, favorecem o “[...] desenvolvimento de cultos fetichistas como a Umbanda, a Quimbanda e o Candomblé”.

A sexta-feira é dedicada à Corrente de Libertação, e tem como objetivo afastar os demônios, libertar as pessoas escravas dessas entidades que, na opinião dos iurdianos, são espíritos malignos em busca de corpos para se manifestarem. O ataque é frontal e agressivo: “Participe de uma reunião de libertação, Jesus Cristo vai libertar você dessa imundície que muitas vezes nada tem de religião. Em muitos casos não passam de engodo, fingimento para tirar o seu dinheiro, a sua saúde e a sua paz sem nada dar em troca”. (MACEDO, 1993, p. 2). O exorcismo é uma prática cristã, reatualizada entre os neopentecostais com conteúdo desqualificador das religiosidades de matrizes africanas.

Os neopentecostais condenam, como feitiçaria, as divindades do panteão afro- brasileiro, o pastor da Igreja Universal do Reino de

Deus do bairro Pituba, afirmou que o prefeito de Salvador estava construindo no Dique do Tororó, “seis orixás, isto é, seis diabos à custa do nosso dinheiro. Isto não é preservar a História é coisa diabólica, não devíamos permitir” (Observação participante em maio de 1997). Os líderes da IURD afirmavam que os orixás não fazem parte da História da Bahia, nem tampouco eram símbolos da cultura baiana. No entanto, o reverso da moeda é emblemático: na mesma medida em que combatem, resgatam a linguagem dos Terreiros de Candomblé nas suas liturgias, em busca de fieis, atraídos pela Teologia da Prosperidade.

Por outro lado, também em nossas pesquisas registramos a presença de um segmento protestante progressista que desenvolveu outras leituras. A partir da década de 1950, em decorrência de vários fatores, setores ecumênicos do protestantismo histórico brasileiro passaram a ter práticas e discursos vinculados aos problemas sociais, organizaram um Setor Igreja e Sociedade, que objetivava propor alternativas políticas, inclusive para as questões étnicas e discriminação racial. Em 1972, organizou-se a Coordenadoria Ecumênica de Serviços, sediada em Salvador, a qual tem uma atuação eficaz junto ao Movimento Negro na Bahia e no Brasil e contra a intolerância religiosa.

Em agosto de 1999, realizou-se, em Salvador, o I Encontro Brasileiro Batista sobre Racismo, sob a égide do Seminário Batista do Nordeste de Feira de Santana, impulsionado pelo Professor Dr. Allen D. Callahan, primeiro professor estadunidense negro da instituição. Conforme um dos organizadores do evento, a participação dos batistas foi fraca, não teve a repercussão esperada. Ainda como resultado da presença do Dr. Callahan no corpo docente do Seminário Batista em Feira de Santana, no ano de 1999 foi instituída a disciplina Teologia Negra, que aborda relações étnicas e o pensamento do negro batista Luther King e outros teólogos afrodescendentes.

Foi organizado em Salvador, em 2004, o Movimento Negro Evangélico, (atualmente atuando em nível nacional) liderado por

um grupo de jovens negros, sem nenhum vínculo institucional. Acreditamos que tal movimento é tributário da influência do Movimento Negro Unificado tão atuante na Bahia, bem como da mudança de práticas e representações que se observam atualmente entre setores protestantes preocupados com as questões étnicas. O exemplo do Reverendo Marthin Luther King demorou décadas para dar frutos no Brasil!

Referências

- ALVES, Rubem. Protestantismo e Repressão. Ática, São Paulo. 1992.
- ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. Salvador: Progresso Editora, 1955.
- BASTIDE, Roger. *As Religiões Africanas no Brasil. Contribuição a Uma Sociologia das Interpretações da Civilização*. São Paulo: Pioneira, 1971.
- CRABTREE. *História dos Batistas do Brasil: até 1906*. Vol. I. 2ª edição. Casa Publicadora Batista, Rio de Janeiro, 1962.
- FANON, Frantz. *Pele Negra Máscaras Brancas*. Salvador. EDUFBA. 2008.
- SILVA, Elizete da. *A Missão Batista Independente Uma Alternativa Nacional*. Diss. Mestrado, UFBA, Salvador, 1986.

Cultura afro- brasileira e espaços urbanos: negociações, tensões e (re)significações

Gerson Machado¹

O espaço tem por missão dar significado ao tempo e à história.
(Walter Benjamin)

As religiões afro-brasileiras possuem uma estreita ligação com os fenômenos naturais. Sua articulação e consolidação se deu em estreita relação com o mundo rural, sem querer afirmar que o rural e o natural sejam sinônimos. Isso se revela, inclusive na linguagem utilizada, cotidianamente, pelos adeptos ao se referirem aos espaços sagrados denominados de “roça”, “terreiro”, “mata” etc.. É evidente a ressonância desse universo na estruturação das relações significativas que consolidam essas agremiações. Poderíamos avançar e perceber que na lida cotidiana do fazer religioso é comum a presença de elementos que nos remetem ao mundo rural, como é o caso do uso de determinados instrumentos para a elaboração das comidas votivas e de consumo diário pelos membros da comunidade. É o caso do pilão utilizado no processamento dos grãos, no fabrico de farinhas, pós, entre outros. A própria sacralização dos animais nos remete aos tempos em que o acesso à proteína de origem animal ocorria através do abate dos mesmos nas residências, em atividades que, geralmente, incluía mais de um núcleo familiar. Era comum as famílias procederem o

¹ Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville – MASJ - Unilasalle (pós-doutorando) - e-mail: gerson_machado@uol.com.br.

abate de animais e serem auxiliadas por vizinhos, que além de receberem um “presente” (pedaço valioso do animal) tinha como retribuição os préstimos e o compromisso de serem ajudados em atividade correlata. Todavia, essas práticas de abate e auxílio mútuo estão se tornando cada vez mais escassas e espaçadas à medida em que a urbanização e suas relações se expandem e tomam o espaço do rural.

O avanço da urbanização no Brasil, especialmente a partir da década de 1940, provocou um movimento de acomodação e reexistência das religiões afro-brasileiras. Não estamos dizendo que anterior a isso elas viviam isoladas em guetos rurais, sem contato com os espaços urbanos, pelo contrário. É importante ressaltar que desde as suas origens essas religiões negociam suas expressões, presenças e ocultamentos, com o mundo urbano (REIS, 2008). Esse movimento pendular é constituído de gradientes que ajudam a entender por que, em determinadas situações, a demonstração de aspectos dessas religiões são tão apreciadas pela sociedade brasileira, como é o caso do culto a Iyemonjá, celebrado nas orlas marítimas e corpos hídricos de várias cidades brasileiras. Diante disso é importante atentarmos para a ressonância e a aceitação deste ritual por boa parte da população brasileira, ressaltando-se que, em muitos casos, os participantes não possuem nenhuma vinculação a elas a não ser essa demonstração de fé sazonal.² Todavia, outros eventos marcam o outro lado da relação desse fenômeno religioso e o espaço urbano, ou seja, a violência, a negação e a tentativa de extinção da herança cultural africana, completada pelos processos de resistências, advindas de estratégias e táticas (CERTEAU, 1994)³

² Não há uma data unificada para esta celebração. É muito comum ocorrer entre os dias 31 de dezembro e 02 de fevereiro. No primeiro caso, no eixo Sudeste/Sul brasileiro e no outro em Salvador/BA, podendo haver variações.

³ O conceito de estratégia e tática é aqui empregado inspirado nas reflexões de CERTEAU 1994 “Chamo de “estratégia” o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um “ambiente” (...) ao contrário, “tática” é um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível” (p. 46)

que operam o hibridismo cultural (CANCLINI, 2011) e os seus processos de apropriação e ressignificações.

A relação da cidade com a construção das subjetividades e alteridades foi investigado pela antropóloga americana Ruth Landes, em 1938 (LANDES, 2002). Sua narrativa muito original para a época, ainda hoje, inspira pesquisas na área. Sobretudo, o que nos interessa para nossa reflexão é a percepção e sensibilidade da pesquisadora que na teia de relações dos candomblés baiano de então, captou o papel preponderante das mulheres e homossexuais na organização das agremiações religiosas, em oposição à sociedade circundante, marcada pelo machismo. Esse refinamento do olhar de Landes é inspirador não só por demonstrar que a sociedade brasileira não possui relações tão monolíticas quanto pensávamos, mas, sobretudo, para ajustarmos nossa sensibilidade e percebermos que a realidade é muito mais multifacetada do podemos supor. Em suma, não podemos nos aproximar de universos de sentidos tão sensíveis com as ferramentas tradicionais de pesquisa que orientam o olhar para as regularidades, homogeneidades, simetrias e estabilidades. Vale ressaltar que determinados movimentos caros à historiografia fazem parte do periférico, das frinchas do sistema. De certa maneira as agremiações religiosas afro-brasileiras compõem-se neste repertório e formam um sistema de valores que é alimentado e ao mesmo tempo as alimenta dando empoderamento e legitimidade aos seus atores.

Este entendimento é o que nos motiva a refletir sobre como se articula ao nível da urbs as relações e os espaços de grupos que, historicamente, sofrem processos de exclusão, mas que mesmo diante de tantos vetores contrários conseguiram se estabelecer e se fazer presentes na paisagem das cidades. Este fenômeno fica muito mais complexo se tomarmos cidades cuja constituição está ligada a empreendimentos de colonização europeia, como é o caso de Joinville/SC e Porto Alegre/RS. A primeira é uma cidade de cerca de meio milhão de habitantes, localizada na região Norte/Nordeste do Estado de Santa Catarina, cuja fundação se vincula às empresas de

colonização europeia que, de meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX, arregimentou milhares de imigrantes que vieram do velho mundo para o Brasil.

Porto Alegre, por sua vez, possui uma população é de cerca de um milhão e meio de habitantes, e é sede de região metropolitana com mais de quatro milhões de habitantes. A capital do estado do Rio Grande do Sul teve sua fundação vinculada ao processo de ocupação europeia que, a partir de meados do Século XVII acolheu portugueses açorianos e, sucessivamente, os de outras etnias e nacionalidades.

Duas cidades situadas na região Sul do Brasil com dinâmicas populacionais e culturais diferenciadas, inclusive no tocante às manifestações religiosas afro-brasileiras. Enquanto em Porto Alegre o campo religioso afro-brasileiro é mais consistente e consolidado, tanto em termos de número de praticantes quanto em termos de visibilidade, a cidade catarinense passou a acolher de forma mais direta tais fenômenos, mais recentemente e por isso, os elos que sustentam essas relações são ainda incipientes e em interessante processo de consolidação. O Batuque Gaúcho é um fenômeno religioso que se espalhou para além das fronteiras do Rio Grande do Sul, atingindo países latino-americanos (Argentina e Uruguai, especialmente), consolidando a região de Porto Alegre como centro difusor e de apoio logístico e litúrgico (ORO, 1999). Joinville se insere mais, como um centro consumidor das religiões afro-brasileira, porém não exclusivamente. De pouco a pouco, algumas performances autênticas, permeadas pelo hibridismo, vão se consolidando no Norte catarinense e servindo como centro difusor, tanto de produtos materiais quanto simbólicos.

Todavia, em que pese os avanços em termos de legitimidade que as denominações afro-brasileiras vêm conquistando nos cenários urbanos, ações de conflito, seja na esfera dos relacionamentos cotidianos entre cidadãos, seja no relacionamento direto com o estado brasileiro são muito presentes. No primeiro caso vale lembrar as ações de intolerância e violência motivadas por

questões religiosas, tão noticiadas nas redes de comunicação, como a invasão e destruição da cultura material sagrada de terreiros, por parte de elementos ligados a determinadas alas do movimento evangélico neo-pentecostal, associados ao tráfico de drogas, especialmente no estado do Rio de Janeiro, e em outros lugares do país. Na relação com o estado trago à baila o caso recente do entendimento do Supremo Tribunal Federal, em que defende o direito do ensino religioso confessional nas escolas públicas do país⁴. Lógico que poderíamos dizer que o direito é extensivo à todas as denominações. Todavia, precisamos lembrar que ações de doutrinação religiosa em espaço públicos não se inspiram, a meu ver, nos ideais democráticos. Isto se agrava se considerarmos a história do Brasil e a interpretarmos como uma construção excludente dos valores das culturas não ocidentais. Ainda pesa nesta questão o fato da escassez de materiais didáticos de qualidade que se baseiam na cosmologia, cultura e nos valores religiosos afro-brasileiros. Enquanto a religião cristã mantém uma base sólida neste sentido, desde o período colonial, as demais denominações ainda engatinham no sentido de prover didaticamente as ações pedagógicas. Deste ponto de vista a decisão do STF não faz justiça nem leva em consideração a trajetória histórica vinculada às questões religiosas no Brasil.

Todavia, algumas táticas adotadas pelas religiões afro-brasileiras servem de exemplo para o enfrentamento dessas e de outras questões que afrontam o direito de ser e de existir da mesma. Retomamos o caso das duas cidades e aqui gostaria de relacionar algumas ações adotadas pelos povos de terreiro para exemplificar como ocorre a “costura” de apoios e aceitações com a sociedade com a qual interage.

⁴ Cf. <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=357099>. Acesso em 30.09.2017.

Apropriações da cidade: resignificações e hibridismos

A primeira situação ocorre, anualmente, desde 2009 num dos espaços mais referenciais quando refletimos sobre o processo de imigração europeia para o Brasil. O Cemitério do Imigrante de Joinville é um patrimônio cultural brasileiro, tombado em 1962 pela antiga Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN, atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN⁵. Sua importância, como seu nome assinala, se refere ao fato de abrigar jazigos dos primeiros imigrantes europeus, predominantemente evangélicos, que se instalaram na antiga colônia Dona Francisca, atual Joinville. “O primeiro sepultamento ocorreu em dezembro de 1851, sendo que o cemitério funcionou até o ano de 1913. Nele constam cerca de 490 sepulturas, embora o número de sepultados supere os dois mil, entre imigrantes e seus descendentes, luso-brasileiros e afro-descendentes que colonizaram a região.”(JOINVILLE, 2012). Em pesquisas documentais recentes descobriu-se que alguns sepultamentos realizados no cemitério não se referiam exatamente aos primeiros imigrantes. Antes sim, há registros de pessoas escravizadas que, por caminhos incertos, acabaram sendo sepultados em jazigos que não possuem quaisquer testemunhos materiais, somente o registro escrito.⁶ O fato da apropriação feita pelos povos de terreiro que passaram a homenagear a ancestralidade negra neste espaço evidencia um ato de profunda criatividade, agência e coragem..

Da mesma maneira o Monumento ao Imigrante, situado na Praça da Bandeira, no centro da cidade, é local onde se celebra, desde 1951 data de sua inauguração, a saga dos movimentos migratórios europeus para o Brasil. A obra erigida no Praça da Bandeira, centro

⁵ Cemitério Protestante (Joinville, SC). Livro Histórico. Inscrição: 354, Data: 9-11-1962. Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Inscrição: 033, Data: 9-11-1962. Nº Processo: 0659-T-62. (IPHAN.2012)

⁶ “Livro de Assentos de Óbitos Católicos da Freguezia de São Francisco Xavier de Joinville (1858 - 1875). Livro nº 1”. Anotações do Padre Carlos Boergenshausen.

de Joinville, materializa o imaginário de época, com destaque às figuras de dois homens munidos de ferramentas (machado e arma de fogo) como instrumentos de colonização, caminhando em direção ao Norte. No sentido oposto, a figura feminina, sentada sobre um baú e cuidando da prole e das posses familiares. Ao centro uma espécie de obelisco encimado, na sua face Leste, pela expressão de oferecimento “Joinville a seus fundadores” em letras garrafais. Abaixo ramos de louro e mais abaixo uma figura em alto-relevo, de um carroção movido por tração animal (cavalos), celebrando o desbravamento dos sertões da antiga colônia dona Francisca. Na Face Oeste um letreiro em fontes garrafais com dizer “9 de março de 1851”, tida como a data de fundação da colônia. Abaixo uma figura em relevo de um navio, meio de transporte utilizado pelos imigrantes para fazer a travessia do Atlântico. Enfim, por mais de 50 anos tal monumento esteve vinculado à memória dos primeiros colonizadores europeus que aportaram na Colônia Dona Francisca. Todavia, desde o ano de 2009, esse monumento passou a ressoar outro significado para as comunidades tradicionais de terreiros e simpatizantes. Desde então as mesmas organizam um cortejo que percorre rua central da cidade, num percurso que sai do Museu Nacional de Imigração e Colonização até a Praça da Bandeira onde está situado o monumento. O cortejo é embalado pelo ritmo ijexá tocado por percussionistas do grupo de Afoxé Omilodê, que embala os demais participantes que, trajados de branco e munidos de flores e água de cheiro procedem a lavagem das escadarias e depositam as flores por todo o monumento numa ação política de denúncia à intolerância religiosa e de combate ao racismo e reivindicando o reconhecimento dessa parcela da população como cidadãos, construtores e fruidores da cidade.

Outro evento que merece destaque é a realização do “Cine Ilê”, que se notabiliza pela exibição de produção audiovisuais que abordam a temática afro-brasileira e convida a sociedade em geral a adentrar os espaços sagrados afro-brasileiros, desmistificando-os e incluindo-os na teia de referenciais urbanas. Por outro lado o evento

tem a intenção de repertoriar as comunidades de terreiro com discussões que valorizam a autoestima e promovem a apropriação de aspectos importantes da cultura bem como positiva a imagem dos terreiros no cenário urbano da cidade. É um evento itinerante, e os terreiros participam mediante credenciamento prévio e é um desdobramento da Semana da Consciência Negra, que ocorre no mês de novembro, mas que pela avaliação dos grupos havia a necessidade de ações contínuas e sistemáticas nos outros períodos do ano, como forma de coesão grupo e fortalecimento das redes de sociabilidade.

No caso da capital gaúcha gostaria de valorizar dois eventos. O primeiro é a significação atribuída ao espaço central do Mercado Público de Porto Alegre. Consta que durante obras de restauração do prédio do mercado os povos de terreiro de Porto Alegre e região se mobilizaram no sentido de defender o espaço central do mercado onde estaria fundamentado o Bara, divindade cujo domínio se relaciona ao mercado e a todas as transações comerciais.⁷ “Conforme a tradição, no centro do Mercado, no meio da encruzilhada que o funda está “sentado” o orixá Bará – entidade responsável pela abertura dos caminhos e pela fartura. Uma tradição que remonta o Mercado como um espaço de reconhecimento e reivindicação da população afro-descendente e da cultura negra da cidade de Porto Alegre”⁸ Enfim, o espaço central do referido mercado adquiriu desde então status de sagrado e é um local de peregrinação e reverência para os adeptos dessas religiões, cuja apropriação ganha impulso à medida que suas performances ganham maior visibilidade, legitimidade e poder de enunciar significados do seu universo sagrado a um espaço corriqueiro, para a maioria dos cidadãos mas repleta de significados para os adeptos e fieis.

⁷ **A tradição do Bara do Mercado.** Direção Ana Luíza Carvalho da Rocha. Porto Alegre/RS. Son/color, DV/NTSC, 2008, 55 min.

⁸ Disponível em: <https://www.ufrgs.br/biev/?xylus-portfolio=o-bara-do-mercado-publico> – acessado em 29.09.2017.

Há outras formas de se entender a construção de significados para a cidade que fogem um pouco aos passos apressados da concretude urbana e do vai-e-vem cotidiano dos mercados públicos. É o caso da Lei Municipal de Porto Alegre nº 10603/2017, que institui o calendário de eventos e o calendário mensal de atividades da cidade. No seu Anexo II há uma listagem dos diversos eventos a que a lei se refere. Em relação aos eventos de caráter afro-brasileiro, dois deles merecem destaques. Ambos são eventos híbridos de ciclo anual: como a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, 02 de fevereiro, e a Festa de Oxum, 08 de dezembro. O primeiro é assim descrito:

Considerada a maior festa religiosa da Cidade, homenageia Nossa Senhora dos Navegantes e seu sincretismo afro-brasileiro.

Em procissão por terra e por água, a imagem de Nossa Senhora é transportada do Santuário Nossa Senhora do Rosário para a Igreja Nossa Senhora dos Navegantes. Na sua chegada, é celebrada uma missa campal, seguida de festa popular com apresentações artísticas e venda de flores, velas, artesanato e alimentos, em especial a melancia, que é tradicionalmente consumida na Festa.

Na data, também ocorre a homenagem a Iemanjá, correspondente de Nossa Senhora dos Navegantes nas religiões afro-brasileiras. São feitas homenagens nas praias, com os devotos lançando nas águas pequenas embarcações com oferendas apreciadas pelo orixá feminino.

Local: Santuário Nossa Senhora do Rosário (Rua Vigário José Inácio, 402, Centro Histórico).(MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, 2010)⁹

O anexo de lei ainda descreve outros eventos como a Festa de Orixá Oxum a qual é descrita:

⁹MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE. Lei Ordinária 10903/2010 de Porto Alegre – RS. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/p/porto-alegre/lei-ordinaria/2010/1090/10903/lei-ordinaria-n-10903-2010-institui-o-calendario-de-eventos-de-porto-alegre-e-o-calendario-mensal-de-atividades-de-porto-alegre-dispoe-sobre-a-gestao-desses-calendarios-e-revoga-legislacao-sobre-o-tema>.

O orixá feminino das águas doces, do ouro, da beleza, do amor e das crianças recebe homenagens, entre as quais se destacam as promovidas na prainha da Usina do Gasômetro e na praia de Ipanema, onde são entregues oferendas, geralmente feitas com trabalhos e despachos à base de mel e quindim.

Também é realizada procissão motorizada pela Av. Guaíba até o Monumento à Mãe Oxum, junto ao qual, durante a noite, ocorre um show de queima de fogos de artifício. Local: (*) (MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, *Op. Cit.*)

O reconhecimento oficial de eventos que agregam memórias de diversas denominações religiosas (católicas, afro-brasileiras, indígenas, entre outras) pode esconder um campo de tensões que movimenta diversos atores, desde o praticante mais humilde até os representantes eleitos no sistema democrático. Há uma cadeia operatória em funcionamento que articula, reconhece e afirma a identidade de minorias como as que temos em questão.

Se por um lado as táticas utilizadas pelas agremiações afro-brasileiras resultam em conquistas como as descritas para o caso da oficialidade gaúcha, é preciso reconhecer que a pujança e a beleza maior desse universo se dá no movimento que proporciona transformações híbridas que garantem novas e cambiantes formas de se singularizar no mundo. Aqui vale retomar os fenômenos da cidade catarinense e em parceria com os da capital gaúcha, reconhecer que as agremiações religiosas afro-brasileiras vêm, cada vez mais, ocupando os espaços das cidades com muita criatividade, protagonismo e coragem.

Referências

A tradição do Bara do Mercado. Direção Ana Luiza Carvalho da Rocha. Porto Alegre/RS. Son/color, DV/NTSC, 2008, 55 min.

CANCLINI, Néstor. **Culturas híbridas.** São Paulo: Edusp, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano** (1- a arte de fazer). 9.ed.. Petrópolis: Vozes, 1994.

<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=357099>.

Acesso em 30.09.2017

<https://www.ufrgs.br/biev/?xylus-portfolio=o-bara-do-mercado-publico> –
acessado em 29.09.2017.

IPHAN. Cemitério Protestante (Joinville, SC). Livro Histórico. Inscrição:354, Data:9-11-1962. Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Inscrição: 033 Data:9-11-1962. Nº Processo:0659-T-62. (Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm> - acessado em 16.10.2012)

JOINVILLE. [http:// www.joinvillecultural.sc.gov.br/site/index.php?option=com_content&view= article&id=71&Itemid=66](http://www.joinvillecultural.sc.gov.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=71&Itemid=66) – acessado em 16.10.2012

LANDES, Ruth. **A cidade das mulheres**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

Livro de Assentos de Óbitos Católicos da Freguezia de São Francisco Xavier de Joinville (1858 - 1875). Livro nº 1”. Anotações do Padre Carlos Boergenshausen

MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE. Lei Ordinária 10903/2010 de Porto Alegre – RS. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/p/porto-alegre/lei-ordinaria/2010/1090/10903/lei-ordinaria-n-10903-2010-institui-o-calendario-de-eventos-de-porto-alegre-e-o-calendario-mensal-de-atividades-de-porto-alegre-dispoe-sobre-a-gestao-desses-calendarios-e-revoga-legislacao-sobre-o-tema>. Acessado em 29.09.2017.

ORO, Ari Pedro. **Axé Mercosul: as religiões afro-brasileiras nos países do Prata**. Petrópolis: Vozes, 1999.

REIS, João José. **Domingos Sodré um sacerdote africano**. 1.ed.. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Deolindo Amorim: Umbandismo não é Espiritismo

Pedro Paulo Amorim¹

Ao refletirmos sobre as relações entre o Espiritismo e a Umbanda e as consequências dessas relações no interior do Movimento Espírita Brasileiro, imediatamente nos vem à lembrança a figura do escritor e jornalista Deolindo Amorim, certamente um dos quatro mais destacados intelectuais espíritas do século passado. Portanto, a questão abordada neste texto é referente à reação do Movimento Espírita Brasileiro, aqui representado na figura de um dos seus maiores representantes à crescente importância tomada pelas invocações aos espíritos no interior das “Religiões Afro-brasileiras”, sobretudo em meados do século XX.

A atuação de Deolindo Amorim no Movimento Espírita foi das mais renomadas e festejadas através dos tempos, nos mais diversos periódicos espíritas. Quatro anos depois do início de sua militância no Movimento Espírita Brasileiro, o encontramos idealizando e organizando o I Congresso de Jornalistas e Escritores Espíritas do Brasil, na sede da ABI, na cidade do Rio de Janeiro, do qual foi eleito presidente, tendo atuação marcante junto com Leopoldo Machado e Carlos Imbassahy. Como fruto desse trabalho, identificamos a futura constituição da Associação Brasileira de Jornalistas e Escritores Espíritas (ABRAJEE), da qual foi sócio-fundador e presidente durante vários anos².

¹ Pós-doutorando da Universidade La Salle - Orientador: Dr. Artur Cesar Isaia.

² GHIGGINO, Ivone M. M. Deolindo Amorim. Rio de Janeiro: Edilar - Editora Lar Fabiano de Cristo, 2007. p. 38-42.

Incansável em seu trabalho pela defesa do Espiritismo e no interior do Movimento Espírita em várias instituições e eventos, Deolindo Amorim participou em 1939, além da criação e organização do I Congresso de Jornalistas e Escritores Espíritas do Brasil, visto anteriormente, também da Coligação Nacional Pró-Estado Leigo, a qual foi presidida por Artur Lins de Vasconcellos Lopes³.

Ao lado de Carlos Imbassahy e Leopoldo Machado, Deolindo Amorim foi um dos mais ardorosos defensores do Movimento Espírita. Participou de corpo e alma das polêmicas, debatendo com o sindicato e entidade de classe dos médicos, autoridades republicanas, o clero e com a imprensa não espírita.

Vamos tomar como fonte principal desse estudo o livro publicado por Amorim: *Africanismo e Espiritismo*. Durante os anos 40 e 50 do século XX podemos destacar o início do período de hegemonia da FEB e também o início da grande expansão e afirmação da Umbanda pela região sudeste do Brasil, fatos esses que culminariam em embates entre representantes das duas religiões, ora se aproximando, ora se distanciando, conforme os interesses de cada uma.

As relações entre o Espiritismo e a Umbanda perdem-se no tempo sem podermos precisar com certeza o início dessa relação e também a maneira como se deu. Entretanto, podemos perceber que no ano de 1926 as relações tomam um aspecto mais institucional, quando a FEB através do Suplemento encartado no Reformador de 16 de outubro daquele ano afirmava que

a Federação, em tese, não infirma as manifestações de “caboclos” nem de “pretos”, conquanto não os adote como norma mais eficiente de trabalho, [...] achando que, do mesmo modo devem proceder as sociedades adesas, uma vez que, como acima fica dito

³ LUCENA, Antonio de Souza. Deolindo. In: NASCIMENTO, Sergio Carvalho do; LIMA, Genival Xavier de; AMORIM, Delta dos Santos (Org.). Deolindo Amorim: Sua Vida, sua Obra. Rio de Janeiro: CELD, ICEB, 1999. p. 115-116. p. 116-117.

tais práticas são, não há que negar, Espiritismo, porém não Doutrina Espírita⁴.

Embora até o ano de 1966 o IBGE não tratasse a Umbanda como uma religião, mas sim, como um conjunto de crenças supersticiosas e seus adeptos serem tratados como kardecistas⁵, fatos esses que dificultam sobremaneira a determinação das quantidades de tendas e de adeptos umbandistas, as pesquisas realizadas por Renato Ortiz nos mostram um Movimento Umbandista pulsante nas décadas de 1940 e 1950, principalmente nas regiões sudeste e sul do Brasil, com mais de 90% dos umbandistas brasileiros.

A força e a organização do Movimento Umbandista na antiga Capital Federal ficam evidentes quando percebemos a formação da Federação Espírita de Umbanda em 1939⁶ e logo a seguir em 1941, realizou-se o Primeiro Congresso Umbandista, na busca pelo estudo e pela codificação dos seus ritos, conforme nos aponta Renato Ortiz⁷.

O Primeiro Congresso do Espiritismo de Umbanda de 1941 teve como característica principal a busca por parte dos intelectuais que o compunham em fixarem explicitamente a identidade, a doutrina e o ritual da Umbanda, fazendo com que associassem a nova religião à ideia de progresso tão em voga no Estado Novo brasileiro⁸.

⁴ SILVA, Gélío Lacerda da. **Conscientização Espírita**. Capivari-SP: EME Editora, 1995. p. 161.

⁵ ORTIZ, Renato. *A morte branca do feiticeiro negro: umbanda e sociedade brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1999.p.55.

⁶ Criada, em 1939, visando servir de interlocutora entre os diversos centros filiados, o Estado e a sociedade, a nível nacional. Era sediada à rua São Bento, 28, 1º andar, na Praça Mauá, sob a presidência de Eurico Lagden Moerbeck. Desde 1947, se intitula União Espiritista de Umbanda do Brasil. Disponível em: <<<http://www.ceubrio.com.br/textos-e-artigos/34-uniao-espiritista-de-umbanda-do-brasil-casa-mater-da-umbanda-pede-ajuda>>>. Acessada em 12 ago. 2017.

⁷ ORTIZ, Renato. *A morte branca do feiticeiro negro: umbanda e sociedade brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1999.p.43.

⁸ ISAILA, Artur. O Elogio ao Progresso na obra dos Intelectuais de Umbanda. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE LUSITANISTAS, 6, 1999, Lisboa. Anais. Disponível em: <www.geocities.com/ail_br/oelogiaooprogressonaobra.htm>. Acesso em 14 ago. 2017.

Deolindo Amorim, certamente um dos maiores conhecedores do Espiritismo, responsável por ministrar durante vinte e cinco anos um curso regular de Espiritismo, saiu por diversas vezes em defesa daquilo que acreditava ser a continuação dos ensinamentos de Jesus Cristo – a Doutrina Espírita. Dentre uma delas destacamos a realização do livro *Africanismo e Espiritismo*, originalmente escrito em forma de três artigos na revista *Estudos Psíquicos*, de Lisboa nos números de março, agosto e outubro de 1946. Logo em seguida lançado em forma de livro pela Gráfica Mundo Espírita S.A., pelas mãos de Henrique Andrade. Nesse livro Deolindo Amorim lança mão dos estudos de Edson Carneiro, Nina Rodrigues, Artur Ramos, Couto de Magalhães, Gilberto Freire, Câmara Cascudo, etc., a fim de contribuir para o debate com os detratores do Espiritismo, ou seja, aqueles a quem ele assim considerava.

Ao discutir sobre aquilo que identificava como influência dos negros africanos na cultura brasileira Deolindo Amorim, questionava o comentário do Professor Artur Ramos sobre o livro de Manuel Querino *Costumes Africanos no Brasil* quando Querino afirmou que "o africanismo é espírita de natureza e, como tal, provoca invocações".

Podemos perceber através desse relato de Amorim que a prática da Umbanda era a mais difundida entre as religiões de matriz africana na cidade do Rio de Janeiro.

Outra argumentação recorrente do autor nos três artigos para marcar a diferença entre o Espiritismo e as religiões africanas e mais especificamente a Umbanda foi, segundo sua visão, a aproximação muito mais evidente entre a Umbanda e o Catolicismo como apontara Nina Rodrigues anteriormente.

Com a mesma intensidade que Deolindo Amorim enfatizava a oposição entre Espiritismo e Umbanda ao longo dos artigos aqui analisados, demonstrava a aproximação da Umbanda com o Catolicismo, o que evidencia uma clara tentativa de evitar qualquer possibilidade de convívio entre a Umbanda e o Espiritismo.

Bibliografia

- AMORIM, Deolindo. *Africanismo e Espiritismo*. Rio de Janeiro: Edições Léon Denis, 2005.
- A Comissão Organizadora do Congresso. Introdução. In: *Trabalhos apresentados ao 1º Congresso Brasileiro do Espiritismo de Umbanda*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1942.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- CHARTIER, Roger. *A historia cultural entre praticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa [Portugal]: Difel, 1990.
- Cinquentenário do Pacto Áureo. *Reformador*. Rio de Janeiro, n. 2047, p. 7, out. 1999.
- Conceitos elucidativos. *Reformador*. Rio de Janeiro, ano 71. n. 7, jul. 1953.
- COSTA, F. L.da. 2001. *Demônios e anjos: o embate entre espíritas e católicos na República Brasileira até a década de 60 do século XX*. Ponta Grossa/PR (Tese de Doutorado).
- Declaração Oficial. *Reformador*. Rio de Janeiro, ano 96. n. 1.787, fev. 1978.
- Delta dos Santos. Depoimento de uma esposa. In: NASCIMENTO, Sergio Carvalho do; LIMA, Genival Xavier de; AMORIM, Delta dos Santos (Org.). *Deolindo Amorim: Sua Vida, sua Obra*. Rio de Janeiro: CELD, ICEB, 1999.
- DIAS, Krishnamurti. Deolindo. In: NASCIMENTO, Sergio Carvalho do; LIMA, Genival Xavier de; AMORIM, Delta dos Santos (Org.). *Deolindo Amorim: Sua Vida, sua Obra*. Rio de Janeiro: CELD, ICEB, 1999.
- FERNANDES, Diamantino Coelho. *O Espiritismo de Umbanda na Evolução dos Povos*. In: *Primeiro Congresso Brasileiro do Espiritismo de Umbanda*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1942.
- GHIGGINO, Ivone M. M. **Deolindo Amorim**. Rio de Janeiro: Edilar – Editora Lar Fabiano de Cristo, 2007.

ISAIA, Artur. O Elogio ao Progresso na obra dos Intelectuais de Umbanda. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE LUSITANISTAS, 6, 1999, Lisboa. Anais. Disponível em: <www.geocities.com/ail_br/oelogiaooprogressonaobra.htm>. Acesso em 14 ago. 2017.

JORGE, José. O Espiritismo à Luz da Crítica. In: NASCIMENTO, Sergio Carvalho do; LIMA, Genival Xavier de; AMORIM, Delta dos Santos (Org.). Deolindo Amorim: Sua Vida, sua Obra. Rio de Janeiro: CELD, ICEB, 1999.

JUSTINA, Martha. Atualidade da Lei de Umbanda. In: Primeiro Congresso Brasileiro do Espiritismo de Umbanda. Trabalhos apresentados ao 1º Congresso Brasileiro do Espiritismo de Umbanda, reunido no Rio de Janeiro, de 19 a 26 de outubro de 1941. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1942.

LUCENA, Antonio de Souza. Deolindo. In: NASCIMENTO, Sergio Carvalho do; LIMA, Genival Xavier de; AMORIM, Delta dos Santos (Org.). Deolindo Amorim: Sua Vida, sua Obra. Rio de Janeiro: CELD, ICEB, 1999.

ORTIZ, Renato. A morte branca do feiticeiro negro: umbanda e sociedade brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SALLES, Lauro. A saga de um idealista. In: NASCIMENTO, Sergio Carvalho do; LIMA, Genival Xavier de; AMORIM, Delta dos Santos (Org.). Deolindo Amorim: Sua Vida, sua Obra. Rio de Janeiro: CELD, ICEB, 1999.

SILVA, Gélío Lacerda da. Conscientização Espírita. Capivari-SP: EME Editora, 1995.